

GOVERNO
SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO DO PIQUÊ

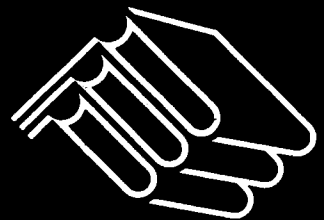


HUGO NAPOLEÃO



A GUERRA DO FIDIÉ

ABDIAS NEVES



PROJETO
PETRÔNIO
PORTELLA

A GUERRA
DO FIDIÉ

ABDIAS NEVES





**PROJETO
PERÍODO
PORTELLA**

Governador do Estado do Piauí
HUGO MARQUELEÃO

Vice-Governador
JOSE RAIMUNDO BONA MEDEIROS

Secretário de Cultura, Desportos e Turismo
JESUALDO CAVALCANTI BARROS

Diretor Executivo da Fundação Cultural do Piauí
IRENE REGO BARROS

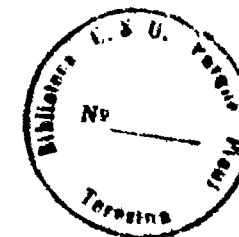
Secretário Executivo da Fundação Cultural do Piauí
WILSON GONDIM CAVALCANTI

Conselho Editorial

BENJAMIM DO REGO MONTEIRO NETO
CARLOS EVANDRO MARTINS EULALIO
CIDENOR DE FREITAS SANTOS
JOSE CAMILO DA SILVEIRA FILHO
MARIA GOMES FIGUEIREDO DOS REIS



A GUERRA DO FIDÉ



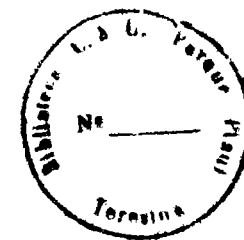
A GUERRA DO FIDÉ

1ª edição — Livraria e Tipografia Veras — Teresina/Piauí — 1907.

2ª edição — Governo do Estado do Piauí — Secretaria de Cultura —
Editora Artenova — Rio de Janeiro — 1974.

Atualização ortográfica e notas explicativas de:

A. TITO FILHO



APRESENTAÇÃO

Costumo repetir que o piauiense é um forte. Enfrentando toda sorte de intempéries, forjou uma personalidade de escól. Caminhou e caminha certo e convicto de que ultrapassará, como tem ultrapassado, os problemas que se lhe apresentam. Sabe que está contribuindo firmemente para edificar uma sociedade estável e promover um Estado rico e pleno de oportunidades.

As páginas da História registram a contribuição piauiense à grandeza nacional. A luta pela independência, culminada com a Batalha do Jenipapo, a presença de milhares de voluntários da Pátria na guerra do Paraguai e a revolução dos Balaio constituem exemplo do acendrado espírito de nacionalidade de que é dotado o povo piauiense. Com efeito, Jenipapo foi a batalha da consolidação da nossa soberania.

É dentro deste contexto que se situa a esplêndida obra de Abdias Neves, **A Guerra do Fidié**. Trata-se de pesquisa profunda sobre tudo o que se passou nas lutas travadas contra o militar português e seus comandados, elucidado, à saciedade, os mais variados aspectos da efeméride.

O Projeto Petrônio Portella, através do qual a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo propicia a publicação de livros fundamentais à formação da cultura piauiense, está viabilizando a terceira edição da presente obra. A primeira foi em 1907 e a segunda em 1974.

Ratifico com emoção e saudade, as palavras de Evocação de Abdias Neves, e de Martins Napoleão, e louvo, com alegria a magnificência do volume.

HUGO NAPOLEÃO
Governador do Piauí

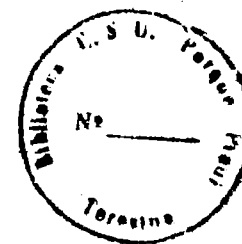
PI

981.22 NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié**. 3ª ed. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985. 270 p.

1. PIAUÍ- HISTÓRIA

I. Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo

II. Título



SUMÁRIO

	Pág.
Capítulo I — A Vinda de Fidié	46
Capítulo II — Os Precusores da Independência	54
Capítulo III — Rumo do Norte.	63
Capítulo IV — As Vésperas da Proclamação	71
Capítulo V — A Proclamação	79
Capítulo VI — O Perigo Maranhense	87
Capítulo VII — Fora de Rumo	95
Capítulo VIII — As Causas da Derrota	102
Capítulo IX — Leonardo Castelo Branco	109
Capítulo X — A Batalha do Jenipapo	117
Capítulo XI — Depois do Desastre	124
Capítulo XII — Fidié no Maranhão.	135
Capítulo XIII — Além do Parnaíba	143
Capítulo XIV — Novo Rumo da Luta	152
Capítulo XV — Rumo do Maranhão	163

Capítulo XVI — A Indisciplina	173
Capítulo XVII — Demissão de Alecrim	184
Capítulo XVIII — Capitulação do Itapecuru-mirim	194
Capítulo XIX — O Cearense	202
Capítulo XX — O Piauiense	209
Capítulo XXI — Em Torno de Caxias	218
Capítulo XXII — Últimos Dias do Cerco	227
Capítulo XXIII — Depois da Capitulação	239
Capítulo XXIV — A Devassa	249
Capítulo XXV — O Regresso das Tropas	261

ABDIAS DA COSTA NEVES

- 19-11-1876. Nascimento em Teresina, capital do Piauí. Pais: João da Costa Neves e Delfina Maria de Oliveira Neves.
1898. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (Pernambuco).
- 1900 a 1902. Juiz de Direito (interino) de Piracuruca (Piauí).
- 1902 a 1914. Juiz Substituto Federal, em Teresina.
1914. Secretário do Governo do Piauí.
- 1915 a 1924. Senador da República. Eleito sucessivamente 4º, 3º, 2º e 1º Secretário do Senado.
1924. Juiz de Direito de Marvão (hoje Castelo do Piauí). Foi ainda Procurador Fiscal da Fazenda e Diretor da Secretaria da Câmara Legislativa.
- 28-8-1928. Falecimento em Teresina.

CASAMENTO

Casou-se em 1900 com Cristina, filha de Manuel Raimundo da Paz e Clotilde Rosa da Paz. Filha: Maria Yara Neves Borges de Melo.

ATIVIDADES EDUCACIONAIS

- Lecionou Inglês, Alemão e Lógica no Liceu Piauiense, hoje Colégio Estadual Zacarias de Góis.
- Professor de Pedagogia da Escola Normal (Teresina), posteriormente Escola Normal "Antonino Freire".
- Diretor dos internatos "Ateneu Piauiense", "24 de Janeiro" e "São Vicente de Paula".

JORNALISMO

Em Teresina:

- Fundou "A Crisálida" e "A Idéia".
- Um dos fundadores de "Pátria" e "Almanaque Piauiense".
- Diretor de "O Norte", "A Imprensa", "A Notícia", "O Dia" e "O Monitor".
- Redator de "A Luz", "O Reator", "Litericultura", "O Estafeta" e "Jornal de Notícias".
- Colaborador: "Teresina em 1902", "A Pena", "Revista da Bolsa", "Indústria e Comércio" e "Revista da Academia Piauiense de Letras".

ATIVIDADES PARLAMENTARES

No Senado fez notáveis pronunciamentos sobre temas políticos, econômicos e jurídicos. Das proposições que ofereceu, ressaltam-se:

- Construção de estradas de rodagem, sobretudo a de Floriano e Oeiras.
- Instalação de colônia-modelo nas Fazendas Nacionais, hoje Estaduais.
- Exploração de fibras.
- Barateamento do custo dos adubos químicos.
- Estrada de ferro Petrolina-Amarante.

Foi um dos relatores do Código Florestal.

OBRAS

- "A Guerra do Fidié" (história das lutas da Independência do Piauí), 1907.
- "Imunidades Parlamentares" (Direito Constitucional — estudo), 1908.
- "O Padre perante a História" (conferência), 1908.
- "Um Manicaca" (romance de costumes), 1909.
- Discurso (primeiro aniversário do falecimento do Dr. Areolino de Abreu), 1909.
- "Psicologia do Cristianismo" — 1910.
- "A Elegibilidade do Marechal" (estudo de Direito a respeito da eleição do Marechal Hermes da Fonseca), 1910.
- "Moral Religiosa", conferência, 1912.
- "O Foguete", palestra, 1912.
- "Autonomia Municipal", estudo de Direito Constitucional, 1913.
- "Política das Estradas de Ferro e Finanças da República" (discurso no Senado), 1916.
- "Um Caso Eleitoral" (trabalho parlamentar), 1916.
- "O Brasil e as Esferas de Influência na Conferência de Paz", 1919.
- "O Problema da Indústria Nacional das Anilinas" (trabalho no Senado), 1919.

- "O Piauí na Conferência do Equador", 1921.
- "Aspectos do Piauí" (contribuição ao Congresso de Geografia, em 1926).

INÉDITO

- "Regime Municipal".

Deixou ainda, esparsos, grande número de poesias, que pretendeu publicar com o título de "Velário", e inúmeros trabalhos sobre história, folclore e crítica literária. Deveras profundo o estudo que publicou no jornal "La Nación", de Buenos Aires, sobre o Centenário da Independência do Brasil.

Neste volume se publica "Fisionomia Histórica de Fidié".

* * *

Sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Piauí e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Membro da Academia Piauiense de Letras, cadeira 11, de patrono João Alfredo de Freitas, atualmente ocupada por Martins Napoleão. Patrono da cadeira 33, ocupada por Wilson Brandão.

“A GUERRA DO FIDIÉ”

DEPOIMENTOS

— **Rocha Pombo**, em 1908: “...quão precioso me vai para a parte respectiva da nossa história — exatamente das mais difíceis, porque nada temos de condensado”.

— **Barão de Studart**, 1908: “...há no vosso livro muito que apreciar e aplaudir... o que certamente vos recomendarão ao apreço e à gratidão dos amantes da história da pátria”.

— **Sílvio Romero**, 1908: “Gostei do trabalho por ser claro na narrativa, sóbrio e bem deduzido. A parte que mais me agradou foi a que se refere ao retrato dos piauienses em comparação com os maranhenses”.

— **Clóvis Beviláqua**, 1908: “...é um trabalho valioso sob vários pontos-de-vista. A psicologia do cearense e a do piauiense está muito bem traçada. O que está dito é excelente”.

— **Cristino Castelo Branco**, 1950: “É a narrativa minuciosa e documentada das lutas pela Independência na Província, desde o primeiro brado em Parnaíba a 19 de outubro de 1822 até o cerco e rendição da vila de Caxias, no Maranhão, com a prisão do comandante das forças portuguesas, Major João José da Cunha Fidié, remetido preso para Oeiras e depois para o Rio, via Salvador. A batalha do **Jenipapo**, em Campo Maior, a 13 de março de 1823, aparece em todo o esplendor do heroísmo indígena contra a dominação lusitana. Abdias reconstitui os fatos com vivacidade e emoção, baseado na documentação existente nos arquivos. Faltou-lhe a imprensa como fonte de informação, pois só anos depois dos acontecimentos, em 1823, aparece em Oeiras o primeiro jornal piauiense. Aliás, não é de estranhar

que só nessa data tenha surgido ali o primeiro órgão de publicidade — **O Piauiense**, — seguido no ano imediato pelo **Diário do Conselho**, de feição puramente oficial, sabendo-se, como se sabe, que é de 1808 o primeiro jornal desta capital — **A Gazeta do Rio de Janeiro**.

N'A **Guerra do Fidié** há páginas inesquecíveis como as que dizem respeito à psicologia do piauiense e do cearense. O primeiro, — “essencialmente firme nas convicções, constante nos hábitos, moderado nos impulsos”. O segundo — “com a sua tendência migratória, sofrendo a fascinação das viagens, a ânsia de novo sol, de novas terras, de novas e estranhas paisagens.” Lutaram juntos, heroicamente, contra Fidié, pela independência da pátria, guardando cada qual, na refrega, as características de seu temperamento, um mais disciplinado, outro mais arrebatado, iguais porém no patriotismo e no amor à liberdade.

Capítulo especial mereceu nesse livro o patriota piauiense Leonardo de Carvalho Castelo Branco, que passou depois a assinar-se Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, um dos mais valorosos propagadores da causa da independência, preso traiçoeiramente no porto maranhense de Repartição, à margem do Parnaíba, e levado para Lisboa, onde foi recolhido à cadeia do Limoeiro. Figura curiosa e sugestiva esse Leonardo que, além de patriota destemeroso, era poeta e mecânico, dominado pela idéia fixa de construir uma máquina que resolvesse o problema do moto contínuo.

ABDIAS NEVES VISTO PELOS OUTROS:

— **Pedro Borges da Silva:** "...glória autêntica... feita no estudo, polida no silêncio do gabinete, trabalhada no exame sereno e consciencioso dos problemas vitais do Piauí..."

— **Antônio Chaves:** "...um dos homens mais cultos e uma das inteligências mais variadas de nossa terra, a par de uma operosidade e de uma atividade assombrosa, que se não limitavam a um domínio restrito".

— **Artur Passos:** "...reluzentes dotes de espírito manifestados em valiosos trabalhos que ficarão como eficiente demonstração de operosidade, de amor às letras e à cultura, realizações que devem ser revistas, lembradas vez por outra, para glória nem tanto do autor, que tem o seu lugar à parte, mas do Estado, do Piauí..."

— **Edison Cunha:** "Sua vida pública, agitadíssima, foi, entretanto, um exemplo de capacidade, energia e resolução, com altos e baixos, desde a ascensão ao Senado da República, onde deixou reflexos de sua cultura em pareceres de alta precisão, até o retrocesso e a descida a simples Diretor da Secretaria do Legislativo estadual, no fim da vida, ganhando mesquinho ordenado, para não morrer de fome".

— **Jônatas Batista:** "Cerebração privilegiada, espírito sempre impulsionado por uma inteligência sadia e vigorosa, Abdias Neves, onde quer que aparecesse, dava-nos a idéia nítida e perfeita de um triunfador".

— **Alvaro Ferreira:** "...no que ele foi maior, mais produtivo, não há dúvida, o destaque ressalta no trato com a História. Seus estudos são básicos, desde que atentemos para a investigação criteriosa, nos documentos em mãos do autor".

EVOCAÇÃO DE ABDIAS NEVES

MARTINS NAPOLEÃO

FORMAÇÃO DOS CRISTAIS

O fenômeno de dúlice formação dos cristais, no mundo físico, explica, por analogia, o acentuado dimorfismo da inteligência, no domínio psicológico.

Variados na sua conformação, assumindo, lado a lado, admirável reciprocidade simétrica, qual se, porventura, a solidez hialina se aprovesse, caprichosamente, em imitar as invenções da geometria descritiva, ou tentasse exprimir a misteriosa finalidade das linhas, como a síntese mineral da ÂME GÉOMETRIQUE de Henry Allorge — amontoam-se os cristais, ora em hexaedros e prismas, ora em pirâmides e romboedros — à flor da terra, como lâminas de água clara; — no fundo das grutas, como estratificação secular do pranto da terra...

Feitos de uma mesma química incessante, nasceram diferentemente.

Aqui, foram estratos de rochas sedimentares, camadas lentamente superpostas, — trabalho monstruoso da água desagregada, carreando, no ímpeto de torrentes milenárias, para o fundo da terra, elementos iguais, que hoje aí fulguram, aglutinados em sólidos de uma transparência magnífica de luz coagulada...

Adiante, porém, onde perdeis o olhar através do quartzo translúcido, branco como a alva, ou róseo como a aurora; e vos encantam a vista os filões de pórfiro esmeráldico, ide ver, que tanta maravilha resplendente, de súbito, abrolhou à flor da terra, não mais pela ação da água caminheira, — fonte da vida de Xenófanes, — mas por uma eclosão do próprio núcleo central.

Rápidos e imprecisos que sejam esses dados da cristalografia, parecem fixar o processo de formação da inteligência humana.

Porque há, sem dúvida, inteligências como as rochas sedimentares: vem-lhes a matéria de fora — acumulam-na, depositam-na, estratificam-na, afinal. Formam-se por superposição — demorada, metodicamente.

Outras, e há também assim, exógenas, são como as rochas eruptivas, vêm de dentro para fora, num jato, resultante da expansão de matérias ocultas.

A inteligência dos sábios é a primeira — análise, erudição, experiência. É a outra a dos poetas — ímpeto, sopro, divinação.

Aquela, serena, clara e dogmática. Fúlgida, trepidante e colorida, essa. Uma, é esforço. Outra, é sacrifício.

Belas ambas, porque uma é a procura, e a outra, o encontro da verdade, mesmo na aceção de "momento de certeza", como quer a filosofia, quase desilusória, de James.

Não trepido em afirmar, à luz dessas considerações, que a do polígrafo Abdias Neves era uma inteligência sedimentar.

Poderosa capacidade apreensora, servida pelos elementos humanísticos indispensáveis, foi opulento repositório de assuntos, a que soube emprestar mobilidade e brilho.

A sua obra multímota vai do romance ao direito, do jornal ao verso, da tribuna parlamentar à crônica, da história à cátedra, da crítica literária à exegese religiosa, do panfleto à filosofia — e, com tamanha abundância de informação, que me não engano, se disser que ele foi, em tudo isso, um grande jornalista, no melhor sentido contemporâneo.

Vejamos, então, como passou pela terra, em refrações constantes, esse belo poliedro luminoso, carregado, há um ano, na sua urna derradeira, por uma inumerável multidão, empunhando a flor simbólica de Adonais, qual a maravilhosa imagem dos "condutores da lâmpada da vida", dos conservadores do fogo — **ignis vigil** — no cortejo dos lampadários...

O ROMANCISTA

Numa das suas surpreendentes "considérations sur le Nécessisme", diz Albert Terrien, filósofo e poeta:

"Ce qui fait ma nature, ce qui provoque en moi l'essor des pensées, c'est tout ce système d'idées des hommes qui m'entourent et dont je subis les modifications innombrables, tout en étant d'ailleurs moi-même le foyer des modifications de leurs propres associations. Mes pensées sont indéfiniment modifiées du chef de cet ensemble de pensées, et c'est de toutes ces influences que naît ma mentalité".

Só por esses princípios, que decorrem da teoria fundamental exposta por Taine no monumento sobre a Literatura Inglesa, se pode explicar o aparecimento, em 1909, de "Um Manicaca".

A esse tempo, mesmo nos meios intelectuais menos sacudidos por novidades, já amadurecia o "romance psicológico" à Bourget. Se as grandes "tragédias cerebrais", como Dorian Gray de Wilde, não se tinham vulgarizado em imitações internacionais, pelo menos as criações daquele gênero se iam sucedendo por toda parte, de modo a provocar, nas obras de ficção, um certo interesse humano.

Fora das correntes estéticas contemporâneas, "Um Manicaca" deve encontrar explicação nesse fato, descrito por Terrien, de verdadeira acomodação da mentalidade às idéias dominantes no meio ambiente. Reflete um lado afetivo do escritor, e foi uma espécie de homenagem à terra.

Realmente, nele fixou o romancista flagrante da nossa vida provinciana de há muitos anos, com propriedade de observação, que o torna um livro recomendável.

De certo, o polígrafo ainda não chegara aí, para usar uma palavra cara a Stendhal, à cristalização do seu estilo, que, aos poucos, crescerá de brilho, escoimando-se de vícios.

Em todo caso, tem páginas vívidas, pessoais, interessantes, que fotografam os retalhos dessa Teresina placidamente familiar, com a sua beatice, com os seus cochichos de velhas casadeiras, novenas do Amparo, bailaricos, serenatas...

Ouvi um pouco, para vos lembrar essa radiosa mocidade, — amável asa de ouro, que tem o mau costume de despregar-se da gente quando mais a gente precisa dela:

"Uma serenata vinha de longe. Eram, ainda, sons indecisos, notas dispersas, que a vibração trazia com os perfumes da noite. Iam, porém, definindo-se, combinando-se, completando-se, deixando apreender uma harmonia lastimosa e dolente dos soluços e de mágoas, que vibravam dolorosamente dentro dos mil rumores da cidade adormecida. A flauta parecia gemer na expressão de um desespero sem nome que se derramava no espaço e subia ao céu, rolando em ondas na atmosfera, diluindo-se na leve transparência do luar e do azul. Violões a acompanhavam. Tangiam trêmulos acordes. Reuniam queixumes à suave dolência da música estranha..."

O calendário é um gracejo. A hora espiritual não é a mesma nunca, em toda parte, proclama a trepidante escritora parisiense desta última hora, Maryse Choisy.

Se assim é, vivemos aí, nas páginas desse livro, a hora espiritual da melhor boêmia teresinense...

O HISTORIADOR

"Senhor, a ciência é infalível, mas os sábios se enganam sempre". São palavras do prudente Sembobitis ao rei Baltazar, no livro esplêndido de Anatole France.

Sem dúvida, encerram todo o ceticismo daquele filósofo desencantado, diante da aparente grandeza da sabedoria humana, sobretudo diante daquilo a que, em *Le Lys Rouge*, ele chamou "a pesada frivolidade da história".

Conceito comum à obra anatoleana, a incredulidade na História se alastra pelos seus livros, na própria "Vida de Joana d'Arc", para cumular em *L'Île des Pingouins*, que, no juízo de Jacques Roujon, "começa por uma execução fulminante da história e dos historiadores".

Mas, por que, enfim, essa indisposição, essa idiossincrasia, pelos "ressuscitadores de fantasmas", da expressão de Taine?

Eis a resposta, formulada pelo biógrafo enternecido do autor de *Le Puits de Sainte Claire*: "Aos seus olhos, os homens não são bons, o tempo não os tornará melhores, e, pois, é inútil esperar que os povos sejam mais felizes".

Pouco importam, assim, para o escritor desiludido e irônico, as lições da velha *mestra da vida*, reputadas, por muitos, da mais alta valia, no mecanismo social, para previsão de fatos e correção de defeitos.

Eu não estou, de certo, com essa espécie de ateísmo histórico de Anatole, e confesso, até, que acho certo encanto nessa rememoração escrita da Vida. Acredito, mesmo, nos seus benefícios, e estou, ainda, em que, no rigor do método comteano, ela possa, num dia remoto, servir de remédio às crises sociais.

Toda essa minha vontade, porém, tropeça num óbice.

Vós conheceis, naturalmente, a história daquela "estela arcaica", tal como a pinta Alfonso Bartoli, num volume da série "Il Fiore dei Musei e Monumenti d'Italia".

É uma simples coluna de tufo com inscrições, descoberta por Boni, e pertencente ao túmulo de Rômulo.

Preciosa, como documento histórico, que sugere a hipótese da existência de leis escritas anteriores aos Decênviros, essa estela quadrangular suscitou um mundo de controvérsias, entre filólogos, historiadores, juristas, arqueólogos, que, num único ponto, estiveram sempre de acordo: e é o em que, como substância de uma lei, a inscrição discutida exprime proibições e ordens...

A História, para mim, é como a estela arcaica de Boni: exprime proibições e ordens, mas só para quem as saiba adivinhar...

Devo, pois, merecer uma infinita condescendência, na crítica dos ensaios de meu ilustre antecessor na Academia.

Após o folheto sobre o meio-centenário de Teresina (1902), de colaboração com Miguel Rosa e Antonino Freire, que Abdias Neves reproduziu no "Dicionário Etnográfico e Histórico", quase integralmente, mas sem algumas falhas importantes, como, por exemplo, a da participação saliente da povoação do Poti na Confederação do Equador — publica, em 1907, *A Guerra do Fidié*, estudo relativo às lutas da Independência no Piauí. O livro é uma promessa formal de esclarecimentos e deduções sociológicas — o que ressalta, à primeira vista, do dístico de Bourdet: "l'histoire sous nos yeux ne nous apparaît plus comme un tableau simplement chronologique d'événements sans liaison, de progrès fortuits, de perversités incompréhensibles, ou de dévouements extraordinaires".

Terá, contudo, a sua primeira obra de fôlego, esse rigor do método comparativo, esse encadeamento lógico dos fatos, esse *processus* taineano de reconstrução palpitante da Vida?

A crítica, que é o direito dos maledicentes, já proclamou bem alto que não. E a quem, sem paixão e sem *parti pris*, leu, cuidadosamente, a "História da Independência da Província do Maranhão, (1822-1828) pelo Dr. Luís Antônio Vieira da Silva", há-de essa afirmação soar razoável e indiscutível.

Não há mais dúvida de que o plano de "A Guerra do Fidié" foi o livro metucioso do historiografo maranhense, que teve, sob os olhos, as melhores fontes para a elucidação daquele movimento da nossa vida política.

Seria, porém, imperdoável dizer que faltam à obra características pessoais. Ela as possui, porque o escritor era brilhante, assim de inteligência como de cultura.

Dentre esses traços pessoais, seja-me lícito apontar o Capítulo XX, em que Abdias Neves formula a psicologia do Piauiense, talvez a *finalidade* da sua obra.

Pincela a paisagem. Exibe o meio físico. Faz um retrospecto etnológico. Estuda as tendências do povo, na ambiência propícia à criação e à lavoura. E descreve o Homem — bisonho, como o animal triste, cujo "olhar condensa estranhas sombras de infinitas amarguras e de supremas fadigas". "A tristeza fez dele um contemplativo, matou-lhe os últimos impulsos da iniciativa", tornando-o incapaz das grandes reações.

Mas, será esse, na verdade, o piauiense rebelde da Independência, levantado, contra a legalidade de Fidié, para o morticínio glorioso do Jenipapo, que é o melhor brasão da nossa Heróica?

Depois, que caldeamentos étnicos tão diferentes foram esses, que nos conformaram a índole a tamanha passividade? Que há, tão diverso, entre nós e o maranhense? Será, porventura, o lacrimal de sangue francês, a escorrer pela Ilha de São Luís?

Fraquezas passageiras, rápidas crises de coragem, que mais parecem acomodação fatalista, hábitos de recolhimento e de modéstia, e esse fundo

de tristeza que é o sedimento de três raças nostálgicas, não terão, talvez, induzido o historiador a essa psicologia comprometedora?

Parece indubitável, se atendermos aos lances de rebelião e de patriotismo, que ilustram a crônica do Piauí, determinando os traços fundamentais da nossa psique coletiva.

As diretrizes locais da Balaiada, provinda do Maranhão, aqui tomaram, segundo pareceres autorizados, feição de revolta política, que põe à prova a têmpera do piauiense.

Aliás, um juízo insuspeito e altamente expressivo já nos sagrara em definitivo, contradizendo os dados pessimistas do autor de "A Guerra do Fidié". Trá-lo Pereira da Costa, no acervo monumental da sua **Cronologia**, e basta dizer que é ele do dr. João Cândido de Deus e Silva, homem de letras, magistrado, parlamentar, didata, figura de relevo em nossa alta administração e política.

Eis o que diz Pereira da Costa, informando a respeito dos acontecimentos de 20 de março de 1823:

"Reúne-se, em sessão extraordinária, a Junta do governo e delibera: — Aumentar as forças do Poti, e destacar um forte contingente da Parnaíba, que ficava exposta a pilhagem da tropa da Carnaubeira, cujo comando confiou ao Major Bernardo Antonio Saraiva, determinando-lhe que arrecadasse as armas que encontrasse, e de sua parte ordenasse ao Major João de Andrade Pessoa, Comandante da Amarração, que despedisse do serviço todas as praças. **Esta medida foi tomada em face do grande número de voluntários que se apresentaram — que em alguns dias perto de 2.000 homens tinham verificado praça.**

A esse entusiasmo do povo piauiense, tão alevantada e nobremente manifestado nessa crise de "lutas em defesa das liberdades pátrias, se refere o dr. João Cândido de Deus e Silva, que tão brilhante papel representou nesse momento histórico — ao escrever, depois da luta, **tratando dos dias que sucederam à batalha do Jenipapo: "Os voluntários patriotas vinham às dezenas, arrastados pelos sentimentos, pela imitação, talvez. As próprias mulheres não ficaram indiferentes: mandavam os maridos, os irmãos para a guerra, e, a fim de que levassem munições e armas, vendiam jóias, se mais não tinham que vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas. Foi incedível de amor pelo triunfo completo da Independência — que abraçara, desde as primeiras proclamações. De todos os pontos do sertão chegavam diariamente, a Oeiras e às vilas, grupos que vinham alistar-se nas fileiras da revolução. Que entusiasmo e confiança no resultado! Que loucura no ardor**

com que vinham para a ação, alguns, muitos, sem a possibilidade de adquiri-las, sem bem saber o que queriam E DISPOSTOS NO ENTANTO A SE DEIXAR TRUCIDAR PELOS SABRES LUSITANOS, DESDE QUE, ASSIM, ESTORVASSEM o passo ao seu exército".

Que melhor, que maior elogio quereis da nobre alma piauiense?

Se não basta, porém, como um florão imarcescível, e se o historiógrafo eminente a supôs entibiada depois, deprimida após a exaltação, lembre-nos, consoante ao testemunho de outro historiador, Anísio Brito, que honraria um **fauteuil** acadêmico, foi o Piauí, relativamente, a Província que mais numeroso contingente levou aos campos de glórias e heroísmo do Paraguai.

É que o seu escudo não traz em vão a soberba do forte hemistíquio horaciano...

Que não tivesse, como "A Guerra do Fidié", uma finalidade real, não se pode afirmar do volume que Abdias Neves dedicou, em 1921, aos sucessos da revolução pernambucana de 1824. "O Piauí na Confederação do Equador" é, segundo a epígrafe do seu capítulo XVII, uma "reivindicação histórica".

O contrerrâneo ilustre não quis, e não deveu, resignar-se com o silêncio dos historiógrafos, desde o Conselheiro Antônio Pereira Pinto até o eminente e exaustivo Rocha Pombo, sobre a nossa conduta ante o grande movimento liberal.

Se é certo que Abdias Neves não encontrou documentos que provassem a nossa colaboração, testemunhou, pelo menos, que não ficamos inertes diante da indisciplina heróica de Pais de Andrade.

Isso mesmo ele o confessa:

"Convenho que o concurso do Piauí não foi ruidoso.

Faltou-lhe o lado sugestivo das agitações das ruas — o fragor das refregas, a perturbação das derrotas, as surpresas alucinadoras do imprevisto".

Apesar disso, e aqui a reivindicação histórica, não nos mantivemos de olhos fechados ao clarão patriótico de Pernambuco.

O livro é um depoimento da nossa atitude, tanto mais apreciável no seu conjunto, quanto traceja, a largas pinceladas, um quadro seguro, de que ressaltam os antecedentes históricos da Província em capítulos a que serviu de esboço, principalmente, "A Guerra do Fidié".

Ficará, talvez, como o seu melhor trabalho de historiador, cujo talento multiforme cintilaria ainda em tantos outros ensaios, de vario assunto, como o parecer sobre colonização alemã — tese tão cara à genialidade tumultuária de Sílvio Romero — "O Brasil e as Esferas de Influência na Conferência da Paz". "Autonomia Municipal", "Aspectos do Piauí".

O EXEGETA RELIGIOSO

A **Psicologia do Cristianismo** que tentou a "identificação do mito de Jesus com o dos deuses solares", foi um livro ruidoso, o mais brilhante e o mais discutido dos seus livros.

Assunto novo para a nossa crítica religiosa, o dos "mitos solares", fora, que saibamos, versado apenas pelo desembargador Vieira Ferreira, no **Sansão e Dalila**.

Nada de estranho, contudo, que Abdias Neves, cultura geral bem informada, após o fragor de uma luta anticlerical imemorável, se atirasse à discussão de tese sugestiva, afluída, tantas vezes, por Jules Soury, nos ensaios de 1877 sobre as religiões, as artes, a civilização da Ásia Anterior e da Grécia, desenvolvida por Dupuis e renovada por Bruno Bauer, com pequena variante.

A **Psicologia do Cristianismo** vem julgada a "obra fundamental de Abdias Neves", entre outros, pelo presidente da Academia, sr. Higinio Cunha, em mais de um artigo de imprensa.

Duas, sem dúvida, foram as fontes próximas desse trabalho: Binet Sanglé e Emilio Bossi.

Mas — perguntamos — haverá, realmente, autoridade absoluta nesses dois escritores?

Não viram eles, como Abdias Neves, por um prisma só, a grande questão? Não se tornaram unilaterais, o que é anticrítico, atendo-se, apenas, ao chamado **silêncio da história** a respeito da individualidade de Jesus, e desprezando a documentação existente, a tradição milenária, a unidade orgânica da doutrina, a cristalização multissecular do extraordinário sistema de moral, que, mais do que nunca, se autenticam, mediante a carta biográfica do prefeito Lentinus?

Os três deixaram à margem o testemunho escrito de Flávio Josefo, nas **Antiguidades Judaicas**. Não deram crédito a Suetônio, o biógrafo dos Césares, quando, em dois passos explícitos, assim declara:

"Judaeos impulsore Christo, assidue tumultuantes, Roma expulsi". (Vita Claudii, XXV). O que, de ouvido, já por vós tirado em vernáculo, quer dizer: "Cláudio expulsou de Roma os Judeus, que se sublevavam constantemente, instigados por Cristo".

"Afflicti suppliciis Christiani, genus hominem superstitionis novae et maleficae" (Vita Neronis, XVI). Ou: "Entregou aos suplícios os cristãos, espécie de gente dada a uma superstição nova e maléfica".

Puseram também de lado a Tácito, em quem Taine, no *Essai sur Tite-Live*, diz "haver cores cruas, traços surpreendentes, uma **violência de ver-**

dade, que fazem compreender, não mais uma alma humana em geral, mas essa coisa múltipla, tortuosa, profunda, complicada, infinita, que é uma alma particular".

Todavia, o próprio Tácito, severo e escuro, em passagem dos **Anais**, inutilmente encarada como interpolação, assim depõe:

"Ergo abolendo rumori, Nero subditi reis et quoesitissimis poenis affecit quos, per flagitia invisos, vulgus christianos appellabat. Auctor nominis ejus Christus, Tiberio imperitante, per procuratorem Pontium Pilatum, supplicio affectus erat. Repressaque in praesens exitialis superstitio rursus erumpebat, nom modo per Judaeam, originem hujus mali, sed per Urbem etiam, quo cuncta undique atrocitas pudenda confluunt celebranturque" (Ann. — Lib. XV — Cap. XLIV). "Para desfazer tais boatos (**referentes ao incêndio de Roma**) acusou Nero como culpados e castigou, com requintados suplícios, aqueles a que o vulgo chamava cristãos, e que eram odiosos, por causa das suas torpezas. Veio-lhes esse nome de Cristo, que fora supliciado, no reinado de Tibério, pelo procurador Pôncio Pilatos. Reprimida a princípio, espalhou-se execrável superstição, não somente pela Judéia, origem desta peste, mas na própria Roma, para onde, de toda parte, afluí tudo que é criminoso ou infame, e onde prospera".

Desprezaram, por sua vez, o informe de Plínio, o Moço, que governou a Bitínia de 111 a 113, na carta a Trajano, escrita após inquérito sobre os cristãos, documento da maior valia, que encerra tópicos desse quilate:

"Adfirmabant autem hanc fuisse vel culpae suae, vel erroris, quod essent soliti stato die ante lucem convenire, carmenque Christo, quasi deo, dicere secum invicem" (Epist. 27, Lib. v). Afirmavam que a sua grande falta ou erro consistia em se reunirem, pela manhãzinha, em dias determinados, e entoarem hinos a Cristo, como a Deus".

Puseram, ainda, de lado a preciosa referência do epigramático Luciano de Samosata, florescido no século I, que alude ao "sofista crucificado na Judéia".

Abandonaram, entre outros, o conceito de Tertuliano (**Libro contra Judaeos**, cap. 8), tão simples, tão claro, tão preciso: "Tiberius... hujus quinto decimo anno imperii passus est Christus, annos habens quasi triginta cum pateretur".

O livro ruidoso de Bossi, aliás, foi muito combatido, à luz da fé e aos argumentos da razão.

Sena Freitas, em 1910, publicou a "Historicidade da existência humana de Jesus contra Emílio Bossi", e Lúcio José dos Santos, em 1924, a "Historicidade da Existência Humana de Jesus Cristo".

Não conheço, porém, crítica de tal maneira fulminante ao livro de Bossi, quanto o ensaio lapidar de Aurelino Leal, sob o título "Individualidade Histórica de Jesus".

Não quero, naturalmente, com isso, referindo-me ao trabalho de Abdias Neves, afirmar a impessoalidade do seu modo de ver. Conheci-o de perto, e sei que ele era um agnosta convencido, um sincero ateu.

Toda a essência iconoclástica da "Psicologia do Cristianismo" parece um ponto de vista daquele Pródico filósofo, de que Xenofonte, nos *Memorialia*, nos dá o elogio da virtude.

Também para ele, no dizer de Temístocles, "a religião toda, os mistérios, as festas e os ritos tinham como origem a beleza dos fenômenos contemplados pelo cultivador dos campos. Dali, derivava o culto de Deméter, o de Dionisos, o do sol e o da lua. Os deuses eram outras tantas personificações das forças da natureza, mais familiares aos homens".

Bem podia ser o pensamento de uma criatura superior e serena, acima de todas as contingências da vida — a intuição e o conceito de um filósofo, a quem se desvendaram todos os arcanos do Universo.

Outros, que se turbem ante a desesperada tristeza inane do mundo, ante os males sem remédio, ante as dores sem nome e sem fundo; subam os caminhos estreitos da montanha; alcem os olhos espantados à imensidão da abóbada divina; e sintam, no mistério infinito, a grandeza do Senhor, por quem, nos salmos proféticos, as mesmas entranhas da terra exultavam...

Porque, "pour avoir une idée de l'homme et de la vie, il faut être allé soi-même jusqu'au bord du suicide, ou jusqu'au seuil de la folie, au moins une fois..."

O POLÍTICO

Dizer-se que Abdias Neves subiu ao Senado da República pela evidência do seu talento e da sua cultura, até parece uma monstruosa exceção no regime brasileiro, em que o homem de letras mal ganha para morrer lentamente de fome.

Perrot, no *Essai sur le Droit public d'Athènes*, informa-nos que o legislador Sólon estabeleceu, como forma de governo, aquilo a que Aristóteles chama *Timocracia*, isto é, uma divisão em classes e uma distribuição do poder, unicamente fundadas no estado de riqueza dos cidadãos. A Ática foi repartida em castas, segundo o critério decrescente dos bens.

Eram os *pentacosímedimnas*, os *cavaleiros*, os *zeugitas* e os *thetas*, a miserabilíssima das classes, apenas admitida na assembléia popular...

Teria Sólon legislado para o Brasil?

Às vezes, a gente acredita que sim. Somente, aqui, os *thetas* são os homens de letras...

Estranha, por isso, que Abdias Neves galgasse o Senado, se bem que, descoberto o engano, voltasse, de novo, à derradeira classe da nossa *Timocracia*...

O POETA

Os poetas continuam a cumprir a sua missão divina sobre a terra, como o queria o intelectualismo de Marcel Edmond Naegelen.

E, não fora assim, que seria de nós, ante a dureza cotidiana da Vida?

"Que importam as qualidades do espírito, a beleza da alma — que importa a flama interior do pensamento e do sonho, se nada disso transparece? Essas qualidades, essa beleza, não existem senão em razão das suas obras, em razão das idéias e dos sentimentos que comunicam ao exterior; a flama não vive senão pelos raios de força e de esperança que atira sobre a noite do mundo, sobre a angústia das dúvidas, sobre a ansiedade das coragens..."

A arte é a transformação da vida. É a luz e o som, é a cor e o perfume, é o espírito e a forma. Ela é o próprio mundo, remido de males, isento de fealdade, livre de contingência. É o mundo mesmo, porém como deveria ser, entrevisto no sonho de um poeta ou no êxtase de um santo.

A arte apanha a beleza dispersa, e faz com ela bálsamo infinito.

O artista é, como o Poeta, um símbolo imenso.

O artista é coordenador, como o Poeta é demiurgo.

Louis Richard-Monet, nos "*Principes d'esthétique fondamentale*", disse uma vez:

"A beleza aparece-nos sob os aspectos contraditórios do finito e do infinito, do racional e do abstrato, do estável e do transitório. Revolver essas antinomias, eis o segredo da grande obra artística. Ela consiste em revelar o infinito pelo finito, o essencial pelo real, o móvel pelo fixo".

O acadêmico, de quem me coube fazer agora o elogio *sous la coupole*, teve, também, os seus momentos de pura arte.

Escreveu belos versos: cumpriu, entre os homens, a sua "missão de sol".

Ouvi-lo-eis com encanto, na música numerosa.

Vede-o, como o fabro celiniano da "Symphonie en rose majeur" como o cinzelador Théophile Gauthier, escrever a sua "Epopéia do Verde":

"Verdes ondas, chorai. Quero as preciosas
pedrarias das lágrimas choradas;
serão, talvez, diamantes, ou irisadas
opalas e safiras luminosas.

Verdes campos, abri todas as rosas
que pesam ramos, ensombrando estradas;
quero assistir às fúlgidas revoadas
das pétalas de essências capitosas.

Esmeraldas! Ó verdes esmeraldas!
Vinde tecer as úmidas grinaldas
e as coroas das múrmuras florestas!

Quero o verde, por toda a parte, agora;
— verde o céu, verde a noite, verde a aurora,
numa orgia pagã de estranhas festas!...

Mas, se estais fatigados desse verde intenso, que recorda aquele
extraordinário céu de Arthur Rimbaud, olhai agora o

"SANGUE DAS ROSAS:

Quando sinto cantarem sobre as telhas
o oiro da luz e a voz das madrugadas,
vou ver morrer no céu as irisadas,
pequeninas e fúlgidas centelhas.

Ainda não despertaram as abelhas
para a festa das ramas enfloradas.
Pássaros dormem. Abertas nas estradas,
rosas pompeiam pétalas vermelhas.

De onde lhes vem aquele sangue rubro?
Sigo, pé ante pé, olho e me encubro
nos roseirais e de onde posso vê-las,

e vejo então, velando o espaço infindo,
aquele sangue vir do céu caindo
pelos olhos de prata das estrelas..."

Nem a Anacreonte, nem a Rubén Dario, que pedia

"Rosas, rosas, dá-me rosas
para Adélia Villagrán",

lembrou jamais a imagem fulgurante dessa linda coroa de catorze pétalas...

Teresina, 1928.

Para a 2ª edição, Maria
Yara Neves Borges de Melo
escreveu (Rio-1973):

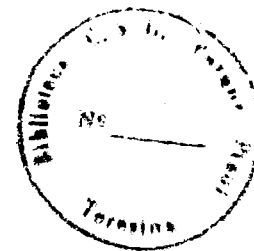
Filho de modesto empregado público, Abdias Neves, como geralmente se assinava, nasceu em Teresina — Piauí — a 19 de novembro de 1876, às quatro e meia da manhã. Seus pais: João da Costa Neves e Delfina Maria de Oliveira.

Estudou os preparatórios no Liceu Piauiense e bacharelou-se em Recife, em 1898, com brilhantismo.

Dentro de três décadas — 1898/1928 — formatura e morte — Abdias Neves foi político, professor, poliglota, mas, acima de tudo, homem de letras: romancista, poeta, jornalista, historiador, — um triunfador nas atividades intelectuais. Valia por uma geração, no dizer de Cristino Castelo Branco.

"Um Manicaca", seu único romance de costumes e tipos piauienses, foi escrito entre 1901/1902; por dificuldades financeiras, publicado em 1909. Nesse romance, o escritor viveu a sua inteligência, sendo um espectador da realidade daquela época. Os tipos que criou vieram da terra, da vida simples, bonachona, libertos da tirania dos modelos acadêmicos e retratados com as tradições sertanejas. "Um livro é como que um prolongamento, ou o desdobramento da personalidade do seu autor, uma parte integrante do seu eu" — e Abdias Neves quase que se retrata num dos seus personagens: PRAXEDES.

Poeta, escreveu "Velário", inédito, livro todo iriado de imagens. Parnasiano ortodoxo, idolatrava a Forma, mas não era martirizado da Arte. Manejava o verso com maestria. As rimas estampam as emoções sentidas pelo poeta, pois, afinal, poesia é revelação de arte, é dar vida à obra":



... eu lembrando esses teus modos graves,
fico escutando a música das aves
para aprender a música dos versos! (Ao Sol)

... E vejo, então, olhando o espaço infundo
aquele sangue vir do céu caindo
pelos olhos de prata das estrelas. (O Sangue das Rosas)

... Desfraldei-as por ti. Ei-las cativas,
postas em arco, trêmulas, festivas,
palpitando nas rimas dos meus versos. (Bandeiras)

Da tua dor fazes um poema, escreveu Goethe, e surgiu o soneto
SAUDADE:

... Devo traçar a derradeira linha
e a mão me treme e é com pesar que a escrevo.

Como historiador, Abdias Neves publicou: "A Guerra do Fidié" (1907); "O Brasil e as Esferas de Influência na Conferência da Paz" (1919); "O Piauí na Confederação do Equador" (1921); "Aspectos do Piauí" (1926); "Imunidades Parlamentares"; "Psicologia do Cristianismo"; "Moral Religiosa"; "Regime Municipal" (1926). Outros trabalhos esparsos e mais o estudo que escreveu, atendendo a convite, para o número especial de LA NACION, de Buenos Ayres, consagrado às comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

"A Guerra do Fidié" relata uma brilhante fase histórica do Piauí. Destaca os fatos reais comprovados da luta travada pela liberdade e Independência, sintetizando, ainda, a feição social do Piauí-colônia. Essa luta é narrada com amplitude de vistas e sem diminuir o inimigo, exaltando, com justiça, os destemerosos soldados piauienses. A batalha do Jenipapo foi para Fidié menos uma vitória do que uma derrota. Fidié é vencido no Maranhão com o auxílio prestado aos maranhenses pelos indômitos soldados piauienses.

Para melhor apreciação de como surgiu Fidié no cenário histórico do Piauí, dos fatos e realidades da época, transcrevo, em seguida, "FISIONOMIA HISTÓRICA DE FIDIÉ", estudo-pesquisa, pouco conhecido e silenciado através dos anos, escrito por Abdias Neves com a lucidez e o equilíbrio de responsabilidade que lhe eram peculiares. Ei-lo:

FISIONOMIA HISTÓRICA DE FIDIÉ

Hermínio Conde é, talvez, pela ductilidade mental, a expressão mais vigorosa da mocidade piauiense na hora que atravessamos. Tomou por norma a sentença de Descartes quando aconselha — "Não te preocupes com o que pensarem, ou escreveram antes de ti; aprende a acreditar, apenas, no que a tua razão achar evidente." E, daí, a independência intelectual que o enfileirou, já, entre os "cultores iluminados da ciência opressora", e o encaminha para uma fase combativa de negação teológica. Seu ensaio sobre "DESCARTES E A MEDICINA", publicado na revista "Academia", revista de que é Redator-Secretário, é a afirmação disso. E é com um prazer sincero que o seguimos nessa franqueza de idéias — que lhe valerá o ódio estéril do preconceito religioso, mas define o caráter de quem se não arreceia do juízo e das hostilidades do meio ambiente.

Aparelhado com esses atributos e investigador erudito, sem reclamos, nem preocupações de palmaslouvaminheiras, como sem se temer de contestações, projeta em plena atualidade a figura de Fidié e traz, com a divulgação de um livro deste, contingente valioso para a reconstituição de incidentes ainda obscuros na história do Piauí.

Através do **Dicionário Bibliográfico Português**, por Innocência F. da Silva, já tínhamos notícia do **Vária Fortuna de um Soldado Português**, de Fidié. Mas julgávamos que esse opúsculo desaparecera, porque fugira, sempre, ao nosso encontro, das vezes que o procuramos.

Compulsáramos documentos no arquivo da Secretaria do Governo, dos quais pudéramos ver que Fidié escrevera, no Estado-Maior do Quartel do 1.º Batalhão de Linha, de Oeiras, a que fora recolhido em 5 de no-

vembro de 1823, um trabalho destinado à sua defesa. Sabíamos que solicitara da Junta os elementos necessários para isso e que lhe tinham sido recusados — donde não ser novidade para nós a notícia do **Dicionário Bibliográfico Português**. E, daí, a curiosidade que nos despertaram, agora, os artigos de "O Piauí".

Vale a pena conhecer o ambiente em que o Sargento-mor luso fez a sua formação militar e em que se desenvolveu.

Surge ele em um dos períodos cíclicos da história da península.

Em 1788 morria D. José, atacado de varíola. Era o herdeiro do trono de Portugal. Enlouquece a Rainha-mãe, D. Maria I, em 1794. E logo a seguir assume D. João VI a Regência.

Já estava casado com a princesa Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, da Espanha.

A hora era de grandes responsabilidades. Para a assistir, não tinha o Príncipe a necessária envergadura. E, evidência disso, são os choques provocados na política externa e que lhe valeram a instabilidade das relações com a Inglaterra e a Espanha, com, afinal, o rompimento inoportuno das hostilidades, contra a França. Não é só. Essa grave situação externa assumira proporções ameaçadoras dentro do país. A mania perseguidora de Maria I, alimentada nos conventos, lançara, no íntimo da subserviência forçada do povo, constantes fermentos de revolta. E as ameaças contra o Reino culminaram com a reincidência de ataques a interesses franceses — no próprio momento em que eram mais agudas as dificuldades internas.

Sem as notar, D. João VI, maldosamente aconselhado pela Inglaterra, recusa à França combinações sobre comércio marítimo.

A situação torna-se delicadíssima. Percebe-a a Espanha e, com promessas de apoio do Gabinete de Paris, declara guerra à sua coirmã de península. Ora, Portugal tinha, por toda parte, conventos e sacristias; não tinha arsenais, nem exércitos. Inevitável a sua derrota. Foi derrotado Perdeu Olivença.

Nesse ínterim, as águias napoleônicas abriam asas triunfantes e ameaçadoras sobre o continente. Napoleão, na cegueira de uma aura epilética, revivia e procurava dar forma tangível a um sonho de domínio universal. Acenava às suas tropas conquistadoras com a imperecível grandeza histórica do Egito. Invadia-o e bradava aos soldados, como estímulo à sua bravura:

"Soldados! Lembrai-vos que do alto dessas pirâmides quarenta séculos vos contemplam!" A França precisava delas para monumentos decorativos do valor de suas armas.

Presa da aura delirante, não compreende nem admite a razão de ser da grandeza marítima da Inglaterra e declara o bloqueio continental. Força o apoio de Portugal. Observando, porém, a atitude escorregadia

da diplomacia portuguesa na sua execução, convida a Espanha para um entendimento em Fontainebleau e aí ajustam a divisão do Reino em três porções, duas das quais caberiam às partes convencionantes.

É o anúncio da luta contra os domínios de D. João VI. Dá-se a invasão. Os franceses, ao mando de Junot, avançam território a dentro, dominam as margens do Mondego, atravessam o Quadalquivir e aproximam-se do Tejo.

Lisboa agita-se e treme tomada de um pavor pânico. Principia o êxodo da Corte. A 2 de novembro de 1807 foge a Família Real para o Brasil. No dia seguinte Lisboa é ocupada militarmente pelos invasores.

Mas, a intrepidez lusitana, apanhada de surpresa pela celeridade vertiginosa da marcha inimiga, para logo se manifesta.

Em 1808 começa a reação. Dá o grito de alarma a cidade do Porto. Segue-se o levante do Algarve. Propaga-se o movimento. Aproveita a Inglaterra o ensejo para, por sua vez, ir contra o autor do bloqueio, na expectativa do concurso das outras nações atingidas pela medida. Soma forças ao exército português. Sucedem-se as derrotas dos invasores. Agora luta a península quase toda. E em Portugal o fracasso de Torres Novas encerra, aí, o ciclo das lutas napoleônicas. Descambava, rapidamente, a estrela do general corso. Era o anúncio do epílogo de Waterloo.

Pois bem. Foi nesse ambiente que apareceu a figura de João José da Cunha Fidié.

Não pertencia à estirpe importante dos Cunha, como pudemos verificar. Era, entretanto, de pais ilustres do que é indício verificar praça em janeiro de 1809, como cadete. A Revolução atingia o auge: atraiu-o, prendeu-o e dominou-o. Esteve em Bussaco, Albueta, Victória, Nivella, Nive, Tolosa. Ia-se destacando pela bravura e subindo em postos. Mandavam-no para os pontos de maior perigo. Onde se precisasse de uma dedicação cega, aí estava ele. Não de estranhar, pois, que fosse gravemente ferido em Olivença e estivesse entre os temerários de Bodajoz...

Entretanto, a ausência da Família Imperial e aquela atmosfera de agitações preparavam crise mais séria. Infiltravam-se nos costumes políticos idéias de reforma do regime, trazidas da França, hauridas nas sociedades secretas. No Brasil, as lojas maçônicas, sob o rótulo de academias, como, para citar apenas uma, a de Itambé, difundiam os ideais republicanos. Tinham, mesmo, solicitado a Napoleão, na época de sua prosperidade, intervisse no Brasil para o libertar do jugo lusitano. Surge, em Portugal, um ensaio preparatório de reforma com a exigência de uma Carta de Lei. Irrompe no Porto a Revolução de 1820. É proclamado o sistema constitucional. E, tendo-se em vista a necessidade de manter no Brasil representantes legítimos da autoridade da metrópole, a ela diretamente sujeitos, o Decreto de 29 de setembro de 1821 cria, em todas

as províncias do Brasil, com as prerrogativas dos Governadores de Armas das províncias portuguesas, o Comando das Armas.

Fidié não podia ficar esquecido.

Aproveitado, traziam-no as fatalidades históricas do momento para o Piauí.

O Morro do Alecrim seria o seu Monte Tabor. O soldado transfigurava-se em herói.

As concessões liberais evidentes nas bases da Carta de Lei, discutidas no Porto, ausente D. João VI e imposta à sua aprovação, rasgavam à colônia horizontes políticos, amplos e claros, que deveriam, então, bastar às aspirações legítimas dos brasileiros. Nelas figurava, significativamente, o reconhecimento, às províncias, do direito de representação nas Cortes e de colaboração na feitura da Lei-Mater.

Deviam, desta sorte, ser bem recebidas no Piauí, e o foram, tanto que, feita exclusão de raros descontentes, eram juradas a 9 de setembro de 1821 no Paço do Conselho, em reunião soleníssima, com a assistência do Governador Elias José Ribeiro de Carvalho, do Desembargador Francisco Zuzarte Mendes Barreto, o Ouvidor-Geral e de outras autoridades civis, eclesiásticas e militares. Em 7 de maio fora prestado juramento prévio de obediência à Constituição que viesse a ser promulgada. E, a 30 de outubro, eram mandados às Cortes Constituintes dois deputados — o Dr. Ovídio Saraiva de Carvalho, que residia no Rio de Janeiro, e o Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castello Branco, ambos piauienses. Tinham um substituto, o Padre Domingos da Conceição, que se empossou, porque Saraiva recusou a investidura. Esses representantes assinaram o projeto de Constituição.

Enquanto se discutia o projeto, as intrigas, as conspiratas, os conluios eram constantes na Província. Daí se reunir a Junta Eleitoral em Oeiras a 24 de outubro (1821), destituir o Governador e eleger, sob a presidência do Ouvidor-Geral, Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, uma Junta de Governo Provisório. Diz a ata da eleição que esta foi feita “por instâncias dos povos” — “a exemplo das capitanias vizinhas e de quase todas as do Brasil — como Governo que mais se conforma com as idéias do tempo e com o sistema da regeneração portuguesa.”

A ata consigna que “era preciso que a Junta Eleitoral, como representante de todas as Câmaras, e povos que compunham a Capitania, resolvesse se convinha mais o Governo Provisório, ou o do Governador”. Uma comissão de dois eleitores foi convidá-lo a assistir à eleição e voltou apresentando desculpas suas de não comparecimento, por moléstia, e de aplausos à iniciativa. Compareceram os oficiais da Tropa de Linha. E, do resultado da eleição, verifica-se a sinceridade do Governador, pois que, sendo, unanimemente, eleito Presidente, recusou. “Sinto faltarem-me expressões, dizia ele, com que possa agradecer dignamente à Ilustradís-

sima Junta Eleitoral a distinta honra que me faz, — porém, eu faltaria ao zelo e fidelidade com que, por mais de 25 anos, tenho servido a El-Rei e à nação, se aceitasse, **nas atuais circunstâncias**, a presidência que tão graciosamente se me oferece.” Terminava pedindo dispensa da presidência da Junta e protestando-lhe respeito e adesão, como fiel soldado e como fiel cidadão constitucional.

Em ofício da Junta (31 de outubro) ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino do Brasil, a Junta descreve o momento. Diz que “instando os povos desta Capitania por um governo provisório, à semelhança das capitanias vizinhas, até o ponto de ameaçarem o Governador e autoridades civis e militares com pasquins sucessivos e **receando-se alguma** comoção popular, que produzisse conseqüências funestas, a qual não poderia tardar, **atenção o espírito do povo**, foi preciso que o Ouvidor-Geral e Corregedor desta Capitania, de mãos dadas com o Governador das Armas da mesma, propusesse, no dia 24 do mês de outubro, a instalação do Governo Provisório em Junta dos Eleitores da Comarca — como representante de todos os povos da Capitania.” Termina pedindo a aprovação desse procedimento, “tão conveniente como indispensável, nas presentes circunstâncias, visto a opinião pública e a vontade geral dos povos, que, **nesta parte** manifesta cada vez maior adesão à santa causa da Constituição, com a qual é mais conforme o Governo Provisório, que o passado — que era, geralmente olhado com ódio e rancor...”

Isso de modo algum estranhou Elias de Carvalho, pois, em ofício de 2 de agosto (1821) ao Ministro Inácio da Costa Quintella, expunha a situação agitada da Província, desde uma tentativa de pronunciamiento de quartéis na noite de 4 de maio. Confessava que a força vinha sendo trabalhada, dia e noite, apontando-se à tropa as vantagens de soldo que tinham as forças da Bahia e do Maranhão. Concluía dizendo que tudo era fomentado por “aqueles que nas revoluções têm as suas esperanças”. E pedia demissão, aguardando ordens reais.

Eram juradas as bases da Constituição, e depois disso, mais delicada se vinha tornando a posição do Governador. Como vimos, estabelecera-se a Junta do Governo Provisório. Depois de estabelecida, era publicado em Oeiras, por meio de bandos, o Decreto de 24 de fevereiro em que as Juntas Governamentais Provisórias não se podiam estabelecer “sem ordem positiva de S. Majestade, ou do Soberano Congresso Nacional” (sic). Publicado, embora, não se dispersara a Junta, limitando-se a não funcionar.

Isso perdurou até 7 de abril (1822) quando foi eleita nova Junta, em obediência ao Decreto das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, de 20 de setembro de 1821, mandado executar pela Carta de Lei de 1.º de outubro.

Até aí, o futuro Visconde da Parnaíba, com a patente de brigadeiro obtida em virtude de reforma, era um simples burocrata: Tesoureiro da Junta de Fazenda.

Não tinha prestígio eleitoral, tanto que, sendo candidato a membro da Junta, foi derrotado! Por isso, embora fosse a maior patente da Província, coube a seu irmão, Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, o comando das Armas.

O desgosto dessa situação, no Brigadeiro, teria influência poderosa nos fatos subseqüentes — que se desenrolariam pela guerra da Independência, determinariam, mais tarde, o rompimento radical dos dois irmãos — o Brigadeiro e o Tenente-Coronel, provocariam uma tentativa de assassinio contra o Visconde, e o crime da Rua do Fogo — com o levantamento, pela primeira vez e única, da força em uma das praças de Oeiras.

Aliás, para quem conhece a história do Piauí, dessa época, esse cenário agitado não encerra novidade alguma.

O Piauí, dessa época, apenas demonstrava a revivescência de penhores seculares trazidos para aquele meio. Ninguém pode imaginar, pelo tipo do piauiense de hoje, pacífico e conformado, o espírito de outrora. Lembre-se a luta contra os índios, que se prolongou por mais de cem anos — observando-se, certa vez, o levante geral de todas as tribos da Capitania. Não estava, ainda, amolecido pelos rústicos labores de vaqueiro. Era temerário, audaz, belicoso, de uma generosidade cavalheiresca de que oferece robustas provas a sua conduta com os vencidos do Morro das Tabocas (depois chamado de Alecrim).

Desde a Carta-Régia de 29 de julho de 1759, era objeto de cogitações a organização militar da Capitania: vê-se desse documento pelo qual era criado um Regimento de Cavalaria Auxiliar, composto de 10 companhias com 60 praças cada uma "para que, dizia, no mesmo tempo em que nela se veja resplandecer o Governo Civil, seja também condecorada com o exercício militar, naquela forma em que, presentemente o permitem as faculdades do seu almoxarifado. Assim acrescentava, aos oficiais como aos soldados, hei por bem fazer-lhes mercê de **que gozem os mesmos privilégios e liberdades**, isenções e franquezas de que gozam os oficiais e soldados das tropas pagas."

Somente o sargento-mor e o ajudante venceriam soldos, podendo todos pedir mercês como os oficiais de Cavalaria. E **até podiam usar de galões no chapéu e uniforme** — o que era proibido às tropas dos auxiliares do Reino. A Carta conferia a João Pereira Caldas o posto de coronel. Os de tenente-coronel, capitães, tenentes, alferes e furriéis seriam propostos ao Governador e Capitão-General do Pará. O Governador João Pereira Caldas — e foi o primeiro — empossou-se a 20 de setembro (1759).

Não ficou aí a **militarização** da Capitania. No ano seguinte, um decreto de 28 de maio conferiu a Clemente Pereira de Azevedo Coutinho e Melo o comando de uma Companhia de Dragões recém-criada. O nomeado, homem de fina estirpe, era filho do Capitão-mor Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria, irmão de D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil e Reitor da Universidade de Coimbra; do Dr. João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho e do Brigadeiro Inácio de Andrade Sousa; soube-se que trouxeram também armamento.

As forças militares do Piauí constavam de dois regimentos de Cavalaria, com 5.164 praças, de um regimento de Infantaria e quatro companhias de pedestres com 2.115 praças. Reuniam-se todos, em paradas gerais, uma vez por ano, a 27 de dezembro — pena, para os soldados, de multa de 4\$, imposta a quem faltasse.

Todo esse jogo numérico de sete mil soldados, dentro da realidade, tinha importância relativa, em confronto à eficiência das praças-de-linha, e das granadeiras e peças de campanha que as aparelhavam, poderosamente, para o recontro decisivo do Jenipapo.

Fidié previa-o. Tanto que, num excesso de confiança em si mesmo, ou descaso pelos piauienses, abandonava em Campo Maior, aí passando rumo a Parnaíba, 100 granadeiras e duas peças de campanha — em poder do Comandante-Geral Higino Xavier Lopes — imprevidência que lhe seria funesta, não tivesse esse oficial conduzido tudo para a vila do Poti, apenas os portugueses deram costas à localidade.

Que era, entretanto, que permitia prever a nenhuma expressão da vantagem aritmética das hostes independentes, face a face às reduzidas forças lusitanas?

Tudo, a começar por seu desaparelhamento bélico — aduzido já, em outra parte, e a concluir pelo que indicava o processo histórico da formação dos elementos que deviam entrar em choque inesperado.

De começo, acentuaremos que os milicianos estavam longe de constituir um corpo homogêneo — separados que eram os componentes por preconceitos irredutíveis de cor. Para o europeu branco, era intolerável a confraternização, nas fileiras, com os mestiços. E o Reino alimentava esse preconceito, como se conclui de uma carta do primeiro Governador da Capitania endereçada ao Ministro de Ultramar, em 9 de outubro de 1766, em resposta ao assunto de uma Carta-Régia sobre a organização dos terços auxiliares de ordenanças que se deviam estabelecer em todas as capitânias.

Vamos transcrever tópicos desse documento, que dá o modo de ver do Governador e seus capitaneados. É uma página informativa e interessante.

Escrevia ele:

"O meu conceito sobre o préstimo dos homens desta Capitania é muito restrito; e por isso só devo dizer a V. Exa. a esse respeito, que, entre eles, os menos maus são os que se acham empregados nos postos, que nas mesmas relações se contém, sendo os mais graduados os que mais se escolheram.

"A povoação desta Capitania é tão diminuta, que me parece impossível que se possa observar a sobredita real ordem na parte que respeita à indicada separação de classes.

"Da gente livre, a que pertence à classe dos pretos, é tão pouca, que com ela não se pode, certamente, formar corpo de separação porque, nem ainda nas maiores freguesias, haverá homens desta qualidade para uma mediana companhia.

"Os mulatos são aqui em maior número, mas, entre eles, há muitos que têm melhor reputação.

"Os brancos, finalmente, são menos que os sobreditos mulatos, e de tal forma que, nem aquela Companhia de Dragões pagos, que aqui há, pude conseguir conservá-la sem muita mistura. Demais, neste sertão, por costume antiquíssimo, a mesma estimação têm brancos, mulatos e pretos e todos, uns e outros, se tratam com recíproca igualdade, sendo rara a pessoa que se separa deste ridículo sistema porque, se seguirem o contrário, expõem as suas vidas.

"No Regimento de Cavalaria Auxiliar, que nesta Capitania existe, inclui brancos e mulatos, pelo que respeita aos soldados, porque seria impossível formá-lo de outra forma, ainda repartindo, como reparti, as suas companhias por todas as freguesias da mesma Capitania; e também porque gozam os seus oficiais e soldados de todos os privilégios das tropas pagas, era preciso deixar de fora pessoas que se não pudessem isentar dos empregos e cargos públicos da república."

A essa falta de homogeneidade nas ordenanças, junte-se a flutuação constante dos elementos de composição, o que fez João Pereira Caldas escrever:

"De toda a sobredita gente (a das ordenanças) é ainda muito menor o número da persistente, porque, fora daquela que se acha estabelecida, mais entra e sai, como bem lhe parece e segundo mais convém aos seus interesses; que os da maior parte de semelhantes peralvilhos, só consistem em viver na ociosidade, e em praticarem os contínuos insultos, que, freqüentemente, andam cometendo pelos sertões, de todas estas capitânicas da América, passando-se de umas a outra naqueles exercícios, e aproveitando-se, para isso, das muitas comodidades que o país lhes oferece e subministra." E a tudo isso, como pretexto para o abandono das fileiras, vinham juntar-se intermitências e dificuldades no pagamento dos soldos aos sargentos-maiores, o que competia aos conselhos locais.

Que poderiam, aliás, render esses conselhos, com uma população rarefeita e disseminada?...

Mais ainda uma observação, quanto à Tropa de Linha existente em 1823: fora criada no Piauí em 1797 — dando remédio às perturbações que provocavam os destacamentos vindos do Maranhão.

E passemos, agora, adiante, verificando como estavam, naquele momento, distribuídos os habitantes do Piauí, verificados em vários censos.

Destes, o primeiro foi realizado no Governo de João Pereira Caldas, em 1762, em este resultado:

Oeiras: — 1.120 hs. — livres 655. No interior da freguesia havia 2.495 hs., sendo livres 1.411. Aí estão incluídos os habitantes de Jaicós — 354 índios — e os de S. João de Sendé — 337 índios. Seja, para 3.615 hs., apenas 2.066 brancos.

Valença: — 692 hs. dos quais 613 índios e negros;

Marvão: — 1.059 hs. dos quais 514 livres;

Campo Maior: — 1.867 hs. dos quais livres 1.120;

Parnaíba: — 12 hs. sendo 8 livres;

Piracuruca: — 2.349 hs. dos quais livres 1.747;

Jerumenha: — (Jurumenha, como era grafado) 697 hs. dos quais 371 livres;

Parnaguá: — 805 hs. dos quais 576 escravos.

Isso dá o total de 8.102 hs., sendo escravos (negros e índios) 4.644.

O censo foi renovado em 1805, ou 1806: o resultado acha-se no Rio de Janeiro, no Arquivo Militar. Só o conhecemos de segunda mão.

Procedeu-se a outro em 1826, dando o resultado de 94.948, ou seja, para o recenseamento de 1762, um aumento de 84.846 em 64 anos. Dessa população eram:

Brancos — 21.945

negros — 32.494

pardos — 37.909

Vê-se, daí, quão diminuta era a população e como estava distribuída rarefeitamente, por mais de trezentos mil quilômetros quadrados.

Mas, assim disposta, por sertões imensos, separados núcleo de núcleo por dezenas de léguas, nem ao menos sofria a influência do contato que estabelecem meios acessíveis de transporte em estradas abertas. E, desta sorte, só por essa circunstância e há outras que apontaremos — porque ainda dessa vez, não concluímos, estamos longe de crer que os piauienses em 1823 se tivessem movido pela atração de uma aspiração

comum. O que os moveu não foi o ódio a Portugal — foi o espírito de aventura — que é individual, jamais foi coletivo.

No **substratum** dos pendores brutais, impulsivos e violentos do matuto, vaqueiro ou roceiro, estão a alma corajosa dos bandeirantes e as tendências vagabundas do índio: alma e tendências que havia mais de um século tinham feito, aqui, as **entradas** e devassado matas virgens e vadeado rios caudalosos e transposto **costaneiras** de serras; alma de paixão pelas sugestões do “acaso” e de desprezo pelos perigos. Foi isso que moveu a multidão das margens do Jenipapo, onde, ainda hoje, o povo das cercanias de Campo Maior diz que está o sangue dos nossos patriotas nas pedras negras do campo de batalha de 13 de março. Não cedeu a injunções de disciplina. Contava com a derrota. Sabia que a sua organização militar não tinha eficiência contra as armas portuguesas. Sabia que não tínhamos recursos rápidos de transporte que mobilizassem as milícias, e as trouxeram à arregimentação com presteza. Não foram as milícias que ali estiveram — foi o povo levado pelo arrastamento daquela hora decisiva, prometedora de fortes sensações. Naquele instante, se unidade havia na orientação, era a do ódio mestiço contra a tirania orgulhosa e cruel, exploradora e sanguinária do português. Era a desforra súbita, esmagadora e completa de rancores seculares do mestiço contra o branco.

Tudo isso, porém, de nada valeria. Fidié vence, mas, triunfante, encontra-se perdido. Perdeu-o o roubo de sua bagagem de guerra na ocasião da luta. Foi o melhor, talvez único serviço, que os cearenses nos prestaram.

Heroísmo é que não houve de sua parte, enfrentando com onze bocas de fogo e tropas aguerridas, não a forças, mas a uma multidão armada de clavinhas, clavinotes, espadagões, chuços e facas, sem disciplina, sem comando — porque, não nos cansaremos de repetir, não foram as ordenanças que ali estiveram, foi o piauiense, e o do Norte, não o do Sul, — porque o do Sul, o que conspirava em Oeiras desde os primeiros dias do século, esse não foi visto em Campo Maior, mesmo porque o movimento seguiu do norte para o sul. Basta dizer que foi a 23 de janeiro, já sob a ameaça conhecida do General Pedro Labatut de invadir a Província pelo sul, pelas fronteiras com a Bahia, sob a ameaça do Crato, vizinho de Oeiras, que aí houve uma reunião e se assentou proclamar a Independência no dia seguinte, quando Parnaíba, desde 19 de outubro, a proclamara!

Para Fidié, a ameaça verdadeira e iminente vinha do Ceará, ou pelo oceano.

As notícias que recebia, demoradamente, de Oeiras, eram tranquilizadoras e só podiam ser, dêis que a Junta, até à véspera do pronunciamento, tomou medidas de repressão contra os separatistas.

As notícias marítimas eram amedrontadoras, porque todo o litoral estava em luta: no litoral pensou dever agir. Dos sentimentos da capital, longe dos fatos, não tinha receio.

O rio Jenipapo separava as linhas inimigas. Eram guiados os portugueses, foram levados a uma passagem não seguida. Os brasileiros se tinham entrincheirado no ponto ordinário de travessia. As tropas que estavam fora, ouvindo tiros trocados com uma patrulha, para ali correram, o que permitiu ao Sargento-mor atravessar o rio sem ser incomodado, montar a artilharia no alto de uma ondulação da várzea que ali se desdobra por léguas e aguardar as hostilidades.

A bagagem de guerra estava nas proximidades, além do rio, onde, logo no começo da refrega, foi roubada.

A batalha durou mais de três horas. Várias vezes os brasileiros avançaram até as peças para tomar à arma branca. Dá-se, por fim, o recuo. Mas, era tal o estado das tropas lusas, que Fidié não mandou perseguir os brasileiros e teve de demorar-se três dias em Campo Maior. Triunfou. Mas podia responder como Pirro aos que o felicitavam pela vitória de Asculum — **Ainda uma vitória como esta, e estou perdido.**

Derrotado já estava Fidié, porque, naquele dia, Portugal perdera mais uma província no Brasil.

É um erro histórico pretender que fossem as milícias organizadas na Província que se tivessem congregado na formação das hostes que puseram Caxias debaixo de cerco, até à ocupação do Morro das Tabocas (Alecrim). Os corpos andavam dispersos. Reuniam-se, uma vez por ano, a 27 de dezembro, para revista geral, o que muito poucas vezes se realizou. A sua arregimentação era puramente local. Tínham mera função de polícia em concursos prestados às autoridades na captura de criminosos. E, serviços de guerra, prestados às vezes, eram nas **entradas** contra os índios, que se revoltavam em levantes repetidos, periodicamente, no século XVII e nos primeiros anos do século XIX. Eram, com isso, corpos de ação regional, de serviço obrigatório e gratuito. Não eram, pois, chamados à ingerência nos negócios da Capitania, que, para a sua defesa, dispunha da Tropa de Linha.

Nem podia ser de outra sorte, quando os piauienses viviam insulados nas freguesias e fazendas e vilas — fora da vigilância perspicaz dos representantes da metrópole. Repitamo-lo: a sua organização era peculiarmente local, de ação restrita e intervenções decaradamente expressas em ordens. Não era, também, preventiva: era, simplesmente, repressiva. Não era arregimentada — reuniram-se, ocasionalmente, exceto para a revista de 27 de dezembro, que, embora devesse ser anual, poucas vezes se realizou. A isso já nos referimos.

Não tinha, pois, consistência em conjunto; tinha ação isolada — donde nos parecer que não tomou, como corporação militar, parte nos

sucessos. E faz-nos pensar assim, ter a Junta de Governo entrado no movimento em 24 de janeiro e, desde que entrou, mandar mobilizar apenas as ordenanças de Oeiras, sob o comando do Capitão-mor João Nepomuceno Castelo Branco, enquanto despachava **positivos** para Valença, Jerumenha, Parnaíba, Campo Maior e Parnaíba, determinando, apenas, que aí fosse proclamada a Independência, sem aludir à reunião de tropas. A medida do ajuntamento das milícias ficaria ao alvedrio dos comandos dessas vilas, razão evidente de que se não cogitou de uma mobilização global. E nem há documento nenhum conhecido de convocação: o que houve, foi uma mobilização espontânea provocada pelos pendores populares para aventuras; foi a apresentação voluntária de milicianos e não milicianos o que, dias depois da proclamação, permitia guarnecer com 100 homens a passagem de S. Antônio, e com outros 100, a de Riacho Fundo — um, porto do Parnaíba, na estrada real do Maranhão para Oeiras, outro, porto avançado na estrada para Campo Maior. Acrescente-se a isso que, até 12 de fevereiro, não havia, ainda, tropas estranhas no Piauí. Supria-o, de tudo, o elemento miliciano, antecessor dos grupos de patriotas. A primeira força auxiliar viria de além-Serra Grande — 100 homens — entraria em Campo Maior a 12 desse mês.

Dois traços desses dias são um ofício da Junta ao Juiz Ordinário de Valença, estranhando que esposasse ódios contra os portugueses e aconselhando-lhe benevolência, e outro, à Câmara da mesma vila, em que recomendava que os portugueses fossem tratados “com generosidade a fim de poder o Brasil mostrar que tinha a necessária cultura para figurar como nação livre e independente”. É a demonstração de que a cultura moral da época excedia, em muito, a da inteligência.

A propósito, é preciso plantar o piauiense na sua época, se queremos projetar luz nos atos daquela crise.

Vivera, até aí, em ajuntamentos gregários, com o laço único de uma subordinação política frouxa à vila do Mocha, antes, depois cidade de Oeiras (1762). E como a população era fraca e escassamente disseminada por grandes distâncias, os gregários tinham as relações mútuas quase anuladas.

Esclarece isso um ofício do Governador D. João de Amorim Pereira ao Ministro do Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, firmado em 8 de agosto de 1798 — 25 anos antes da Independência — propondo a transferência do Governo para Parnaíba. Aí refere que todos os gêneros que se consumiam em Oeiras vinham de 10, 15 e mais léguas. E terminava considerando o Parnaíba próprio a uma grande navegação.

A mesma preocupação de encarar e resolver o problema das comunicações levava o Governador Pedro José César de Meneses a estudar essa grande artéria no ano de 1804. Em ofício ao Príncipe-Regente, informando sobre o rio mencionado, descreve o seu valor, a exportação que

por ali se escoava e sugeria que era ótimo caminho para se alcançarem as minas de ouro nos limites de Vila-Boa, com Goiás, “de que há fundados indícios”. Por ele viajou Carlos César Burlamaque (1806) em excursão de estudos e, do resultado do que observou, deu as melhores informações à metrópole. Nada, porém, se fizera para o seu aproveitamento, continuando a ser explorado por processos primitivos de embarcações a vara e a remo — sem intuição da importância prática de uma exploração menos rotineira...

Progresso maior havia nas estradas, traçadas com método, em obediência a planos de ligação dos centros principais, que se constituíam salteadamente pela Província.

Em 1760 já havia uma, real, de Oeiras para a Bahia. Em 1810 estava aberta outra que permitia varar do Piauí ao Rio de Janeiro, como se depreende do **Roteiro para seguir a melhor estrada do Maranhão para a Corte do Rio de Janeiro**: atravessava o Parnaíba na Passagem de S. Antônio, atingia Oeiras e seguia para o sul até à margem do rio S. Francisco, Bahia. Em 1810 viera da Parnaíba a S. Antônio o Governador Coronel Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, subindo o rio numa canoa.

O Capitão Francisco de Paula Ribeiro descreve, em 1815, os caminhos do Piauí, dando as distâncias que separam os pontos de rancho. Diz de uma estrada ao norte, que vinha de Alcântara a Parnaíba, tocava em Marvão (Castelo) e se desviava para sudeste, terminando na de Valença — Oeiras — S. Antônio — Caxias — Alcântara. Juntava-se a essa uma que, saindo de Campo Maior, cortava o Parnaíba na vila do Poti e ia ter a Caxias, rumo oeste. De Oeiras, que era ponto de convergência, saíam duas, uma para a Bahia, outra para Pernambuco. Esta última encontrava-se com a de S. Antônio na ribeira do Inhamuns. Além dessa, seguia uma diretamente de Oeiras a Caxias e havia outra, muito estimada, da Manga (Nossa Senhora do Piauí) a Pastos Bons (Maranhão). Não ficava aí a rede de nossa viação. Essa era interprovincial. Havia uma nossa. Campo Maior era o pinhão. Daí saíam três, uma que, passando em Piracuruca, alcançava Parnaíba; outra que ia ao Poti e a última que ligava Campo Maior a Matões (Pedro II). Os caminhos que encurtavam a estrada real Oeiras — Valença — Campo Maior — Marvão e Oeiras — Jerumenha, foram abertos em 1824. As guerras da Independência haviam demonstrado que se não prestavam aos fins de uma circulação rápida, os que existiam, cortados que eram de mortos e grotões.

Ora, isso, por mais importante que pareça hoje, para o tempo, não tinha correspondência no tráfego. O piauiense fizera das fazendas o seu microcosmo. Veja-se o número de fogos das vilas, comparados os de fora. E os que residiam fora só chegavam às vilas nas quatro festas do ano, expressão que nos ficou dessa época. E isto era uma das causas da dissociação que se observava na Província até às vésperas tormentosas da jor-

nada do Fidié e das que mais deviam empecer a ação da Junta, se tivesse chamado às armas as milícias — outra indicação de que o movimento, que se operou, foi espontâneo, não veio de um cumprimento de ordens militares.

Depois, não acreditamos que, afastada a hipótese, acoressem os piauienses às armas trazidos pela consciência de seus deveres porquanto não tinham a instrução necessária para tanto e muito menos educação cívica.

Em verdade, vejamos.

São de 1767 as primeiras escolas primárias. Criou-as João Pereira Caldas para os índios. Os professores não eram pagos em dinheiro; aqui, tal como no Maranhão e Rio Negro (Amazonas) eram pagos com paneiros de farinha...

Trinta e dois anos depois, 1797, ainda não havia uma escola primária em Oeiras: somente em 1815 foi criada a primeira!

Daí, não ser de admirar que, tendo de vir a esta Província o sábio de reputação universal Humboldt, em 1800, o Governador do Maranhão, em 12 de outubro, oficiasse ao comandante da Parnaíba dizendo:

"Havendo notícia que um tal Barão Humboldt tenta seguir suas excursões pelos sertões deste Estado (o Piauí ainda não fora separado do Maranhão), se faz preciso que Vossa Mercê fique prevenido e expeça ordens a todas as vilas desse Governo para, no caso de se verificarem as ditas notícias, ou sucedendo aparecer outro viajante no distrito, o faça conduzir a esta capital, com toda a sua comitiva sem contudo se lhe faltar à decência, nem ao bom tratamento e comodidade, mas só acompanhando-o e interceptando-lhe os meios de transporte e de fazer indagações políticas e filosóficas."

Spix e Martius e Gardner visitar-nos-iam alguns anos depois.

Perguntamos, agora: nesse estado mental; em situação gregária característica; sem noção, por elementar, de deveres, é aceitável a idéia da existência de uma disciplina militar na Província, capaz de permitir a mobilização que se operou em 1823?

O acaso, às vezes, é ceticamente irônico.

Foi uma das profundas ironias da História o recebimento, no auge da luta, sete dias depois da batalha do Jenipapo, de um decreto das Cortes de Lisboa ordenando a venda das fazendas nacionais — 36 — excetuada uma, a Tranqueira, "que se reservaria para estabelecimento de hospital e botica, a fim de nele serem tratados os enfermos pobres, debaixo de inspeção e administração da Câmara Municipal." Na mesma ocasião, providenciava a metrópole para a colocação, em Parnaíba, de um cirurgião e um boticário, e de um médico em Mocha. Uma visita médica domiciliar custava menos de duas patacas, 620 réis. É, porém, circunstância de notar

que, embora atrasos de ordem material como esse, e de falhas outras, se esboçassem já, aí, movimentos de opinião em matéria religiosa e política. Apontamos alguns.

Era vigário da Mocha, pelo ano de 1784, o Padre Dionísio José de Aguiar. A ele se referem Frei Francisco de Nossa Senhora das Dores, na **Poranduba Maranhense**, e César Marques no seu inextinguível estudo sobre o Maranhão.

Era contemporâneo de Antônio do Rego Castelo Branco, espírito irrequieto de lutador, cujo nome enche os faustos sangrentos das campanhas contra os índios.

Ora, não porque entendesse Castelo Branco que pudesse dar ao sacerdote o tratamento que dispensava aos silvícolas, ferrando-os a fogo, mas porque o Padre não lhe pedia meças nas insolências, desajustaram-se. Sermões e descomposturas apaixonaram o meio, donde resultou ordem do Conselho do Ultramar ao Bispo do Maranhão, afetando-lhe o conhecimento da espécie.

Por sua vez, tenta ele diminuir a responsabilidade própria, na empresa que previa espinhosa, afetando-a a dois clérigos e agindo em segredo. Mas, com tão pouco jeito andou, que, receoso de ter o concurso do Governador José Teles de Menezes, nada lhe disse da incumbência de seus emissários. Estes, por sua parte, mal seguros de si mesmos, apresentam-se no Mocha como juiz e escrivão. Arvorados em tribunal, devassam sobre denúncias que recebem e condenam o réu à multa de 200\$, suspendem-no do serviço eclesiástico, prendem-no e conduzem para S. Luís, com escândalo do Governo da Capitania que, naquilo, vê um abuso insólito de autoridade. Apenas exulta o Ajudante de Cavalaria Auxiliar, inimigo do reverendo, Antônio do Rego Castelo Branco.

A luta deslocava-se, agora, para S. Luís. Anula o Ouvidor o processo. Alegando o Bispo incompetência do juiz, mantém a devassa, diz que se vai prender o vigário, já em liberdade, e, logo depois, efetua a prisão, e o preso é recolhido a um cárcere subterrâneo — que houve no Convento das Mercês — e, mantendo-se lógico, nessa atitude, nega o **cumpra-se** à sentença absolutória que o padre, afinal, obteve do Juízo da Coroa.

Damos a palavra a César Marques que é muito preciso e correto.

Queria o Ouvidor que o Bispo se sujeitasse à determinação do Juízo da Coroa, que absolveu o vigário de Oeiras, pusesse o **cumpra-se** e mandasse ao dito pastor entregar a sua igreja. A isto opôs-se, sempre, o Bispo, com todas as forças.

"Reuniu-se o Tribunal da Coroa e, por acórdão, determinou aplicar a pena de temporalidade a D. Frei Antônio de Pádua.

"Consistia essa pena em fazer-se apreensão das cavalarias do Bispo, intimar-se aos seus criados que não o servissem, seqüestrarem-se-lhe as rendas patrimoniais, ou eclesiásticas e os móveis que se achassem fora

de suas casas, e, por último, a desnaturalização para fora do Reino, como determinavam as Cartas-Régias de 21 de julho de 1620."

Executada a sentença, terminou seu cumprimento anos depois, com uma reprimenda áspera no Bispo, a que este replicou, fugindo em seguida, para Portugal, onde morreu num convento.

Daí por diante o Clero procurou, sempre, apoiar-se no Governo, mas, nunca, teve influência na administração. Parece que o povo herdara, conservara e ia transmitindo para o futuro, um ódio feroz às extorsões e roubos da Companhia de Jesus na Capitania, tornando extensivo ao Clero.

Como quer que fosse, o caso tomou o vulto de uma luta de princípios e interessou Oeiras que seguiu com sofreguidão, por mais de três anos.

Pois bem. Ainda não estava esquecido, quando rompeu acesa campanha de pasquins a propósito de atos do Governador Carlos César Burlamáqui, o qual nomeado pela Carta-Régia de 28 de janeiro de 1805, se empossara em 21 de janeiro de 1806. Português de nascimento, mas brasileiro de coração, quando morreu era Coronel da Legião de Infantaria de tropas ligeiras e fora armado Cavaleiro da Ordem de Cristo. Entre seus serviços está o de ter cumprido uma Provisão esquecida do Bispo do Maranhão, proibindo o enterramento nas igrejas.

Caracterizou-se pela repressão sem tréguas do banditismo no Piauí. Viajou o Parnaíba para conhecê-lo e estudar-lhe as condições de navegabilidade, do que escreveu minucioso relatório.

Assumia, aqui, a governança, estando na do Maranhão D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, que, por arbítrio, foi dispensado sendo substituído por outro de temperamento mais impetuoso ainda — D. José Teles de Meneses — a que já nos referimos.

Aconteceu o que era de esperar — desavieram-se. Era mais forte o do Maranhão: baixou uma portaria suspendendo-o, avocou poderes da Coroa nomeando-lhe substituto, fez prendê-lo e conduzi-lo para o Maranhão — a que o Piauí ainda estava sujeito — e recolhe-o à fortaleza de Alcântara. O Governador do Maranhão tinha sido enganado, vítima de uma conspiração política em que tramavam representantes de quase todas as vilas. Projetava-se impor ao Governo real a separação desta Capitania da transparnaibana. Deu-se denúncia a D. José de Meneses da existência da mesma, emprestando a chefia a Burlamáqui, aguardando provocar, com isso, o interesse da Coroa pelo Piauí, desconhecido e abandonado às explorações maranhenses, que, em nós, tinham fonte abundante de recursos. E o resultado foi completo, porque o escândalo, para logo levado ao conhecimento do Rei, não teve limite nos excessos; efetuou-se a prisão, cercado-se o palácio durante uma noite; fez-se o seqüestro dos bens do Governador; nomeou-se-lhe substituto; nomearam-se Juiz e Provedor da Fazenda dois inimigos do Governador preso.

Conhecidos esses fatos no Reino, é publicada uma Carta-Régia, em 8 de março de 1811, em que eles vêm indicados em síntese. Aí é chamado Burlamáqui a Lisboa, depois de decretada a destituição de empregos e expulsão dos implicados na mazorca. Daí veio tomarem posse do Governo (13 de julho) o Ouvidor Luís José de Oliveira Coelho e o Vereador Severino Coelho Rodrigues. Mas só terminam os fatos o seu ciclo em 4 de outubro, com a publicação de um bando do Governo interino, em obediência a Ordens Régias de 8 e de 9 de março "suspendendo de seus ofícios e exterminando da cidade, no prazo de dez dias, e, em vinte da Capitania, sem que nela pudessem mais entrar, até segunda ordem, a todos os comprometidos nos atentados praticados contra a autoridade, liberdade e bens do Governador Carlos Cesar Burlamáqui." O primeiro dos indicados era o quartel-mestre do destacamento da cidade, Antônio José da Silva. E a ordem cumpriu-se "com a estrondosa formalidade de um toque de caixa, como não era necessário, nem conforme às ordens reais" (C. R. de 22 de julho de 1812).

Dava-se isto nas vésperas de separado o Piauí do Maranhão, o que foi feito pela C. R. de 10 de outubro de 1811. E, a propósito, veja-se com que delongas era feito o serviço de correspondência — esta Carta-Régia só chegou a Oeiras em setembro de 1812, quando foi publicado por um bando. Outra observação: parece que a provocou a necessidade de pôr, definitivamente, a Capitania num regime de ordem, dando-lhe, embora, elementares órgãos de justiça local. Isso, aliás, se consigna nas linhas em que assimila que a providência vem terminar "porfias, conflitos de jurisdição e muitos procedimentos ilegais e despóticos."

Por este tempo, afora o Ouvidor, havia apenas dois juizes na Província — um em Campo Maior, outro na Parnaíba. Venciam 400\$ anuais. Tinham a denominação de juiz de fora. As prisões iam substituindo os pelourinhos que havia desde novembro de 1762 e persistiriam até 1844. Consistiam num pilar erguido sobre degraus de pedra, onde era executada pena de açoites imposta a transgressores da Lei. A forca apenas uma vez foi levantada — em meio à década de 1840, para justicar um assassino.

Aduzimos, de relance, que era muito exigente a moral da época. É evidente deste fato:

Certa vez um vereador da Câmara da Parnaíba enviou a uma autoridade da comarca um par de esporas de ouro.

O ofertado devolveu-as, mandou repreender o ofertante "severa e asperamente do temerário e atrevido arrojo". Ordenava que se lavrasse um termo (ainda há poucos anos ali estava) em que se consignasse tudo. E ao ofertante escreveu anunciando o recebimento das esporas e comunicando-lhe que sobre o assunto teria resposta: era a repreensão. E, com

isso, encerro o ciclo das observações sobre o meio em que Fidié se viu projetado nas lutas da Independência."

A GUERRA DO FIDIÉ

"... l'histoire déroulée sous nos yeux ne nous apparaît plus comme un tableau simplement chronologique d'événements sans liaison, de progrès fortuits, de perversités incompréhensibles, ou de dévouements extraordinaires."

Bourdet

A VINDA DE FIDIÉ

Sumário: — Antecedentes da luta. Situação do Piauí nos últimos dias do Governo do Coronel Elias José Ribeiro de Carvalho. Constitui-se uma Junta Provisória. É nomeado Comandante das Armas, e se empossa o Major João José da Cunha Fidié.

A 26 de abril de 1821 abandonava D. João VI o Rio de Janeiro e regressava a Portugal, deixando seu filho, o Príncipe D. Pedro, encarregado dos negócios do país. (1)

O Brasil atravessava um período histórico difícil, cheio de entraves financeiros e políticos, que mereceram do jovem governante sério estudo, desde o momento em que empunhou as rédeas da suprema direção. Decretou, por isso, a mais rigorosa economia e era, realmente, edificante vê-lo dar o exemplo a seguir, reduzindo as despesas de sua própria casa, simplificando o dispendioso cerimonial trazido das luxuosas cortes do Velho Mundo para a América.

Ao lado do Príncipe, aconselhando-o, servindo-o com as lições de uma experiência educada, estava o Conde dos Arcos, (2) que era o verdadeiro Regente.

Mas, apesar de tudo, o crédito andava abalado, o Banco do Brasil sofrera uma corrida e suspendera os pagamentos, o erário não tinha o bastante para os largos compromissos contraídos.

A situação política não era menos grave. A Revolução do Porto (3) encontrara no Brasil grossa corrente de simpatia, e Bahia, Pernambuco,

1) D. Pedro foi nomeado Príncipe Regente do Brasil, por D. João VI, no dia 22-4-1821.

2) Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos. Português de nascimento. Regressando D. João VI a Portugal, assumiu a presidência do Ministério que se constituiu junto do Príncipe D. Pedro.

3) Em 1810, Portugal estava sob Regência, em que mandava o Visconde de Beresford (Marechal William Carr), que chefiava o Exército. Não admitiam os por-

Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão (4) tinham-se manifestado aderindo a ela. Mais. A sedição do Largo do Rossio (26 de fevereiro) (5) e os acontecimentos da Praça do Comércio fizeram ver que os fluminenses (6) eram solidários com os brasileiros do Norte e com eles agiam de acordo.

Nascera, daí, a separação entre brasileiros e portugueses: estes abraçavam a Revolução em todos os seus ideais e planos; aqueles queriam o governo constitucional e se opunham à idéia da recolonização.

Fundo se cavara a dissidência. E, levada às cortes lusitanas, começaram as hostilidades pela Lei de 24 de abril de 1821, que sujeitou aos tribunais de Portugal todos os governos das províncias, e pelos Decretos n.ºs 124 e 125, que "aboliram os tribunais mais importantes criados no Rio de Janeiro, chamaram o Príncipe à Europa a fim de aprimorar a sua educação em viagens pela França, Inglaterra e Espanha, e dispuseram que o Rio ficasse governado por uma junta a eleger-se dentro de dois meses".

Era um **ultimatum** a que D. Pedro respondeu valentemente, desobedecendo ao chamado e ficando "para bem de todos e felicidade geral da nação". (7)

A 16 de janeiro fora José Bonifácio de Andrada e Silva nomeado Ministro do Reino e dos Estrangeiros, e servia, sem restrições, a causa da Independência. Por sua inspiração, foram convocados procuradores provinciais para se tratar de reformas. Sugestionado por ele, decretara o Príncipe que as leis portuguesas só se executassem depois de referendadas com o seu "cumpra-se". Fora, ainda, cedendo às suas insinuações que o Príncipe fizera a viagem a Minas e a S. Paulo. (8)

tugueses tal dominação inglesa. Houve rebelião em 1817, comandada por Gomes Freire de Andrade. Rebelião fracassada. Beresford vai ao Rio de Janeiro expor a D. João VI a grave situação. Ausente, nova rebelião: a Revolução Constitucionalista do Porto — o Vintismo (24-8-1820). Lisboa aderiu ao movimento. Criou-se a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Regressando, Beresford foi impedido de desembarcar. A Junta convocou as Cortes Gerais Constituintes e Extraordinárias, com a finalidade de votar uma Constituição, que anulasse a monarquia absoluta, e de exigir a volta da Família Real, restabelecendo a preponderância de Portugal no chamado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, criado em 1815. As Cortes pretendiam também que o Brasil retornasse à sua anterior situação de colônia.

4) A Província do Pará foi a primeira que aderiu à Revolução do Porto, em 1-1-1821.

5) Corpos de tropa, comandados por Francisco Joaquim Correti, deslocaram-se para o Largo do Rossio (1820), hoje Praça Tiradentes, no Rio. Exigia-se juramento à nova Constituição, bem assim demissão de ministros e funcionários. D. João VI concordou com as exigências. Interessante: o Rei, nesse dia 26 de fevereiro de 1821, jurou a Constituição que ainda estava sendo elaborada.

6) Referência ao pedido que os fluminenses fizeram a D. Pedro para que permanecesse no Brasil. Teve papel saliente no episódio José Clemente Pereira.

7) Referência ao Dia do Fico: 9-1-1822.

8) No regresso da viagem, houve o célebre Grito do Ipiranga: 7-9-1822.

No Piauí, não se tinham refletido francamente os sucessos ⁽⁹⁾ da metrópole. ⁽¹⁰⁾ Tinha-se acompanhado a luta com interesse. Formara-se opinião. E assim foi que o Coronel José Ribeiro de Carvalho, Governador nomeado a 1.º de agosto de 1818 e empossado a 14 de julho de 1819, assistiu, nos derradeiros meses de seu Governo, a uma série considerável de estremecimentos internos, que lhe tornaram excessivamente espinhoso o exercício do cargo.

A 4 de maio de 1821 recebia ele o Decreto de 24 de fevereiro aprovando a Constituição portuguesa e, sem demora, o transmitia ao Ouvidor interino da comarca, — Dr. Bernardino José de Melo, à Câmara de Oeiras ⁽¹¹⁾ e à das vilas, e ordenava que o publicassem por editais a fim de bem conhecido se tornar do povo. Foram, também, ordenadas festas que comemorassem devidamente o fato e, para isso, Oeiras acendeu luminárias durante três noites e esteve em regozijo público.

Uma nuvem, entretanto, escurece, de repente, a alegria convencional daqueles que estragavam o fôfo patriotismo acendendo luminárias em honra de uma lei cujo alcance nem sequer compreendiam. A 6 de maio, pelas 11 horas da manhã, dirigem-se a Palácio o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins e o Comandante da Tropa, Capitão Manuel Pimenta de Sampaio, e denunciam que, às ocultas, **alguém** trama uma revolução para mudar a ordem política da Província, sob o falso pretexto de jurar, logo, a Constituição.

Afirmava-se, acrescentaram, que o Governo interceptara cartas vindas do Ministério para a Câmara e ocultava ordens recebidas.

O Governador era um homem fraco, sem tino administrativo, entregue à vontade e aos caprichos do Brigadeiro. ⁽¹²⁾ Não só deixou de repelir a insinuação, como chamou, imediatamente, o Ouvidor e o Capitão Sampaio e lhes mostrou os decretos recebidos, afirmando aguardar, apenas, ordens da Corte para proceder.

Sendo-lhe apresentado, porém, um jornal português que estampava o Decreto de 7 de março, designou o dia seguinte (7 de maio) para o juramento, — que devia ser prestado com toda a solenidade.

No mesmo dia da denúncia, à tarde, se descobriu que o autor da revolução planeada era o Escrivão da Junta de Fazenda, Antônio Caú, tendo como cúmplices o Tenente de Milícias Egidio da Costa Alvarenga, o Almo-

9) Emprego no verdadeiro sentido da palavra: **acontecimentos**.

10) Formação grega com a significação de **cidade-mãe**. Cidade ou país, em relação às colônias que fundou. Cidade importante. Capital. No caso, referência ao Rio de Janeiro.

11) Vila instalada no Piauí em 26-12-1717, com o nome MOCHA, do riacho que a banha, sede do Governo do Piauí. Passou a chamar-se Oeiras em 13-11-1761. Homenagem ao Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal.

12) Manuel de Sousa Martins, depois Barão e Visconde da Parnaíba.

xarife José de Sousa Coelho de Faria e o ex-Primeiro Escrivário da Contadoria da Junta, Manuel Henrique de Paiva, sendo o plano depor o Governo e constituir outro de que fariam partes os primeiros indigitados, sob a presidência do cirurgião Francisco José Furtado.

A notícia espalhou-se rapidamente e forneceu pasto a toda sorte de apreciações. Ninguém ignorou o que se passava e um dos primeiros a sabê-lo foi o próprio denunciado, contra quem, aliás, nenhuma providência se tomou, Deixaram-no em liberdade; convidaram-no, mesmo, para o ato, num desprezo absoluto por qualquer precaução.

Nada houve, aliás, que lamentar. O povo afluía, curiosamente, em massa, para o Paço da Câmara, onde, às 10 horas, se apresentou o Coronel Elias de Carvalho, com as honras do estilo, e prestou o juramento. Nem o mais leve incidente quebrou a majestade desse ato, que devia ser das mais tristes conseqüências para o Governador, até o acarretar-lhe a perda do cargo.

Falhando, porém, o plano concertado, principiou Caú a injuriar o Governador nos lugares públicos, atacando-o na administração e na vida privada. Foi mais longe. Fez sequestrar escravos do fisco, suspendeu o ordenado de um oficial empregado no serviço de Palácio e tudo isto encontrava estímulo no apoio da plebe, que o presta, sempre, e incondicional, a aventureiros e amotinadores.

la, talvez, dar-se uma sedição, quando, prevenindo o perigo, convocou o Coronel Elias de Carvalho um conselho das pessoas mais importantes de Oeiras. A reunião teve lugar a 12 de maio; expostos os fatos, acordou-se em suspender o Escrivão, prendê-lo e retirá-lo da cidade.

Durante os acontecimentos, a tropa que formava a guarnição da capital dera exemplo da mais rigorosa disciplina e, a fim de recompensá-la, aumentou-se-lhe o soldo, no mesmo dia em que Antônio Maria Caú seguia preso para a vila da Parnaíba (S. João da), ⁽¹³⁾ de onde não devia regressar.

Com esta prisão e providências que se lhe seguiram, ficou o Piauí em paz durante meses. As lutas que irrompiam fora de suas fronteiras, ensangüentando o país, chegavam aqui em descrições incompletas de cartas da Bahia e não acordavam eco. E assim se tivera notícia, sem entusiasmo, nem pesar, do regresso de D. João VI para Lisboa.

A Regência do Príncipe D. Pedro não despertara, também, o mínimo interesse.

Em agosto, porém, tratou-se da eleição para deputados às Cortes e as ambições da estreita politiquice chocaram-se, imediatamente. Em dois partidos opostos se colocaram os representantes das famílias de maior prestígio, fazendo pressão sobre o Governador, que, debalde, tentou chamá-los

13) Originariamente, vila de São João da Parnaíba, vila instalada em 18-8-1762. Hoje, Parnaíba, cidade e município do Piauí.

a um acordo. Nem ao menos teve força para se fazer valer e, sentindo comprometida a sua autoridade, procurou amparar-se reunindo um Conselho Consultivo, composto de seis vogais, ao qual submeteu a decisão do debate. Mas reconhecendo que, mesmo assim, nenhum prestígio lhe ficava para o futuro, tomou a presidência do Conselho e, desde então, por ele foi governado o Piauí.

De nada lhe valeu, porém, o recurso. A sua tibieza deixara fundos ressentimentos entre os amigos de outrora, e como os vencedores da situação se afastaram aos poucos, desde que mais nada tinham a esperar, em breve se encontrou isolado o ex-Governador.

Era ele um homem franco e de elevadas qualidades de coração. Não estava afeito a essas pequenas misérias — gama de todo partidarismo acanhado, e, por isto, sofreu, dolorosamente, a ingratitude dos que, ainda ontem, sopravam em torno de seu nome uma nuvem de louvores e aplausos.

O sofrimento moral repercutiu-se-lhe no físico e a sua saúde principiou a abalar-se. Fosse outro homem, de ação pronta, e, sem mais esperar, teria deixado um cargo onde não mais dispunha do apoio indispensável a se fazer respeitado e obedecido. Estava rompida a solidariedade que deve existir entre governo e governados e seus esforços principiavam a produzir efeito negativo na administração.

Não o deixou e nem mostrava desejos de fazê-lo; mas, tornando-se cada vez mais embaraçosa a situação, convocou o Ouvidor da comarca, Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, uma reunião do eleitorado, e, a 23 de outubro, mandou o Coronel Elias de Carvalho uma deputação composta de um eleitor de cada paróquia, e dois de Oeiras, pedindo que resignasse o Governo e consentisse na eleição de uma junta provisória.

Carvalho não se enganou vendo, por trás daquele pedido de assentimento, uma imposição a que se queria emprestar caráter popular. Viu e não tentou opor-se. Recebeu afavelmente a deputação, prestou o consentimento solicitado, e, logo no dia seguinte, congregada no Paço da Câmara a junta dos eleitores piauienses, sob a presidência do Ouvidor-Geral e Corregedor, instalou-se o Governo Provisório — por aclamação. Instalado, procedeu-se à escolha dos membros, sendo eleitos: Presidente, o Ouvidor-Geral e Corregedor, Francisco Zuzarte Mendes Barreto; Vice-Presidente, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins; Secretário, Francisco de Sousa Mendes; membros militares, Brigadeiro Manuel de Sousa Martins e Capitão Agostinho Pires; membros da agricultura, José Antônio Ferreira e Miguel Pereira de Araújo; membro pelo Clero, Vigário-Geral Matias Pereira da Costa; membro pela Magistratura, o Juiz de Fora Dr. Bernardino José de Melo; e pelo Comércio, o Capitão Caetano Vaz Portela.

Dois dias depois, a 26 de outubro, prestou juramento e tomou posse em câmara o novo Governo, sendo o ato festejado por imponentíssimo

Te Deum ⁽¹⁴⁾ cantado na matriz. E, deste modo, principiou a intervenção do, ao depois, Visconde da Parnaíba, na administração do Piauí.

Quanto à nova direção, nenhum ato proveitoso a distinguiu, pois perdeu meses inteiros satisfazendo pequeninos ódios, entregue ao desperdício dos dinheiros públicos. A justiça fazia-se de indivíduo a indivíduo, com a razão para o mais forte. Os crimes arrastavam novos crimes e as autoridades ficavam surdas aos clamores do povo, não querendo arriscar-se a grandes perigos. As fazendas ⁽¹⁵⁾ do fisco; que foram, em todos os tempos, um valhacouto de ladroeiras, eram desfalcadas em milhares de reses, vendidas anualmente para o Maranhão e Bahia. Oeiras brilhava nas festas e luxo de algumas casas como uma pequena cidade asiática, enquanto uma malta de assassinos, sempre audaciosos e impunes, mantinha o respeito em redor dos chefes dessas habitações.

Mais triste do que tudo isso, porém, destacava-se a ausência absoluta de escolas na província, cujos filhos, na quase totalidade, desconheciam o alfabeto.

E, nestas condições, decorria o tempo, quando, a 4 de fevereiro de 1822, recebeu o Governo Provisório uma portaria do Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, ordenando que, em cumprimento ao Decreto das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação, firmado a 27 de setembro de 1821 e mandado executar pela Carta de Lei n.º 124, de 1.º de outubro do mesmo ano, fosse eleita a Junta Provisória do Governo. Determinava, também, que, não chegando o oficial Comandante das Armas, ⁽¹⁶⁾ passasse o comando à patente maior e mais antiga da Província.

No mesmo dia foram despachados correios avisando os eleitores de todas as paróquias para a eleição que se realizaria, na capital, a 5 de abril, e o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins lançava em campo sua influência, apresentando-se candidato a um dos lugares.

Não contava, porém, com a reação que se operou. E, lendo pasquins sediciosos, afixados durante a noite pelas esquinas das ruas (11 de fevereiro), não imaginou que a sua pessoa fosse atingida na hostilidade daquele ato. É certo que amigos afeiçoados o preveniram, afiançando-lhe a existência de oculta e poderosa traição. Mas, tamanho era o seu poderio, que desprezou o aviso e ficou à espera dos acontecimentos, confiante no resultado.

14) Cântico em ação de graças da Igreja Católica que principia pelas palavras TE DEUM LAUDAMUS (Deus, nós te louvamos). Já se registra o aportuguesamento *tedéum*.

15) Fazendas de gado.

16) João José da Cunha Fidié. As juntas provisórias de governo foram criadas em outubro de 1821. Nas províncias onde tivesse havido, até então, governadores e capitães-generais, haveria, dali por diante, generais encarregados do Governo das Armas. Governadores e comandantes das armas de cada uma das províncias ficavam sujeitas ao Governo do Reino.

A morte do Escrivão Antônio Caú, na vila da Parnaíba (1.º de março), deu novo incremento à cabala contra a sua candidatura, aumentando o ressentimento daqueles que julgavam trabalhar pela causa da liberdade. Foi, por isto, um pleito renhido o que se travou a 7 de abril — para quando fora adiada a eleição, em vista de ser o dia 5, designado, sexta-feira da Paixão. Mas, apesar dos esforços dos amigos de Sousa Martins, o resultado lhe foi desfavorável.

Era um golpe terrível na sua vaidade e no começo da sua futura onipotência. Não é difícil, portanto, compreender seu despeito em não figurar entre os membros reeleitos da Junta: Padre Matias Pereira da Costa (P.), Francisco de Sousa Mendes (S.), Sargento-mor José Antônio Ferreira, Capitão Miguel Pereira de Araújo, Sargento-mor Caetano Vaz Portela. E esse desapontamento transbordou, quando se soube que a nova administração oficiara ao Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins para vir tomar conta do Comando das Armas, visto não o poder exercer o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que, além de reformado, estava no exercício de Tesoureiro-Geral da Junta de Fazenda.

Começou, daí, a sua desarmonia com o Governo e a ela se deve o ter ele abraçado, desde muito cedo, a causa do partido separatista e trabalhado com o maior entusiasmo pela realização da Independência — trabalho fácil porque, quando no poder, tivera a habilidade de espalhar, pela Província, muitos membros de sua família, que, em toda parte, foi a pregoeira do ódio à metrópole. (17)

A campanha fazia-se surdamente — e nem se podia fazê-la de outra forma, numa época em que o bacamarte primava sobre a lei, como o argumento mais convincente. Conspirava-se no remanso morno das fazendas, no grande silêncio negro das noites sem estrelas, fora, nos terreiros, à vista dos pátios. E portadores de confiança chegavam dia e noite de Pernambuco e da Bahia, trazendo cartas que eram incentivos para ousados cometimentos.

Em breve sucederam-se os pasquins, simultaneamente, em Oeiras, Campo Maior (18) e Parnaíba, concitando o povo a uma rebelião, instigando-o contra os portugueses. E, instado o Juiz de Fora das duas vilas mencionadas, Dr. João Cândido de Deus e Silva, (19) a abrir uma devassa que desse a

17) Lisboa.

18) Inicialmente, Campo Maior foi Santo Antônio do Surubim. Passou a vila de Campo Maior a 19-6-1761. Assim lhe chamou João Pereira Caldas, primeiro Governador do Piauí, "em virtude dos belos e extensos campos de mimosos (capim) que possui". Instalou-se a vila em 8-8-1762, embora Pereira da Costa, na "Cronologia Histórica do Piauí", afirme outra data: 18-11-1762.

19) Magistrado. Faleceu em Niterói como Desembargador. Foi Juiz em Parnaíba e Campo Maior. Uma das grandes figuras do movimento da Independência no Piauí. Proclamou a República no Piauí em 1824, acompanhando o movimento de Pernam-

buco. Nasceu na Província do Pará em 1787. Doutor em Direito. Professor da Faculdade de São Paulo. Parlamentar. Dignitário da Ordem da Rosa e Cavaleiro da de Cristo. Traduziu muitas obras próprias para educar.

conhecer os sediciosos, negou-se, audaciosamente, a fazê-lo, sob fútil pretexto. Em seu entender, perseguir os culpados seria motivar um movimento de simpatia ao Brasil, em prejuízo dos interesses de Portugal, que ele simulava defender.

Como se estava, entretanto, à espera do Sargento-mor João José da Cunha Fidié, nomeado Comandante das Armas pela Carta-Régia de 9 de dezembro de 1821, nenhuma providência se tomou, apesar de crescer, aceleradamente, o espírito de sedição em todas as vilas.

Julgava-se que a simples presença de um governador militar bastaria para conter o impulso dos que pretendiam, na opinião da Junta, conturbar o público sossego com arruaças e crimes.

Mas a onda violenta das paixões crescia, avolumada pelos escachãos dos ódios e despeitos e subia grunhindo ameaças que tiveram a mais funesta consequência. Ainda não estava declarada a luta e já as hostilidades se chocavam alarmantes e ruidosas. Portugueses e brasileiros mediam-se, a distância, trocando mútuas represálias...

Fidié chegou a 8 de agosto e, no dia seguinte, empossou-se, no meio do entusiasmo festivo de uns, e da retração cautelosa de outros.

Como era de prever, sua chegada trouxe uma trégua passageira, durante a qual a província se manteve na expectativa dos seus primeiros atos. Não foi longa, porém, a espera, e a luta não tardou a se reencetar, mais franca e mais sanguinolenta.

Fidié ia escrever uma das maiores páginas de nossa história.

Fidié ia escrever uma das maiores páginas de nossa história.

OS PRECURSORES DA INDEPENDÊNCIA

Sumário: — Setembro a novembro (1822). Proclamação da Independência na Parnaíba. Preparativos de resistência. Proclamação aos parnaibanos. Segue para Parnaíba o Governador das Armas.

Informado, em pouco tempo, Fidié pela Junta do Governo, do que sucedia, ficou a par das tendências emancipacionistas do povo. Mas, quer não fossem acreditados os informes, quer o oficial português fosse, naturalmente, moroso em agir, como depois se mostrou, o certo é que dormiu sobre as providências exigidas pelos fatos e apenas fez marchar para a vila de Campo Maior o destacamento em Marvão. (1) Nessa vila e na da Parnaíba, na última, principalmente, onde o prestígio da casa Dias da Silva (2) rivalizava com o da casa Sousa Martins, (3) de Oeiras, devia ser procurado o perigo. Aqui, a idéia marchava lentamente abrindo um caminho subterrâneo; ali, os patriotas agiam sem peias, a pleno dia, animados pelos cearenses — entre os quais a emancipação já ganhara terreno.

Em Campo Maior, pusera-se à frente da campanha Lourenço de Araújo Barbosa, que, anteendo a proximidade do rompimento saltara por sobre a lei e mandava preparar pólvora. E as autoridades sabiam de tudo, mas,

1) Em 1742 era a freguesia de N. S. do Desterro do Poti, depois Marvão. Hoje é cidade e município do Piauí com o nome de Castelo do Piauí.

2) Referência à família Dias da Silva. Foi seu chefe o português Domingos Dias da Silva, que veio para o Rio Grande do Sul, e por volta de 1768 chegou ao Piauí para criar estabelecimentos de charqueada. Rico fazendeiro e lavrador. Exportador de carne, inclusive para a Europa. Deixou colossal fortuna aos dois filhos — Raimundo Dias da Silva e Simplício Dias da Silva. Este último foi figura de relevo na Independência do Piauí.

3) Referência à família Sousa Martins, descendente do português Manuel de Sousa Martins. A principal figura dessa família foi Manuel de Sousa Martins, nascido em Jaicós (Piauí). Exerceu vários cargos. Governou o Piauí por vinte anos, com ligeiras interrupções. Barão e Visconde da Parnaíba.

conhecendo a solidariedade da população com esses atos, fechavam olhos ao abuso, procurando ganhar a simpatia dos insurgentes.

O fato chegou, entretanto, a 17 de setembro, ao conhecimento da Junta do Governo, que chamou à capital o denunciado e ordenou ao Juiz de Fora que, apenas Lourenço Barbosa se encaminhasse para Oeiras, sindicasse sobre a veracidade de querer ele alterar a ordem pública atendo contra o sistema constitucional e união do Reino. Mandou, também, que abrisse devassa sobre a fabricação de pólvora e apreendesse a existente.

Mas, enquanto isso, piorava a situação dos portugueses na Parnaíba.

A 25 de setembro, compareceram à Câmara onze portugueses pedindo a remoção do Comandante do Destacamento, 1.º Tenente Joaquim Timóteo de Brito, que, segundo julgavam, não os garantia suficientemente.

Não se podia, porém, dispensar um oficial que, até aí, se mostrara zeloso cumpridor de ordens e cuja falta única era ter nascido em terras do Brasil. Foi mantido no comando e os portugueses mandaram lavar um protesto em que, acusando o Dr. João Cândido de Deus e Silva de não punir os sediciosos, afirmavam que se julgariam mal seguros enquanto as autoridades fossem brasileiras.

Para se ver bem a situação real do Piauí, em toda a severa expressão da verdade, leiam-se os seguintes trechos do ofício em que o Dr. João Cândido informou à Junta os sucessos da Câmara (30 de setembro):

“Agora, quanto a novidades: já a Câmara participou a V. Exa. haver recebido ofícios do Rio para a eleição de deputados às Cortes do Brasil e continuam a girar proclamações, manifestos e notícias públicas, que tenho observado serem muito do agrado dos povos, acolhendo-as com entusiasmo. O Governo da Província do Ceará mandou consultar os povos fazendo-os reunir nas câmaras de seus distritos, para elegerem seus deputados, no caso que quisessem; prática esta que eu acho mui conforme ao princípio de justiça proclamado em cortes. Se o Brasil quer ser independente, declare-se. Se o Brasil se quer desunir, desuna-se: prática que não traz consigo responsabilidade alguma aos governos, porque, ou os povos querem e ninguém lhes pode resistir sem risco, ou não querem e então assim o declaram.

“A vila da Granja, (4) limítrofe a esta da Parnaíba, proclamou solenemente e com o maior entusiasmo, há poucos dias, a Sua Alteza Real Protetor e Defensor Perpétuo do

4) No Ceará. Hoje cidade e município.

Brasil, e todos os prudentes esperam que ela será imitada pelas outras; bem como aqui, tenho eu grandes fundamentos para dizer que não deixarão de imitar aquele exemplo, visto que todos assinam um requerimento em que pedem à Câmara se cumpram imediatamente as ordens de S.A. para o que, sendo eu consultado e mais pessoas, por vários indivíduos, respondi que a todo cidadão estava patente o direito conferido pela natureza a todo homem, quando o dotou de liberdade, cujo direito havia sido solenemente declarado nas bases de nossa Constituição. Devemos, sempre, ter em vista aquela lei física da natureza imposta a todos os entes, quer sensíveis, quer insensíveis: que a toda violência corresponde uma resistência: o corpo por sua gravidade e peso resiste a toda força movente; o homem espoliado de seus direitos procura recobrá-los e satisfaz, quando assim obra, a uma lei natural.

"A melhor, a maior, a mais rica, a mais populosa parte do Brasil tem-se declarado a favor da causa da Independência; como persuadir-nos que o resto não siga a mesma causa? Ou quererão os povos olhar de sangue-frio o seu país dividido, seguindo o Sul um sistema e o Norte outro? Não me persuado que tal seja possível. Ofereço, pois, estas razões à judiciosa e prudente consideração de V. Exa."

Neste ofício do erudito magistrado, destaca-se, ao primeiro exame, o arrojo da palavra levando aos últimos limites os extremos da franqueza. Depois disso não era possível retroceder, e os sucessos mostraram que o audacioso e imprevidente brasileiro atirava um cartel de desafio ao governo, provocando a abertura da guerra...

Vê-se que a 30 de setembro já se conhecia no Piauí o movimento original das margens do Ipiranga, e que o Ceará aderira à Independência. Isso destrói, em absoluto, a opinião daqueles que procuram ver nos fatos ulteriores um procedimento espontâneo, isolado do das províncias do Sul. Nem esta, pobre, sem recursos militares, dependente do Maranhão — cuja tutela acabava, apenas, de romper, ⁽⁵⁾ se lançaria nessa empresa temerária, à aventura de uma causa que o país renegasse.

Pelo contrário: sabia-se de todos os acontecimentos que abalavam o Rio de Janeiro. Sabia-se que, em Pernambuco, sangrava, ainda, o corpo das vítimas, ⁽⁶⁾ como se sabia da viagem do Príncipe a Minas Gerais e

5) A autonomia administrativa do Piauí foi concedida pela Carta-Régia de 10-10-1811.

6) Referência à Revolução Pernambucana de 1817.

a S. Paulo. Nem mesmo a expedição do General Pedro Labatut, em auxílio dos patriotas baianos, era desconhecida.

Sentia-se que alguma coisa de terrível ia-se dar e, na iminência do perigo, o povo ficava numa agitação nervosa, gravemente ameaçadora.

As multidões, como os oceanos, têm dessas agitações que prenunciam o estalar próximo das borrascas. Ainda se não percebe a nuvem que traz no bojo o clarim do trovão e o gládio fulminador do raio e já a onda acusa a procela e treme chofrando. Entre os povos, também, ainda se não percebe, clara, a revolução, e, no entanto, já espontam os rebentos que devem florir e desatar a sementeira da luta.

Nas atuais circunstâncias, o ofício do Dr. João Cândido de Deus e Silva devia ser tomado como uma declaração de guerra a Portugal e parece que, logicamente, motivaria uma reação de modo que cortasse, de uma vez, o espírito de indisciplina. Assim não sucedeu, porém, e, animados pelo silêncio do governo, interpretado favoravelmente à causa do Brasil, proclamaram os eleitores da paróquia da Parnaíba, reunidos em elevado número no Paço da Câmara, a 19 de outubro de 1822, a Independência do Piauí, aclamando o Príncipe-Regente Imperador e Perpétuo Defensor do Império. Promoveram a aclamação o Coronel Simplicio Dias da Silva, o Dr. João Cândido de Deus e Silva, o Capitão Domingos Dias, José Ferreira Meireles, o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, o Escrivão Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas e o 1.º Tenente Joaquim Timóteo de Brito.

No mesmo dia despacharam portadores da grande nova para a Granja, o Crato ⁽⁷⁾ e Campo Maior, solicitando o apoio desta vila, e iniciaram festas cujos rumores scandalizavam a pacífica e sonolenta mansuetude dos sertões, não afeitos às ruidosas manifestações do regozijo coletivo...

Há quem censure, por precipitado, o movimento patriótico dos parnaibanos. Entendia o Visconde da Parnaíba que se teriam poupado muitas vidas se eles tivessem aguardado ocasião oportuna para se pronunciar com maior segurança e melhores probabilidades de triunfo. Lançou, mesmo, à sua culpa os reveses da margem do Jenipapo, ⁽⁸⁾ fundamente magoado pelo sangue que ensopou a terra piauiense.

Mas, toda reforma, seja social ou religiosa, precisa de mártires e desse batismo de sangue para se impor e criar raízes na alma das multidões. É condição emocional indispensável.

Depois, o momento histórico de romper com a metrópole portuguesa era esse: ou o Coronel Simplicio Dias da Silva proclamava a Independência nessa ocasião, ou, se deixasse de fazê-lo, é possível que, mais

7) Localidade do Ceará. Hoje cidade e município.

8) Rio que banha Campo Maior, em cujas margens se travou a célebre batalha do mesmo nome pela Independência do Piauí.

tarde, tomadas providências, não mais triunfasse a revolução, e outro, bem diverso, fosse, hoje, o estado desta parte do Norte do Brasil. Portugal não pretendia cruzar os braços diante dos fatos, e o Piauí, por sua situação geográfica, era um magnífico posto estratégico donde Pernambuco, a Bahia e o Ceará seriam atacados. Desde que esta Província recebesse força bastante para invadir as províncias limítrofes, em vão tentariam elas uma resistência inútil, podendo ser feridas de uma vez e em diferentes pontos. O bloqueio dos portos secundaria a ação das forças de terra e a emancipação correria iminente o risco de ser jugulada.

É preciso não esquecer, também, que o Piauí exportava o gado consumido em Pernambuco, Ceará e Bahia e que sustar a exportação seria atingi-los com um golpe profundo.

Houve, até, quem lembrasse no Maranhão o alvitre de formar-se com essa Província, esta e a do Pará, um estado dependente de Lisboa, com os mesmos limites e organização administrativa da do antigo Estado do Maranhão.

Mas, os sucessos de 19 de outubro alteraram o plano e, em lugar de atraírem, prontamente, os soldados lusos, deixaram a Corte na expectativa dos atos do Governador das Armas.

Além disto, as vistas de D. João VI estavam presas aos acontecimentos do Sul do Brasil e à política interna de Portugal, — ainda muito abalada pela Revolução do Porto.

Os primeiros boatos do movimento da Parnaíba circularam, entretanto, em Oeiras, nos dias 28, 29 e 30 de outubro; passavam, porém, incolores e vagos, conseguindo acordar, apenas, a atenção da bisbilhote ociosa. Foram, apesar disso, levados a Fidié que, de alguma forma, se alarmou e que, estando à espera do correio do Rio, o aguardou para providenciar, na esperança de receber informações mais precisas da posição do Príncipe e, quiçá, ordens do Rei.

O estafeta chegou, com efeito, a 5 de novembro, trazendo, entre outras, notícias confirmadoras dos boatos relativos à proclamação da Independência na Parnaíba. E como fossem, também, confirmadas as informações vindas do Sul, e urgissem as circunstâncias, se dispôs Fidié a marchar com a tropa de linha em procura da vila do extremo Norte, entrando, para isso, a preparar-se. Pediu 40 cavalgadas à Junta do Governo (7 e 8 de novembro); solicitou a nomeação de um escriturário e de um comissário-pagador; exigiu pólvora e requisitou a remessa das armas da Tropa de Linha para a Tapera, (9) no que foi deferido — feita exclusão do armamento que devia ficar para a defesa de Oeiras.

Entendendo, então, o Governo que, em tal situação política, era mister não distrair as rendas públicas, reuniu-se, extraordinariamente, e,

entre outras medidas tomadas, mandou suspender as obras do hospital em construção e ordenou ao Tenente-Coronel José Antônio da Cunha Rabelo que comprasse em Caxias 15 arrobas de pólvora e as entregasse ao Governador das Armas.

Enquanto se realizavam esses preparativos, porém, causava estranheza o silêncio de Campo Maior. Nenhuma informação chegara dessa vila e principiava-se a recear alguma coisa de grave, quando a 12 de novembro, justamente nas vésperas de seguir a tropa, foi recebido, dali, um ofício firmado pelo Comandante do Destacamento, Major Higinio Xavier Lopes, minuciando os fatos de que fora teatro a vila da Parnaíba.

No dia seguinte, pela manhã, reuniu-se em palácio a Junta do Governo e, sob indicação de Fidié, acordou em chamar à capital o Ouvidor da comarca, proclamar aos parnaibanos mostrando-lhes o erro em que se iludiam; autorizar o Governador das Armas a retirar da Parnaíba qualquer autoridade civil, envolvida nos sucessos de 19 de outubro; participar à Corte esses acontecimentos; comunicá-los, também, ao Comandante de Caxias, Coronel João Bento de Brito, e pedir-lhe que auxiliasse o Governador das Armas do Piauí, em Campo Maior, ou caminho da Parnaíba.

No mesmo dia, à tarde, seguiu Fidié levando a seguinte proclamação:

"A Junta do Governo da Província de S. José do Piauí (10) aos habitantes da vila de S. João da Parnaíba:

"Se a Junta provisória desta província, se este Governo pelos povos dela escolhido para a manutenção de seus direitos, isenções e liberdade, por força de qualquer contemplação suprimisse as vozes de sua própria consciência ocultando as demonstrações, sufocando os clamores de sua justa e bem sensível aflição, motivada pelo fatal e inesperado acontecimento do dia 19 de outubro, ela seria perante Deus, seria à face da nação e do mundo inteiro, responsável pela falta de cumprimento do mais sagrado de todos os deveres. Seria traidor convosco, seria indigno de chamar-se português e membro da briosa nação que, sendo em sumo grau respeitada pelos povos estrangeiros, infeliz e vergonhosamente é ultrajada, vilipendiada, até vendida por seus próprios membros, por seus diletos filhos, dos quais nunca mereceu tão feia ingratidão, tão indigna correspondência. E se este mesmo Governo tem sempre procurado persuadir-vos quanto são sagrados, respeitados e dignos da mais particular veneração o amor à pátria, o respeito aos poderes que a Constituição designa e a prefe-

9) Localidade da Parnaíba. Hoje de Piracuruca.

10) Denominação dada, em 13-11-1761, pelo primeiro Governador — João Pereira Caldas — em homenagem a El-Rei D. José, de Portugal. Hoje apenas Piauí.

rência da honra a todos os interesses e contemplações, até à própria vida, qual deve ser o seu assombro e qual a sua aflição, quando observa uma porção de povo honrado, fascinado, iludido e rompendo tão indignamente os sagrados e indissolúveis vínculos que devem ligar-nos ao nosso regenerador, aos nossos generosos benfeitores que, penhorando-nos, cada vez mais, seus afetuosos e cordiais extremos nos guiam pelo caminho da imparcialidade, honra e moderação, ao sagrado e sempre respeitável vínculo do juramento, mancha-se a probidade, esquecem-se os benefícios, posterga-se o sagrado e sempre respeitável vínculo do juramento, mancha-se com indelével ferrete a fidelidade portuguesa. O céus, que horror!... tudo motivado por meras desconfianças, que, não obstante serem contrariadas por fatos, têm feito vacilar a boa-fé, que, devendo brilhar em todas as nossas ações, é ela quem rege as pessoas do Soberano Congresso Representante da Nação. Ouvi, pois, seduzidos povos, ouvi a voz da honra que faz os seus esforços para reconduzir-vos aos deveres no que vos haveis extraviado. Não vos deixeis arrastar por opiniões indiscretas e temerárias, desprezando essas suspeitas, que vos são intimadas por invejosos de nossa glória e prosperidade, tornai a trilhar o caminho da honra, do qual, pelas seduições, fostes, infelizmente, desviados. Não marcheis, não perturbeis a paz de vossos dias, dos dias de vossa inocente descendência, com procedimentos feios que, sem dúvida, atrairão sobre vós não só a execração pública, mas também os males que sempre a seguem. Concebei o horror devido às paixões que vos arrastam e encarai a eterna vergonha de que vos ides cobrir, quando persistais nos criminosos sentimentos que devem horrorizar a todo mundo.

"Sustentai, povos até agora fascinados pela prevenção do erro que vos inculcaram como virtude, sustentai, firmemente, vosso primeiro juramento, aliás ⁽¹¹⁾ sereis reduzidos à triste necessidade de não haver em diante quem em vós confie, com o justo fundamento, com o bem fundado receio de que a mesma facilidade com que ousastes quebrar o primeiro juramento, vos induzirá a não guardar qualquer outro que presteis, sendo, afinal, sempre perigoso ter confiança em homens cuja fidelidade de palavra se acha corrompida. Não tenteis romper os sagrados vínculos que vos ligam a vossos briosos irmãos de Portugal, que acabam de libertar-vos, nem

11) Emprego de aliás na sua rigorosa acepção: de outro modo.

lhes pagueis o maior dos benefícios com a mais horrível de todas as ingratidões. Jamais pode ser honrado, quem a si próprio se desonra; e, se para o futuro acontecer serdes insultados com o horroroso nome de perjuros, só o silêncio, sim, só o silêncio pode ser vossa resposta.

"Quando o furor, o ódio, ou a pouca consideração guiam o homem, nunca a razão é consultada, por isso que a prevenção sempre conduz a excessos que nunca deixam olhar para o futuro.

"Um povo inocente, iludido por cidadãos corrompidos, por egoístas e maivados, cava um abismo a que pode ser arrastado o corpo da nação, o que, ao certo, não veríamos verificado, se vossos guias fossem virtuosos, amantes do bem de sua pátria.

"Lembra-vos que o cidadão passa à classe do mais vil usurpador quando se rebela contra a legítima autoridade: e se é um crime horrível roubar o nosso semelhante, contempla quanto mais criminoso deve reputar-se quem atenta contra a vida política daqueles que nos governam.

"Lembra-vos, finalmente, que faz o maior dos males quem, por contemplações particulares, arrisca grande ou pequena parte de uma nação a sofrer os horrores de uma anarquia, estado de convulsões o mais horroroso, onde o filho emprega suas armas e toda sua destreza contra o pai, o irmão contra o irmão, o amigo contra o amigo, onde tudo é lágrima, horror, desolação, estragos, onde, afinal, o cidadão olha outro cidadão como o seu mais irreconciliável inimigo, onde todos, sem respeito às leis, o temor do castigo, cogitando só de vingar paixões e ódios particulares se entregam aos mais criminosos desvarios e aos mais abomináveis excessos.

"São estes os males que deveis evitar e que devem sobrevir quando não abjureis o erro que tendes cometido.

"Este Governo, sem dúvida, espera ter a satisfação e glória de vos ver restituídos à vossa antiga fidelidade.

"Será então que derramando em vossos corações a sincera efusão dos seus carinhos e fraternal afeto, unindo-vos ternamente ao seu peito, apontará por modelo à geração presente e às futuras o povo da Parnaíba, que seduzido a afastar-se por momentos do seu dever, reconquistou com seu honrado procedimento aquela firmeza de caráter com que até agora se tem especializado.

"Defendamos, pois, com a própria vida o sistema constitucional adotado pela nação; sustentemos nosso juramento e, animados pelo mais louvável e generoso entusiasmo, demos

vivas à nossa santa religião, ao Soberano Congresso Nacional, à Constituição, ao Sr. Rei D. João VI, modelo dos soberanos virtuosos, e a bem acreditada Província do Piauí, que revalida seu juramento e novamente protesta ser fiel aos seus deveres religiosos e civis.

Oeiras do Piauí, 13 de novembro de 1822. Matias Pereira da Costa, Presidente; Francisco de Sousa Mendes, Secretário; José Antônio Ferreira, Miguel Pereira de Araújo, Caetano Vaz Portela."

Ficou encarregado do comando da guarnição da capital, na ausência do Governador das Armas, o Capitão Agostinho Pires — português de nascimento, muito conhecido por sua oposição à Independência.

Toda a força de linha e todos os oficiais da mesma, com exceção do Capitão Agostinho Pires e de um alferes, acompanharam a Fidié, que seguiu, não para a vila da Parnaíba, mas para Campo Maior, — onde pretendia ele estabelecer o centro das operações.

Fique assentado: essa viagem foi o primeiro erro do Governador das Armas. É claro que não devia abandonar a capital inteiramente indefesa, sem elementos de resistência, num período de transformações e ameaças às instituições lusitanas.

Oeiras, já por ser a sede do Governo, já por guardar os cofres do erário, necessariamente devia chamar a atenção dos separatistas, e ficar exposta a múltiplos ataques. E, ainda mais, se o movimento promovido pelo Coronel Simplicio Dias da Silva estivesse vinculado às vilas do Sul e à própria capital — como era para reear?

Foi um erro que facilitou os sucessos de janeiro. (12)

12) Janeiro de 1823, quando a Independência foi também proclamada em Oeiras.

RUMO DO NORTE

Sumário: — De 13 de novembro a 31 de dezembro (1822). A seca. Demora da força em Campo Maior. Fuga dos patriotas parnaibanos. Auxílios do Maranhão. Fidié na Parnaíba. A situação em Oeiras.

Na Parnaíba, passado o entusiasmo das festas que coroaram a proclamação de 19 de outubro, entraram os corifeus da Independência a sentir o peso da responsabilidade adquirida. Não tinham armas, não tinham redutos nem fortes e contavam, apenas, com o destacamento de Cavalaria.

Poderiam, é certo, levantar o povo que, jamais, em fase alguma de nossa história, mostrou tamanha adesão, mais franco e valoroso acolhimento a uma idéia. Do simples vaqueiro ao fazendeiro, do caboclo ao comerciante, todos odiavam a Portugal pela sanção à tirania de seus representantes nos vários departamentos da administração.

Mas, que poderia valer um corpo bisonho de soldados sem disciplina, sem instrução militar, agindo com todos os arrebatamentos de mestiços indomáveis e analfabetos?

A última esperança fora posta no Ceará, onde, na Granja e no Crato, se cuidava em mandar auxílios de munições, armas e homens, solicitados pelo Dr. João Cândido. Por outro lado, o Maranhão deixara de aderir ao movimento e era um novo perigo aberto...

Foi então que, uma tarde, se soube da partida do Governador das Armas, (1) espalhando-se, imediatamente, a notícia de conduzir ele um troço de seis mil soldados, servidos por muitas peças de campanha.

A notícia espalhou-se, rapidamente, acordando fundos temores adormecidos, levando, quase, o arrependimento ao espírito dos implicados nos sucessos. Pela primeira vez, sentiu-se que a situação, embaraçosa, qual

1) Fidié partiu de Oeiras para Campo Maior no dia 13-11-1822.

se mostrava, pedia uma derivante salvadora. Reagir, nem pensar em tal. Ceder à fatalidade esmagadora das circunstâncias, perigoso.

O Ceará ficava mudo às solicitações — ele tão pronto em fomentar esperanças e garantir as futuras conseqüências da impensada eclosão patriótica!...

Só um caminho, único, se abria: a fuga para os sertões de além-Ibiapaba, ⁽²⁾ onde a bandeira imperial, ⁽³⁾ suficientemente larga, abrigaria os proscritos e prestar-lhes-ia o supremo consolo. Mas, fugir, abandonar, de repente, a casa paterna, família e bens, numa viagem precipitada e aventureira, era intensamente doloroso para os que haviam acalentado, com afetivo carinho, a idéia da Independência.

Seu crime era ter querido a pátria livre de peias, evoluindo sem dependências nem entraves, marchando sem tutela para as grandes conquistas humanas do aperfeiçoamento social e moral.

Relutaram, por isso, o Dr. João Cândido e o Coronel Simplício, ⁽⁴⁾ chefes e quase que exclusivos responsáveis pela proclamação.

Durante esse tempo, seguia, apressadamente, Fidié para Campo Maior — ⁽⁵⁾ que ele planejava converter em quartel-central. Sua pressa em chegar justificava-se pelo receio de encontrar a vila revoltada, em harmonia de opiniões com o Norte. Seria obrigá-lo a bater-se, expô-lo a uma derrota, para a qual concorreriam o diminuto número de suas bocas de fogo ⁽⁶⁾ e a extraordinária fadiga dos soldados.

Ali, tencionava ele refazer-se do cansaço da jornada e aguardar reforços que o Coronel João Bento de Brito, Comandante de Caxias, ⁽⁷⁾ não deixaria de remeter, e com os quais esperava decidir os futuros destinos da guerra. Ali, tencionava, ainda, tomar as derradeiras informações para mandar à Junta do Governo, à Corte ⁽⁸⁾ e ao Maranhão.

A viagem, entretanto, fez-se dificultosamente nos últimos dias.

Estava-se em novembro e o inverno, que devia principiar, nem ao menos se anunciava. À frente do exército, abriam-se, desoladoras e nuas,

várzeas sem fim, vermelhas e negras, tufadas nuns fiapos de **agreste** ⁽⁹⁾ imprestável à alimentação do gado. Nem uma árvore, cuja sombra abrigasse, por instantes, os soldados: apenas distanciadas carnaubeiras desatavam os leques sussurrantes aos ventos abrasadores que sopravam dia e noite. Nem uma nuvem toldava o brilho do sol e amortecia o ardor da canícula: o céu acurvava-se, como uma abóbada queimada, azul, desse azul metálico que recorda porcelanas antigas, ou águas profundas de um rio.

Não era raro encontrar, depois de léguas e léguas, uma casinha de fazenda, ladeada de currais prolongados por um cercado de carnaúbas sobrepostas horizontalmente. Pelo terreiro, tresmalhavam rebanhos de carneiros e cabras, pascendo, preguiçosamente, farrapos da extinta pastagem. Era, realmente, um pouso convidativo. Aproximavam-se, porém, e os habitantes fugiam precipitadamente para o mato, abandonando a casa, temerosos de recrutamento e, sobretudo, receosos dos excessos da soldadesca. Que esta, em semelhantes ocasiões, se comportava sem disciplina, afeita ao furto fácil, jamais reclamado, e à desordem.

Tomavam, então, conta da fazenda; abatiam as reses de que necessitavam; retiravam do paiol a farinha e, depois de um descanso passageiro e insuficiente, partiam, de novo, deixando a habitação em miseráveis condições.

Cedo, contudo, um flagício maior veio aumentar os sofrimentos e os óbices da intermina jornada pelos sertões: começou a faltar a água. Os rios, os córregos, os poços estavam esgotados. Dos últimos, os que resistiam ainda, estavam podres, vestidos de uma camisa verde de limo, cortada de **touceiras de golfo**, onde se empoleiravam jaçanãs, vistas de longe como grandes flores de sangue coagulado entre a esmeralda radiosa das folhas recurvas.

Viam-se, à tardinha, aos esplendores crepusculares, voarem, rumo do poente, bandos de garças, enfileiradas, formando hemicírculos, muito brancas na lúcida transparência do azul imaculado: principiava a emigração.

A noite, nos ranchos, já se não dormia. Passavam-se as horas aprofundando cacimbas, cavando outras, na lufa-lufa tumultuosa de um trabalho sem método, sob a pressão da sede.

E, por isto, é que um encontro com o inimigo, em semelhante estado de abatimento, daria aos brasileiros vantagens consideráveis sobre os portugueses.

9) Ensina Carlos Porto: "A parte norte do Piauí é caracterizada pelo **agreste**. Sob tal denominação compreende-se extensa composição botânica que não forma matas no verdadeiro sentido da palavra. Nos **agrestes**, as árvores crescem guardando distância uma das outras, permitindo que a luz se infiltre profusamente. Os representantes vegetais dos **agrestes** suportam muito bem as secas, sendo providos de elementos protetores. Em algumas oportunidades se agrupam formando jardins de flores predominantemente amarelas" ("Roteiro do Piauí" — 111).

2) Referência à serra que separa Piauí e Ceará. Além-Ibiapaba é o Ceará.

3) Alusão a Pedro I.

4) Os patriotas da Parnaíba se refugiaram em território cearense (Granja), para onde partiram a 4-12-1822. À frente, os principais chefes do movimento, João Cândido de Deus e Silva e Simplício Dias da Silva.

5) Fidié chega a Campo Maior, depois de marcha fatigante, a 25-11-1822. Depois de alguma demora, parte para Parnaíba.

6) Quando regressou de Parnaíba para Campo Maior, Fidié apoiava-se em onze peças de artilharia (Odilon Nunes).

7) No Maranhão. Antigo arraial de São José das Aldeias-Altas. Chamada Caxias das Aldeias-Altas. Vila em 1811. Hoje cidade e município de Caxias.

8) Lisboa.

Era o que temia Fidié, quando, afinal, a 25 de novembro, avistou branquejando, ao longe, a casaria baixa de Campo Maior.

Foi o melhor dia para o exército lusitano, um dia de festa e descanso que se passou entre o aconchego hilariante dos patrícios e o remanso morno das casernas.

Nada constava de novo, além dos fatos noticiados para Oeiras. Parnaíba silenciara após a proclamação da Independência e parecia inciente do aparato bélico com que se esperava invadi-la. Não mais dera sinal de vida e os espiões enviados ali voltavam sem trazer um só apontamento de valor.

Apesar disso, Fidié se não confiou em mandar à vila um contingente de sua tropa, que amparasse e garantisse os direitos dos portugueses, impedindo a reprodução dos fatos de 19 de outubro. Desistiu de assentar em Campo Maior seu quartel e decidiu-se a seguir com o grosso das forças, malgrado reencetasse, com a partida, as supremas aflições da viagem anterior.

Resolveu, em consequência, deixar comandando o destacamento de Campo Maior o Tenente-Coronel José Antônio da Cunha Rabelo, a quem mandou fornecer mais de 100 granadeiras e duas peças de artilharia e autorizou que chamasse em seu auxílio o Tenente Egídio da Costa Alvarenga, do 1.º Regimento de Cavalaria, Comandante da 11.ª Companhia, estacionada em Jerumenha, (10) ao qual (26 de novembro) determinou que viesse com outras companhias do 4.º esquadrão.

Tomadas estas providências, oficiou à Junta do Governo comunicando-lhe o resolvido e quedou-se à espera dos socorros de Caxias, os quais se não fizeram esperar, remetidos pelo Conselho Militar criado ali, extraordinariamente, em vista da situação alarmante do Piauí.

Ainda em Campo Maior, recebeu Fidié oferecimento de auxílios feito pelo Comandante da vila de S. Bernardo — nessa época, um dos baluartes militares do Maranhão. (11)

Que pensar, entretanto, da nova resolução tomada pelo Sargento-mor João José da Cunha Fidié? Parece-me que feriu de morte os interesses de Portugal nesta Província. Se foi um erro grave abandonar Oeiras à mercê dos acontecimentos, erro menor não foi abandonar Campo Maior, rompendo qualquer probabilidade de ir em socorro da capital na hipótese de o exigirem as circunstâncias.

10) Na origem, arraial de índios domésticos trazidos da Bahia por Francisco Dias d'Ávila, um dos primeiros exploradores das terras do Piauí (Pereira da Costa). Nome primitivo: Santo Antônio do Gurguéia. Vila em 19-6-1761, instalada em 22-6-1762. Hoje cidade e município do Piauí.

11) São Bernardo do Brejo dos Anapurus. Também São Bernardo do Brejo, ou Brejo dos Anapurus, na bacia do baixo Parnaíba. Vila em 1820. Cidade e município do Maranhão, hoje, com o nome de Brejo.

Não é menos digno de censura o ter ficado inativo quatorze dias em Campo Maior, refazendo-se da marcha, no entanto que a evolução emancipacionista se precipitava, num surto assombrosamente avassalador.

Não o pressentiu, porém, o Governador das Armas. Deixou-se ficar em preparativos e projetos, e só a 7 de dezembro despachou parte da tropa, seguindo ele, no dia imediato, com os soldados restantes, ao todo 380 praças.

Já a esse tempo se soubera na Parnaíba da vinda das tropas. E como se recebera, também, aviso de que um brigue de guerra vinha de São Luís para o Igaraçu (12) e mais que forças numerosas se destinavam a Carnaubeiras, (13) julgaram-se perdidos os separatistas e passaram-se para a Granja (14) (4 de dezembro), onde tentariam levantar o entusiasmo público em favor da causa brasileira no Piauí.

Logo dois dias, depois, fundeu, no Santa Rosa, (15) uma légua distante da vila, o brigue **Infante D. Miguel**, (16) que se fizera acompanhar por um navio mercante, convertido em hospital de sangue. Neles, faiscavam ao grande sol equatorial muitas bocas de fogo. Vinham, ambos, sob o comando do Capitão-Tenente Francisco de Salema Freire Garção.

Já não havia receio de levante e o povo, que aceitara a Independência com amorosa simpatia, não protestava agora. Todas as forças em ação se voltavam para o perigo maior, que a seca anunciava; voltavam-se para os prejuízos que ela ia acarretando aos fazendeiros. Entretanto, sob o pretexto de recear um ataque cearense, o Senado da Câmara, reunido, extraordinariamente, a 12 de dezembro, pediu ao Comandante do brigue de guerra que viesse ancorá-lo em frente à vila, no Porto da Parnaíba, a fim de evitar uma surpresa, que seria desastrosa.

Não havia, porém, notícia alguma de pretender o Ceará enviar tropas ao Piauí, nem uma surpresa era admissível, desde que os soldados de além-Serra Grande (17) não desciam os sertões. Mas isto não obsteu a que o Capitão-Tenente aquiescesse pressuroso ao convite, mandando, no mesmo dia, à tardinha, fundearem os dois barcos no Igaraçu, e providenciando mais para que desembarcassem 21 homens, entre soldados e marinheiros, a fim de reforçar a guarnição.

12) Barra do rio Igaraçu, braço do Parnaíba, nas proximidades de Parnaíba.

13) Localidade maranhense (São José das Carnaubeiras), defronte à vila de Parnaíba. Conquistada pelos independentes em 4-6-1823.

14) A vila de Granja já havia aderido a D. Pedro I.

15) No povoado de Amarração (Parnaíba). Hoje Amarração tem o nome de Luís Correia, como cidade e município.

16) Depois da Independência o brigue passou a chamar-se "Maranhão".

17) **Além-Serra Grande**. O Ceará.

Nesse mesmo dia, Fidié se abarracava em Piracuruca, ⁽¹⁸⁾ sempre acompanhado pelos 380 homens trazidos de Campo Maior, já sabedor da fuga do Coronel Simplício e de seus companheiros. Além do encantador povoado, recebera os oferecimentos e as saudações de Freire Garção, que se mostrava ansioso por ver chegar o futuro herói das lendas e cantares piauienses...

Só a 18 de dezembro, porém, fez o Governador das Armas sua entrada na Parnaíba, depois de um trajeto de 660 quilômetros percorridos num terreno ingrato, sob um clima abrasador. Nem um cartucho queimara na longa travessia, onde não surgira uma hostilidade para lhe tolher o passo aventureiro. E seu espírito resplandecia da fácil vitória alcançada sobre uma população inerte, que o vira passar sem um protesto, revoltada no íntimo, é certo, contra o despotismo militarizado da metrópole.

Fidié não tivera olhos que vissem a idéia em crisálida evoluindo, completando-se, para a eclosão maravilhosa da luta próxima. O que era, hoje, indiferença aparente, seria, amanhã, o fragor homérico do combate. Não vira que a idéia se alastrava, espalhando-se sutilmente, mansamente, como esses grandes incêndios que, em agosto, devoraram os campos, calcinando o rebutalho da pastagem consumida e predispondo a terra para o parto miraculoso de abril...

Não tivera olhos para isso o oficial português e maior foi, talvez, a sua cegueira, ao se ver recebido pelo funcionalismo e pela guarnição do **D. Miguel** com as honrarias de um batalhador que chegasse para salvar uma raça oprimida... Antes mesmo de alojar-se, formou a tropa em frente à igreja matriz, deixou-a, ali, e dirigiu-se à Câmara, onde fez que os habitantes renovassem o juramento de fidelidade a El-Rei. Ordenou, em seguida, um Te Deum na igreja de N. S. da Graça, exigindo, ao mesmo tempo, manifestações de regozijo público, em que fosse vitoriado o Rei de Portugal. E, somente a 19 de dezembro, providenciou informando-se sobre a situação provável do inimigo, passando revista ao destacamento e ordenando ao Capitão-Tenente Freire Garção que construísse um reduto na barra do Caju. ⁽¹⁹⁾

Determinou, desde logo, que deviam guarnecê-lo 6 praças de artilharia comandadas por um sargento, à disposição do qual foram postas 4 peças de calibre 9, 400 tiros de balas e metralha e 40 armas novas. Era o único reduto que defenderia o delta, pois o da Pedra do Sal ⁽²⁰⁾ fora arrasado e a artilharia encravada.

18) Vila em 1832. Instalada a 23-12-1823. Hoje cidade e município do Piauí. Piracuruca aderiu à Independência no dia 22-1-1823 (Anísio Brito).

19) Em Parnaíba.

20) No litoral piauiense.

Para garantir, melhor, o êxito futuro da guerra, solicitou Fidié do governo de S. Luís auxílio de armas e munições que lhe foi, depois, remetido — 23 cunhetes, 200 balas, 64 pirâmides, 136 lanternetas calibre 12, e 35 libras de morrões.

Com esses socorros, e outros que esperava da metrópole, ficou ele no novo quartel ruminando planos de ataque, confiante nos recursos de sua estratégia e na indolência dos brasileiros. Iam chegando tropas a Caraubairas e construía-se, ali, o forte que havia de exercer tamanha influência nos destinos da luta.

Não tardou, porém, o Governador das Armas em reconhecer as simpatias do Regimento de Cavalaria pela causa da Independência, e tratou de enviá-lo para Oeiras, determinando que acompanhasse a força do Tenente-Coronel Antônio José de Araújo Bacelar.

Removia um perigo? Os fatos mostraram que não, pois, se na Parnaíba, vigiado pelo Sargento-mor, que dispunha de elementos para sufocar qualquer tentativa de revolta, não podia ele permanecer, muito menos podia ficar fora de suas vistas, longe de qualquer ameaça de repressão.

Depois, estavam-se desenrolando em Oeiras graves acontecimentos que perturbavam a beatífica inércia da Junta do Governo. As malas do correio eram, agora, cuidadosamente revistadas, abertas e lida a correspondência particular, a fim de evitar a entrega de proclamações e cartas, em que patriotas anônimos clamavam contra Portugal e portugueses.

Em uma das primeiras violadas, encontrara-se uma proclamação ao povo de Campo Maior e Piauí, datada da Parnaíba e assinada por **Tapuio Independente**, — que se descobriu ser um pseudônimo de João Francisco de Miranda Osório.

Novas cartas seguiram-se a esta, dirigidas, entre outras pessoas qualificadas, ao Capitão Manuel Pimenta de Sampaio, Tenente Joaquim Antônio de Moraes e Raimundo Joaquim de Moraes. Mas parece que, apesar das precauções, foram algumas entregues aos destinatários, porque, dia a dia, mais se acentuou o distanciamento de brasileiros e portugueses, crescendo as antigas hostilidades.

O povo, assenhoreado, pouco a pouco, pela idéia cuja marcha vitoriosa ia acompanhando nas províncias do Sul, perdia os velhos temores e começava a fazer-se exigente e a ter audácias antes ignoradas. Na noite de 13 de dezembro, às 2 horas, ⁽²¹⁾ seis indivíduos atacaram a casa da pólvora e surraram a guarda a chibatada. Isso dá o justo padrão do exaltamento que principiava.

Apesar de tudo, porém, a mais séria atenção do Governo desviava-se da capital e caía sobre o Norte, numa cegueira que, hoje, não

21) Duas horas da tarde. O comando do policiamento de Oeiras passou ao Capitão Inácio Francisco de Araújo Costa (Odilon Nunes).

posso compreender. É assim que, a 23 de dezembro, ordenava ao Ouvidor que seguisse sem demora para a vila da Parnaíba a fim de devassar dos fatos ultimamente ocorridos.

E, deste modo, entre essas ameaças de luta, sem a ruidosa alegria do costume, correu o Natal — outrora a mais encantadora e romanesca de nossas festas populares. O matuto, desconfiado e receoso, retraía-se na dolorosa e agitada expectativa dos sucessos por virem, fugindo da igreja, onde o vigário Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira ⁽²²⁾ surgia como o santelmo do ódio e da intriga. Acima do amor a Jesus, — deus morto, luz apagada na bruma das paixões acesas, pairava, soberano e absorvente, o instinto da própria conservação.

Há momentos em que a religião, com a sua subjetividade intangível, não basta ao homem. Precisa ele de alguma coisa mais real e tangível, mais palpável e humana, que lhe embriague os sentidos e o retorne aos grandes impulsos da animalidade.

Nas crises históricas, o homem é um escravo da fatalidade das circunstâncias: educação, sentimentos afetivos, crença, tudo desaparece com o primeiro arrebatamento. Nessas ocasiões, ninguém pensa em rezar, pensa-se em matar para vencer.

Ficariam para outro ano o incenso e o alecrim, as danças e os folgares, o presepe de ramos olorosos e os pequeninos pastores...

Ficaram.

A 29 de dezembro, os membros da Junta do Governo — Matias Pereira da Costa (P.), José Antônio Ferreira (servindo de Secretário), ⁽²³⁾ Miguel Pereira de Araújo e Caetano Vaz Portela, reuniram-se e oficiaram ao Comandante da guarnição, Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, determinando que recebesse, do Inspetor dos armazéns nacionais, 100 granadeiras chegadas do Porto da Conceição ⁽²⁴⁾ e as empregasse no serviço de defesa da cidade. Recomendaram-lhe que tivesse a tropa de prontidão — **para o que pudesse suceder**, lembrando-lhe a grande responsabilidade do cargo confiado ao seu patriotismo e à sua coragem.

Parece que se esperava alguma coisa de anormal com os primeiros dias do ano novo.

22) Português, leal partidário de D. João VI. Dirigiu, no dia 31-12-1822, representação à Junta de Governo requerendo medidas de paz e segurança, ameaçadas por facciosos que queriam a Independência.

23) Estava ausente o Secretário da Junta, Capitão Francisco de Sousa Mendes.

24) Porto fluvial no Piauí, ao longo do Parnaíba.

AS VÉSPERAS DA PROCLAMAÇÃO

Sumário: — De 1.º a 23 de janeiro de 1823. A situação em Oeiras. Representação do Padre José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira. Determina-se a prisão de todas as pessoas suspeitas. Ofício de Pedro Labatut. Levante de Crateús.

A marcha ascendente dos fatos não podia mais passar despercebida à Junta do Governo, que, entretanto, não teve logo consciência de seu verdadeiro estado. Chegou a recear um pronunciamento como o 19 de outubro, mas esperou que, no caso de aparecer, se fracionaria de encontro às resistências do meio, como na Parnaíba.

Em Oeiras, porém, alguém tinha a visão clara da situação e estava de sobreaviso, sem perder uma só das manifestações populares hostis ao sistema constitucional — como se dizia por esse tempo: era o Padre Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, vigário colado ⁽¹⁾ da freguesia de N. S. da Vitória. ⁽²⁾ Muito cedo compreendera os motivos da transformação lenta por que passava a Província; vira que o domínio português estava ameaçado e pusera a Junta ao corrente de suas apreensões — que foram esquecidas. Iam, agora, realizar-se os seus receios e ele fazia nuncio de desgraças mandando ao Governo uma representação (31 de dezembro) em que pedia a convocação de um conselho civil e militar para tratar de matéria grave. Denunciava que “pessoas incendiárias e facciosas faziam clube, pasquins, ameaças, partidos e planos para derribar o novo sistema constitucional, a majestade do Soberano Congresso das Cortes de Portugal, a autoridade do Governo e do magistrado, a segurança da nação e o sossego público, a vida e fazenda dos cidadãos

1) O verbo **colar**, como no texto, tem também o significado de conferir benefício eclesiástico e vitalício a alguém.

2) Oeiras. Em 1696 criou-se a freguesia da Mocha, depois Oeiras, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória.

para instalarem a criminosa Regência do Príncipe Real, com independência do Soberano Congresso da Grande Nação Luso-Brasileira”.

O reverendo Padre Matias Pereira da Costa, Presidente da Junta, mostrou-se, nessa ocasião, mais presto em deferir o requerimento, — bem que não visse tão próximo o perigo a ponto de justificar esse rigor de proceder. Constituiu, no entanto, a Junta em sessão permanente, mandou avisar as pessoas mais gradas da sociedade e, às 7 horas da manhã do dia 1.º de janeiro, chegaram a Palácio, um a um, sem saber o fim da reunião — que ficara em segredo — o Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, Ouvidor-Geral; o Dr. Bernardino José de Melo, Juiz de Fora; Antônio Martins de Abreu, Vereador mais velho; Inácio de Loiola Vieira, terceiro Vereador; Roques Gomes Ferreira, Procurador da Câmara; João Álvares Nogueira; Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, Tesoureiro da Junta de Fazenda; Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, Comandante da Guarnição, encarregado da defesa da cidade; Capitão-mor João Nepomuceno de Castelo Branco, Comandante da Polícia; Tenente-Coronel Tomás de Aquino Osório; Tenente-Coronel Luís Manuel de Pontes; Capitães Manuel Pinheiro de Miranda Osório, Dionísio Gonçalves Vilarinho, José Luís da Silva, Agostinho Pires, José Inácio Madeira, Miguel José Ferreira, Domingos Vieira de Sá e Domingos José Barreiros; Tenentes João José Batista Ferreira, Antônio de Sousa Mendes; Alferes Cesário José da Silva Conrado, Damaso Pinto da Veiga, Manuel Luís Ferreira, Raimundo José de Queirós, José Mendes Vieira; Manuel Rodrigues de Macedo, Juiz Almotacel; Luís Marreiros da Silva, Francisco da Cunha Araújo, Ajudante D. Caetano de Castelo Branco, Manuel José de Sippeda, Joaquim José Rodrigues Lisboa, Padre José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira.

Muitos desses que se reuniam, sem uma razão participada, aquiescendo, apenas, a um convite, conspiravam contra a unidade do Reino, pleiteando o desmembramento do Brasil. Estavam longe de pensar que a sua reunião tivesse, justamente, por fim tratar de conspiradores, reais, ou fictícios, e promover recursos que pudessem tolher o objeto da planejada separação.

Não houvera espírito de escolha; não se distinguira nos dois elementos adversos, e brasileiros e portugueses, sob o mesmo teto, experimentavam o mal-estar de uma situação embaraçosa. Instintivamente, separavam-se, discutiam à parte, cientes de que as palavras de uns não interessavam aos outros.

Se um indivíduo pode, por qualquer conveniência, ocultar seus pensamentos, esconder suas tendências, abafar velhas antipatias, conter impulsos agressivos, não o podem as multidões. Um arrebatamento, uma expansão mais forte, uma hostilidade, às vezes apenas um retraimento brusco, qualquer coisa, enfim, trai o ódio que fermenta para a explosão assassina.

Era o que se dava.

Reunidas, no entanto, as pessoas convidadas, assumiu a presidência o Padre Matias Pereira da Costa, solicitou a atenção de todos, e mandou que o Secretário da Junta lesse a representação do vigário.

Burburinhou, desde logo, um sussurro assombrado pela sala e os implicados se viram descobertos. Uma ansiedade dolorosa, que o terror aumentava, caiu sobre os circunstantes...

Feita a leitura, ordenou o Presidente que o representante dissesse quais eram os “incendiários e facciosos” que acusava. Mas o Padre, longe de cumprir a ordem, suplicou que o escusassem de delatar nomes “por ser a denúncia incompatível com o seu caráter e emprego”, ao que a Junta do Governo atendeu e mandou que o Conselho deliberasse sobre as providências a tomar a fim de salvar esta Província, o sistema constitucional, manter inalterável o sossego público e ileso os direitos dos cidadãos.

Tomados os votos, acordou-se que fossem presos os facciosos.

O Presidente reduziu, logo, a questão a dois pontos:

1.º — “Se deviam ser presos os facciosos e partidistas da instalação da Regência do Príncipe e de se maltratarem, deporem, prenderem, roubarem, castrarem e matarem os do partido do legítimo governo de El-Rei e das Cortes de Portugal, aos quais delatasse a opinião pública, sem dependência de devassa?”

2.º — “Se para a prisão devia preceder a devassa?”

Postos a votos, pediram alguns dos membros do Conselho que se lessem os artigos da Constituição jurada em Portugal, referentes ao caso, lendo o Secretário os Arts. 4.º, 103 — n.º 5, 107 — n.º 4 e 181 que permitem a prisão antes da culpa formada, quando assim o exija a salvação do Estado.

Em vista desses dispositivos, por “uniformidade absoluta de votos” foi resolvido que se prendessem imediatamente os indicados e que, dentro de 48 horas, se começasse a devassa.

O Presidente mandou, então, que fosse cada uma das pessoas do conselho, em sala separada, declarar em um bilhete os delinquentes contra os quais se manifestava a opinião pública; apuradas as declarações, apuraram em 12 bilhetes o nome de José de Sousa Coelho de Faria; em 11, o de José Félix Barbosa; em 9, o de Lourenço de Araújo Barbosa, — por antonomásia — o **Garricha**, (suspeito de separatista desde sua chamada de Campo Maior, em setembro do ano anterior); em 6, o de João Barbosa de Freitas; em 5, o do Tenente Inácio Gomes Correia; em 2, o de José Lobo Fróis; em 1, o de Francisco Nunes de Sousa.

Em consequência, deliberou o Conselho, de conformidade com a Junta do Governo, que se procedesse à prisão imediata dos indicados, feita exceção de José Lobo Fróis e Francisco Nunes de Sousa por ter o último apenas um voto, e o outro apenas dois. Para isto, oficiou ao Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, Comandante da Guarnição, de-

terminando que os prendesse com sua tropa, visto não haver oficiais civis e colocasse em suas casas duas sentinelas que vedariam a entrada até que o Ouvidor desse busca nos papéis.

Tudo se fez em silêncio, rapidamente, antes que os culpados de grande amor à Província recebessem aviso de que se discutia a sua sorte. Entretanto, a justiça só conseguiu capturar a José de Sousa Coelho de Faria, que, horas depois da reunião, foi coberto de ferros, ameaças e apodos, e internado numa das salas do Paço da Câmara. Puseram-lhe guardas à vista, como se faz a um réu de execrands crimes, e o sangue do generoso precursor correria para o batismo da idéia, se uma providência salvadora não lhe protegesse a vida.

O ano bom surgia, assim, como surgem os cometas para a credence popular, — anunciando misérias e lágrimas, horrores e desgraças. Por um lado, a perspectiva horrenda da seca; por outro, os aprestos sinistros para uma guerra de extermínio, sem tréguas e sem piedade.

A velha capital, tão ruidosa e alegre, ordinariamente, entre os seus morros, caía, agora, numa sonolência taciturna, numa tristeza de causar pena, ou terror. Correios entravam e saíam galopando, noite e dia, em procura do norte e do sul, conduzindo ofícios de ordens, proclamações, planos e providências. Esse movimento alarmava ainda mais os espíritos conservadores, que ficavam mais receosos pela ignorância dos males temidos. A própria Junta de Fazenda, urgida pelas circunstâncias, reunia-se freqüentemente, mandando ordens para os armazéns nacionais, que viviam em eterna dobadaoura. Fazia-se rigorosamente a cobrança da dívida ativa da Província, e os cofres do erário pouco a pouco se atufavam com as importâncias arrancadas aos contribuintes.

Mas, apesar de todos esses preparativos, apesar das demonstrações hostis à gente de Portugal; apesar das medidas de excessivo rigor tomadas contra José de Sousa Coelho de Faria, muita vez deixou a Junta perceber que não tinha como provável uma luta séria no Piauí. Algumas arruaças; algumas perturbações da ordem; talvez, mesmo, a proclamação da Independência em Oeiras; abafar-se-ia tudo punindo os delinquentes de um modo exemplar.

O Governador das Armas, Sargento-mor João José da Cunha Fidié, recentemente chegado, não tivera tempo de indispor-se ferindo interesses, e ao marchar para o norte, estava unido por afetuosos laços às pessoas mais influentes da capital, àquelas que podiam prestar-lhe auxílio no caso de um rompimento. O Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, seu irmão Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, Araújo Costa, Miranda Osório, todos eram, aparentemente, amigos de Fidié, que depositava neles inteira confiança. Desse lado, portanto, a seu ver, nada havia por recear.

Em princípio de janeiro, soube-se, porém, que seguiam para Oeiras a tropa de Cavalaria destacada na Parnaíba e as forças do mando do

Tenente-Coronel Antônio José de Araújo Bacelar — obedecendo a uma determinação do oficial português.

Posto que a Junta em nada tivesse contribuído para esse resultado, caiu em maior antipatia, e, em redor do fato, a intriga e a calúnia principiaram a tecer uma barreira de descrédito e ódio.

Os campeões da libertação receberam com desagrado a notícia, e procuraram tirar proveito dela, afirmando que o Governo, se se socorria de força armada, era que se sentia ameaçado. E o povo que aceitou, em absoluto, a explicação, irritou-se deveras.

Vou copiar o tópico de um ofício da Junta a Fidié (9 de janeiro) para maior clareza. E me seja lícito acrescentar que, sempre que possível, estribarei as minhas afirmações em documentos da época. Nessas peças, escritas logo após os acontecimentos, é onde o investigador curioso pode encontrar os elementos dispersos da história da campanha.

Por esse ano, 1823, não tinha, ainda, o Piauí um jornal que registrasse os sucessos. A imprensa foi introduzida em Oeiras doze anos depois (1835) ⁽³⁾ e os fatos vivem, apenas, por metade, nos arquivos. Não há, porém, outra fonte em que me vá abeberar.

Eis o tópico:

“Fica esta Junta na inteligência de que V. Exa., não perdendo de vista a segurança desta cidade, envia para ajudar a guarnecê-la o Tenente-Coronel Antônio José de Araújo Bacelar, com a gente que tem reunida. Esta acertada medida abraçada por V. Exa. talvez pela notícia das comoções das províncias limítrofes, V. Exa. sabe que lhe não foi inspirada por esta Junta do Governo; mas, todavia, os mal afeiçoados a ela se têm aproveitado da notícia da vinda dessa tropa auxiliadora para aumentar a desconfiança de diversas pessoas contra a Junta do Governo, a quem caluniam de as ter em má-fé. Com mágoa a Junta do Governo comunica pela primeira vez a V. Exa., porém, o fato é público e V. Exa. sempre o há de saber”.

Ainda se comentava muito em Oeiras a vinda de tropas da vila sediciosa, quando (11 de janeiro) chegou um correio de Jacobina ⁽⁴⁾ trazendo

3 Em “História da Imprensa no Piauí”, escreveu Celso Pinheiro Filho: “Entre o realmente primeiro, e o citado por Pereira da Costa como tal, houve um outro, em 1833, o DIÁRIO DO CONSELHO GERAL, localizado por Abdias Neves, através do LIVRO DE ATAS DO CONSELHO, de 1829 a 1833, págs. 39 e 225. Esclarece ainda o mesmo Abdias Neves que, neste documento por ele compulsado, existe alusão a um periódico, a esse tempo existente em Oeiras, e cujo nome se perdeu.” O nome desse primeiro jornal foi O PIAUIENSE, aparecido em 1832.

4) Localidade baiana. Hoje cidade e município.

uma portaria e proclamações do Governo do Rio e um ofício de Pedro Labatut — o General francês encarregado do sítio da Bahia. Comunicavam a proclamação da Independência ali e convidavam esta Província a acompanhá-los nessa estrada larga do futuro.

O Padre Matias, sem a mínima demora, respondeu orgulhosamente que o Piauí se conservaria fiel à metrópole. E, julgando interpretar os sentimentos da maioria do povo, despachou no mesmo dia o estafeta, que montou a cavalo para regressar e se foi levando a grosseira resposta.

A proposta do Comandante de Jacobina provou, porém, que a Bahia não era indiferente aos sucessos desta Província e mostra que, ali, se avaliava o perigo da permanência do domínio de Portugal no Piauí. Foi, também, o sinal de alarma para a Junta que, tardiamente, tratou de encerrar a situação com outro cuidado.

Nesse mesmo dia (11 de janeiro) participou ela ao Governo das Armas o levante do contingente de Marvão — sem contudo noticiar a vinda do estafeta de Jacobina. Baixou, em seguida, portarias a Manuel Rodrigues da Silva, Comandante do Riachão; ao Alferes Martinho Lopes dos Reis, Comandante da 2.ª Divisão da Ribeira do Itaim; ao Capitão Arnaldo José de Carvalho, Comandante da Ribeira do Canindé; ao Capitão José Inácio Madeira, Comandante da Companhia destacada na fronteira da Ribeira do Piauí; (5) ao Capitão-mor José Leite Pereira de Castelo Branco, Comandante de Valença, (6) e ao Alferes Manuel Abranches Pais, recomendando que participassem por positivos (7) especiais a marcha de tropas destinadas a esta Província.

Mas, com o decorrer dos dias os fatos se precipitaram de uma maneira assustadora. Não há empecilhos para as avalanches...

O Ouvidor da comarca, Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, receoso das conseqüências desse estado anormal, sentindo a fraqueza de seu país, pediu demissão e passaporte para Lisboa.

Mas o Juiz de Fora, Dr. Bernardino José de Melo, que, por força da lei, devia substituí-lo, não merecia confiança por ser natural de Cachoeira (Bahia), filho, genro e amigo íntimo dos corifeus da revolução baiana.

Atendendo a isso, negaram os membros da Junta, por unanimidade, a exoneração solicitada e não consentiram que ele se retirasse de Oeiras.

A 14 de janeiro, oficiando a Fidié, expuseram o caso e concluíram pedindo que, deixando ele um destacamento na Parnaíba, regressasse

5) Riachão, Itaim, Canindé, Piauí — nomes de rios no Piauí.

6) Antiga freguesia de N.S. da Conceição de Aroazes, criada em 1740. Vila por ato de 19-6-1761, instalada em 20-9-1762. Desmembrada de Oeiras em 1866. Cidade em 1889. Hoje tem o nome de Valença do Piauí.

7) Rodolfo Garcia registra **positivo** como correio particular, portador. Assim o termo é empregado em quase todo o interior do Brasil. Mensageiro. Indivíduo encarregado de determinada missão.

à capital, pois "nas vistas do inimigo seria provavelmente o primeiro ponto a atacar, assim para dissolver o Governo, como para roubar os cofres do erário — formidável inimigo que ali tinham. O que rogamos a V. Exa., acrescentaram, nada valha se circunstâncias imperiosas urgirem a sua presença nessa vila, ou em outro qualquer ponto do qual dependa a salvação da Província, — nosso principal desvelo; nós somente apontamos a V. Exa. o perigo e a débil defesa em que se acha esta cidade e os desejos que nos acompanham de ter a V. Exa. do nosso lado para obrarmos de combinação e com rapidez."

Ainda esse ofício não fora entregue ao destinatário, abria-se em sessão da Junta do Governo outro do Capitão-mor Antônio José Leite Pereira de Castelo Branco, em que avisava que Crateús (8) estava em armas, pronto a marchar contra Oeiras.

A Junta resolveu, então, proclamar aos povos revoltados e dirigiu-lhes, com efeito, a seguinte proclamação:

"A Junta Provisória do Governo da Província do Piauí aos povos de Crateús e Marvão:

"A Junta do Governo da Província a quem foi por vós confiada a vigilância da mesma, ouve com bastante mágoa que homens perdidos, perjuros e facciosos vos pretendem arrastar ao criminoso partido da Independência.

"Ela sabe que vós não penetrais o veneno oculto, que em taça de ouro vos dão a beber os vossos inimigos, debaixo do véu de grande felicidade, que vos prometem e pintam no sistema de Independência do Brasil.

"Honrados povos de Crateús e Marvão não vos deixeis iludir e arrastar ao precipício do crime e da desgraça com promessas vãs de uma felicidade, que jamais pode verificar-se, ou que, quando se verificasse, faria na história do mundo a vergonha nossa e da vossa posteridade.

"Vós não tendes proporções para a Independência, faltam-vos agricultura, artes, ciências, manufaturas, comércio, dinheiro e, sobretudo, exército e marinha. Que é dos vossos teares, das vossas fábricas? Quereis limitar-vos a vestir o grosso algodão que cobre as carnes dos vossos escravos?!

"Que é das vossas universidades, das vossas ciências? Quereis cair de todo na ignorância e na barbaridade? Que é do vosso comércio? Quereis, ou podeis limitar-vos a viver das produções do árido país que habitais? Que é dos vossos cofres para sustentar anos uma guerra que Portugal e as mais nações da Europa vos hão de declarar? Que é dos vossos exércitos

8) Pertencia ao Piauí. Passou ao Ceará, de que hoje é cidade e município.

e da vossa armada para defender as vossas costas e as vossas pequenas povoações das **excursões** estrangeiras? Quereis sujeitar-vos a viver nos matos e a retomar o estado primário do tapuio selvagem?

"Quereis lançar do meio de vós os europeus, vossos pais, maridos de vossas filhas e pais de vossos netos e deixar na viuvez e na orfandade estas porções de vosso sangue e do vosso amor, tornadas vítimas da desgraça pela vossa indiscrição?

"Pensai bem o que fazeis e sabeis que os vossos patrícios não leguem antes perleguem o vosso erro.

"Ponde os olhos na vila da Parnaíba; não vistes em que tempo se lançou por terra o mal fundado edifício da Independência? E pensais que hão de ficar impunidos os seus autores? Não os vedes já fugidos de suas casas, mulheres e tenros filhinhos? E que não ficaria aí o seu castigo? Que outra sorte esperais se seguirdes o seu criminoso exemplo?

"Habitantes de Crateús e Marvão, uni-vos em sentimento aos mais povos da Província; deixai flutuarem as províncias do Sul no mar imenso de discórdia e sangue, que nelas começa a verter-se como justo castigo de suas desenvolturas; e vós viveis sossegados em vossas casas, na feliz companhia de vossas esposas e filhos; não procureis por vossas mãos os trabalhos e os perigos em que vos ides meter seguindo um partido que o geral da província detesta e protesta perseguir.

"Não alegueis, depois, que o Governo vos não avisou, que ele bem claro vos fala. Que mais amizade vos têm os povos do Ceará? Eles vêem-se no perigo e querem ver se por cima de vós se põem a salvo. Conhecei-os; evitai-os e salvai-vos; eles se salvem como puderem, porém, não à custa dos vossos bens e de vossas vidas.

"Palácio do Governo de Oeiras, 22 de janeiro de 1823. Assinados: **Matias P. da Costa**, Presidente; **Francisco de Sousa Mendes**, Secretário; **José Antônio Ferreira**; **Miguel Pereira de Araújo**; **Caetano Vaz Portela**."

E foi a providência que se tomou nesse dia. A Junta entendia, talvez, que com a sua retórica apagaria no coração do povo o entusiasmo patriótico...

Comunicou, no dia seguinte, ao Comandante da Guarnição da capital, o pronunciamento de Crateús e julgou que mais nada tinha que fazer.

Estava-se, porém, em vésperas de grandes cometimentos: a madrugada seguinte daria a primeira manhã da Independência no Piauí.

A PROCLAMAÇÃO

Sumário: — De 24 a 30 de janeiro. Proclamação da Independência em Oeiras. Eleição da Junta do Governo. Primeiros atos.

Enquanto os acontecimentos se precipitavam em Oeiras, o Governador das Armas descansava na Parnaíba da extensa viagem e, sem curar da segurança do Piauí, queria enviar tropas que decidissem dos destinos da Independência no Ceará.

Em ofício de 21 de dezembro de 1822, à Junta do Governo, propunha-se mandar dois batalhões que, além da Serra Grande, trabalhassem pelo império da ordem e submissão ao domínio do Ultramar. As províncias, porém, só podiam enviar auxílio de tropas se fosse solicitado; depois, havia falta de soldados e nós não podíamos desviá-los para fazer a guerra entre povos que, por aprovação tácita, haviam aderido à idéia separatista. De soldados tínhamos urgente necessidade em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba, onde, a cada instante, podia irromper a revolução.

Isto mesmo afirmou a Junta do Governo a Fidié e as razões calaram-lhe no espírito, porque abandonou o projetado auxílio.

Desse fato, aparentemente insignificante, ressalta uma ilação de grande importância histórica. Verifica-se que o Sargento-mor não tinha a reflexão precisa para exercer, com segurança, um cargo de tão alta responsabilidade. Obedecia ao primeiro impulso, sem saber dirigir-se na concorrência das circunstâncias que o atordoavam. Não tinha calma — essa qualidade superior dos homens de ação.

Sem decidir-se, portanto, a abandonar a Parnaíba, que, aliás, estava perfeitamente defendida pelas forças vizinhas de Carnaubeiras, pelo reduto da barra do Caju e pelo brigue **Infante D. Miguel**, ficava irresoluto, enquanto a marcha dos acontecimentos se precipitava no sul da província.

Em Oeiras, a notícia de Crateús estar em armas foi o sinal do pronunciamento. O Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que tomara a frente da conspiração, não por patriotismo, nem por amor à Independência, mas despeitado por ser vencido nas eleições de 7 de abril de 1822, não quis que outro tivesse a glória da proclamação. Compreendeu que não havia mais perigo em aderir ao movimento. Tratou, então, de reunir com urgência os conjurados, que, ao cair da noite de 23 de janeiro, foram, um a um, chegando à sua casa.

Ali já havia armamento e munições, tudo subtraído dos armazéns nacionais, com o auxílio do Escrivão, Deputado da Junta de Fazenda, João da Silva de Miranda. Todos os empregados do Brigadeiro e grande número de caboclos aventureiros e turbulentos estavam reunidos no vasto quadrilátero interno que havia em sua residência.

Manuel de Sousa Martins e seu irmão Joaquim de Sousa Martins encarregaram, então, o Major Manuel Clementino de Sousa Martins, o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins e o Major Francisco Manuel de Araújo Costa de se reunirem no quartel do Regimento n.º 1 de Cavalaria, dissidente da causa brasileira por sugestões de dois oficiais que o comandavam.

Em casa do Brigadeiro ficou um corpo de reserva sob as ordens do Tenente-Coronel Pinheiro de Miranda Osório e Capitão José de Sousa Martins para auxiliar a tomada do quartel e destacar patrulhas em diferentes pontos da cidade, a fim de evitar-se qualquer reação tentada pelo partido do Governo.

Às 2 horas da manhã, saíram: o Tenente-Coronel Inácio Francisco de Araújo Costa — para surpreender e cercar em sua residência o Capitão de 1.ª Linha Agostinho Pires, e o Alferes José Martins de Sousa para prender o Alferes da mesma tropa Damaso Pinto da Veiga — forte e audacioso inimigo da Independência.

Ao mesmo tempo, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que dirigia os preparativos, destacou o Tenente-Coronel Manuel Pinheiro de Miranda Osório e o Major Manuel Clementino de Sousa Martins para irem tomar e pôr em segurança a casa da pólvora.

Achando-se destacados em Oeiras os Majores Bernardo Antônio Saraiva e Honorato José de Moraes Rego, do Regimento n.º 2 de Cavalaria, facilmente aquiesceram em auxiliar o ato com a sua força.

Enquanto Araújo Costa e Martins de Sousa cumpriam a ordem recebida, Bernardo Saraiva e Moraes Rego tomavam posição na rua, ao lado direito do quartel, para os acudir, se fosse necessário, e guardar as ruas próximas, a fim de evitar qualquer levante popular, animado pela dissidência.

Tudo isto foi executado na melhor ordem, sossego e silêncio das 2 às 4 horas da manhã.

O plano teve, assim, uma execução magnífica e quando espontou a madrugada, e o povo se ergueu para o mourejo cotidiano não estranhou nem temeu a aparência bélica da cidade. Compreendeu, logo, de que se tratava e ficou-se imoto, à espera dos acontecimentos, nessa expectativa ansiosa das multidões apaixonadas, nos lances supremos da História.

Não houve resistência, nem sangue para manchar a grande luz do dia, que, de futuro, havia de recordar a quebra das velhas tradições e da ferrenha dominação de Portugal.

Pela manhã, sol nascido, ergueram Manuel e Joaquim de Sousa Martins entusiásticas saudações à Independência do Brasil, a S.M. o Imperador D. Pedro I, e o povo, espectador desta cena, salvou-a triunfalmente com um viva que voou sonoro e forte como uma nota de clarim.

Já a essa hora ninguém ignorava em Oeiras os sucessos da noite e tinham fugido alguns dos membros da Junta.

O Senado da Câmara foi, então, convocado e reuniu-se extraordinariamente no Paço respectivo, onde estavam representadas todas as classes sociais, nobreza e clero.

Presente o Juiz de Fora, Dr. Bernardino José de Melo, Vereadores, Procurador, Escrivão da Câmara e mais cidadãos civis e militares, apresentou o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins um ofício e uma proclamação do General Labatut em que ordenava a aclamação do Imperador.

Lidos ofício e proclamação pelo Brigadeiro, o povo irrompeu em arrebatedos vivas a D. Pedro I e ao Império do Brasil, mostrando-se, assim, plenamente solidário com a idéia da secessão.

A vista disso o Presidente do Senado da Câmara proclamou a Independência e mandou lavrar uma ata da vereação, em que foram registrados os acontecimentos.

Mas, com a nova fase, a Província ficava acéfala; urgia, portanto, eleger-se a Junta substituta, que, diante dos fatos, agisse pronta e energicamente. E sendo necessidade de todos compreendida, procedeu-se, imediatamente, à eleição.

Foram escolhidos: Presidente, Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, Secretário, Manuel Pinheiro de Miranda Osório; membros — Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego, que, juramentados, se empossaram, logo, dos cargos.

Desde esse instante, estavam ligadas intimamente a sorte do Governo e a do Piauí. Em jogo com os destinos da luta, estava a existência do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, — um dos primeiros homens da Província pelo prestígio pessoal e da sua família, pela fortuna e pela audácia desdenhosa. Mas Sousa Martins arrastaria com a sua queda a muitos outros vultos notáveis, que sabiam, aliás, avaliar o perigo e cercavam o Governo apresentando-lhe o apoio mais absoluto.

Foi essa comunhão de interesses que facilitou nos primeiros dias a ação da Junta e fê-la desdobrar-se ampla sem um estorvo, — condições

que favoreceram bastante a direção dos negócios da guerra nos primeiros tempos. O povo confiava-se à Junta, que, por sua vez, se entregava às determinações do Presidente, sem um assomo, sem a menor participação própria no Governo.

Nenhum outro ato oficial, além da promoção do Sargento do Batalhão de Linha, Manuel Soares da Silva, a alferes, praticou o novo Governo, nesse para sempre memorável 24 de janeiro. Depois das agitações da noite anterior precisava ele descansar e descansou para a História, pois não consta que tomasse qualquer deliberação. Dormiu sobre o primeiro triunfo, como dormiam os antigos à vista das cinzas, dos escombros e do sangue das cidades saqueadas, arrasadas e postas em chamas.

Foi, porém, ativo em tomar, no dia seguinte, todas as providências que os sucessos indicavam como de mais imperiosa necessidade. Não teve nem vacilações, nem temores, e a linguagem em que se dirigiu às autoridades maranhenses merece francos elogios pelos conceitos terminantes.

Logo pela manhã, despachou portadores para Valença, Jerumenha, Parnaguá, ⁽¹⁾ Campo Maior, Parnaíba e Marvão, ordenando que, sem demora, fosse ali proclamada a Independência. Mandou, em seguida, o Capitão-mor João Nepomuceno de Castelo Branco que estivesse com o Batalhão de Ordenanças pronto a atender ao primeiro aviso e, afinal, oficiou ao Sargento-mor João José da Cunha Fidié e ao Governador das Armas do Maranhão.

A este solicitou que se conservasse neutro diante dos fatos suspendesse a remessa das forças pedidas a 14 de dezembro (100 homens) e retirasse a guarnição da Parnaíba “não dando ajuda ou favor, nem concorrendo direta ou indiretamente para ser flagelado este povo, sufocando-se sua vontade e oprimindo-o. Ele deseja conservar, acrescentou, com essa província, as antigas relações amigáveis e comerciais com grandes vantagens de ambas as partes.

“Se, porém, o Maranhão servir de instrumento para se derramar o sangue destes povos, e serem, assim, tão injustamente incomodados por seu sistema político, está este Governo persuadido de que não deixarão de requerer e clamar que se interrompa a comunicação com essa Província e se proíba a exportação do gado vacum que, em grande número, sai do Piauí para alimentar o Maranhão. E este Governo, em tão apertadas circunstâncias, não poderá a isso escusar-se, como decerto se não escusará.

“Esta Província e o populoso Ceará estão de mãos dadas para mutuamente se defenderem e algumas tropas dali estão em marcha para esta capital, onde principiarão a chegar nestes dias”.

1) Vila em 1761. Instalada em 3-6-1762. Hoje cidade e município (Piauí).

O ofício a Fidié impunha-lhe a entrega do comando das Armas ao Capitão Manuel Pimenta de Sampaio e a retirada da Província. Dizia:

“É sabido de V. S. que, das muitas províncias do vasto Império do Brasil, só Piauí, Maranhão e Pará não tinham aderido ao sistema da Independência, e, segundo a opinião geral, nem uma deve ser dissidente de tão justa causa. Por isso já a Parnaíba no dia 19 de outubro do ano passado declarou sua opinião de aderência; porém, escusando-se a Junta Provisória do Governo a reconhecer Imperador Constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcântara, foram sufocados os desejos daqueles povos.

“Nem se diga que com o nome de povo figuram só cento e tantas assinaturas, porque a tropa de Cavalaria residente no distrito daquela vila e que engrossou a guarnição desta cidade, muito pronta e espontaneamente fez aqui conhecer sua vontade. E vendo esta capital que a grande e populosa Província do Ceará, nossa vizinha, havia geralmente abraçado a Independência e estava pondo tropas em movimento, colhia-se de sua correspondência que não seria tranqüila espectadora de que a Província do Piauí que fez parte integrante do contingente brasileiro, fosse dele dissidente e instigada pela glória de libertar esta porção do Brasil não deixaria de fazer encaminhar tropas a esta capital, acrescentando que as ordens do General Labatut precisamente recomendavam a aclamação do Imperador nesta Província.

“E não querendo esta capital ceder a outrem a glória deste ato, foi ontem, entre o mais vivo entusiasmo do povo e tropa da guarnição e dos cidadãos de todas as classes que se puderam reunir no Paço do Conselho, onde também se achava a corporação da Câmara, proclamada a Independência do Brasil, reconhecido o Governo do Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor deste Reino Sr. D. Pedro I. É este o exemplo que temos de quase todas as províncias do Brasil, de cujos sentimentos o Estado do Piauí não pode e nem deve ser dissidente...

“Reinou o mais admirável sossego e boa ordem: assim sempre acontece quando a vontade geral se decide.

“Em consequência este Governo faz a V.S. esta participação e, uma vez que o povo dele confiou o seu regime debaixo do poder de nosso Imperador e das Cortes brasileiras, é obrigado a este mesmo Governo pedir a V. S. que deixe reinar nesta Província a paz e o sossego para se não derramar o precioso sangue brasileiro”.

No mesmo dia mandou que o Juiz de Fora, Dr. Bernardino José de Melo, acompanhado de dois escrivães, fizesse inventário dos livros e papéis existentes na Secretaria do Governo, para os entregar ao novo Secretário, Manuel Pinheiro de Miranda Osório. Este trabalho incumbia ao serventário anterior, Francisco de Sousa Mendes, que, em consequência da revolução, fugira abandonando o cargo.

Alguna coisa, além disso, entretanto, havia, ainda, por fazer em Oeiras, a fim de ficar completa a obra iniciada sob auspícios tão venturosos: o Ouvidor da comarca, Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, negara-se a aceitar o pronunciamento, dando, nessa ocasião, prova de uma coragem cívica digna de nota. Português, manteve-se leal à sua pátria, arriscando a vida em defesa de suas convicções.

Vendo, porém, que seria sacrificado à fúria do povo, entendeu fugir à tormenta pedindo exoneração e passaporte para Lisboa. Pediu e obteve a sua demissão a 29 de janeiro, sendo nomeado para o substituir o Juiz de Fora Dr. Bernardino José de Melo.

Concedendo, porém, a exoneração solicitada, a Junta do Governo não tomou conhecimento do pedido de passaporte, de modo que o velho magistrado se viu, de repente, ainda mais exposto ao ódio dos brasileiros. Nem ao menos tinha, agora, o prestígio das funções para lhe dar uma relativa segurança no meio das agitações e das violências de que era testemunha.

A 30 de janeiro, a Junta, sem aguardar a resposta da participação feita ao Governo de S. Luís, oficiou às Câmaras de Marvão, Parnaguá e Valença, ordenando a suspensão de remessa do gado para a Província do além-Parnaíba. (2) E, a fim de evitar uma surpresa, determinou ao Tenente Antônio Martins de Abreu, arrematante da Passagem Santo Antônio; a Matias de Sousa Rebelo, da Passagem da Manga; a Felipe José da Cunha, do Porto de São Francisco, Pedras, Queimadas e Castelhana (3) que não deixassem nem consentissem as canoas do lado do Maranhão, as prendessem, à noite, em correntes e, de forma alguma, dessem passagem a tropas maranhenses, sob pena de serem considerados inimigos do Piauí e, como tais, severamente punidos.

Logo que notassem a aproximação de forças, ou que soubessem da marcha de alguma contra esta Província, deveriam despachar positivos avisando o Governo.

A seguinte proclamação, que traz, também, a data de 30 de janeiro, explica o motivo dessas providências.

Ei-la:

"Habitantes da Província do Piauí.

"Esta capital, no dia 24 do corrente, proclamou a Independência do Brasil e reconheceu o Governo Constitucional e Perpétuo Defensor deste Reino o Sr. D. Pedro I e as Cortes brasileiras. Este é o passo que têm dado quase todas as províncias do vasto continente brasileiro, a que vos não podeis escusar. E, como a Província do Maranhão não adote, por agora, o sistema da Independência, nem ao certo se pode saber se fica ou não neutral a respeito desta, segundo o procedimento que teve com a vila da Parnaíba, quando em 19 de outubro do ano passado se antecipou a declarar sua aderência, este Governo já se dirigiu às duas primeiras autoridades daquela Província, exigindo e rogando a dita neutralidade; porém, como pode ser que se neguem a tão justa requisição, tem este mesmo Governo resolvido e ordenado que no entanto se recebe resposta do Governo do Maranhão, não saia para ali gado *vacum* de qualidade alguma, pois não é justo que sustentemos aqueles mesmos que ajudam e concorrem para se derramar o nosso sangue e sofrerem outros mil incômodos de que, aliás, ficaríamos livres se o Maranhão se conservasse neutral. Todavia a dita proibição se limita só e unicamente ao gado *vacum*, pois que todo o mais comércio é livre com aquela Província. E mesmo a proibição do gado cessará logo que o Governo do Maranhão declarar que nos não incomodará por nosso sistema político.

"Portanto, habitantes do Piauí, não exporteis por ora para o Maranhão os vossos gados; não leveis o alimento para donde vós não sabeis se vos virá o mal e a opressão. E, algum de vós que assim o fizer, então é porque não ama sua pátria e com horror deve ser olhado pelos seus patricios.

"Este Governo a todos vós recomenda a religiosa observância de quanto se determina e assim espera de vossos patriotismos".

Um fato chama a atenção de quem estuda a atividade da nova Junta nos primeiros dias de Governo, 24 a 31 de janeiro: não cogitar de erguer forças que apoiassem o pronunciamento. As da Província estavam às ordens de Fidié, aquarteladas na Parnaíba, e do Tenente-Coronel José Antônio

2) Parnaíba é o rio que separa Piauí e Maranhão. **Além-Parnaíba** é Maranhão.

3) Santo Antônio, Manga, São Francisco, Pedras, Queimadas e Castelhana — localidades à margem do rio Parnaíba, do lado piauiense, na extensão das localidades maranhenses de Pastos Bons, Caxias e Brejo.

da Cunha Rabelo, no Poti ⁽⁴⁾ — para onde viera ele, saindo de Campo Maior a 26 de janeiro, ao saber que Piracuruca fora invadida por tropas cearenses. Aliás os soldados do Tenente-Coronel Rabelo desertavam em grupos que principiavam a assaltar o Norte do Piauí, roubando e assassinando sem respeito às autoridades.

Em que confiava a Junta? Parece que esperava forças tão numerosas do Ceará, que dispensariam a organização do exército piauiense. É o que se depreende de um ofício para o Dr. João Cândido de Deus e Silva, comunicando-lhe os sucessos de Oeiras.

Em outro ofício, também para o ex-Juiz de Fora da Parnaíba (26 de janeiro), convidando-o a voltar a fim de esclarecê-la com as suas luzes, confessava que se procedera em harmonia com o Crato.

Vê-se, pois, que todas as esperanças estavam nos vizinhos de além-Serra Grande.

O PERIGO MARANHENSE

Sumário: — De 1.º de fevereiro a 1.º de março. Estado das forças por ocasião do pronunciamento de Oeiras. Auxílio de tropas cearenses. Distribuição de forças. Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Tomada de Piracuruca. Abandono de Campo Maior pelos soldados portugueses. A linha de defesa contra o Maranhão.

Quando se proclamou a Independência em Oeiras, não se olhou para o número dos soldados existentes no Piauí. Era toda a força da Província composta de um batalhão de 1.ª linha, que, além de incompleto, acompanhara quase todo a Fidié; de cinco regimentos de milícias, três dos quais de Cavalaria e dois de Infantaria, e de quatro companhias de pedestres.

Essas mesmas forças estavam armadas de clavinhas ordinárias, próprias para a caça e não para a Guerra, as quais deixavam os **carcundas** (os brasileiros) inteiramente ao alcance do bom armamento dos portugueses. E não se elevavam a seiscentas.

Temia-se que o Maranhão se não conservasse neutro e falava-se, com insistência, em preparativos de luta feitos, ao mesmo tempo, em Caxias e Pastos Bons. ⁽¹⁾

Fidié comunicara ter solicitado do Governo de São Luís um reforço de 300 homens e, do Ministro da Guerra em Portugal, o auxílio de um batalhão.

Havia, em consequência, justos motivos para se recear uma invasão de forças numerosas. E tínhamos ao oeste, por onde, forçosamente, se daria a invasão, mais de 200 léguas por guarnecer.

A Junta do Governo, providenciando, então, sobre a reunião dos soldados das milícias, abriu recrutamento e chamou o povo ao serviço das armas.

1) São Bento de Pastos Bons, na altura das nascentes do rio Itopecuru-Mirim. Vila maranhense criada em 8-11-1821. Hoje cidade e município.

4) Povoação situada à margem esquerda do rio do mesmo nome. Aí, em 1797, teve início a construção de uma capela sob a invocação de N. S. do Amparo, que passou a servir de igreja matriz, quando por lei, de 15-9-1827 foi criada uma freguesia na localidade com o mesma invocação (Pereira da Costa). Essa povoação hoje é um dos bairros de Teresina — cidade fundada pelo Conselheiro Saraiva em 1852.

Não contava, porém, com outra dificuldade e tão séria quanto a primeira: a falta de oficiais que disciplinassem e instruissem as tropas. Os de linha haviam seguido com Fidié para a Parnaíba, exceção de um capitão, velho e alquebrado, e de um alferes — que se pronunciaram infensos à secessão.

É certo que a Junta esperava auxílios valiosos de Pernambuco, Bahia e Ceará, sendo que se julgava terem as primeiras tropas penetrado a Província.

Verdadeira a notícia, facilitar-se-ia, logo, a situação. Perfazendo o número de soldados um total digno de respeito, poderia a Junta atacar, vantajosamente, o exército lusitano e destroçá-lo numa batalha campal.

Enquanto não chegavam, porém, os reforços ansiosamente esperados, ia-se reunindo pessoal na margem direita do Parnaíba e, nesse sentido, oficiou o Governo a Francisco José de Sousa, oficial do Corpo de Ordenanças, ⁽²⁾ remetendo-lhe quatro arrobas de pólvora e seiscentas balas.

Constando, em seguida, que uma das esperadas divisões cearenses penetrara Marvão a 22 de janeiro e que o seu Comandante, Alferes Manuel de Abranches Pais, se dirigia para Campo Maior, mandou-lhe a Junta, imediatamente, um ofício amistoso (1.º de fevereiro) prometendo remeter-lhe dinheiro, apenas se aquartelasse. Foi incumbido de levá-lo o Capitão Arnaldo José de Carvalho, que devia entregar-lhe, também, a seguinte Portaria:

“Todas as autoridades da Província a quem esta for apresentada farão dar todos os socorros que lhes for requerido pelo senhor Comandante da tropa que se encaminha a esta mesma Província pelo distrito de Marvão. Assim como todos os donos de fazenda, seus criadores e feitores suprirão pronta e irremissivelmente com gados e mantimentos que lhes forem pedidos para suprimento da dita tropa, pois que tudo será prontamente e sem demora pago pelo cofre da Tesouraria-Geral da Junta de Fazenda Pública desta Província, logo que apresentarem recibos do dito senhor Comandante ou dos seus delegados.

“E toda aquela autoridade que se não prestar a cumprir, como deve, o determinado nesta Portaria, e todo aquele particular que se recusar dar os socorros que lhe forem pedidos, serão considerados como inimigos desta Província e da causa da Independência do Brasil, que se acaba de proclamar nesta capital, cuja defesa tem por destino o da dita tropa.

2) Corpo de soldados às ordens de uma autoridade.

“O Governo temporário desta referida Província do Piauí exige a execução do quanto determina e espera de todos os seus habitantes o cumprimento de seus deveres”.

A margem do Parnaíba continuou, porém, a prender-lhe a atenção. No dia 3 de fevereiro, oficiou ao Governador das Armas, Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, lembrando a idéia de mandar que o Capitão José Inácio Madeira fosse guarnecer o Porto de São Gonçalo, ⁽³⁾ levando amplas instruções e largos poderes.

Na mesma data mandou que o Ouvidor da comarca remetesse à Secretaria todas as devassas a que procedia, relativamente aos pasquins e planos dos separatistas. E como ele, dando cumprimento à ordem, insistisse no pedido de passaporte para Lisboa, ordenou que se não retirasse de Oeiras, a bem da causa da Independência, apelando para sua honra a fim de não fugir a essa determinação — que tornou extensiva, também, ao vigário Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, ao Sargento-mor José Antônio Ferreira e ao Capitão Francisco de Sousa Mendes.

Demitiu, depois, a D. Caetano de Castelo Branco do cargo de Comandante da Polícia, onde por sua idade e achaques não podia prestar os serviços que as circunstâncias reclamavam e nomeou, em substituição, o Tenente João Batista de Sousa Mendes.

O Governador das Armas agia, no entanto, no sentido de executar a lembrança da Junta. Mas, julgando que a simples guarnição do Porto de S. Gonçalo era insuficiente e não contando bastante com os atributos militares do Capitão José Inácio Madeira, resolveu mandar 100 homens para esse local sob o comando do Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa e mais 100 para o sítio Riacho Fundo, em Valença, sob as ordens do Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins.

Marcada para 6 de fevereiro a partida das tropas, comunicou sua resolução à Junta, que não somente lhe prestou todo o apoio, mas se dirigiu aos Capitães Claro Luís Pereira de Abreu Bacelar, João da Costa Sousa e Antônio José Leite Pereira de Castelo Branco, determinando que obtivessem armas, reunissem o maior número possível dos seus soldados e fossem aumentar o destacamento do Riacho Fundo. Essa força, que ficaria aquartelada aí, ou na fazenda Soledade, estrada de Campo Maior, era um ponto de observação às tropas que, acaso, enviasse Fidié contra a metrópole piauiense. A do comando do Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa, que montava a 130 praças, bem armadas, devia incorporar toda a que

3) Nome em homenagem ao Governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Freguesia em 1805 com o nome de São Gonçalo de Amarante. Vila em 1832. Em 1871 criou-se a freguesia de São Gonçalo de Regeneração, desmembrada do termo de São Gonçalo de Amarante. São Gonçalo hoje é cidade e município com o nome de Regeneração, no Piauí.

nouvesse até à barra do Poti, a fim de ocupar as principais passagens do Parnaíba, a começar da confluência do Canindé.

Ainda as tropas não haviam saído de Oeiras, quando se soube que forças cearenses tinham penetrado em Piracuruca, a 22 de janeiro, e proclamado a Independência. O exército vinha trazido por Leonardo de Carvalho Castelo Branco ⁽⁴⁾ que, tendo tomado parte no pronunciamento de 19 de outubro, fugira com o Dr. João Cândido, Coronel Simpício Dias e outros para a vila da Granja, no Ceará. Estivera, com José Francisco de Miranda Osório, em Sobral, ⁽⁵⁾ na tentativa de obter pessoal para organizar a defesa da emancipação do Piauí, e a valorosa terra cearense não lhe regateara o desejado auxílio, de modo que ele pôde constituir duas divisões — a da direita e a da esquerda. Com a primeira, tomara, Leonardo, Piracuruca, aprisionara o seu pequeno destacamento e, abandonando parte dos soldados, seguiu para Campo Maior; onde estes acontecimentos foram logo conhecidos.

Estava a vila guarnecida por 100 homens ao mando do Tenente-Coronel José Antônio da Cunha Rabelo, pelo 4.º Esquadrão do 1.º Regimento de Cavalaria sob as ordens do Tenente Egídio da Costa Alvarenga e por alguns milicianos, que serviam de artilheiros, encarregados de duas peças de campanha. Maiores seriam os recursos, se os soldados não desertassem diariamente.

Quando a guarnição teve ciência (26 de janeiro) de que o inimigo se aproximava, apresentaram-se os soldados tumultuariamente aos chefes, gritando que não queriam combater os **carcundas** e impondo a evacuação da vila, sob pena de desertarem se não fossem ouvidos. Na mesma ocasião foram avisados de que um grande exército marchava, também, contra Campo Maior, pela estrada dos Matões ⁽⁶⁾ e isto os fez mais impacientes.

Não havia remédio senão ceder e, com o Comandante-Geral, Major Higinio Xavier Lopes, abandonaram a vila que, no dia seguinte (2 de fevereiro), proclamou a Independência. Dos soldados, a maioria desertou, logo, para as fileiras emancipacionistas; os outros acompanharam passivamente os chefes para o Poti, escoltando as duas peças e as cem granadeiras deixadas por Fidié.

As notícias desses fatos chegaram quase simultaneamente a Oeiras e a Junta, querendo tirar partido da situação, nomeou o Tenente-Coronel

4) Também Leonardo de Nossa Senhora dos Dolores Castelo Branco, nome que ele adotou (veja-se nota noutro capítulo).

5) No Ceará. Hoje cidade e município.

6) Nesta obra, Abdias Neves pôs a seguinte nota ao pé da página: "Hoje Itamarati". Trata-se da freguesia de Matões, criada em 1851. Vila em 1854 com o nome de Pedro II. Com a queda do Imperador Pedro II, voltou, em dezembro de 1889, a chamar-se Matões. Em 1891, passou a cidade, com a denominação de Itamarati. Em 1911, novamente Pedro II, que ainda conserva como cidade e município do Piauí.

Francisco Félix Narciso Castelo Branco Comandante da vila abandonada. Infelizmente, o nomeado não pôde empossar-se por motivo de moléstia grave (epilepsia) e apresentou para o substituir, como o substituiu, por algum tempo, o Capitão Luís Mariz de Castelo Branco — antipatizado e suspeito, por ser português.

Até esse dia, apenas Campo Maior e Piracuruca acompanhavam, que se soubesse, a capital, em sua proclamação da Independência. O Governo viu um perigo nesse fato e, providenciando, mandou que Valença informasse, dentro de quatro dias, se aceitava, ou não, a separação. A resposta devia chegar o mais tarde, no dia 13 de fevereiro, às 9 horas da noite.

Mas, parecia que a estrela dos destinos piauienses se ia alteando mais: continuavam-se a receber participações de auxílios, — anunciando, para breve, a expulsão dos últimos lusitanos. A 10 de fevereiro soube-se que o Comandante do termo do Exu (Pernambuco), Capitão Manuel Carlos da Silva Saldanha, vinha em favor do Piauí pela Ribeira do Itaim; que vinham, também, tropas do Crato pela Ribeira do Riachão, e outras pela das Guaribas. ⁽⁷⁾

Apenas teve conhecimento desses socorros reuniu-se a Junta em sessão extraordinária e resolveu mandar um delegado cumprimentar seus respectivos chefes e entregar-lhes uma portaria idêntica à dirigida ao Alferes Manuel de Abranches Pais e que ficou transcrita no começo deste capítulo.

Mas, posto lhe merecessem esses fatos toda a atenção, suas vistas desviavam-se para o interior da Província, onde muitos lugares permaneciam fiéis a Portugal. Enquanto, pois, despachava correios ao encontro das forças em marcha, mandou que o Capitão-mor de Jerumenha, João Gomes Caminha, fosse ocupar essa vila, nela proclamasse a Independência e aclamasse o Imperador, tomando todas as precauções que julgasse precisas à garantia de sua causa.

Mais. Sabendo que, em virtude dos acontecimentos, da seca e do acúmulo de forças em Oeiras, tinham os cereais alcançado uma cotação elevadíssima, determinou à Câmara que marcasse por editais os preços por que os gêneros de primeira necessidade deviam ser vendidos, de modo que a quarta ⁽⁸⁾ excedesse de dois cruzados ⁽⁹⁾ e todos os outros nessa proporção.

Não era, porém, só dos interesses brasileiros que cuidava. Constando-lhe que Valença aderira à proclamação e que os portugueses estavam sem garantia, recomendou à Câmara que os tratasse com generosidade, a fim de poder mostrar "que tinha a necessária cultura para figurar como nação livre e independente." E ao Juiz Ordinário Veríssimo José da Cunha Pe-

7) Nome de rio (Piauí).

8) Abdias Neves escreveu, nesta obra, a explicação: "50 litros".

9) Moeda de quatrocentos réis (até 1942), quando o mil-réis passou a cruzeiro.

reira, que consultara como devia proceder com os europeus, a Junta, em ofício de 13 de fevereiro, estranhou que esposasse ódios e aconselhou toda a benevolência — que não devia excluir a maior vigilância.

É certo que andava nisso, antes que sentimentalismo, o receio da má impressão que causariam fora da Província os excessos praticados contra indivíduos inermes e alheios à ordem dos acontecimentos — se o terror não os dominasse.

Que o terror vivia, agora, em todos os lusitanos. Os ricos, os senhores de avultados cabedais, compravam sua garantia à custa de dinheiro e gado, como sucedeu, entre muitos, com o vigário de Valença, Joaquim José Pereira. Forneciam cereais e gado para o custeio das tropas, declaravam-se **europeus-brasileiros** e, em recompensa, mandava a Junta afixar editais na porta da igreja matriz, publicando a adesão.

Os pobres, os miseráveis, os que viviam ao ganha-pão, esses perseguidos como animais daninhos, fugiam para as matas levando mulheres e filhos. Suas casas eram queimadas; lançava-se fogo aos campos ressequidos, para que as chamas fossem atacá-los nas furnas...

O Governo mostrava ignorar esses fatos que iam pouco a pouco tomando vulto e devastavam o Piauí — já terrivelmente flagelado pela seca!

Era esta a situação, quando chegou à capital o Decreto Imperial de 18 de setembro de 1822, no qual o Imperador concedia anistia aos portugueses que aceitassem a Independência e mandava que os "outros não devendo coparticipar com os bons cidadãos dos benefícios da sociedade, cujos direitos não respeitavam", deveriam sair do lugar de sua residência dentro de 30 dias e do Brasil dentro de 4 meses.

Esse decreto, publicado em bandos, ⁽¹⁰⁾ distribuído por todos os pontos do interior, mal interpretado, foi estímulo para maiores perseguições.

Seu recebimento coincidiu, quase, com a notícia de que as forças do Ceará, a operarem no Norte, se compunham de duas divisões, cada uma de 500 homens, a 1.^a comandada pelo Capitão José Francisco de Sousa, a 2.^a pelo Capitão de 2.^a linha Luís Rodrigues Chaves. Esta última se aquartelava em Campo Maior e era a mesma que se sabia marchar pela estrada de Matões; aquela ficara em Piracuruca, cortando a passagem de Fidié para o Sul.

Soube-se, logo em seguida, que entrara em Campo Maior (12 de fevereiro) a divisão Rodrigues Chaves, não de 500 homens, como pomposamente fora anunciada, mas de 100, e que ali chegara, também vindo de Piracuruca, o Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco e prendera o vigário João Manuel de Almendra. Eram insistentes os boatos sobre a vinda de tropas do Maranhão — sempre aceitos como verídicos pela Junta, que andava em eterno sobressalto.

10) Pregão público de ordem ou decreto; proclamação; anúncio de guerra.

A 20 de fevereiro foi nomeado Matias de Sousa Rabelo — arrematante da passagem da Manga, ⁽¹¹⁾ defensor dos Portos Veados, ⁽¹²⁾, Manga e Bom Jardim, ⁽¹³⁾ devendo requisitar dos Comandantes dos respectivos distritos e dos oficiais de Ordenanças todo o pessoal necessário para se disporem os presídios ⁽¹⁴⁾ indispensáveis a repelir qualquer tentativa contra a Província. Na mesma ocasião, mandou que o Capitão-mor João Gomes Caminha comprasse toda a pólvora e chumbo existentes em Jerumenha e remetesse a Sousa Rabelo.

Não julgando suficientes as rigorosas medidas tomadas para evitar ou repelir um ataque de forças maranhenses, e no temor de ser obrigado a agir precipitadamente, ordenou ao Ouvidor interino, Dr. Bernardino José de Melo, que fizesse recensear os dois cofres de defuntos e ausentes da comarca e seu termo e encaixotasse todo o dinheiro, de modo que acomodasse 1:500\$00 ⁽¹⁵⁾ em cada um dos caixotes. Era seu plano, procedendo assim, facilitar o transporte para o Ceará, no caso de um insucesso. Em sua opinião, o perigo estava além do Parnaíba, e, na convergência das vistas para as fronteiras de oeste, principiava a esquecer Fidié e as suas ameaças. Quase todos os seus esforços eram tendentes, agora, a guarnecer de presídios bem municiados às margens do Parnaíba. Nesse sentido providenciava, diariamente, e um grande troço de soldados ali se formava, aos poucos, sem homogeneidade, sem unidade e, por consequência, enfraquecido. Para abater e desbaratar a Fidié, contava em absoluto, com as forças cearenses estacionadas em Piracuruca e Campo Maior, além de outras em viagem.

A respeito de auxílios, vivia-se descansado, porque não houve uma semana em que estafetas não chegassem noticiando a vinda de forças. A Província devia ficar abarrotada com essa confluência de tropas, que, no entender de alguns, eram em demasia. Para que tantas, se perto de 700 homens acampavam à margem direita do Parnaíba, se ao norte se aquartelavam os cearenses cortando o caminho ao exército português?

Agora era de Inhamuns ⁽¹⁶⁾ e do Exu que vinha pessoal em direção a Valença.

11) Um dos sítios de constituição do município piauiense de Floriano.

12) O comércio de Jerumenha com Coxias era feito pelo Porto dos Veados.

13) O dr. Francisco Parentes teve a idéia de trabalhar pela instalação de um estabelecimento zootécnico e agrícola, à margem do rio Parnaíba. Em setembro de 1873 foi o Governo autorizado a criá-lo. Francisco Parentes voltou do Rio para o Piauí e seguiu para a fazenda Bom Jardim (pertencia a Amarante). Aí foi fundado o Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara. O prédio, em 1922, já estava arruinado. Bom Jardim foi um dos sítios de constituição do município de Floriano.

14) No sentido de tropa de guarnição; praça militar.

15) Um conto e quinhentos mil réis. Denominação até 1942.

16) No Ceará. Distrito do município de Tauá. Cidade e município criados em 1963 e anulados em 1967.

Como, entretanto, as medidas tomadas sobre a alta dos cereais tinham tido insignificante resultado, a Junta, querendo evitar o aumento dos consumidores em Oeiras, enviou o Tenente Alexandre Bartolomeu de Carvalho ao encontro da tropa do Exu para levá-la a acampar no porto de Santo An'ônio e ficou esperando a aproximação da de Inhamuns para tomar idêntica providência. Estava, também, marcada a partida de 106 praças para reforço do Porto de Santo Antônio, defendido, já, pelo Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa, partida que se efetuou a 27 de fevereiro, ficando a capital menos sobrecarregada e a margem mais bem garantida. No dia seguinte partiu, por sua vez, o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins para o Poti, indo fortificar-se com 150 soldados no local hoje conhecido pelo nome de Poti Velho.

Enquanto, porém, toda a atenção do governo se voltava para o Maranhão, os comandantes das divisões auxiliaadoras, estacionadas em Piracuruca e Campo Maior, formavam uma idéia mais clara da situação e davam o grito de alarma. A 17 de fevereiro o Capitão Luís Rodrigues Chaves mandava o Alferes Francisco Xavier Torres entender-se com a Junta e pedir reforços, por ser Campo Maior um dos pontos "mais importantes, já por acudir às tropas de Piracuruca, quando pretendessem atacar o Major Fidié, e já para ter mão em qualquer investida no Maranhão". A 21 do mesmo mês, pedia o Comandante da 2.^a Divisão, José Francisco de Sousa, que o Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins fosse reunir-se ao Exército Auxiliador.

Vê-se que os dois Comandantes se sentiam fracos e previam os funestos acontecimentos que se seguiram, logo, ensanguentando o leito do Jenipapo.

FORA DE RUMO

Sumário: — De 1.º a 17 de março. Situação de Campo Maior. Vicente Bezerra da Costa. Novo rumo. Seguem reforços para Campo Maior e Piracuruca. Fidié abandona a Parnaíba. Parte o Governador das Armas, Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins.

As informações prestadas de boa-fé pelo emissário do Capitão Luís Rodrigues Chaves fizeram alguma luz sobre o número exato das forças em operação no Piauí. Soube-se que o aludido capitão, longe de conduzir 500 homens, como fora anunciado, trazia apenas 100, e esses mesmos com o armamento quase imprestável, sem munição nem apetrechos bélicos. Desconfiou-se que, diminuta assim, a tropa não agia em unidade e ameaçava fracionar-se por intrigas intestinas. E não tinha disciplina militar, composta, como era, de paisanos alistados à última hora.

Mais do que as outras localidades, ressentia-se Campo Maior do pronunciamento de 24 de janeiro. Reinava na freguesia a maior falta de respeito pela vida e propriedade individuais, vítimas cotidianas de correrias criminosas. Bancos armados percorriam as fazendas levando a toda parte a desolação e a morte.

Enquanto houve bens de portugueses, foram roubados. Quando se extinguiram, foram atacados, os das pessoas suspeitas, ou como tais indigidas. O furto cercava-se de um nimbo luminoso de patriotismo, era considerado ação meritória.

Capitaneando os ladrões, andava Vicente Bezerra da Costa. E a força estacionada na vila ficava indiferente aos crimes, quando não os ajudava, ou deles não participava.

Quanto a Piracuruca, a situação não era menos melindrosa: os soldados ao mando do Capitão José Francisco de Sousa haviam desertado quase todos e se reuniam aos índios que desciam da Ibiapaba, para atacar e roubar os sertanejos.

Os poucos restantes andavam em grupos pelas circunvizinhanças, cometendo horrorosos crimes, e impunemente, porque o seu Comandante perdera a autoridade e a força tornara-se indisciplina.

Na barra do Poti, os portugueses tramavam às surdas, preparando um movimento restaurador que rebentou a 24 de fevereiro, prematuramente. Fora, logo, preso o cabeça principal do motim, Capitão João Antônio, e remetido, com outros indigitados, para o Porto de Santo Antônio, onde ficaram todos detidos às ordens do Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa.

Era, assim, esse, o estado alarmante de Piracuruca, Campo Maior e Poti, até bem pouco ignorado pelo Governo cuja atenção tendera unicamente a guarnecer os portos do Parnaíba e atrair para o mercado os víveres — que continuavam a escassear e a subir de preço. A rarefação da farinha, que constituía a base da alimentação na Província, era, sobretudo, sensível.

Na falta de outro recurso, ordenara a Junta que as senhoras donas Rosa Maria Bernarda, Quitéria da Silva Vieira, Perpétua Barbosa de Carvalho Júnior, senhores João Manuel Lopes, Cesário José da Silva Conrado, José Servano Vilarinho, Manuel Barbosa de Carvalho e João Gonçalves Guimarães viessem, até 20 de março, para os armazéns nacionais com dez alqueires de farinha, cada um.

Agora, porém, alarmada com as notícias recebidas, irresoluta quanto ao que devia fazer, escrevia ao General Pedro Labatut, entre outros, os seguintes trechos que lhe atraíam o íntimo desânimo:

“O Piauí, Exmo. Sr., ainda tem alguma gente mas não tem armamento nem oficiais militares que os guiem ao campo dos louros.

“Eis a nossa atual situação. Só o brio e valor dos brasileiros e a vergonha de sermos os últimos a unir-nos à causa de nosso continente daria alento, para, à vista de tais circunstâncias, declarar a nossa adesão à Independência. Por agora limitamo-nos a esta simples exposição e aguardamos para fazer a V. Exa. a pintura do triste estado do armamento desta Província quando encaminharmos à presença de V. Exa. um oficial que para essa viagem se fica aprontando e que terá de pedir de nossa parte e destes povos o socorro do maior número possível de granadeiras, para cuja condução levará logo cavalgadas, porque outro recurso não temos para nos defender de um ataque do Maranhão e mesmo atacar aquela Província logo que desalojarmos Fidié da Parnaíba.

“O Maranhão se não aderir à Independência é um terrível inimigo que temos à nossa frente e por onde Portugal pode meter tropas para nos inquietar, o que dá grandes cuidados a estes povos.

“É de urgente necessidade e seria de muita satisfação para os povos do Piauí se V. Exa. pudesse logo depois do recebimento desta nossa participação, mandar para esta cidade, subordinados a este governo, dois, ou mais oficiais hábeis de tropa de 1.^a linha para guiar as tropas aos combates e capazes de formar planos de ataque e defesa.”

Verifica-se, daí, que, apesar do imenso desânimo pela insuficiência da defesa interna da Província, seus maiores temores estavam na possibilidade de uma incursão de forças maranhenses. Quando lhe noticiam que Piracuruca está quase em abandono e devastada pelas correrias dos índios de Serra Grande; Campo Maior, anarquizada; o Poti, abalado por conspirações intestinas, sua primeira confissão é que se acha sem forças, sem armas, sem exércitos disciplinados, sem oficiais instruídos e valentes que conduzam os piauienses à vitória, ainda mais quando o Maranhão pode aproveitar um pretexto qualquer para iniciar as hostilidades justificando-se com a urgência de vir restabelecer a ordem. Fidié nem ao menos é lembrado nesse ofício para o General-Comandante do exército pacificador da Bahia.

É certo que a Junta não ficara tranqüila recebendo as desagradáveis informações trazidas pelo emissário do Capitão Luís Rodrigues Chaves. Sentia-se mal vendo-se impotente para, na ocasião, normalizar a vida, e dar aos portugueses a soma de garantias que desejara tivessem eles. E não só pela falta de segurança individual se receou, mais do diminuto número dos soldados e das deserções que ainda o reduziam.

Dava-se, agora, uma mudança na opinião de que havia superabundância de forças na Província. Pensou-se o contrário, conhecendo-se a quanto subiam as duas divisões cearenses. E como não se esperava mais que o Capitão Luís Rodrigues Chaves obtivesse em Sobral um esquadrão de 500 soldados de cavalaria e mandasse cortar o caminho a Fidié — como prometera, ativou-se o recrutamento, chamou-se o povo em defesa da pátria, desviando, porém a junta, sempre, a sua atenção do norte, e fixando-a no oeste, — essa margem do Parnaíba onde somente no Porto de Santo Antônio e barra do Poti estacionavam perto de 800 homens. E se tratava, ainda, de reforçá-los, como aliás, se queria, agora, reforçar, também, o exército do Norte — em satisfação às exigências do comandante de Campo Maior.

E assim que, determinando às forças do Exu — 80 soldados ao mando do velho Capitão Manuel Carlos da Silva Saldanha — seguissem a acampar no Porto de Santo Antônio, às ordens do Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa, mandava entregar no mesmo dia ao Alferes Francisco Xavier Torres, emissário do Capitão Rodrigues Chaves, 2 arrobas de pólvora, 2 resmas de papel para cartuchame, 3.000 cartuchos embalados, 40 archotes para sinais, 30 côvados de serafina, ou baeta para cartuchos das peças,

40 correames para patronas, 40 bandoleiras para espingardas e 500 pedrneiras.

É esmagadora, entretanto, a desproporção entre essa remessa de munições e a feita, poucos dias antes, ao Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa, ao qual somente de chumbo foram enviadas 13 arrobas e quantidade superior de pólvora, além de 3:000\$000 (1) em dinheiro, tudo pelo Alferes Luís Manuel de Pontes.

Foi por esse tempo que a Junta recebeu o ofício da Comissão do Exército Auxiliador do Piauí, escrito a 15 de fevereiro e assinado por José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, (2) em que lhe chamava a atenção para Piracuruca e Campo Maior.

Seguira na véspera para Santo Antônio o Capitão Manuel Carlos da Silva Saldanha com a força do Exu e puderam os membros da Junta reunir-se mais desassombradamente e deliberar sobre os últimos fatos. Discutiram a requisição de tropas feita pelo Capitão Rodrigues Chaves, o pedido da presença do Governador das Armas endereçado pelo Comandante de Piracuruca e, afinal, o ofício dos chefes do Exército Auxiliador (anunciado desde muito tempo do Ceará), acordando em satisfazer, de alguma forma, às instantes solicitações.

Resolveram, então, escrever ao Coronel João Araújo, — que chegara a Valença em 1.º de março conduzindo, de Inhamuns, 300 praças de cavalaria (apenas um terço armadas), uma companhia de infantaria e algumas ordenanças de Crateús, e mandar que seguisse, imediatamente, para Campo Maior. Resolveram mais reforçar a Divisão cearense estacionada em Piracuruca (reduzida a 47 homens) com o Regimento n.º 2 de Cavalaria — noventa e muitas praças — e determinaram ao seu Comandante, Bernardo Antônio Saraiva, que partisse, impreterivelmente, no dia 9. E, como seguro meio de chamar à ordem os apaniguados de Vicente Bezerra da Costa, mandaram que seguisse, também, para o norte o Governador das Armas.

Regressando a Campo Maior, a 10 de março, foi o emissário cearense portador de tão agradáveis novas, que pareciam denotar uma orientação outra do Governo.

Escrevendo, lembrava então a Junta a Rodrigues Chaves que, sem demora, devia marchar para Piracuruca, a fim de, reunido ao Comandante, Capitão José Francisco de Sousa, formar um conselho militar que resolvesse sobre o modo mais prático de desalojar Fidié da Parnaíba, — onde podia, a cada momento, receber reforços não só do Maranhão, como de Portugal. Anunciava-lhe, também, a viagem do 2.º Regimento de Cavalaria, que seguia diretamente para Piracuruca, e a de um contingente de 30 praças de linha, às ordens do Alferes Agostinho Antônio Nunes, que se destinava a Campo Maior. Como complemento dessas medidas,

1) Três contos de réis.

2) Chefes do movimento da Independência no Ceará.

noticiava a nomeação do Tenente Albino Borges Leal para o cargo de pagador das tropas e o ter providenciado em ordem a que o Alferes Antônio Lopes Castelo Branco e Silva, devedor à fazenda pública, entrasse com a importância precisa para o pagamento da força de Campo Maior.

O 2.º Regimento de Cavalaria não seguiu, entretanto, a 9, mas, a 11 de março, — 90 praças, além dos oficiais, do Comandante e do Ajudante José Carlos Batista. E entendendo a Junta que os soldados aquartelados na Parnaíba ignoravam os sucessos de Oeiras, escreveu a seguinte proclamação que encarregou ao Major Bernardo Antônio Saraiva de fazer distribuir às praças de Fidié:

“Srs. oficiais, oficiais inferiores e soldados de 1.ª e 2.ª linha destacados na vila de S. João da Parnaíba:

“Se o vosso valor e disciplina têm sempre granjeado o mais pronto e feliz resultado às vossas heróicas empresas, a honra, o brio e o patriotismo são e devem em todo tempo ser a vossa constante divisa. Escutai, portanto, as vozes do dever e, abandonando as bandeiras que nessa vila ora vos reúnem, vinde no seio da pátria, vinde nos braços de vossos concidadãos receber os mais generosos, ternos e cordiais parabéns pela felicidade que hoje em dia goza esta Província a qual, sendo, na verdade, venturosa, se contará haver chegado ao cume da felicidade quando vir todos os seus caros filhos reunidos em uma só família. Vossos progenitores, vossas esposas e vossos filhos, estes preciosos penhores do vosso amor e ternura, não tendo mais fortunas que possam unir como anéis à cadeia de vossas prosperidades, só lhes falta o ver-vos; falta-lhes possuir-vos; chorando, pois, a falta de vossa companhia, lamentam o mísero estado a que vos devem ter reduzido milhares de privações e necessidades, a que sem dúvida estareis sujeitos.

“O gênio do mal está para sempre expulso de nossos lares, em que reinam o sossego e a abundância. O sagrado manto da Independência cobre com o seu poderoso influxo toda esta venturosa Província.

“Pedro I, o grande, vela sobre nossa segurança. A Junta Temporária, procurando manter a paz e a boa ordem, é vigilante em premiar no nome do Imperador o merecimento e serviços dos cidadãos beneméritos.

“Reina entre os habitantes desta província a mais pura união, a mais cordial amizade; e, só vós, briosos camaradas, estais privados da posse de tão consideráveis e preciosos bens.

“Ouvi os clamores de vossa pátria, ela vos chama e convida a que venhais colher em seu seio o glorioso preito de

vossas fadigas e fidelidade. Correi a receber estes preciosos dons.

"Sereis, então, felizes e completareis a felicidade de vossos concidadãos.

"Será possível, que assim o não façais? Tereis o ânimo de medir as armas com os vossos parentes e amigos e, finalmente, esse ardor marcial vos arrastará à triste fatalidade de ver correr o sangue piauiense?!

"Quereis, em defesa de interesses alheios, sacrificar vossas vidas e glória com a dos vossos concidadãos?!

"Ah! honrados militares, não é esse conceito que a vossa pátria forma de vossos corações; antes ela conta com a vossa cooperação a favor da causa sagrada da emancipação do Brasil.

"O direito, o incontestável direito que este tem de pugnar pela sua representação política, não é de vós desconhecido.

"Esta certeza e o vosso patriotismo nos afixam o prazer de, em breve, vos abraçar.

"Oeiras do Piauí, Palácio do Governo, 10 de março de 1823. **Manuel de Sousa Martins, Joaquim de Sousa Martins**, Tenente-Coronel Governador das Armas; **Manuel Pinheiro de Miranda Osório (S); Inácio Francisco de Araújo Costa; Miguel José Ferreira; Honorato José de Moraes Rego**".

Seguiu o reforço de Piracuruca, quando sobreveio uma circunstância que, de novo, fez o Governo voltar as suas vistas para o Maranhão: a notícia de que Pastos Bons se preparava, precipitadamente, para atacar o Piauí. Jerumenha, que, por haver aderido à Independência muito tarde (2 de março), não estava, ainda, guarnecida suficientemente, era uma presa fácil, já pela sua fraca defesa, já pela proximidade de Pastos Bons.

Havia grande falta de armamento, porque o melhor estava em poder de Fidié. Havia, também, escassez de chumbo, que talvez viesse a faltar em absoluto. E, assim, não era pouco embaraçosa a situação, máxime ⁽³⁾ por entenderem os membros do Governo que os aprestos bélicos de Pastos Bons não eram isolados, antes se ligavam a outros que se pretendia feitos em Caxias e São Luís. Se Pastos Bons se punha em armas para atacar esta Província é que recebera ordens da Junta do Maranhão e esta a secundaria no ataque.

Portugal, mesmo, não devia ser estranho a esse fato. E a distância do teatro dos acontecimentos, a deficiência das informações e a predisposição para o temor exageraram as previsões.

3) Adaptação do latim *maxime*. O *x* tem valor de *cs*. O *e* final pronuncia-se *è*. Significação: **principalmente**

Respondendo ao Capitão-mor João Gomes Caminha, ordenava-lhe a Junta que fortificasse os portos mais importantes do Parnaíba e dizia que, não podendo remeter-lhe espingardas e munições, devia dar chuços aos soldados ainda desarmados.

Fez, porém, uma tentativa em favor daquela vila: oficiou ao Coronel José da Cunha Lustosa, de Parnaguá, pedindo-lhe um auxílio de 200 homens equipados, aos quais a Província garantia 120 réis diários. Isto se dava a 15 de março.

O dia seguinte amanheceu com uma notícia má: Fidié abandonara Parnaíba e vinha de entrar, sem resistência, em Piracuruca.

O perigo, portanto, já não era somente externo, era, também, interno. Por dois lados sentia-se a metrópole ⁽⁴⁾ ameaçada ao mesmo tempo, como que em obediência a um plano largo de combate que ia estender-se e dominar todo o Piauí. Mais. Já não era o ataque a Jerumenha. Sabia-se, agora, que o Maranhão atacaria esta Província, escolhendo o Porto de Santo Antônio para desembarque do grosso do exército, do qual outras divisões saltariam em Bom Jardim, São Gonçalo e Poti.

Levada, assim, pelas circunstâncias, reuniu-se a Junta em conselho permanente e tomou medidas preventivas, que seriam valiosas se o inimigo por combater estivesse fora e não dentro da Província.

O Presidente da Junta, a cuja responsabilidade estivera, até aí, a sorte do movimento, deixou-se cegar, mais uma vez, pelo temor do desconhecido e, por um perigo imaginário, esqueceu o verdadeiro. Assim, enquanto fazia seguir para Queimadas a força do Capitão Manuel Carlos da Silva Saldanha; ordenava ao Comandante de São Gonçalo, José da Costa Veloso, que espalhasse espiões a ver se vinham tropas de Caxias atacar Bom Jardim; colocava este porto sob as vistas do Capitão-mor João Gomes Caminha; mandava que o recrutamento, ali, fosse geral — não se fazendo exceção para os vaqueiros; determinava ao Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa, Comandante de Santo Antônio, que oferecesse a maior resistência ao inimigo, aproveitando a passagem do rio para ocasião do ataque, e remetia-lhe 3:000\$000 para pagamento de seus soldados, enquanto tudo isso, abandonava Campo Maior aos próprios recursos, sob o pretexto de que a pouca gente não estava armada. "Cento e tantas praças, dizia o Governo, é em que fazemos confiança para guarnecer esta cidade".

E, para acumular o disparate, mandou que, na hipótese de um insucesso nesta vila, viessem os Comandantes referidos para Oeiras, deixando no de Santo Antônio pequeno contingente que vigiasse a margem esquerda do Parnaíba.

No dia seguinte, 17 de março, partiu para Campo Maior o Governador das Armas, Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins.

Havia quatro dias que o sangue piauiense corria em ondas nos campos do Jenipapo.

4) Oeiras.

AS CAUSAS DA DERROTA

Sumário: — A situação de Piracuruca. Aproximação de Fidié. Deserção da força. O exército lusitano. Primeiro encontro. Reforços esperados.

De tristíssimas conseqüências para as armas do Piauí foi a eterna obsessão da Junta em guarnecer a margem direita do Parnaíba, descu- rando meios de atacar o chefe português e suas forças. Foi um erro tão grave, quanto deplorável foi entregar a defesa de Campo Maior e Pira- curuca à vigilância das divisões cearenses — que se sabia diminutas em soldados e pobres de armamentos e munições.

Fidié tivera folga bastante para disciplinar sua tropa, amestrá-la, au- mentá-la, receber apetrechos bélicos do Maranhão, enquanto eram aquar- telados os brasileiros em Bom Jardim, S. Gonçalo, Conceição, S. Antônio, Queimadas e Poti. E era tal o abandono em que se sentiam as poucas praças de Piracuruca e Campo Maior, que, em breve, as invadira o desânimo e principiara a descrença no triunfo.

O Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco, que se fizera um dos propagandistas de além-Ibiapaba, abandonara os companheiros, após encarcerar o Padre José Manuel de Almendra e mais alguns portugueses recalcitrantes e, num plano audacioso de doutrinação, passara-se para o Brejo do Anapurus, ⁽¹⁾ onde se achava vigiado muito de perto pelas autoridades. Simplicio Dias da Silva e o Dr. João Cândido de Deus e Silva, ainda no Ceará, trabalhavam para apressar a marcha do exército pacificador.

1) São Bernardo do Brejo dos Anapurus, dita São Bernardo do Brejo, depois Brejo dos Anapurus, hoje Brejo (Maranhão). Na jurisdição do Brejo, estava São Bernardo do Parnaíba, povoação, simplesmente São Bernardo.

De Campo Maior, reconhecendo o Capitão Luís Rodrigues Chaves a iminência do perigo, mandara a Oeiras o Alferes Francisco Xavier Torres, solicitando pessoal e munições e pedindo, em nome do chefe da 1.^a Divisão, estacionada em Piracuruca, a vinda do Governador das Armas. ⁽²⁾ Em Piracuruca, reuniram-se os oficiais da Divisão a 24 de fevereiro e organizaram uma junta militar, expressamente para providenciar sobre os meios de defesa desse posto.

Foi o primeiro ato da Junta dirigir-se ao Governo do Ceará expondo a situação da Província e pedindo alguma artilharia, cuja falta era, por demais, sensível.

Como se não tivesse, porém, até essa data, feito pagamento às tropas, lavrava fundo desgosto entre as mesmas e os soldados principiavam a desertar. Abandonavam a divisão, mas, sem recolher-se às suas casas, reuniam-se em grupos de 10, 15, 20, e espalhavam-se pela circunvizi- nhança, roubando, tiranizando os matutos, assassinando-os, se queriam reagir, incendiando roças e campos, destruindo fazendas, violando mu- lheres, num apetite bestial, sempre aceso.

Diante dessas tropelias, os sertanejos tomaram, bem depressa, a precaução de ocultar-se, conduzindo seus haveres de mais fácil trans- porte. E, como conseqüência, rarearam os gêneros de primeira necessi- dade, até desaparecerem, em absoluto, do mercado.

A seca chegava, também, ao período mais agudo. O rio Piracuruca, ⁽³⁾ cortado em poços, apodrecia ao sol abrasador. Os riachos Pedra Preta e Urubu, que se mantinham, ficavam distantes e podiam esgotar-se.

A posição era, assim, insustentável e mais penosa se fazia porque as condições de salubridade se tinham corrompido e grassavam febres de mau caráter.

Tudo isto concorreu, poderosamente, para ativar o êxodo, que se fazia às claras, sem os expedientes e as fugas dos primeiros dias. Dos soldados, os mais afeitos à disciplina dirigiam-se ao comandante, parti- cipavam que seguiam para a Serra Grande e entregavam as granadeiras. Os oficiais nem ao menos tentavam opor-se. Sabiam que, por sua vez, teriam de fugir à morte e à fome e ficavam por mais alguns dias presos ao sentimento do dever.

Era esse o estado, pois, da divisão cearense, quando se soube, em princípio de março, que Fidié, comandando um troço de mil e oitocentos homens, se pusera em marcha, abandonando a Parnaíba. As igrejas fica- vam saqueadas: suas alfaías, suas jóias, seu dinheiro, tudo fora condu- zido para o brigue "M. Miguel", para onde também tinham sido man- dados o cofre dos órfãos e os livros encontrados na Câmara. E, como ali

2) Joaquim de Sousa Martins, de Oeiras.

3) Artéria principal do município de Piracuruca, um dos afluentes do rio Parnaíba.

nada mais se tinha que fazer, Fidié abandonava a vila, onde se não demoraria, também, o Capitão-Tenente Francisco Salema Freire Garção, comandante do brigue. Sua missão estava terminada: não era para temer a revolta de um povo sem chefes.

Que ia ser, no entanto, de Piracuruca? A notícia desses fatos caiu, ali, de um modo esmagador. Como tentar uma resistência, mínima, embora, com essa força indisciplinada, heterogênea, separada por íntimas dissensões de interesses individuais? As unidades de combate com que se podia contar estavam abatidas, famélicas, incapazes de fazer frente a quem quer que fosse. Não havia, pois, que vacilar em semelhante conjuntura. Permanecer na povoação seria sacrificar a muitos sem proveito para a Independência.

O Capitão José Francisco de Sousa constituiu, então, a Junta recentemente criada em sessão permanente e expôs a situação com as suas ameaças.

Nada se resolveu, porém: discutiu-se muito e nada se acordou. Mas, aproximando-se Fidié e aumentando as deserções, deu o Comandante parte de doente e seguiu para a Serra — (4) o que foi sinal de uma deserção total.

E assim, a povoação julgada pelo governo bem defendida, ficava deserta: os habitantes viviam amocambados, (5) desde meses, pelas catingas. (6) E agora, após a retirada das forças, as casas, com as portas

4) Serra Grande, limite do Piauí e Ceará.

5) De **mocambo**. Mocambo vale choupana, quilombo, e também cerrado de mato, moita.

6) Também **caatinga**: "Por **caatinga**, entende-se um aglomerado de plantas lenhosas, de baixa altura, cuja composição, longe de ser uniforme, varia extraordinariamente de acordo com a qualidade do solo, do sistema fluvial e com a topografia geral do terreno. O xerofitismo é o seu elemento básico. As folhas caducos e desaparecem completamente nas secas. Será curioso assinalar que a grande quantidade de folhas das florações das **caatingas** poderia ser elemento de grande significação para sua sobrevivência. Essa transformação, porém, não se realiza por motivo da umidade do solo. Todavia, abundam nas **caatingas** tubérculos radiculares providos de bactérias nitrificantes, cujo tipo mais notável é representado pelas leguminosas. Essas bactérias hibernam nas secas para reaparecerem em grande atividade logo que desabam as primeiras chuvas. Dá-se, então, o milagre do **verde**, que surpreende o viajante habituado à paisagem desoladora do estio" (Carlos Porto — "Roteiro do Piauí" — 114-115). "A **caatinga** é a vegetação típica do Nordeste, a mais profusa e a que lhe imprime feição peculiar".

Nascentes tira **caatinga** ou **catinga** do tupi **ka'a** (mato) e **tinga** (branco). Macedo Soares transcreve a definição que St. Hilaire deu de **caatinga**: "Mato que perde as folhas anualmente, e ostenta menos vigor que o mato virgem — e cujas folhas são ora brancas, ora avermelhadas, de um bolor ou ferrugem que as cobre" (Dicionário). Acha o dicionarista que nesta acepção **catinga** vem do tupi-guarani **catíng**, bolor, ferrugem. Acha ainda que **caating**, mato branco, "como dão todos os escritores, inclusive Batista Caetano, nem tem propriedade".

Há também **catíng** como transpiração fétida, bodum dos negros, que Batista Caetano tira do tupi-guarani **cati**, bolor, contração de **caquã ting**, crescido branco (bolor).

escancaradas, tinham a aparência fúnebre das ruínas de uma cidade morta, eternamente muda, sem uma voz, sem um repique de sino, sem coisa alguma da agitada encenação da vida. Tudo fora, na última hora, violado pela soldadesca infrene, exceção única da majestosa igreja do Carmo, (7) que ficou empavesada, como dantes, com o seu ouro, as suas pinturas e o seu belíssimo lampadário de prata...

Fidié permanecera, entretanto, na Parnaíba, quase completamente ocioso, o contrário do que, aliás, não justificaria, ainda, a sua demora, por mais de dois meses, naquela vila. Penso que o oficial português sacrificou a sorte ou, pelo menos, apressou a queda do domínio de além-mar (8) no Piauí. Mais trabalhoso seria o êxito da causa separatista se as forças portuguesas se aquartelam em Campo Maior, ou se regressam a Oeiras, quando tiveram conhecimento da fuga do Coronel Simplício Dias da Silva e companheiros.

Não havia necessidade da ida ao Igarau e ainda menos de sua permanência ali, onde se limitou a levantar redutos e pedir armamento que, desde muito, recebera do Maranhão.

Se o Brigadeiro Sousa Martins não tivesse abandonado inteiramente o perigo interno da Província, premido pelos temores de ataques maranhenses, Fidié teria sido atacado mesmo na Parnaíba. Era o melhor ponto para o combater. Em vez de se destacarem perto de mil homens à margem esquerda do Parnaíba, mandava o bom senso que se formasse um corpo expedicionário para bater o inimigo antes que ele engrossasse as suas fileiras e recebesse auxílios do Governo vizinho. Há, porém, nas multidões uma força que as arrasta para o desconhecido, desviando-as do curso ordinário, lógico e real dos acontecimentos.

O Cardeal Saraiva registrou **catíng** (fedor) como vocábulo de Angola. Esclarece Macedo Soares: "Mas, o que se pode concluir é que, em Portugal, o sucedâneo de **bodum** era, como na colônia do Brasil, o tupi-guarani **catíng**, e que esta palavra passou, como tantas outras, para a África na boca dos negros repatriados. O certo é que ela não se acha em vocabulário africano, nem nas relações dos viajantes".

7) Manuel Dantas Correia e seu irmão José Dantas Correia — diz Pereira da Costa — "ambos portugueses e bastante ricos, empreendendo em princípios do século XVIII uma viagem de exploração ao interior do Piauí, caíram prisioneiros dos índios que o habitavam; e reconhecendo a sorte que os aguardava, fizeram um voto a N. S. do Carmo de edificar-lhe um suntuoso templo no próprio lugar em que se achavam presos se ela os livrasse das mãos dos bárbaros indígenas. Ouvido tão justo apelo e recobrada a suspirada liberdade, deram-se pressa os irmãos Dantas Correia em cumprir o voto: e, de fato, em 1743 começaram a construção da Igreja de N. S. do Carmo, atual matriz da freguesia de Piracuruca, um dos templos mais belos e custosos que possui o Estado. Os irmãos Dantas Correia não pouparam despesas nem sacrifícios na construção de tão belo monumento, e por sua morte legaram todos os seus bens para o patrimônio da igreja, que é ainda hoje riquíssimo e avultado" (Cronologia — pág. 229).

8) Além-mar: Portugal.

Foi esse fenômeno de psicologia coletiva, tantas vezes observado, que originou o cordão defensivo na fronteira ocidental da província. Não se sabia quais os intuitos do Maranhão: era o desconhecido, o adversário que apareceria para nos esmagar, sem grande esforço, nem heroísmos de audácia. Fidié não valia nada, diante disso.

Foi um erro do Governo semelhante obsessão; manda a verdade histórica, porém, que se não esqueça que o Ceará estivera, sempre, a anunciar a remessa de tropas, levando à Junta a convicção de que o Norte se achava bem defendido por essas forças, na grande maioria imaginárias.

Foi depois das informações do capitão Luís Rodrigues Chaves que o Governo pressentiu a medonha realidade e os sucessos, então, foram de tal modo precipitados, que se não pôde fazer nada em favor de Campo Maior. E nada se fez, nem se tentou, é preciso firmar, também, para a salvação dos bravos que expunham a vida em prol do supremo ideal da pátria independente. Nada se tentou porque se não pôs a menor pressa no minguado auxílio que se lhes remeteu.

Depois de ter ficado na Parnaíba mais de dois meses, perdido em vigiar a construção de um reduto na barra do Caju, onde mandara colocar 4 peças de artilharia, calibre 9, 400 tiros de bala e metralha, 40 armas novas, 6 soldados e um inferior, prepara-se Fidié, afinal, para o regresso. Fora informado, dia a dia, dos acontecimentos do Sul. Soubera que os seus mais calorosos amigos lhe haviam atraído a confiança e promovido a Independência; que havia sido presa a pequena guarnição de Piracuruca, seu Comandante remetido para o Ceará e a povoação ocupada por forças cearenses; que Leonardo de Carvalho Castelo Branco, o chefe do ataque, seguira para Campo Maior levantando o povo, assistira naquela vila à proclamação da Independência e prendera, por exaltado e suspeito, o vigário José Manuel de Almendra. Tudo lhe havia sido informado, minuciosamente, apressando-o nos pedidos de pessoal, apetrechos bélicos e armamento, que, enfim, vieram de São Luís: 23 cunhetes, 200 balas, 64 pirâmides, 136 lanternas calibre 12, 35 libras de mórrees, granadeiras e algumas peças de campanha.

Socorros mais importantes esperava de Portugal, mas as circunstâncias urgiam que ele abandonasse o quartel do Igarapé e corresse ao encontro do inimigo. Uma semana, um dia, uma hora, — podia comprometer o resultado da guerra, arrastando os portugueses a uma derrota fatal. Não havia que transigir com a situação e era tamanha a sua pressa, hoje, que, conhecendo embora quanto seria penosa a viagem, agora que a seca assolava mais cruelmente o sertão, passou revista às tropas no dia 28 de fevereiro e avisou-as de que abandonariam a Parnaíba na manhã seguinte.

Para acordar nas forças a coesão e a disciplina, fez uma proclamação aos soldados em que historiou o pronunciamento de 24 de janeiro, a fuga do Tenente-Coronel José Antônio da Cunha Rabelo, o conseqüente abandono e a ocupação de Campo Maior, a tomada de Piracuruca, e descreveu horrores, massacres de portugueses, violências e roubos — todo o pavoroso espetáculo da província convulsionada. Disse que os destinos da pátria estavam entregues a sua valentia, exaltou-os, embebedou-os com a miragem das vitórias.

No dia seguinte, com efeito (1.º de março), o exército português, maior de 1.100 homens, bem municiado e armado, garantido por 11 peças de artilharia, marchou rumo de Piracuruca — que Fidié supunha encontrar defendida por tropas cearenses. E, a fim de lhes cortar a retirada e impedir que volvessem ao Ceará, destacou um piquete de 80 praças de Cavalaria, apenas chegou a Ilhós de Baixo, (9) determinando que fizesse explorações nos arredores da povoação.

Pouco, entretanto, pôde fazer porque, casualmente, se encontrou ele com um grupo de cearenses, dos que percorriam a vizinhança, e travada pequena escaramuça, fugiram os lusitanos deixando prisioneiro um soldado, que foi morto imediatamente. O encontro teve lugar perto da lagoa Jacaré e, desde então, não sabendo Fidié a que resistência teria de fazer face, marchou cautelosa e vagarosamente, preparado para tomar a defensiva ao primeiro sinal.

Mas, contra a sua expectativa, os trechos piores do caminho, os melhores para o ataque, iam sendo vencidos sem o menor acidente. As gargantas dos morros e as catíngas, atravessadas sob a maior vigilância, ficavam mudas. Os abarracamentos, à noite, guardados por numerosas sentinelas, alumados pela chama vermelha de grandes coívaras, dormiam silenciosos e tranqüilos. Era tão grande, tão imensa, tão ameaçadora aquela paz, que aos portugueses mais desesperava que se tivessem sofrido a última derrota!...

Foi irresistivelmente cômica a sua entrada na povoação, sem disparar um tiro, mas vendo, por toda parte, oculto, o inimigo: nas casas, na igreja, nos telhados, nas ruas. Não se dava um passo, sem minucioso exame do terreno.

Convenceu-se, afinal, o Sargento-mor de que os cearenses tinham abandonado o posto, e fez, ainda, persegui-los durante um dia, sem proveito. Mas, temeroso de que tivessem ido engrossar as forças e lhe movessem uma traição, abandonou Piracuruca depois de dois dias de descanso e a marchas forçadas partiu de novo com o exército.

Os caminhos, porém, estavam horrorosos. Todas as folhas das árvores tinham caído e os ramos se abriam negros, duros, sem um resguardo.

9) Em Piracuruca.

que ensombrasse a terra. Pelo horizonte em fora, até onde o olhar podia estender-se, o céu arqueava-se azul, ofuscante e medonho. O sol caía de cima como estiletes de aço. Soprava um vento abrasador, erguendo colunas de pó escuro, que, redemoinhando, giravam vertiginosamente, arrastando folhas, como num remanso.

Aqui e ali, mirrados, ressequidos, alvejavam esqueletos de animais. Uma, ou outra carniça à beira do caminho atraía urubus, que, à aproximação dos soldados, fugiam aos saltos...

A água faltava de uma maneira cada vez mais dolorosa. Quando, por acaso, forneciam as cacimbas o líquido em abundância, os soldados enchiam cabaças que, depois, conduziam por léguas e léguas.

Fazia-se a viagem num terreno geralmente plano, cortado, apenas, por ligeiras ondulações que não opunham um embaraço sério ao trânsito das pesadas carretas. E, posto não houvesse estradas regulares, como não tinham catingas por atravessar e as chapadas se sucediam, a marcha do exército prosseguia rapidamente.

A 10 de março voltou um espião que, de Piracuruca, tinha sido mandado a Campo Maior e informou que todo o povo da vila se pusera em armas sabendo a aproximação dos portugueses. Esperavam-se, ali, acrescentou, grandes reforços que chegariam do Estanhado ⁽¹⁰⁾ e contava-se tornar o encontro um triunfo estrondoso para a força brasileira.

As notícias completavam-se pela informação de que seu armamento de nada valia: espingardas de caça, espadas, facões, chuços e foices.

Que resistência poderiam fazer forças assim armadas?

10) Hoje, cidade e município de União.

LEONARDO DE CARVALHO CASTELO BRANCO

Sumário: — Os precursores da Independência no Maranhão. Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Situação do Maranhão. Providências para a defesa de Caxias. Prisão de Leonardo de Carvalho Castelo Branco e remessa para a cadeia do Limoeiro.

Como era fácil de prever, não se conservara o Maranhão inativo diante dos sucessos da Parnaíba e de Oeiras. Mal rebentara o pronunciamento de 19 de outubro, o Comandante-Geral de Carnaubeiras, Capitão Felipe José das Neves, e o Comandante Parcial da Ribeira das Preguiças, ⁽¹⁾ Joaquim Diniz Pereira de Castro, tinham-no comunicado ao Governo de São Luís, que recebeu a participação a 11 de novembro.

Como um grito de protesto e um meio de dar vazão aos sentimentos hostis com que encarava a Independência, dirigia ele ao povo, em 17 de novembro, uma proclamação insidiosa, da qual transcrevo os períodos em que alude aos fatos do Piauí:

"Cidadãos do Maranhão! Os mercadores da vila de S. João da Parnaíba acabam de aviltar-se com execrando perjúrio: seduzidos por errôneos sofismas de egoístas demagogos, fascinados pelos prestigiosos acentos da esfinge revolucionária, que o gênio do mal arrojou sobre o Brasil para devorar a paz e a prosperidade de seus habitantes, eles se precipitaram, no dia 19 de outubro passado, a um ato irrefletido e criminoso, que, além de atrair-lhes a aversão de todos os portugueses verdadeiramente constitucionais, pode, também, originar a sua ruína".

Providenciara, imediatamente, o mesmo Governo sobre a formação de corpos de milícias e outros e para isso se dirigira às câmaras reite-

1) No Maranhão. Ribeira das Preguiças. Povoação ribeirinha do Parnaíba.

rando as ordens repetidas que mandava, desde o princípio de 1822, relativas ao recrutamento de praças.

Considerava-se da maior urgência guarnecer a margem esquerda do Parnaíba e destacar, em Caxias, um forte contingente que, em caso de necessidade, seria aumentado e se tornaria um centro formidável de operações. Convinha pôr a vila em estado de defesa, porque, sendo uma das mais importantes do Maranhão e o entreposto do comércio do Sul, era um ponto provável de ataque, quando por outro motivo não fosse, para a aquisição de pólvora e chumbo ali existentes em abundância.

Para a Parnaíba mandara o brigadeiro **D. Miguel** sob as ordens do Capitão-Tenente Francisco Salema Freire Garção. Para Carnaubearas enviara um destacamento de 25 praças, 1 sargento, 2 cabos e 1 tambor, ⁽²⁾ sob o comando do Alferes Joaquim Vicente Mendes dos Reis. Esta força ficaria subordinada ao Capitão Felipe José das Neves, que foi convidado a organizar dois batalhões, de recente criação, e tomar o comando do primeiro. Este batalhão guarneceria a margem do rio desde Carnaubearas até a passagem da Repartição, ⁽³⁾ e o segundo, daí, ao Remanso do Frade, ⁽⁴⁾

A causa dos portugueses parecia, assim, bem amparada; as ordens eram cumpridas rigorosamente, sem delongas, servidas por algumas dedicações desinteressadas.

Eis, a respeito do assunto, o que escreve o Dr. Vieira da Silva:

"Se nas Carnaubearas contava o Governo com a dedicação do Capitão Felipe José das Neves, no Brejo não procurava mostrar-se menos dedicado à causa constitucional portuguesa o Capitão Severino Alves de Carvalho, Comandante-Geral daquele distrito, que tratava não só de reunir gente, como fazia embarcar para a vila da Parnaíba toda a farinha que existia em ser para sustento das tropas do Major Fidié..."

Para Caxias, seguira, em dezembro, o Major José Demétrio de Abreu, oficial de grande confiança. Deram-lhe amplos poderes para dissolver o conselho militar convocado, extraordinariamente, na vila, e forneceram-lhe suficiente munição de guerra para resistir com vantagem ao inimigo, durante a espera de reforço.

Chegara, entretanto, a notícia da fácil vitória de Fidié sobre os insurgentes da Parnaíba e o Governo repousava dos sustos anteriores, quando novos acontecimentos e, desta vez, mais graves, ecoaram em São Luís,

2) Indivíduo que toca tambor.

3) À margem do Parnaíba, lado do Maranhão (Brejo). Há também Repartição do lado do Piauí, no município de Porto Alegre, hoje Luzilândia.

4) No Maranhão. Distrito do Brejo.

pondo em alvoroço os constitucionais. Oeiras proclamara a Independência. Forças do Ceará, conduzidas por Leonardo de Carvalho Castelo Branco, tinham-se apoderado de Piracuruca e Campo Maior. Fidié voltava para o Sul, a impedir que os cearenses fossem engrossar as tropas da capital.

Essas informações acordaram, novamente, os antigos temores da Junta. Julgou-se que, das margens do Surubim ⁽⁵⁾, viessem os cearenses ao Poti, atravessassem o rio e corressem sobre Caxias, cuja perda arrastaria a perda total da Província.

Foi, para aqui, então, mandado o Tenente-Coronel Manuel de Sousa Pinto de Magalhães, que seguiu a 19 de fevereiro com 300 praças de linha. Levava instruções para sustentar, por qualquer preço, a tranquilidade da vila, disciplinar e aumentar o corpo de milícia e comunicar à Junta qualquer pedido de reforços vindo do Piauí. A guarnição de Carnaubearas foi aumentada com um contingente de 62 praças e 2 sargentos, comandados pelo Capitão de 1.ª Linha João Manuel Pereira da Silva.

O Itapecuru-Mirim ⁽⁶⁾ não foi, também, esquecido: seguiram para ali 46 praças de 1.ª linha e ordens terminantes para se impedir qualquer levante de escravos. Soubra-se que tinham vindo emissários de Campo Maior pregar nas senzalas desse distrito um levante geral e a guerra aos portugueses...

Mas, enquanto na Província transparnaibana todo esse aparelhamento bélico punha o Governo em atividade, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, acompanhado por alguns soldados de fé, seguira de Campo Maior e fora estabelecer-se na fazenda Melancias, ⁽⁷⁾ de onde vigiava a margem direita do rio, à espera de ocasião propícia para o atravessar.

O patriota piauiense contava, por essa época, trinta e três anos.

Filho legítimo de Miguel de Carvalho e D. Ana Rosa Clara Castelo Branco, viera à luz em 1789 na fazenda Taboca, ⁽⁸⁾ pertencente, então, ao termo da Parnaíba.

Seus estudos primários foram feitos na casa paterna, onde, infelizmente, não pôde adquirir a sólida cultura que requeria, para maior lustre, seu peregrino talento. A deficiência de professores, no entanto, fora, em grande parte, suprida pela vivacidade e inteligência precoce da criança, cujo amor ao estudo sofria mal qualquer estorvo.

E, assim, crescera em paz com a natureza, forte de corpo e simples de alma, sonhando reformas que lhe pareciam de fácil e proveitosa realização.

5) Ao pé da página, Abdias Neves fez esta anotação: "Rio que banha Campo Maior".

6) Na época, vila maranhense, à beira do rio do mesmo nome.

7) Junto à margem do Parnaíba, lado do Piauí.

8) Passou a pertencer a Boa Esperança, hoje Esperantina, cidade e município do Piauí, hoje.

O pronunciamento do Coronel Simpício Dias da Silva e do Dr. João Cândido arrastou-o. Passou-se para a Parnaíba, alistou-se nas fileiras dos insurgentes, acompanhou-os nos primeiros entusiasmos e, quando tiveram de fugir, lá se foi, também, abandonando a família às duras contingências da luta principiada.

Longe da terra natal, porém, não refreara o seu patriotismo, antes o tivera mais impetuoso. Agiu no ânimo dos cearenses. Esforçou-se. Não perdeu um instante. E, em janeiro de 1823, conseguia organizar um corpo de perto de 600 homens que, formando duas divisões, subiram a Serra Grande e desceram rumo do Piauí.

A primeira marchara sobre Piracuruca, a segunda, sobre Campo Maior, e como em Piracuruca, tomada a 22 de janeiro, não se fizesse necessária a sua presença, Leonardo, — que viera para ali com a tropa, — dirigira-se para Campo Maior e, depois, para a fazenda Melancias.

Seu plano era simples: queria atravessar o Parnaíba e proclamar a Independência na vila de S. Bernardo que ele supunha indefesa em consequência do grande reforço mandado em auxílio de Fidié. Alcançado isto, obteria forças do Piauí, para cujo Governo recorrera, como se verifica do ofício da Junta ao Capitão Luís Rodrigues Chaves, firmado em Oeiras a 10 de março.

Perdeu-o uma deslealdade do Comandante da Repartição, Capitão José Antônio Correia, que se apresentou dizendo-se afeiçoado à causa do Brasil. O oficial maranhense convidou-o a passar o rio, e tendo-o na Repartição (1.º de março), prendeu-o na ocasião em que distribuía a seguinte proclamação, escrita em Piracuruca:

“Queridos irmãos que habitais as fecundas margens do caudaloso Parnaíba, por um e outro lado, dignai-vos atender às sinceras vozes de um patricio vosso, que, todo, unicamente se dedica ao vosso bem presente e ainda mesmo futuro.

“Até quando, malignas e espessas nuvens ofuscam as luzes do vosso entendimento, pois vós sois brasileiros, e recusais obedecer ao Sr. D. Pedro, Imperador Constitucional e seu Perpétuo Defensor?

“Não sois europeus e seguis o seu partido com perigo evidente da vossa vida e com perda da honra. Ah! onde estão o brio e o patriotismo brasileiros; onde a honra e onde o dever?

“O meu coração se vê dilacerado pelo punhal da mais intensa dor!

“Irmãos! Irmãos! Quereis ter a doçura que a força exigia de vós e por violência obtenha o que o dever, a honra e o

patriotismo em vão, até agora, vos tem tão instante e cordialmente persuadido! Que lástima, que afronta, que vergonha! A dor me embarga as vozes do sentimento, apenas respiro.

“Quereis que a vossa adesão à nossa santa e comum causa seja obra da força! Pois sereis satisfeitos. — Ei-la: Ela se apresenta. Um pé de exército de quatro a seis mil homens vai fazer o mesmo em Campo Maior; há mais um corpo de observação para conter o inimigo, a quem inquieta com contínuas correrias pela costa. Todos eles trazem os petrechos de guerra e várias peças de campanha, que tornam mais teríveis suas forças. Além destes corpos, um batalhão ligeiro de índios e brancos de mais de 600 praças, destinado a cortar as relações do inimigo com o sul da Província, ali plantou o seu quartel comandante pela voluntária reunião dos povos circunvizinhos.

“No curto espaço de três dias tem visto crescer o duplo dos seus soldados.

“Obtida a possível reunião destas forças mencionadas, seguros da vitória, marcharemos alegres a desalojar o nosso tirano déspota do seu último mal seguro asilo...

“Ele não ignora a sua fraqueza; a deserção da sua tropa aumenta o temor. Consequente este conhecimento, o seu pesar se patenteia por três cartas escritas aos seus amigos de Campo Maior e Oeiras e por um ofício dirigido às autoridades de Caxias, pedindo socorro. Todos esses papéis nos vieram às mãos por serem tomados pelos nossos soldados da guarda avançada. Concluída esta expedição, o que esperamos em brevíssimos dias, a não termos mais que fazer, exultando de gosto por sermos instrumento da liberdade de nossos irmãos, cantando alegres hinos ao Senhor Deus dos exércitos, entre os vivas e aclamações, ufanos entraremos em nosso país natal, cheios de uma nobre e gloriosa vaidade. Estes são os nossos desejos; mas se os vossos fascinados irmãos do Maranhão, ou mesmo do Piauí, persistirem teimosos em fazer a facção política, ou desmembração do Império brasileiro, rebeldes aos decretos do nosso augusto e amado Imperador, acaso devemos nós consenti-lo? Não, mil vezes, não. Primeiro derramaremos a última gota de nosso sangue.

“Ah! queridos e enganosos irmãos, que é que temeis? E que é que esperais? Temeis as forças do miserável Portugal esgotadas com as contínuas levas de soldados para o Sul do Brasil, onde todos têm sido sacrificados à deusa da liberdade brasileira, que esmaga suas cabeças com a mão armada do ferro com que pretendiam subjugar-nos?

"Este magnânimo liberal exemplo nos têm dado aqueles nossos intrépidos irmãos e por que não os imitais? Dezesseis províncias, desde além do Prata até os limites ocidentais do Ceará, todas, a uma voz, proclamam a liberdade e prestam gostosa obediência a D. Pedro.

"Não temeis essas forças, muito superiores às vossas, e existentes no vosso próprio continente e confiantes e temeis as de Portugal tão remotas e apoucadas? Que estranha mania!

"Passando em silêncio os poderosos socorros que nos prestam várias nações do continente europeu e americano, vamos analisar o que é que esperais:

"Oferece-vos, por ventura, grandes vantagens a dependência servil de Portugal, isto em tudo e por tudo; e não encontrareis nenhuma no comércio franco e liberal de todas as nações que a nossa Independência nos assegura? Torno a dizer: que estranha mania!!! Irmãos! Com que escusais procedimento alheio à honra brasileira e até ao siso comum? Acaso vos decidis sobre a vossa futura felicidade pelo que ledes nas lodosas páginas do Conciliador? ⁽⁹⁾. Ignorais que o seu redator é europeu e por isto nos oculta o conhecimento dos fatos que fazem o nosso bem e fazem o direito inalienável e decidida razão com que proclamamos a nossa Independência? Ele nos chama facciosos, perjuros, incendiários; ele nos reputa estúpidos e iludidos agentes do velho despotismo; ele, finalmente, afirma que o partido europeu é atualmente quase geral no reino brasileiro. Que mentira e que blasfêmia política! Proclamamos a Constituição a par da Independência; elegemos deputados para as Cortes brasileiras e estas se estão reunindo. O nosso Imperador aclamou-se constitucional e continuamos a conservar e a eleger governos provisórios: todas as questões sociais se decidem pela maioria de votos etc. etc. Seria isto que o Padre Tesinho chama despotismo? Se assim é, a que, pois, chamará ele constituição?

"Quanto aos exemplos de consciência que estes senhores e outros iguais nos metem, não é mais que um pretexto só para se enganar gentes rudes que ignoram a natureza dos contratos e o que eles obrigam. Os contratos são absolutos ou condicionais e estas condições ou são expressas, ou ocultas, inarticuladas e para conhecermos que estas têm lugar é pre-

9) Abdias Neves escreveu ao pé da página: "Jornal maranhense, hostil à separação. Era redigido pelo Padre José Antônio da Cruz Ferreira Tesinho".

Título completo do órgão: "O Conciliador do Maranhão", o mais antigo jornal do Maranhão. Circulou manuscrito (abril de 1821) e passou a ser impresso (novembro 1821).

ciso examinarmos os direitos inalienáveis do homem etc. Este exame nos levaria muito longe e até acho escusado. Basta lembrar o acontecido no Porto e daí deduzir que, se os direitos podem ser violados sem se violar o juramento prestado, por que, agora, nas mesmas circunstâncias, o não podemos fazer?

"Acaso será privilégio exclusivo dos europeus ou nos será preciso decorrer certo número de anos para adquirirmos esse direito? Tesinho que vos responda. Mas, no entanto, nós que sabemos que os povos nunca se despojam desse direito essencial, abjuramos esses escrúpulos tesínicos. ⁽¹⁰⁾ Que vos falta, pois, amados irmãos? Que vos impede os passos? Que vos prende a língua? Ah! gritai comigo:

"Viva a nossa santa religião!

"Viva a futura Constituição brasileira!

"Viva D. Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil e seu Perpétuo Defensor!

"Viva nossa santa Independência!

"Vivam todos os brasileiros honrados, briosos e intrépidos!

"Quartel de Piracuruca, 24 de janeiro de 1823.

"(Assinado) Leonardo de Carvalho Castelo Branco, **Alferes**
Secretário da Divisão Auxiliadora do Piauí."

Posto que estivesse em grave risco de vida, a prisão só o acabou pelo insucesso da missão que vinha desempenhar. Nada pôde conseguir porque era vigiado, incessantemente, na cadeia, entre ladrões e homicidas.

Não convinha, porém, demorá-lo na Repartição, porque seus amigos e companheiros de luta podiam fazer uma sortida sobre a localidade para o libertar. Em consequência, o Capitão José Antônio Correia organizou uma escolta de inteira confiança, dirigida pelo Tenente de Cavalaria João José Alves de Sousa, e remeteu, para S. Luís, a Leonardo e dois homens com os quais tinha sido aprisionado.

Ali já eram esperados, ansiosamente. Vinha um chefe, um cabeça do movimento do Piauí, e o povo, curioso, acumulou-se nas ruas, para o ver, no dia 21 de março.

No dia seguinte estava o herói piauiense coberto de ferros na Fortaleza de Santo Antônio da Barra ⁽¹¹⁾ e eram mandados ao Ouvidor-Geral do Crime, Desembargador José Leonardo da Silva e Sousa, os documentos que depunham contra ele — a proclamação que transcrevi, cartas sediciosas etc.

10) Adjetivo derivado do nome Tesinho.

11) Em São Luís.

Para recompensar o Comandante da escolta, Tenente João José Alves de Sousa, que se mostrara um exato cumpridor de ordem, a Junta governativa o promoveu a capitão, — esquecendo José Antônio Correia, cuja traição não mereceu os trinta dinheiros dos judas.

Quanto a Leonardo e a seus companheiros, submetidos a um processo sumário, mesmo em São Luís, revestiu-se de tamanha severidade o rigor com que os tratou a justiça portuguesa, que correu logo, pelo sertão, a notícia da morte dos três prisioneiros. O boato não tinha, contudo, fundamento, e foi desmentido, sem demora, pelo **Conciliador**.

Tudo se fez às carreiras. Em princípio de maio era o audacioso brasileiro remetido no brigue **Sociedade Feliz** para Lisboa, aonde chegou no fim do mesmo mês, sendo recolhido à cadeia do Limoeiro a 2 de junho.

Findou, assim, o papel, que, por algum tempo, desempenhou ele nos sucessos que abalavam, tão fundamente, a alma generosa e grande do povo piauiense. E nas tristezas do cárcere, nem sequer teve o consolo de saber que seus ideais triunfavam e que o Piauí se levantava livre, após o tributo de sangue pago por seus heróis anônimos. ⁽¹²⁾

12) Leonardo de Carvalho Castelo Branco foi posto em liberdade no dia 26-9-1823. Quando saiu da prisão passou a usar o nome de Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, como pagamento de promessa feita a N. S. das Dores, sua protetora. Dele disse Clodoaldo Freitas: "E, assim, foi a vida desse ilustre patriota, o único, afinal, quer, realmente, sofreu pela causa da Independência entre nós e, por isto mesmo, menos mereceu dos poderes públicos."

A respeito de Leonardo assim se expressa Lucídio Freitas: "Leonardo iluminou os longes de nossa vida, surgindo aos nossos olhos como símbolo primitivo da nossa raça; desencantado e furioso como uma onda bravia; sonhador e sugestivo como um deus; firme nas suas convicções, leal e forte nas suas investidas, amando a liberdade acima de todas as cousas e vendo nas revoluções o meio mais prático e mais eficiente para a conquista rápida dos novos ideais políticos. Foi uma das principais figuras das lutas em prol da Independência do Piauí, representando papel saliente na nossa história. Começou pela poesia, sendo, no Brasil, quem primeiro tentou a poesia científica. E assim em 1856 publicou **A Criação Universal, descrita poética e filosoficamente, poema dividido em seis cantos, segundo a ordem da criação relatada no Genesis**, contendo 4247 versos e abundantes e curiosas notas explicativas, no Rio de Janeiro, em bela edição, denotando as grandes aptidões intelectuais de Leonardo. Envolvido, ou melhor, absorvido absolutamente pelos seus estudos de mecânica e de astronomia, chegou a descobrir uma grande máquina de madeira, que ele dizia ser o **moto contínuo**. No prefácio de **A Criação Universal** dá-nos notícia de um livro de alto valor científico sobre mecânica e astronomia, em cuja composição, diz ele, gastou muitos anos, livro que não se sabe se foi ou não publicado".

Leonardo publicou **A Criação Universal** e outros trabalhos. Lucídio Freitas faz referência ao livro (em que Leonardo gastou muitos anos) "Astronomia e Mecânica Leonardinas". João Pinheiro acha que tal obra não foi publicada ("Literatura Piauiense" — pág. 21).

A BATALHA DO JENIPAPO

Sumário: — Centralização de forças em Campo Maior. Chegam do Estanhado o Capitão João da Costa Alecrim e o Alferes Salvador Cardoso de Oliveira. A Batalha do Jenipapo. Vitória das armas portuguesas. Roubo da bagagem de Fidié. Rumo do Estanhado.

A notícia da prisão do valoroso piauiense Leonardo de Carvalho Castelo Branco rompeu, depressa, as fronteiras da Província do Maranhão e veio ecoar nos sertões do Piauí. Soube-se, também, que ele fora enforcado em S. Luís e a exacerbação dos ânimos encontrou nesse fato novos e mais violentos estímulos.

Mas, Fidié vinha-se aproximando, a marchas aceleradas, de Campo Maior, e convinha dar um golpe decisivo nas forças portuguesas.

Para maior garantia do bom êxito, sabendo o Capitão Luís Rodrigues Chaves que o oficial cearense João da Costa Alecrim, após o abandono de Piracuruca, viera aquartelar-se no Estanhado, onde reunia pessoal para fazer uma sortida além do Parnaíba, enviou-lhe um emissário e expôs a situação e as vantagens que era possível esperar da mesma se fosse bem aproveitada.

No mesmo dia em que o emissário alcançou o Estanhado (12 de março), reunira-se à força de Alecrim o baiano Salvador Cardoso de Oliveira, acompanhado por seu irmão Pedro Francisco Martins.

Tão importante papel desempenhou o primeiro dos dois irmãos nos sucessos posteriores, que vale a pena conhecê-lo mais de perto.

Era filho de lavradores e nascera na vila da Barra do Rio Grande, rio afluente do S. Francisco.

Muito diferente saíra aos pais. Não sofrera, quase, a influência do meio. A paisagem monótona dos campos em que se fez homem, sempre a mesma, sempre igual, sempre tranqüila, não o fez um contemplativo, um reconcentrado, um conservador. Pelo contrário. Desde muito criança mostrara tendências para as viagens e aventuras e, por isto, abandonara

cedo a casa paterna e vagabundeara pelos sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, fixando-se, afinal, em Caxias, onde se fizera negociante.

Mas demorara-se pouco a serviço do balcão. Não sofria a vida sedentária da loja. Precisava andar. Venciam-no impulsos atávicos de existência nômade: chamou os credores, prestou contas e se internou comprando gados, que revendia em Caxias.

"Em uma dessas viagens, escreve o Dr. Vieira da Silva, tendo notícia dos acontecimentos políticos do sul do Brasil e da proclamação da Independência na vila de S. João da Parnaíba, e recebido carta de seu irmão Joaquim Bento Pereira, estabelecido em Campo Maior, convidando-o a seguir com o maior número de pessoas, que pudesse reunir, para esta vila, onde, também, já se havia proclamado a Independência, e animado pelo português José Antônio Gomes, de alcunha o **Vidinha**, que lhe era afeiçoado e receava não se tornasse ele suspeito às autoridades da vila de Caxias, resolveu pôr-se em marcha para o Piauí a fim de reunir-se às tropas independentes, seguindo a sorte das armas brasileiras. Esquecendo-se da mulher e dos filhos, Salvador, com o dinheiro que tinha levado para o seu negócio, comprou algum armamento e munições, e pôde conseguir fazer-se acompanhar de oito ou dez homens resolutos como ele."

Em vez de dirigir-se aos portos de São Gonçalo, Santo Antônio, ou Poti, seguiu para Itapeturu-Mirim, desejoso de chamar seu irmão Tomás Cardoso de Oliveira ao partido da separação.

Nada conseguindo, demorou-se, ali, apenas um dia e seguiu, diretamente, para a margem do Parnaíba, que ele atravessou com os dez companheiros e mais quatro recrutados em caminho.

Aqui, na margem direita do rio, foram rápidas e numerosas as adesões, porque, segundo cálculo do Dr. Vieira da Silva, chegou ao Estanhado com oitenta homens. Entre estes, contava-se Pedro Francisco Martins, a quem já me referi.

Estavam, assim, reunidos no Estanhado o Capitão cearense e o Airêres baiano, quando, a 12 de março, recebeu o primeiro a carta do Comandante de Campo Maior.

Andava na consciência de todo mundo a necessidade de desbaratar a tropa de Fidié, antes que a metrópole portuguesa mandasse os grandes reforços que se supunham em véspera de partir. Convinha, por qualquer preço, cortar ao Sargento-mor a sua marcha para Oeiras, obrigando-o a retroceder, ou a atravessar o rio. A ocasião própria tinha chegado.

Não vacilou, portanto, Alecrim. Voltou o positivo com a resposta de que o aguardassem no dia seguinte. Reuniu a força e, duas horas depois, estava em marcha, incorporando-se-lhe Salvador que, atraído para a luta, sob a fascinação deslumbradora dos perigos, esquecia a mulher e o filho abandonados em Cachoeira Grande ⁽¹⁾ para só ter diante dos olhos a imagem da pátria livre vivendo livre, trabalhando livre, numa expansão vitoriosa de justiça e de prosperidade.

Nessa ocasião o oficial cearense mostrou-se digno de aplausos pelo esforço que desenvolveu. Marchou toda a noite e, pela madrugada, quase pela manhã, penetrou em Campo Maior, aonde havia chegado, também. o Capitão Alexandre Nery Pereira Nereu, conduzindo soldados do Ceará. Sua tropa e a de Salvador estavam fatigadíssimas por esse trajeto a marchas aceleradas. Não se podia contar com elas e, no entanto, o povo da vila estava apenas à sua espera para correr ao encontro do inimigo, que se avizinhava precedido de grupos de sertanejos.

Todos falavam de Fidié com terror. Seus soldados, como uma legião terrível de bárbaros, tinham inclemências ferozes. Após eles, as casas, os currais, as capoeiras, ⁽²⁾ os próprios campos, tudo era incendiado numa fúria inconsciente de doidos. Ninguém lhes afrontava o ódio. Venceriam pelas armas e pelo fogo, pela morte e pela destruição.

Convinha abafar a alma brasileira que se debatia pela liberdade, sob os destroços fumegantes e as ruínas da guerra.

Mas, nem por isso se estancava o corajoso entusiasmo dos piauienses. A batalha que se devia combater era decisiva. Campo Maior quisera, até, estar ouvindo, já, o tiroteio do primeiro encontro.

Não há, aliás, em toda a luta pela Independência no Ceará, nesta Província e na do Maranhão, uma página mais pavorosamente grandiosa que a da batalha do Jenipapo — a mais importante das que foram feridas.

Muito tarde conhecera o Capitão Luís Rodrigues Chaves que nenhum auxílio havia que esperar da Junta governativa, — obsediada como andava pela suposição de que o inimigo por temer vinha de além-Parnaíba. Chamara, então, os homens válidos da vila e termo, arregimentara-os e patenteara-lhes o perigo próximo.

Não foi em vão. O povo esteve acima de qualquer expectativa. Cada um, o vaqueiro e o roceiro, foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue. Ninguém se recusou a acudir ao apelo e, dentro de três dias, as fileiras engrossaram-se e uma numerosa multidão ficou à espera dos portugueses para o combate.

1) Localidade maranhense.

2) Mato ralo e baixo. Mato que cresce naturalmente e se desenvolve em terreno outrora cultivado.

É assim que perto de dois mil homens, vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à igreja de Santo Antônio.³⁾ Os soldados do Capitão Luís Rodrigues Chaves, com os que haviam abandonado o Tenente-Coronel José Antônio da Cunha Rabelo, com os de Alecrim e do Capitão Nereu, elevando-se a pouco mais de 500, não podiam dar a consistência precisa à totalidade do corpo. Fossem mais numerosos, mais disciplinados e aproximariam, talvez, essas duas mil unidades de combate.

Assim, não. E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados.

As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia, contudo, para eles a falta de armas tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam a glória do regresso à vila conduzindo algemado o chefe do exército; à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros.

E nesse entusiasmo surgira o dia do encontro. Era a 13 de março.

Véspera, ainda, soubera-se que Fidié pernoitara nas vizinhanças, e ninguém mais descansara. Ninguém repousa nesses momentos. Os covardes enchem-se de receio e a agitação física atraí-los o desassossego íntimo. Os fortes vibram diante do perigo e agitam-se na ânsia de ver chegada a refrega. Ninguém repousou. Dividida em grupos, fazia a força planos de valentia. Arvorado em Comandante-Geral, concertava o Capitão Rodrigues Chaves com os outros oficiais o plano da batalha.

Amanhecia quando a tropa, formada em frente à igreja, recebeu ordem de marchar e seguiu para o rio Jenipapo, que, forçosamente, seria vadeado pelos portugueses.

O terreno, ali, é, geralmente, plano: apenas de longe em longe uma colina quebra a monotonia da várzea, aberta, sem um amparo. Nas margens do rio, entretanto, tufam-se reboleiras de mofumbos e arbustos.

Os brasileiros ocultaram-se no próprio leito do rio, que estava seco em consequência da falta de chuvas. Nem todos, porém: muitos se esconderam nos mofumbais das ribanceiras.

Nas proximidades da margem direita, bifurca-se a estrada em duas. Alecrim e Chaves guardariam ambas para evitar a hipótese de passar Fidié sem ser percebido. Por qualquer lado, encontraria os separatistas que, oportunamente, haviam de rechaçá-lo. E assim concertado o plano, daria, talvez, algum êxito, se o acaso não tivesse vindo em favor de Fidié, que, no ponto da bifurcação, dividiu as forças em duas alas. Uma, a em que estava a cavalaria, seguiu pela estrada da direita; a outra, que guardava

a artilharia e era comandada por Fidié, em pessoa, seguiu pela estrada da esquerda.

Foi a cavalaria que se encontrou, logo, com os brasileiros, sobre os quais tentou uma carga, impedida pela forte fuzilaria dos cearenses.

Não convindo, porém, aos portugueses um ataque mais sério, porque não podiam dirigir-se com segurança e ignoravam o número dos atacantes, retrocederam e fugiram.

Ouvindo os tiros, pensaram os brasileiros, na esquerda, que os da estrada da direita se estavam batendo com todas as forças portuguesas e abandonaram precipitadamente seu posto, correndo em auxílio dos companheiros. Mas, ali, não havia nada que fazer, porque a Cavalaria desaparecera.

Deviam persegui-la? Enquanto deliberavam, passou Fidié o Jenipapo com o exército, escolheu lugar, dispôs a Artilharia, distribuiu linhas de caçadores, tomou, enfim, todas as medidas aconselhadas pelas circunstâncias. E ainda se deliberava no campo adverso, quando constou que o inimigo atravessara o rio.

Fidié podia ter marchado contra a vila, de que tomaria conta sem disparar um tiro. Poderia, também, sabedor da presença dos brasileiros na estrada próxima, ter ido desalojá-los. Não o fez. O encontro devia ser decisivo. Não o demorou. E, para mais certo êxito, esperou o ataque, cercado de todas as vantagens de quem, nas suas condições, assume a posição defensiva.

Sabendo-o, ali, porém, foram os brasileiros tomados de surpresa, — surpresa logo substituída pelo velho entusiasmo. Não raciocinaram. Não atenderam à voz do comando. Partiram numa carreira precipitada, só estacando ao defrontar o belicoso e soberbo aparato dos portugueses.

Fidié quis, então, aproveitar-se das suas primeiras vacilações: deu um tiro de pólvora seca e, logo em seguida, alvejou-os com as onze peças.

Desde o início da ação, viram os Capitães Rodrigues Chaves e Alecrim a desigualdade das forças. Havia, apenas, um recurso: atacar os portugueses ao mesmo tempo por todos os lados e separá-los na refrega, de modo que fossem fracionados.

Era difícil e arrojado. Como se tratava, porém, da única possibilidade de triunfo, fez-se a tentativa, conseguindo envolver parte do exército. Foi repelida. Recomeçaram. Repelida, ainda, recomeçaram, muitas vezes, sempre com grande perda de vidas.

A fuzilaria e as peças varriam o campo. Que podiam fazer, armados de chuços e foices, espadas e facões, espetos e espingardas velhas, contra a artilharia e o armamento novo do chefe lusitano? Muitos vieram morrer à boca das peças, com um desamor pela vida, que pasmava os soldados, pouco afeitos a semelhantes atos de heroísmo!

3) Templo católico em Campo Maior.

E a cansaço dominou-os primeiro que a consciência da derrota. As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas anquilosavam-se-lhes. O peito arfava-lhes. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte.

Somente às 2 horas da tarde, contudo — e a batalha tivera princípio às 9 horas da manhã — começou a retirada, em desordem, sem grande prejuízo, aliás, porque Fidié não mandou perseguir os fugitivos. Nem seus soldados estavam em condições de obedecer a essa ordem, depois de cinco horas de combate ininterrupto, ao sol ardente...

Não se sabe, ao certo, o número dos mortos que tiveram os portugueses, porque Fidié reuniu os cadáveres em cinco sepulturas e não os enumerou na parte (4) da ação. O Dr. Vieira da Silva, já citado, em sua **História da Independência da Província do Maranhão**, calcula-os em 16, excluídos um capitão, um alferes e um sargento, e limita o número dos feridos em sessenta, não mencionando, porém, entre estes, o nome do Capitão Manuel Martins Chaves, que sucumbiu ao chegar a Caxias. Quanto aos brasileiros, afirma, categoricamente, que deixaram no campo 542 prisioneiros, mais de 200 homens, entre mortos e feridos, uma peça de artilharia calibre 3 (?), uma bandeira e 3 caixas de guerra.

Fidié, no entanto, tratou logo de enterrar os seus mortos, acomodar os feridos e abandonar o campo da luta. Urgia que se aproveitasse da fuga dos patriotas para tomar conta da vila. Se a ocupassem de novo, seria preciso desalojá-los e mais difícil seria o triunfo.

A força recebeu, portanto, ordem de marcha e já se punha em movimento, quando vieram participar ao Sargento-mor que fora roubada parte da sua bagagem de guerra (5).

Com a mesma tinham ido munições, armas, dinheiro e os despojos da vila de S. João da Parnaíba!

Era loucura, agora, tentar marchar contra Oeiras e, a fim de deliberar, seguiu Fidié para Campo Maior e abarracou-se um quilômetro distante da vila, no local que ocupa, hoje, a fazenda Tombador — já então conhecida por esse nome (6).

4) Comunicação verbal ou escrita. Muitos documentos e relatos de Fidié foram reunidos na publicação "Vária Fortuna de Um Soldado Português", editada em 1850 e reeditada pelo Governo do Piauí em 1942.

5) Abdias Neves escreveu esta observação: "O roubo foi efetuado por alguns soldados do Capitão Nereu e, levado o seu produto para o Ceará (Sobral), foi posto em hasta pública e arrematado. Em maio de 1823, abriu José Marques Freire, Juiz de Fora de Campo Maior, uma devassa sobre isto e o Presidente da Junta do Poti, Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins, em ofício de 4 de junho, datado de Pindoba, estranhou esse procedimento, entendendo que, se houvera crime, fora por não ter sido roubada toda a bagagem".

Observação. Pindoba: no Maranhão, uns 36 quilômetros distante de Caxias.

6) Observou Abdias Neves: "Diz a tradição que Fidié se abarracou dentro da vila, na Rua do Sol. Não é verdade. Encontrei documentos firmados pelo Sargento-mor os quais desfazem quaisquer dúvidas".

Nesse ínterim soubera-se, ali, o insucesso e correria que o chefe lusitano se aproximava da vila.

Fizera-se um terror pânico. Fecharam-se as casas, precipitadamente. Mulheres, crianças, num choro angustioso, corriam atarantadas.

A princípio não se pudera avaliar a extensão da desgraça e um misto de esperança e desespero sobre a sorte dos independentes enchera o espírito do povo. Bem depressa, porém, novas perturbações conturbaram a vila, distraindo-lhe a atenção. Prevalecendo-se da exaltação popular, Joaquim Bento Pereira, um cabra de nome Eufrásio e seu irmão Félix saíram para o largo Santo Antônio dando **morras aos marinhaes**. (7) Dirigiram-se à cadeia e assassinaram os portugueses Manuel dos Santos Fialho, Agostinho José de Oliveira, Antônio José da Silva Bastos, Anacleto José de Moraes, João da Costa, João Antônio de Magalhães, José de Sousa Leão, Joaquim José do Nascimento e Alexandre José da Cunha — trazidos do Estanhado por Alecrim.

Não satisfeitos, foram, em seguida, à residência de um pobre velho de sessenta anos, completamente inofensivo, José Fuão, morador recente na Província, e o apunhalaram.

Sabendo depois que nesse dia, uma quinta-feira, tinham seguido dez presos para a capital, foram no seu encalço e encontrando-os, à noite, no lugar denominado Boqueirão da Serra, mataram oito dentre eles, com o acordo da escolta. Eram os assassinados: Manuel Martins Bragança, José Antônio Marciano, Manuel de Sousa e Silva, José Garcia da Silva, Manuel José Rosa, Domingues Garcia, Manuel dos Santos — genro de José Domingues, e Francisco Silveira. Os dois presos que escaparam foram o Padre João Manuel de Almendra e um brasileiro cujo nome se esqueceu.

Por outro lado, os fugitivos do Jenipapo assassinavam os europeus que encontravam, como se deu na Baixa Funda, com Antônio Duarte; no Matão, com Antônio Joaquim; nos Currais Novos, com João da Costa Pereira; e na Cana Brava, com João Pedro.

Fidié, testemunha quase presencial destes tristes sucessos, não se opôs nem procurou garantir os seus patrícios. Entregue às providências que tomava para reaver a parte perdida da bagagem, nada fez no Tombador. E, convencido, finalmente, do nenhum valor dos esforços empregados, levantou o acampamento, no domingo, 16 de março, e, em vez de seguir sobre Oeiras, marchou para o Estanhado.

7) Apellido dado aos portugueses.

DEPOIS DO DESASTRE

Sumário: — Os temores do Governo. Dirige-se ele ao Comandante do Crato. Novas informações sobre a batalha do Jenipapo. Reunião dos oficiais vencidos. Volta o Governador das Armas a Oeiras. Preparativos de fuga para o Crato. Emissário a Labatut.

Esquecida de Fidié, na pressão dos temores que os verdadeiros ou falsos movimentos de Pastos Bons, Caxias e São Luís lhe acordavam, deixara a Junta Campo Maior entregue aos próprios recursos, na aflitiva situação que dera ganho de causa às forças portuguesas. E ainda na dormência dos seus fantásticos receios permanecia, quando, a 19 de março, pelas 2 horas da tarde, penetrou em Oeiras um correio coberto de pó e foi apear-se em frente à residência do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins: trazia um ofício do Comandante de Santo Antônio, Tenente-Coronel Francisco Manuel de Araújo Costa, participando a derrota do dia 13.

Estava-se bem longe de esperar essa notícia. Confiavam todos, cegamente, no triunfo. E foi por isto que a nova da desgraça caiu fulminadora na velha capital, e não somente sobre aqueles que tinham a maior responsabilidade no desastre, mas também sobre o comércio e o povo.

As multidões são mais facilmente sugestionadas que os indivíduos isoladamente. Um fato que em um homem determinaria uma impressão rápida, determina, às vezes, nas coletividades uma excitação violenta que as leva aos mais desencontrados impulsos, arrastando-as para a covardia e os desesperos do terror, ou tangendo-as para grandes façanhas de crimes e revoluções. O raciocínio não intervém em seus atos. A imaginação se lhes excita até que as tomam verdadeiros estados delirantes. Criam, então, fantásticos perigos, como criam santos e heróis.

Nessas ocasiões, o entusiasmo e o terror se tornam comunicativos e se propagam com a impetuosidade da cheia dos rios: ou esquecem elas a própria conservação e se deixam arrastar pela atração dos perigos, ou se deixam matar sem um protesto.

Esses fatos são constantes na evolução da humanidade. Poderiam ser observados em Oeiras, ao espalhar-se a notícia da derrota das armas brasileiras nas margens do Jenipapo.

O terror correu parelhas com a imaginação do povo e quando a noite caiu sobre a cidade, as mais contrárias versões corriam em torno do triste acontecimento. Dissera-se a princípio que o massacre fora geral, que ninguém escapara com vida. E fantasiavam-se centenas de cadáveres apodrecendo ao sol, onde os esquecera a crueldade dos portugueses. Afirmava-se que Fidié vinha aceleradamente contra a capital, em cuja vizinhança a polícia dos mais bem informados reconhecera espias mandados em observação. Não chegaria a madrugada sem que a população fosse surpreendida pelo exército e presa, e carregada de ferros, e passada pelas armas.

Os homens, esses vinham para a rua, onde todas as casas de comércio estavam cuidadosamente aferrolhadas, e trocavam opiniões, desesperados, esmagados pela miséria da sorte, como se escutassem, já, os tambores da vanguarda inimiga repinicando marchas às portas da cidade.

O instinto de conservação, que é tão forte, ordinariamente, muita vez desaparece em certas crises históricas e o homem vê aproximar-se a morte com a passividade com que os animais seguem para o matadouro. Se Fidié estivesse, de fato, nas imediações de Oeiras, não haveria quem pensasse em resistir à sua entrada, frouxa como estava a energia nos habitantes da cidade. Retomaria o Governo, prenderia os promotores da proclamação da Independência, sem que tivesse de empregar a força.

A agitação crescia, sempre, entretanto.

E, por outro lado, a atitude dos membros da Junta não era própria a desfazer os receios do povo, que observava, ansioso, a lufá-lufa crescente em Palácio. Os amigos do Governo, as pessoas de mais prestígio tinham-se reunido ali, pouco a pouco, em procura de informações exatas. À noite, as salas regurgitavam. Vestido em grande uniforme, como para um *Te Deum*, ou solenidade importante, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins ocupava a presidência da Junta, convocada em sessão permanente para se manifestar e resolver o que necessário fosse em benefício da causa imperial na Província.

Era ele o único que, ainda enganado pela deficiência da comunicação do Tenente-Coronel Araújo Costa, mantinha relativa calma e podia refletir sobre os sucessos. Se, cedendo ao desejo de todos, convertera a sessão da Junta em sessão permanente, é que se sentia à vontade nessa atmosfera de terrores; nem de leve pressentia quanto, realmente, era grave a situação.

O ofício do Comandante de Santo Antônio fora muito lacônico e nem podia deixar de o ser. Escrito às pressas, antes que pudesse tomar informações seguras da batalha, referia a vitória dos portugueses sem, contudo, entrar em minúcias. A Junta estacava vacilante em presença das seguintes interrogações: qual o valor das perdas? que direção seguira Fidié após o

combate? com que elementos contava para a continuação da luta? voltariam à metrópole da Província as forças brasileiras restantes —, conforme deliberação anteriormente tomada?

Na ausência de outro meio qualquer de obter informações, lembrou-se o Brigadeiro de mandar vir à sua presença o correio, a fim de interrogá-lo.

Que podia, entretanto, acrescentar? Nada adiantou de positivo: soubera em Santo Antônio que Fidié perdera muitos oficiais, que os claros de suas fileiras eram grandes, e que, dos brasileiros, só morrera um oficial.

Que importância, contudo, se devia emprestar a essas notícias apanhadas de um caboclo ignorante que empreendera a viagem antes de possuir o Comandante Araújo Costa dados seguros do insucesso do Jenipapo? Não se devia temer que o correio, chamado àquela assembléia de encenação aparatosa, receasse dizer a verdade e mentisse?

Nem se cogitou dessa possibilidade. Naquelas dolorosas circunstâncias, não havia quem se lembrasse de pôr em dúvida a veracidade de semelhante informe. Tinha ele a amorfa inconsistência dos boatos, era como estes de uma origem obscura; mas era, também, o raio de sol naquela tempestade, o ramo verde da salvação espontando e florindo das infinitas esperanças do momento.

Aceitaram-no. Deram-lhe toda a publicidade e o ânimo da população ergueu-se um pouco. Talvez nem tudo estivesse perdido. E a esperança raiava frouxamente...

Acrescentava o ofício do Tenente-Coronel Francisco Manuel de Araújo Costa que as forças debandadas se estavam reunindo em uma fazenda, distante de Campo Maior dez léguas. Impunha-se correr em seu auxílio... Como, se Oeiras ficara esgotada de recursos com a partida do Governador das Armas, Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins?... A quem recorrer?

Recorreu-se ao Ceará. Nessa mesma noite a Junta se dirigia ao Comandante do Crato, Leandro Bezerra Monteiro, pedindo-lhe que, com urgência, viesse em socorro do Piauí, enviando armas e munições sem que a proclamação da Independência seria rebatida e o movimento sufocado. O ofício dá uma idéia ligeira do estado das coisas e por isto transcrevo a parte que interessa à verdade histórica:

"O Fidié, diz a Junta, largou de todo a vila da Parnaíba de onde saiu com mil e oitocentos homens bem armados de granadeiras, passando livremente em Piracuruca, que poucos dias antes tinha sido abandonada pelo Capitão José Francisco de Sousa com gravíssimo prejuízo desta Província e total embaraço da santa causa.

"Aquele dito Major Fidié pretende vir para esta cidade e há toda a probabilidade que ao mesmo tempo em que ele

saia de Campo Maior seja invadida esta Província por Caxias e Pastos Bons.

"As nossas tropas que se debandaram estão outra vez se reunindo distante para cá de Campo Maior dez léguas e receamos muito que Fidié pondo-se em seguimento delas não as derrote".

Todas as dúvidas e ânsias, todos os receios desse dia terrível ficaram registrados nesse importante documento. O Governo era sincero. Nada afirmava que não traduzisse a expressão do que se passava em Oeiras.

Um fato escondeu, é certo: não participou que ia encaixotar o dinheiro dos cofres públicos e preparar-se para fugir rumo do Crato, ao primeiro grito de alarma...

No dia 20, a Junta, que continuava em sessão permanente, nada fez. Limitou-se a espalhar espias pela estrada de Campo Maior e a determinar que o Ouvidor interino, Dr. Bernardino José de Melo, entrasse para Tesouraria-Geral da Junta de Fazenda com a quantia de 10:398\$270⁽¹⁾ existente no cofre de defuntos e ausentes.

Veio, entretanto, o dia 21 de março, e correu sem que coisa alguma denunciasse a aproximação do inimigo. E a noite corria do mesmo modo, quando, à 1 hora, teve Sousa Martins aviso de que um correio acabava de chegar.

Mandou o Brigadeiro que ele fosse imediatamente apresentado e, trazido ao seu gabinete, entregou-lhe um ofício que lhe dirigia das Lajes⁽²⁾ o Coronel João de Araújo Chaves, dando conta do que sucedera na batalha do Jenipapo, e atirando a culpa do revés sobre a deficiência das armas com que se tinham batido os brasileiros.

Pelo caboclo soube o Presidente da Junta que seu irmão Joaquim de Sousa Martins estacionava na fazenda S. Pedro,⁽³⁾ onde se estavam reunindo os destroços do dia 13.

Desejoso de animá-lo, escreveu o Brigadeiro, sem demora, ao aludido Governador das Armas,⁽⁴⁾ prometendo enviar-lhe 300 homens, e determinou-lhe que, diariamente, mandasse notícia dos mais importantes acontecimentos da véspera. Ou confiasse pouco em seu talento estratégico, ou temesse que, oportunamente, lhe não sobrasse a calma precisa para dominar os sucessos e proceder com prudência e tino, o certo é que não se esqueceu de sugerir-lhe que só aceitasse luta por meio de guerrilhas.

1) Dez contos, trezentos e noventa e oito mil e duzentos e setenta réis.

2) Abdias Neves escreveu esta anotação: "Hoje povoação de Natal". Natal, que pertencia a Teresina, constitui hoje cidade e município (Piauí), com o nome de Monsenhor Gil.

3) Em Campo Maior. Passou ao município de Livramento, hoje José de Freitas.

4) Joaquim de Sousa Martins, em Oeiras.

E terminou a carta lembrando outras providências de alcance, como a de mandar quatro soldados de absoluta confiança e reconhecida coragem observar a tropa e as disposições do chefe português.

Com este ofício regressou o correio, ainda antes de se anunciar a madrugada.

É oportuna uma observação e não deixarei de fazê-la, detendo-me para verificar a rapidez das comunicações entre as forças dispersas e o Governo. O ofício do Coronel João de Araújo Chaves, escrito nas Lajes, fora dirigido em 19 de março: chegara depois de dois dias a Oeiras, fazendo em 48 horas um percurso de mais de 300 quilômetros. E o meio único de locomoção, o mais pronto, era o cavalo, enfraquecido pela seca... Mais admirável, ainda, que essa viagem, é a que realizou o Governador das Armas Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, de regresso à metrópole da Província. Sabemos que partira no dia 17 em procura de Campo Maior, onde pretendia demorar-se para obter voluntários e pôr termo às desordens que ensangüentavam a vila.

Na tarde de 20, quatro dias depois, chegando à fazenda S. Pedro para se abarracar, ignorando, ainda, o fracasso dos independentes nas margens de Jenipapo, encontrara o Coronel João de Araújo Chaves, os Capitães João da Costa Alecrim e Luís Rodrigues Chaves e o Alferes Salvador Cardoso de Oliveira que lhe noticiaram o que acontecera. Depois do combate, quisera Salvador, reunido a alguns dos seus homens, aproximar-se da vila, mas, percebendo sinais da passagem recente dos portugueses por ali, mudara de rumo e seguira em direção à capital. O mesmo destino haviam tomado Rodrigues Chaves e Alecrim, razão por que se encontraram e se reuniram na fazenda S. Pedro, na manhã do dia 20.

Juntos, agora, à força do Governador das Armas que parecia receoso de um ataque de Fidié, sob proposta de Salvador que não queria abandonar as vizinhanças do teatro da luta antes de encontrar o paradeiro de seu irmão, perdido na refrega, resolveram demorar-se.

Sousa Martins não tinha, porém, motivo tão relevante para ficar e, não querendo expor-se aos riscos da permanência, ali, descansara, apenas, algumas horas, levantara o acampamento de suas tropas e marchara para Oeiras, aonde chegou pela madrugada do dia 22.

Parece que, sob o aguilhão feroz do terror, não repousou um instante. O medo emprestava-lhe forças desconhecidas. Os receios mantiveram-lhe o esforço necessário para essa fuga de mais de 40 léguas, percorridas em trinta horas!

De seus soldados, apenas um número insignificante pôde segui-lo na carreira desenfreada de fazenda em fazenda, todo coberto de pó, afrontando cavalos, ardendo em febre, na ânsia de devorar, de uma vez, o espaço daquela fuga vertiginosa...

Pela manhã circulou, rapidamente, a notícia de seu regresso, avançando-se que fora, também, derrotado pelas tropas constitucionais, somente sobrevivendo ele às perdas do encontro.

O Governador das Armas, no entanto, persuadido de que Fidié não descansaria enquanto se não apoderasse da capital, tratou, logo, de providenciar sobre a defesa de Oeiras, urgido pelo Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que principiava a considerar justos os temores do povo.

Logo pela manhã do dia 22, já completamente informado de tudo, oficiou ao comandante de Santo Antônio, Tenente-Coronel Francisco Manuel de Araújo Costa, ordenando-lhe que estivesse de prevenção para correr em auxílio de Oeiras, se soubesse que Fidié a atacava.

Seu ofício tem bastante interesse:

"...Eu tencionei, diz ele, dirigir-me a Campo Maior fazendo minha marcha por Santo Antônio e Poti; porém, quando me dispunha a partir para dos ditos dois pontos levar algum socorro por não poder daqui levá-lo, chegaram ofícios de Campo Maior participando a saída de Fidié da Parnaíba com destino a Piracuruca e que as tropas no dito lugar de Piracuruca estacionadas se haviam debandado.

Dispus-me, então, a partir imediatamente em direção de Campo Maior, como parti, e chegando ao Estreito⁵⁾ encontrei a triste notícia do combate do dia 13, e da derrota e dispersão de nossas tropas.

"Segui, sempre, até S. Pedro de onde voltei antes de ontem, chegando ontem à noite a esta cidade.

"Na dita fazenda de S. Pedro encontrei alguns oficiais e tropas das que vinham recuando de Campo Maior a reunir-se nesta cidade, porém, sem nenhuma ordem em seu retrocesso.

"O Coronel João de Araújo Chaves, que havia trazido 300 homens, achava-se com pouco mais de 50 por terem desertado uns e adoecido outros. Finalmente, talvez, nem metade do exército de Campo Maior se reunirá nesta cidade, onde só há a guarnição que montará a 400 homens, quando muito".

Era, efetivamente, insignificante, o número das forças que o Governador das Armas deixara no quartel improvisado de S. Pedro. Esse número acresceu um pouco, entretanto, porque, tendo seguido Salvador e Alecrim, pela manhã do dia 21, em procura dos fugitivos da derrota, encon-

5) Nome de localidade. Antigo nome de Porto Alegre, hoje Luzilândia.

taram, à tardinha, quase ao anoitecer, na Capela dos Humildes, ⁽⁶⁾ a Pedro Martins, que capitaneava um grupo de patriotas e conduzia alguns feridos.

De seu irmão Pedro Martins teve Salvador conhecimento do roubo de parte da bagagem dos portugueses e do aquartelamento dessas forças na fazenda Tombador ⁽⁷⁾

Com resultado tão valioso para a diligência empreendida, regressaram todos, então, ao abarracamento do Coronel João de Araújo Chaves, a quem Pedro Martins deu as mesmas informações e, no dia seguinte, puseram-se de marcha para Oeiras.

E a velha metrópole carecia bastante da presença dessas forças, e das boas notícias de que eram portadoras, para se tranquilizar e decretar as providências que os últimos sucessos requeriam.

Folheando-se os atos oficiais desses dias de provação, não se pode deixar de descobrir a inépcia dos indivíduos a quem o momento histórico entregara a suprema gestão dos negócios públicos. Em parte alguma revelam essa energia prudente que é a característica dos bons governos. Em todos transparece a vacilação de quem tateia nas trevas.

A verdade é que não se assentava coisa alguma de positivo, porque nenhum dos membros da Junta queria chamar a si a responsabilidade de qualquer decisão mais terminante. O próprio Brigadeiro Sousa Martins, tão senhor de todas as situações, tão audacioso, andava timorato medindo a extensão do perigo.

Em compensação, cercavam de todas as garantias a sua segurança individual, tendo tudo preparado para a fuga e espalhado espias que dariam o sinal da aproximação do inimigo. Se o cofre do Tesouro não seguira, ainda, para o Crato, é que até então esperavam animais possantes, perdidos, das fazendas do fisco.

Respeito a Fidié nada constava de certo: ora corria que vinha a marchas forçadas contra Oeiras, ora se afirmava que, de Campo Maior, seguira para o Estanhado. ⁽⁸⁾

Ao escurecer do dia 25, chegaram às margens do Mocha ⁽⁹⁾ os 50 homens do Coronel João de Araújo Chaves, e os de Alecrim, Salvador, Rodrigues Chaves e Pedro Martins. Na mesma ocasião, recebia a Junta um ofício firmado a 20 pelo Comandante de Santo Antônio, participando ter chegado Fidié ao Estanhado, onde aquele Comandante pretendia dar-lhe

6) No começo do século XIX, fazenda de propriedade de Benedito José de Sousa Brito, que aí construiu uma capela e a consagrou a N. S. dos Humildes, nome antigo da atual cidade e município de Alto Longá (Piauí).

7) Abdias Neves escreveu esta anotação: "A dois quilômetros de Campo Maior". Já em 1922, Tombador era subúrbio da cidade de Campo Maior.

8) Nota de Abdias Neves: "Hoje cidade de União".

9) Riacho de Oeiras.

batalha, para o que fizera seguir uma vanguarda de 160 praças enquanto se preparavam ele e o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins.

Estes acontecimentos exerceram uma influência decisiva sobre o ânimo do Governo. Viu que eram infundados os seus temores. Se o chefe português desistira de bater a capital, não se devia fazer a remessa do cofre para Crato, devia-se varrer a idéia da fuga.

Em sessão, deliberou a Junta enviar para o Poti parte das tropas recém-vindas, cedendo-as ao comando do Sargento-mor Francisco Inácio da Costa e do Capitão João da Costa Alecrim. Marcando a partida para 28, determinou que, apenas se reunissem, formassem uma comissão de cinco membros para resolver e providenciar o que parecesse justo a bem desta Província, "evitando-se o grande transtorno de esperarem do Governo ordem sobre qualquer caso inopinado".

Muito justa era semelhante medida. Justa e acertada. Vinha ao encontro da necessidade de fazer mais prontas e fáceis as relações entre os contingentes espalhados no norte, até então presos, por laços de estreita subordinação, a Oeiras.

A situação geográfica da luta deslocava-se: não era mais pelo sul que se devia temer, era pelo norte. Ali ficava Fidié aguardando reforços de Caxias. A metrópole não estava mais, pelo menos temporariamente, ameaçada, e, afastado o perigo, era desnecessária a concentração de forças para a garantir. Esta concentração devia fazer-se em ponto de onde sobre ser possível prestar pronto socorro a qualquer dos contingentes, ficasse, sempre, o inimigo debaixo de rigorosa vigilância. E para que isto se fizesse praticável era preciso que o governo cedesse uma parcela de sua autoridade, como cedeu criando a Junta.

A descentralização de poderes, neste particular, armava os membros da Junta de recursos amplos para resolver e prevenir as dificuldades dos casos que ocorressem. Foi, portanto, uma medida adequada, como, aliás, iam sendo outras, agora que a calma presidia, de novo, os atos do Governo.

É assim que, enquanto providenciava sobre a constituição da Junta do Poti, determinou a partida do Tenente Simplicio José da Silva ⁽¹⁰⁾ para Campo Maior a fim de reunir tropa e chamar o povo à ordem. É assim que, receando chegasse a Fidié os socorros que esperava do Maranhão, de Portugal e do Pará, promoveu o Sargento José de Sousa Coelho de Faria a alferes e mandou-o em comissão ao General Labatut, Comandante das forças imperiais na Bahia, expondo-lhe a negra situação da causa comum e pedindo-lhe reforços.

10) Anotação de Abdias Neves: "Não Simplicio Dias da Silva, como quer o Dr Vieira da Silva".

É importante, pela clareza e lealdade com que foi escrito, o ofício que a Junta enviou, nessa ocasião, àquele General.

Diz o seguinte:

“Quando pelo nosso ofício de 4 do corrente participamos a V. Exa. haver-se proclamado nesta cidade, no dia 24 de janeiro, a Independência do Brasil, prevenimos a V. Exa. que ficávamos aprontando cavalgaduras para a enviarmos a V. Exa. para condução de armamento de que está esta Província totalmente falta e fazíamos desse artigo a triste pintura. É, pois, chegada a ocasião e bem apertada de encaminhar-mos a V. Exa. rogando-lhe queira socorrer esta província, que se acha em grande perigo a ponto de tornar ao duro cativo de que com tanto valor se libertara.”

“Tendo sido sempre, Exmo. Sr., esta Província feita de armamento, por nunca se ter conseguido o necessário para se armar os regimentos milicianos, por mais requisições que se tivessem feito, por isso, apenas existia armado o pequeno corpo de 1.^a linha da guarnição, composto de duas companhias que montavam a 300 praças. Quando, porém, criaram-se mais duas companhias para fazer o batalhão, veio do Rio de Janeiro o armamento para o mesmo fim necessário. Infelizmente, serviu o dito armamento para dele utilizar-se o cruel inimigo desta Província, o Major João José da Cunha Fidié, enviado de Lisboa para Governador das Armas.

“Este adversário do Brasil, pouco depois da sua chegada a esta cidade, tendo notícia de ter a vila da Parnaíba, desta Província, aderido à Independência, para ali se dirigiu com tropas, conduzindo a muito custo todo o dito armamento. Ficou totalmente desarmado o resto das tropas que o não acompanhou, havendo unicamente algumas clavinas, 200 granadeiras com que estavam armados alguns presídios que Fidié tinha em diferentes pontos que foram tomados.

“Temos posto muita gente em campo, porém, nem o terço é armada com arma de fogo e o mais são chuços, espadas e algumas pistolas.

“Esta é a causa da nossa aflição e algum desalento destes povos. Assim mesmo é visível o ardor e coragem com que estão prontos a defender os direitos da liberdade brasileira.

“Acabamos, contudo, de sofrer considerável revés, porque, vendo-se o Major Fidié cercado na Parnaíba e que se iam engrossando as forças do centro, sabendo o estado de nosso péssimo armamento, não duvidou evacuar o ponto onde es-

tava e pôr-se em marcha com um corpo de mil cento e tantas praças com alguma disciplina, bem armadas de granadeiras e com 11 peças de artilharia e ao chegar com o seu exército na vila de Campo Maior, saíram-lhe ao encontro as forças que ali tínhamos reunidas e travou-se um renhido combate, morrendo muita gente de ambas as partes; mas, à falta de armamento de nossas tropas, à sua nenhuma disciplina e à vantagem do inimigo pela artilharia fez com que se debandassem e o Fidié ficasse senhor do campo, ainda que muito derrotado, de maneira que não pôde seguir a tomar esta cidade — que era seu principal destino — e torceu para a passagem do Estanhado, distante do lugar do combate 18 a 20 léguas, na beira do rio Parnaíba, onde foi fornecer-se do necessário para acometer esta cidade, pois que ele tem a seu favor o Maranhão, que o supre de tudo, e a nós muita coisa nos falta. Demais o Maranhão e o mesmo Fidié têm pedido tropas a Portugal e esperam por elas até o fim de maio.

“O Maranhão está auxiliando Fidié e as suas vistas sobre esta Província deixam-se bem conhecer.

“O Ceará tem dado socorro de gente a esta Província, porém, Exmo. Sr., a maior parte ou quase toda vem desarmada.

“Nestas apertadas circunstâncias dirigimos a V. Exa. o Alferes José de Sousa Coelho de Faria, para, de viva voz, melhor informar a V. Exa., miudamente, o aperto em que se acha esta Província.

“Rogamos, portanto, a V. Exa., encarecidamente, que, sem perda de tempo, nos socorra com 600 soldados disciplinados e bem armados e com mais 400 granadeiras para armar-se alguma gente melhor que temos, a fim de fazer um grupo respeitável, para infundir alguma atenção ao inimigo e desvanecer os projetos do Maranhão e mesmo para sustentar as investidas das tropas de Portugal, quando chegarem.

“Esta Província, Exmo. Sr., é muito aberta, necessita guarnecer infinitos pontos, e como nos poderemos sustentar sem armas e alguma gente disciplinada?

“Se V. Exa. nos não socorrer tem o Piauí de derramar imenso sangue, sem fruto, porque se o inimigo chega a tomar esta cidade e os principais pontos da Província serão necessários muito tempo e um bom exército bem artilhado para o desalojar. É preciso, portanto, guarnecer esta cidade com alguma artilharia; não temos uma só peça; finalmente tudo nos falta.

“Levamos, em consequência, à consideração de V. Exa. a relação inclusa dos petrechos e munição e o mais que se

faz necessário para a defesa desta Província, para V. Exa. nos remeter o que puder.

“Deve-se voltar toda a atenção para a Província do Maranhão, pois, como já dissemos a V. Exa. é um terrível inimigo que temos à frente, por causa dos inúmeros europeus nela residentes, que se têm declarado públicos adversários da causa do Brasil; e, enquanto para o porto daquela Província não for um bloqueio suficiente para intimidar o partido europeu, jamais eles cederão de sua contumácia, e mesmo para embaraçar a exportação das riquezas do país, que, consta estarem todas na cidade do Maranhão, de onde não deixarão de exportar para Portugal.

“O Maranhão não deve estar desligado do sistema da Independência para poder ter esta província algum sossego”.

Com este officio partiu o Alferes José de Sousa Coelho de Faria, levando 72 cavalos para condução de apetrechos e de munições.

Eis a relação das praças, armamentos etc. pedidos: 600 praças de tropa disciplinada e armadas — com officiaes dobrados, pela grande falta que há deles; 1.000 granadeiras com baionetas; 3 officiaes de Artilharia com 12 officiaes inferiores e 96 soldados; 4.000 pedras de fuzil; 60.000 balas de granadeiras; 6 peças de campanha, calibre 3, com 6 jogos dianteiros; 18 bolsas de couro; 24 tirantes; 18 soquetes com lanadas; 15 saca-trapos com suxarros; 6 porta-velas; 6 caixas de espoletas; 6 jogos de agulhas; 12 facas, ou cutelos; 96 flanqueletes; 3 carros mancheios com 6 jogos dianteiros; 600 balas rasas; 600 lanternetas; 2.000 espoletas; 600 velas de misto; 2 arrobas de trança de morrão; 50 pás; 12 cabos de velas; 6 serpentinas; 2 picaretas; 2 carros para condução, com jogos dianteiros.

Deviam vir soldados boleiros — um para cada carro.

FIDIÉ NO MARANHÃO

Sumário: — Os voluntários. Instruções ao Presidente da Junta do Poti. O exército da Ibiapaba. Mandam-se dispensar os soldados desarmados. Abandona Fidié o Piauí. A conflagração do Norte. Abandona o Capitão Araújo Costa o seu posto. Emisário para Pernambuco.

A partida do Sargento-mor Inácio Francisco da Costa para o Poti e a do Alferes José de Sousa Coelho de Faria para a Bahia foram o início de uma série de atos bem dirigidos, que, em muito, atenuam a inércia anterior do Governo. É assim que, enquanto delegava ele poderes amplos à Junta criada no Poti, conferindo-lhe atribuições para, de pronto, resolver qualquer dificuldade occorrente, não esquecia a defesa interna da Província. Mostra-o a sessão de 30 de março, convocada, extraordinariamente, para fazer aumentar as forças ao mando da nova Junta e destacar um forte contingente na Parnaíba — que ficara exposta à pilhagem da tropa de Caraubearas.

Aceita a conveniência dessas duas medidas, officiou, no mesmo dia, o Governo ao Major Bernardo Antônio Saraiva determinando-lhe que seguisse imediatamente a aquartelar-se naquela vila, onde deveria arrecadar as armas que encontrasse.

Facilimo era engrossar as forças do Poti. Na falta de garantias que dominava a Província, todos os trabalhos se haviam suspendido, as fazendas e as roças ficavam em abandono. E como a guerra, com os seus lances, os seus perigos, tem formidáveis atrações, não faltavam voluntários.

Entusiasmo verdadeiro pela causa da separação não o tinham os piauienses. O piauiense não se entusiasma. Arroubos, impulsos apaixonados ele os não tem, máxime pelas idéias novas. O passado absorve-o, as tradições e a rotina o manietam. Vinha alistar-se? Vinha arrastado pelo exemplo dos cearenses que, em bandos, chegavam de além-Serra Grande.

Entusiasta era o Dr. João Cândido ao escrever, depois da luta, tratando dos dias que sucederam à batalha de Jenipapo:

"Os voluntários patriotas vinham às dezenas, arrasados pelos sentimentos, pela imitação, talvez. As próprias mulheres não ficavam indiferentes; mandavam os maridos, os filhos, os irmãos para a guerra e a fim de que levassem munições e armas vendiam as jóias, se mais nada tinham que vender. A mulher piauiense, continua ele, mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas. Foi incedível de amor pelo triunfo completo da Independência — que abraçara, desde as primeiras proclamações. De todos os pontos do sertão chegavam diariamente a Oeiras e às vilas grupos que vinham alistar-se nas fileiras da revolução. Que entusiasmo e confiança no resultado! Que loucura no ardor com que vinham para a ação, alguns, muitos, sem armas, sem a possibilidade de adquiri-las, sem bem saber o que queriam e dispostos no entanto a se deixar trucidar pelos sabres lusitanos, desde que, assim, estorvassem o passo ao seu exército!"

Fato incontestável, porém, é que tantos foram os voluntários que, em alguns dias, perto de dois mil homens tinham verificado praça. Por este motivo, determinando o Governo que o Major Bernardo Antônio Saraiva seguisse para a Parnaíba, mandou que, de sua parte, ordenasse ao comandante da Amarração, ⁽¹⁾ Major João de Andrade Pessoa, que despedisse do serviço todas as praças desarmadas.

Esta medida foi tomada no dia 30 de março. No mesmo dia tinha o Capitão Luís Rodrigues Chaves ordem para ir aquartelar-se no Poti, sob o comando do Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins.

Aproveitando a oportunidade, mandou o Governo ao aludido Tenente-Coronel as instruções por que a nova Junta devia regular os seus atos, e ordenou-lhe que, reunida a oficialidade, fizesse a respectiva instalação. As forças que estavam em Campo Maior foram, desde então, postas a seu dispor.

Deliberando criar a Junta do Poti, o Governo nomeara, logo, Comandante-Chefe do exército o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins, pretendendo cortar contestações e atritos. Mas, além dele, escolhera três Comandantes que ficaram sob a sua imediata dependência, como se vê das instruções.

1) Porto marítimo em Parnaíba. Hoje cidade e município com o nome de Luís Correia.

Ei-las:

"O Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins comandará em chefe todas as forças estacionadas da passagem de Santo Antônio para baixo e as que para ali se houver de mandar; reunidas as tropas que aqui estão a marchar se formarão de todas as forças três divisões: a 1.^a comandará o Capitão Luís Rodrigues Chaves, a 2.^a, o Capitão João da Costa Alecrim; e a 3.^a, o Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa. O Sargento-mor Francisco Inácio da Costa servirá de Major-de-Brigada, cujo emprego é distribuir o santo e a ordem, fazer sair as patrulhas e tudo o mais que é inerente a um tal emprego.

"Haverá uma comissão militar composta de um presidente, que será o Tenente-Coronel, e cinco membros tirados dos oficiais mais inteligentes e circunspectos que serão nomeados a votos de toda a oficialidade.

"Esta comissão dará todas as providências necessárias a bem da defesa desta Província e terá jurisdição sobre todas as forças que se reunirem em Campo Maior.

"Os oficiais de que se compuser a comissão não ficarão com o direito de isentar-se de qualquer outro serviço para que forem nomeados.

"Quando se dispuser o ataque, este seja feito por duas das divisões, ficando a outra de reserva e desta se expedirão patrulhas, comandadas por bons oficiais inferiores, fazendo-se listas nominais das ditas patrulhas, as quais deverão empregar-se no nosso campo, a fim de evitar-se a deserção dos soldados e aprisionar alguns dos inimigos.

"Antes de se entrar em ação com o inimigo se mandará com toda a cautela observar o seu campo por pessoas que possam dar uma exata e verdadeira informação, para, à vista dela, melhor se poder inquietar o inimigo. O ataque sempre se deverá fazer de madrugada, conforme permitirem o local do inimigo e a estação; e, para tudo se obrar com acerto, é preciso não haver acelerações. As duas divisões que ataquem devem fazê-lo pelos flancos, e, logo que o inimigo se mova, a cavalaria cortará a retaguarda do inimigo para o pôr em derrota.

"Deverão montar-se alguns soldados para formar-se um corpo de cavalaria, ao menos de cem praças.

"Sucedendo que todas as nossas forças enfraqueçam, o que não é de esperar do seu valor, o Tenente-Coronel Co-

mandante-Chefe fará dar as mais positivas ordens para que os soldados não se debandem, a fim de fazerem uma honrosa retirada, trazendo na sua retaguarda uma guarda de gente mais corajosa e na vanguarda alguns bons espias, para informar o passo que traz o inimigo e a sua força.

"Os acontecimentos e ocorrências do tempo mostrarão quais sejam outras melhores providências, de que se deva lançar mão.

"Estas Instruções poderão ser alteradas, à vista das circunstâncias que se oferecerem.

"Os dois pontos de Santo Antônio e barra do Poti nunca deverão estar totalmente desamparados; por isso, haverá, em cada um dos ditos pontos, pequenos destacamentos para participarem os movimentos que observarem de além do rio Parnaíba, assim a este Governo, como ao Tenente-Coronel Comandante da força, para se saberem as medidas que se devem tomar.

"Logo que se reunirem as tropas serão remetidos para esta cidade todos os indivíduos que se suspeitarem inimigos de nossa causa.

"Este Governo espera do zelo e patriotismo do Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins e de todos os mais oficiais que se hajam com aquela coragem e desembaraço, que tanto convém na apertada crise em que nos achamos, pois que tudo será presente a Sua Majestade Imperial. Palácio do Governo, em Oeiras, 30 de março de 1823. **Manuel de Souza Martins**, Presidente; **Joaquim de Sousa Martins**, Tenente-Coronel Governador das Armas; **Manuel Pinheiro de Miranda Osório**, Secretário; **Inácio Francisco de Araújo Costa**, **Miguel José Ferreira**, **Honorato José de Moraes Rego**".

Essas instruções não tinham seguido, ainda, porém, e já se sabia em Oeiras que o Capitão Alexandre Nery Pereira Nereu entrava em Campo Maior comandando um troço de 800 homens trazidos da Ibiapaba. Noticiava, também, esse chefe, ao Governo, que se reuniam na Serra ⁽²⁾ mais 600 índios que desceriam em breve para se bater pela Independência nesta Província.

A maioria, contudo, das forças auxiliares viera desarmada, como sucedia, quase sempre, com os reforços vindos do Ceará. E tropas militarizadas nunca, dali, tinham vindo. Desciam, sim, troços numerosos de homens, que acossados pela seca, tangidos pelos impulsos aventureiros,

2) Serra Grande.

atravessavam a Ibiapaba em procura de refrigério. Uma vez aqui, os empolgava a luta e o sertanejo da véspera transformava-se no soldado a quem se ia entregar a defesa do Império.

De que serviam, porém, assim desarmados? O Governo não podia, de pronto, obter as granadeiras de que carecia. Para que os localizar e aceitar os seus serviços?

Ficassem os que tivessem armas. E foi o que deliberou, pois mandou que, sem perda de tempo, dispensasse o Capitão Alexandre Nery todas as praças desarmadas e seguisse com as restantes para a Capela do Livramento ⁽³⁾ onde aguardaria as ordens do Presidente do Poti.

A experiência do desgraçado revés de 13 de março fora bastante para demonstrar que nenhum valor tinham multidões transformadas em exércitos, sem armas, sem disciplina e sem instrução militar.

Depois, por esse tempo, já não estava mais o Sargento-mor João José da Cunha Fidié em terras do Piauí, — o que afastava a urgência de se terem em pé de guerra numerosas forças.

Após o esplêndido triunfo conseguido sobre os brasileiros nas margens do Jenipapo, não podendo prosseguir em sua derrota ⁽⁴⁾ sobre Oeiras, dirigira-se para a povoação do Estanhado, cerca de dezoito léguas distante de Campo Maior. Esperava ganhar tempo, até receber auxílios do Maranhão que lhe facilitassem e garantissem novas e mais decisivas vitórias.

Sua permanência, ali, no entanto, longe de ser vantajosa, foi-lhe prejudicial, porque a causa da separação se alastrava fazendo prosélitos nas fileiras de suas tropas, desfalcadas, diariamente, pelas deserções dos que se iam passando para o partido adverso.

Nesse estado, sob o peso dos últimos acontecimentos, graves e imperiosos, dirigira-se ele ao comandante de Caxias, expondo a sua situação e pedindo-lhe reforços, sem os quais lhe não era possível ficar nesta Província.

Não podia, porém, ser atendido, porque a Junta governativa do Maranhão resolvera e determinara ao comandante daquela vila que, sob pretexto algum, desviasse a força do seu comando. A Câmara, contudo, alvitrou-lhe o plano de ir aquartelar-se em Caxias, de onde poderia obter, diretamente, da Junta, os socorros de que necessitava.

Vendo-se, assim, sem recursos e sob a ameaça de um ataque das torças que se reuniam nas vizinhanças — Livramento, Campo Maior e Poti, julgara Fidié terminada a sua missão nesta Província e, à tardinha

3) Na época, Livramento pertencia a Campo Maior. Hoje cidade e município de José de Freitas.

4) O mesmo que rota, caminho. Neste sentido o emprego no trecho assinalado.

de 29 de março, atravessara o rio e fora abarracar-se num sítio fronteiro à povoação.

Desde esse dia pode-se considerar o Piauí completamente emancipado do domínio de Portugal. Com a sua partida, afastavam-se, para sempre, as esperanças de abater a revolução e reconduzir estes povos à sua situação política anterior. Seria preciso aceitar a hipótese da superveniência de circunstâncias inesperadas, para se ter como possível o regresso do chefe português.

E este, parece, era o seu modo de pensar, pois de outra forma se não explica o afã com que, alguns dias depois, se prestou a levantar quartéis e ir pôr-se ao serviço da defesa de Caxias. Em qualquer outra ocasião se negaria a isso e ficaria em seu posto para não atraiçoar a confiança do seu Rei e melhor garantir os direitos de sua pátria. Agora, não; perdia toda veleidade de domínio, queria, ao menos, formar um reduto onde pudesse resistir até a vinda das tropas esperadas, e donde não fugisse o restante das suas forças, hoje que os próprios oficiais o abandonavam.

Enquanto, porém, a fuga do ex-Governador das Armas parecia firmar, definitivamente, a causa do Império, piorava a situação da Província, convulsionada desde os primeiros dias do pronunciamento de Oeiras. A falta de segurança para a propriedade e para a vida alastrava-se de Piracuruca e Campo Maior às vilas do sul e por toda parte campeava impune a turbamulta dos arruaceiros, que cresciam em perversidade à medida que se engrossavam os seus bandos. A bala e o facho incendiário eram os argumentos convencedores desses dias negros. De Campo Maior e de Valença, sobretudo, chegavam as notícias mais alarmantes de crimes perpetrados em nome da causa vencedora.

Além disso, as tropas em operação, longe de se manterem subordinadas aos chefes, obravam ao sabor dos seus impulsos, sem atenção às conveniências da sorte comum. Os cearenses, estes andavam em luta constante, aberta, ou disfarçada, com os oficiais do Piauí, disputando posições.

Como as forças se compunham de recrutas alistados ao primeiro oferecimento de serviços, ninguém se considerava sujeito à obediência passiva que rege a organização de um exército regular. Não podia, deste modo, haver unidade de ação e cada qual procurava avantajarse, pensando promover melhor a defesa dos interesses da Independência.

Havia quem projetasse ir além do Parnaíba para trazer Caxias, o Itapecuru-Mirim, o Brejo ao partido da separação. Formavam-se os projetos mais grandiosos. Ameaçava-se a própria capital vizinha. E nesse eterno abrolhar de planos, era com dificuldade que o Governo mantinha os contingentes em seus respectivos postos.

Apesar disso, não causou pequena surpresa em Oeiras (1.º de abril), o ofício em que o Tenente-Coronel Francisco Manuel de Araújo Costa

participou ter abandonado seu posto no Poti, e marchado a fazer quartéis em S. Gonçalo.

Que motivo poderia ter para deixar aquele ponto importante por sua situação nas proximidades do acampamento inimigo e vir para outro nem ao menos ameaçado? Não o puderam descobrir os membros da Junta, mas o fato ficava como uma prova segura da indisciplina das tropas que defendiam a segurança da Província. E para se ver quanto abalado andava o Governo na consciência da sua autoridade, basta dizer que não teve a energia necessária para reprimir o abuso. Limitou-se a censurar aquele procedimento e a ordenar ao Tenente-Coronel Araújo Costa que regressasse para o Poti.

Tão graves e urgentes eram as circunstâncias que a Junta, sentindo que, de repente, podiam as tropas abandoná-la e se tornarem perigo de maior conflagração, tratou de obter reforços de outras províncias. Já, e para esse fim, se mandara à Bahia o Alferes José de Sousa Coelho de Faria: despachou, então, com destino a Pernambuco, o Tenente Francisco Xavier Moreira de Carvalho, oficiando ao Governador das Armas dali pedindo um batalhão de primeira linha com o respectivo armamento e oficiais, 500 granadeiras, 6 peças calibres 3 e 6, alguns artilheiros, munições e oficiais da mesma arma. Tudo isto deveria ser mandado para o Ceará, de modo que fosse entregue aos caboclos piauienses na Granja. (5)

E como ainda não fosse considerado bastante, pediu à administração de Pernambuco que intervisse obtendo novos auxílios do Governo da Paraíba.

Mas, procurando amparar-nos de recursos militares, não esqueceu a Junta, desta vez, a situação da Província, mais solícita, hoje, em dividir a atenção por todos os pontos que lhe chamavam as vistas. Eis o tópico de um ofício que descreve ligeiramente as condições do Piauí:

“Não eram debalde as recomendações deste Governo para que as autoridades constituídas, com a sua mal entendida aversão aos europeus, não abrissem o exemplo que se não

5) “Estes socorros vieram a 1.º de agosto, no mesmo dia em que se dava a capitulação de Caxias. Trouxe-os a escuna de guerra **Moria Francisca**. Vieram, além dos oficiais, cinco soldados artilheiros, dois cabos, um tambor, dois cadetes. As peças eram 3, uma de bronze, calibre 6, nova, duas calibre 3, velhas. Vieram ainda 40 barris de pólvora.

O armamento e apetrechos importaram em 5:818\$960.

Eis a relação dos oficiais: Artilharia: 1.º Tenente Joaquim César de Melo Padilha; 1.º Sargento Antônio José de Lira e Melo; 2.ºs Sargentos: José Felício do Rosário, Manuel Pereira Barbosa, João, Francisco; 1.º de Caçadores: Tenentes Francisco José dos Passos e Francisco de Paula; Alferes Joaquim Antônio Xavier Júnior, 2.º Sargento Hermano Pessoa Monte Negro; 2.º de Caçadores: Tenente João Vicente de Barros; 2.º Sargento Manuel Inácio de Barros; 13 de Milícias — Tenentes Francisco de Paula Sales e Antônio Teixeira Brasil; Ajudante Estolano José das Neves.” (Nota do Autor).

desenfreessem os povos; porém a inconsideração prevaleceu sempre à boa razão e à cega obediência devida a este mesmo Governo. Finalmente, está gerada a anarquia nesta desgraçada Província. Os roubos, os assassinios e toda espécie de crueldade que envergonham a humanidade têm-se posto em prática. Breve passarão de europeus a brasileiros, contanto que tenham bens para saciar a cobiça dos ladrões e seja a Independência manchada com o vil labéu de pirataria.

"Triste fatalidade! Se se há de cuidar em exterminar da Província o inimigo da santa causa, trata-se, somente, de matar e roubar. Valença, Marvão e Crateús padecem o mesmo mal. Onde procede isto? Dos administradores da Junta que não fazem seu dever. Porém, de hoje em diante, o Governo tomará outra atitude e não cessará de mandar prender e até matar quanto ladrão e assassino aparecer".

A simples observação dos pontos flagelados pela anarquia, — os limítrofes com o Ceará, ou em que haviam estacionado tropas de além-Serra Grande, é suficiente para fazer acreditar que os cearenses não eram estranhos aos tristes fatos que se desenrolavam.

Para Valença, Crateús e Campo Maior, com efeito, tinham, até então, convergido as mais numerosas correntes de forças auxiliares, — não devendo ficar no olvido Piracuruca, saqueada, posta a ferro e a fogo e depois deixada em abandono, quando a aproximação do inimigo ia pôr em prova a coragem e o patriotismo das forças que a ocupavam.

As autoridades, sobre as quais o Governo lançou a maior culpa tornando-as responsáveis pelos acontecimentos, essas, em rigor, nada podiam fazer. Vicente Bezerra, em Campo Maior, e o ourives Domingos Dias Jardim, em Valença, cabeças de malta, tinham o arrojo consciente da impunidade, sabendo-se fortes à frente do seu cortejo de assassinos. Vinham, sem precauções e sem receios, às vilas, cobravam tributos, cometiam novos crimes, impondo-se pelo terror, dominando pelo bacamarte.

Disto mesmo foi informada a Junta. E, então, mais bem orientada, ordenou ao Capitão Romano José Vieira que partisse, sem demora, para Valença, prendesse a Jardim e o trouxesse a Oeiras, no prazo máximo de seis dias. Estando o Tenente Simplício José da Silva de viagem para Campo Maior, determinou-lhe, também, que "sem contemplação pusesse termo aos roubos, violências e assassinios, para o que mandaria prender e até matar os autores de tais crueldades, não se esquecendo do grande ladrão Vicente Bezerra, cuja casa deveria ser saqueada para se lhe tomar todos os roubos que tinha feito".

ALÉM DO PARNAÍBA

Sumário: — Sabe-se que foi proclamada a Independência em Caxias. Representação dos fazendeiros à Junta governativa. A conflagração em Campo Maior e Valença. Segue o Ouvidor interino para Valença. Desobediência de Raimundo de Sousa Martins. O Exército Auxiliador. Uma tentativa de Fidié. Combate de São Pedro. Proclamação da Independência em S. José dos Matões (1). Novos planos.

A atividade da Junta era, agora, muito complexa, visando ao restabelecimento da ordem, à aquisição de armas, à vinda de oficiais, à regulamentação da defesa na margem direita do Parnaíba. Pedira, ultimamente, socorros a Pernambuco, encarregando o Governador das Armas, ali, de obter, da Paraíba mais alguns recursos. Não aguardou, porém, o resultado. Dirigiu-se diretamente a esta última Província, a fim de apressar a remessa dos que tivessem de vir.

Coincidiu com a partida do emissário levando este ofício, a chegada a Oeiras de dois desertores portugueses, com uma carta do Sargento Felizardo Campelo da Fonseca, em que noticiava à Junta a passagem de Fidié para o Maranhão, na tarde do dia 29 de março.

Seria um plano de guerra, um expediente para desviar a atenção pública? A fim de se averiguar foram conduzidos os desertores à presença do brigadeiro. (2) Nada, porém, adiantaram.

Neste ínterim (9 de abril) chegaram cartas a Oeiras noticiando a proclamação da Independência em Caxias.

Notícia mais alvissareira não podia esperar-se. Foi imenso o regozijo que ela acordou. Toda a cidade se pôs em festas, esquecida dos pesares de ontem.

A adesão da importante e populosa vila à causa do Império, arrastando a morte das derradeiras esperanças de Fidié, anunciava para breve a extinção do domínio lusitano naquela Província. Aonde iria ter o Sar-

1) Na época, distrito de Caxias (Maranhão).

2) Manuel de Sousa Martins, em Oeiras.

gento-mor? Mas permitindo Caxias, por sua posição e recursos, centralizar numerosas forças, estas logo atacariam com vantagem o Itapecuru, e não somente esta vila — atacariam o Brejo. E, proclamada a independência em Caxias, no Itapecuru e no Brejo, a adesão da capital ficaria sendo questão de dias. Mais. A vila, que estava em grande florescimento, forneceria sem dificuldade as munções que escasseavam no exército.

Levada por semelhantes considerações, determinou a Junta que o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins mandasse investigar se Fidié seguira para Caxias e se era certo que ali se tinha proclamado a Independência. Sendo verdade, remeteria ao Comandante da força o seguinte ofício:

"Ontem apareceu aqui a notícia de que os honrados habitantes desse território, convencidos da justiça com que o Brasil pugna por sua emancipação, haviam unido seus destinos ao de todo o continente, proclamando a Independência, aclamando Imperador a S. A. R. o Príncipe D. Pedro. E não obstante a falta de confirmações da veracidade de tão gostosa notícia, bastou simplesmente o seu anúncio para encher toda esta cidade da maior alegria, não sendo pequena a satisfação deste Governo.

"São pois nossos desejos e mesmo é nossa obrigação, uma vez adotada aí a causa do Brasil, continuar as antigas relações entre essa e esta Província; por isso dirigimo-nos a V. S. felicitando-o pela acertada deliberação desses povos e oferecendo-nos para concorrer com quanto estiver nos limites de nossa autoridade em auxílio de V. S. e muito estimáramos nos procurasse as provas deste nosso ingênuo oferecimento.

"Nesta ocasião ordenamos ao Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins, Comandante-em-Chefe das tropas estacionadas em diferentes pontos de aquém do rio Parnaíba, para se prestar às requisições que lhe forem feitas pelas autoridades de Caxias, a favor da causa do Brasil, e a ele poderá V. S. encaminhar-se sobre qualquer precisão que tiverem."

Atendendo, entretanto, ao que ocorria na Província de além-Parnaíba, não se descuidava o Governo da melindrosa situação do Piauí, cada vez mais grave.

Até então haviam os criadores deixado de fazer a exportação dos seus gados para o Maranhão, em obediência às determinações da Junta. Com a falta de carne, subira, porém, o seu preço, alcançando uma cotação nunca presenciada antes. Pagavam-se os bois pelo quádruplo do seu valor ordinário.

Quer chegasse isto ao conhecimento dos fazendeiros, quer pretendessem fugir às constantes extorsões, o certo é que representaram à Junta pedindo permissão para recomeçar o comércio interrompido. O requerimento veio, na mesma ocasião, de Parnaguá e da Parnaíba, por intermédio das respectivas Câmaras.

Como deferi-lo, porém, se, mais do que nunca, se deviam negar recursos de qualquer natureza à Província do oeste? Sabiam, por outro lado, os membrós da Junta que, aquiescendo, ou não, a exportação seria feita, ferindo-se com isto, embora, os interesses comuns. Mas, desejosos de tomar uma medida, oficiaram às duas Câmaras pedindo que expusessem aos peticionários os inconvenientes da exportação, prejudicialíssima aos interesses da causa por que todos se batiam. O Maranhão armava-se no intuito manifesto de romper a neutralidade anterior: como supri-lo de um gênero cuja falta arrastaria o povo aos últimos extremos? Precísávamos tê-lo preso por essa dependência, pelo menos até que se confirmasse a notícia do pronunciamento de Caxias. Era quase certo, todavia, que os criadores, sem pesar essas razões, recomeçariam a venda do gado.

Por outro lado, cresciam os embaraços da situação com o aumento das criminosas tropelias. Nada pudera fazer o Tenente Simplício José da Silva, em Campo Maior, e, afinal, abandonara a vila e fora para a Capela do Livramento no intuito de ocupar o Estanhado. O capitão Alexandre Nery que ali ficara, não tinha autoridade para se fazer obedecido dos seus homens, que, empolgados pouco a pouco, o iam abandonando e reunindo-se aos desordeiros. Seiscentos índios descidos da Serra Grande tinham deixado o quartel, depois de alguns dias e se espalhado pelos arredores em sangrentas depredações, exterminando o que escapara à fúria da soldadesca portuguesa e à ganância e perversidade de Vicente Bezerra.

Este, como sempre, fazia garbo da insolente impunidade, indiferente às ordens terminantes que, não o ignorava, havia a seu respeito. Os próprios índios estariam a seu lado para o defender, se as forças legais quisessem tornar efetiva a sua prisão. E quem havia de tomá-la? O Tenente Simplício? Este tratou de garantir a sua segurança abandonando a vila.

E não somente em Campo Maior piorava a situação. O Capitão Romano José Vieira nada fizera, apesar da força de que se acompanhara. Nada podia contra os fatos que diariamente ensangüentavam as ruas da vila. E logo que isto mesmo conheceu, não teve mais o ourives Jardim qualquer escrúpulo, levou ao último requinte a crueldade na perpetração dos crimes. Sua audácia era sem limites. Já não matava para roubar, matava por uma alucinação criminosa, por uma necessidade violenta de sangue, pelo prazer de assistir às dores, às contorsões, à angústia de suas vítimas. Assassina-as aos poucos, a fim de, por mais tempo, estender o pavoroso espetáculo.

O bacamarte, muito pronto em seus efeitos, fora substituído pela faca e pelos chucos...

O próprio Comandante da força, Capitão Romano Vieira, foi quem se encarregou de levar a notícia desses fatos ao conhecimento da Junta governativa, quando esta esperava que aquele oficial tivesse restabelecido a ordem em Valença!

Impunha-se uma providência imediata e o Governo a tomou, reunindo-se em sessão extraordinária e deliberando mandar ali o Ouvidor interino, da comarca, Dr. Bernardino José de Melo, para devassar dos crimes e prender, sem contemplação, os criminosos. Como medida complementar, e a fim de poder a autoridade comissária fazer efetivas as suas decisões, mandou partir para a mesma localidade o Alferes Joaquim José de Santana, conduzindo dezesseis praças, que deveriam prestar ao ouvidor todo o auxílio material de que viesse a carecer.

E as ordens que passou eram terminantes no sentido de, por uma vez, implantar na vila o regime da ordem: o ourives criminoso, ou preso, ou morto, devia sair de Valença.

Tudo, entretanto, parecia concorrer para estorvar os bons desejos e a ação da Junta, agora que, seriamente, procurava reparar a falta de orientação manifestada antes. Todos os seus esforços iam chocar-se contra a indisciplina e impotência dos seus subordinados.

Assim foi que, tomando providências que restabelecessem a ordem e garantissem a vida e a propriedade dos indivíduos, ignorava que, até então (13 de abril), não fora constituída a Junta do Poti, — em que se fundavam as melhores esperanças. O Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins continuava no Porto de S. Gonçalo a viver uma existência ociosa, fazendo planos, ideando projetos para infligir aos esperados exércitos maranhenses a mais terrível derrota. Sabia que Fidié abandonara o Estanhado: não lhe ocorrera, porém, que poderia voltar de Caxias com o seu trem de guerra reconstituído e marchar para o Mocha sem que fosse pressentido em S. Gonçalo. Ainda mais. Recebera o ofício de seu parente o Brigadeiro Martins determinando-lhe que fosse para o Poti, convocasse os oficiais, constituísse a Junta e assumisse a sua presidência: não se movera.

Pelo contrário: sem atender às ordens recebidas e aos inconvenientes de semelhante aventura, pretendia atravessar o Parnaíba e marchar a bater os caxienses. Vão desejo de glória, esse, que sacrificaria, ou, pelo menos, retardaria o término da luta; se o não efetuou foi porque teve a lembrança de manifestá-lo ao Governo, consultando sobre a sua execução.

Por esse ofício deu, implicitamente, a conhecer sua estada no antigo posto, quando se pensava que estivesse à frente das tropas do Poti, organizando a Junta recentemente criada.

Motivo para desânimo havia e sério nessa desobediência que se tornava mais grave por vir de um chefe sobre o qual pesava toda a responsabilidade dos futuros triunfos. Mas o Governo, sem dar a perceber o íntimo desgosto e o eclipse passageiro da sua confiança, limitou-se a estranhar aquela permanência em S. Gonçalo, acrescentando:

“Se a causa que estamos defendendo não fosse tão justa que Deus nos socorre, já tudo estaria perdido, porque o movimento de nossas tropas tem sido a favor do inimigo.

“A falta de V. S. em qualquer daqueles pontos não pode deixar de ser de muito transtorno, porque as tropas que daqui marcharam, não achando chefes que lhes dêem ordem e destino, ficam à revelia e, em vez de serem úteis, tratarão de fazer distúrbios e desordens. E quem deve ser por isto responsável? De certo que V. S., sujeitando-se assim a ter de responder muito estritamente.”

Na mesma ocasião participou-lhe que o Tenente Simplicio José da Silva abandonara Campo Maior com os seus homens e se dirigira para o Livramento.

Com estes fatos, entretanto, coincidiu a chegada de um ofício do Governador das Armas cearenses, José Pereira Filgueiras, participando estar à frente de um poderoso exército, maior de dois mil homens, com o qual vinha em socorro do Piauí.

Era o auxílio anunciado desde muito tempo e com o qual se contava para restabelecer, definitivamente, a ordem na Província.

Forças, já o tenho dito, essas tinham vindo, diariamente, do Ceará. E todos os dias era comunicada a vinda de novos contingentes, que se iam espalhando em Campo Maior, na margem direita do Parnaíba e em Valença. Mas, nenhuma confiança, temos visto, podiam merecer, pela desinteligência que lhes separava os chefes, pela insubordinação e pelo espírito amotinador de que davam constantes e irrecusáveis provas.

Agora, não; parecia que outras e muito diversas seriam as condições das tropas que iam chegar, sob o comando da mais alta autoridade militar da Província. E um grande corpo, como esse, disciplinado e consistente, portador de poderosos elementos de luta, era, inquestionavelmente, a própria salvação do Piauí — mergulhado, até então, numa noite de crimes e desesperos. Seria, sem dúvida, um instrumento de triunfo para vencer no Maranhão as últimas resistências, ferindo a tirania de Portugal em seus derradeiros redutos e trazendo para o Império uma das suas mais prósperas e ricas regiões.

Que a Junta governativa sonhava, por esse tempo já, a glória de levar a expansão vitoriosa dos novos ideais além das fronteiras do Oeste. Enquanto a bandeira do Brasil não tremulasse vencedora e misericordiosa

acobertando os destinos dos nossos irmãos de além-Parnaíba, seriam negros e duvidosos os destinos piauienses.

Tão alvissareira era, por isto, a nova, que a Junta se deixou iludir, toda arrastada para a grande esperança dessa vinda de forças, que seriam, talvez, mais numerosas, em breve, pelas tropas aguardadas da Paraíba, Bahia e Pernambuco. Fidié se fora para além do rio. O Piauí repousaria dos recontros da véspera, não fossem as correrias criminosas que, sob o pretexto de perseguição aos portugueses, enlutavam o Norte. E, assim, o exército cearense não era só a providência reorganizadora da ordem alterada, era o instrumento de novos planos, mais largos e mais audaciosos.

Tão agradável impressão causou, nestas condições, a sua vinda, que, respondendo seu ofício dizia a Junta a Filgueiras, no sincero transporte dos que se sentem amparados depois de um perigo:

"Foram já bastantes as nossas aflições porque consideramos o Piauí quase chegado ao último apuro. As tropas, umas se debandaram, outras vinham a passos lentos, outras não conservavam a boa ordem e subordinação, a maior parte desarmadas, a Província sem armamento por estar todo em poder do inimigo; a desenvoltura reinava, os chefes não se achavam em circunstância de a evitar; o inimigo ganhava coragem; a notícia de sua marcha sobre esta cidade era certa; as pequenas forças que tínhamos reunidas estavam espalhadas pela margem do rio Parnaíba; tudo nos augurava haver chegado o momento fatal da inevitável perda desta Província.

"Quando lutávamos com estas terríveis idéias, chegou-nos a notícia do combate de 13 de março, em Campo Maior, onde as nossas tropas mostraram incrível coragem, porém a disforme desigualdade do armamento deu vantagem ao inimigo; a mortalidade foi grande de parte a parte; o inimigo ficou, sempre, senhor do campo e a nossa gente se debandou e, dispersa, se encaminhou uma parte para esta cidade.

"Tivemos, então, como infalível a entrada de Fidié nesta capital e preparamo-nos a pôr-nos a salvo com os cofres da nação para a vila do Crato; mas, quando disto tratávamos, chegou a notícia de que aquele malvado havia dirigido seus passos para o porto do Estanhado..."

Esse documento é interessantíssimo, como expressão de terrores que desapareceram tangidos pela visão embriagadora dos novos planos. Sente-se aí a confissão verdadeira das sérias apreensões que feriram o Governo após os lutulentos sucessos do Jenipapo. Elas palpitam, ainda, vivas e fortes, ao lado da cega confiança com que se encarava, agora, o êxito da luta.

E parecia que os sucessos abençoavam o destino das armas brasileiras, depois do tremendo revés de 13 de março, arrastando-as para mais prometedores triunfos e mais gloriosos fins. Fidié abandonara o Piauí, e devia esperar-se que não mais voltaria. Longe das ameaças de sua permanência no Estanhado, remoçavam na Província as energias.

Convinha, entretanto, não se deixar embalar de sonhos muito belos, mas ainda sonhos. Era urgente fazer a ocupação do posto abandonado para, de uma vez, impedir a tentativa de qualquer incursão aquém do Parnaíba...

Neste fim resolvera seguir, independente de determinação do Governo, o Tenente Simplício José da Silva. Nada conseguira, como vimos, em Campo Maior, onde sua permanência, sobre ser inútil, era arriscada. Compreendera que serviria, assim, melhor, à causa do Império, e marchou, conhecendo, embora, os grandes perigos a que se aventurava.

Fidié, no entanto, mantinha espiões que lhe informaram o rumo da força brasileira e a sua determinação. Conheceu que era tempo de aceitar o convite da câmara de Caxias e abandonar, para sempre, as suas pretensões sobre esta Província (*).

Antes de o fazer, porém, quis tentar, ainda, alguma coisa. Mandou apenas 100 homens para Caxias, sob o comando do Capitão Raimundo Pereira da Silva e preparou-se para uma expedição mais séria. Estava sem munições e sem gado. Tinha-se reduzido o número dos seus homens. Não recebera os socorros que pedira. Quis, contudo, permanecer mais algumas semanas em seu posto à margem do rio, preso à idéia de que lhe chegariam os reforços esperados.

(*) Tem interesse o ofício da Câmara. Ei-lo:

"Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor.

"O conhecimento que tem esta Câmara constitucional do quanto V. Exa. se interessa na defesa daquelas províncias que prestaram juramento à sagrada Constituição da Monarquia Portuguesa, faz com que rogue a V. Exa. queira vir tomar quartéis de inverno nesta vila e nela se demorar para segurança da mesma todo o tempo que vir é necessário e até mesmo que lhe cheguem aquelas providências que já se pediram e vão pedir-se ao Excelentíssimo Governo do Maranhão, para onde amanhã volta a tropa de linha que aqui se acha estacionada, por se fazer suspeita no dia 31 do mês passado pela falta de subordinação que praticou na marcha para que foi detalhada e que não quis fazer, incumbindo ao Vereador desta Câmara Capitão Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel, que de tudo bucalmente informe a V. Exa.

"Esta Câmara, conhecendo o caráter brioso de V. Exa., não duvida que V. Exa. se prestará com toda a brevidade a este pedido que tão necessário é para manter a boa ordem nesta vila e segurança de toda a Província, com o que V. Exa. fará grande serviço a El-Rei constitucional e a toda a nação. Deus guarde a V. Exa. muitos anos. Câmara, em sessão de 3 de abril de 1823. Ilmo. Exmo. Sr. João José da Cunha Fidié, Governador das Armas do Piauí. Luís Manuel Soares, Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel, Joaquim Alves Costa, Luís Manuel de Mesquita, Feliciano Estêvão da Costa."

(Este ofício vem no Livro n.º 2 de Registro de Ofícios da Câmara de Caxias, fol. 20.)

Permitir que os brasileiros armassem quartéis no Estanhado, era abrir mão das derradeiras esperanças de haver o gado de que carecia para custeio das tropas. Depois, não desconhecia o ex-Governador das Armas a importância do cordão defensivo desdobrado do Poti a Bom Jardim. Os postos militares eram bastante próximos para uma junção rápida. Engrossada a força do novo quartel, reunidos os postos do Poti, Queimadas, Santo Antônio e S. Gonçalo, podia ele ficar com a retirada para Caxias cortada e ser, mesmo, envolvido. E sua derrota seria, então, fatal.

Tentou, por isto, ainda uma vez, a sorte. Escolheu de seus soldados os mais valentes. Entregou-lhes o resto das munições para o caso de um encontro com o inimigo e mandou-os buscar o maior número de bois que pudessem conseguir. Se os trouxessem, ficariam por mais algumas semanas na ansiosa expectativa dos socorros esperados. Se a sorte lhes fosse adversa, iriam, sem mais tardança, organizar a defesa de Caxias, — último reduto e esperança longínqua nessa fuga diante da marcha conquistadora dos ideais emancipacionistas.

Seguiu a força, com efeito, e obrigou o fazendeiro Francisco Gil Castelo Branco ⁽³⁾ a entregar-lhe 109 bois. Cercou-se, em seguida, de máximas precauções para o regresso e voltava quando, na fazenda S. Pedro (10 de abril), foi alcançada pela tropa do Tenente Simplício

Tomada de surpresa, abandonou a gente de Fidié o gado e tentou uma fraca resistência, pondo-se, no entanto, logo depois, em fuga e perdendo 19 homens — 12 mortos na refrega, 3 feridos e 4 prisioneiros.

Tão desconfiados viviam os nossos que, apesar do triunfo, não cogitou o comandante de mandar perseguir os fugitivos. Pelo contrário. Receoso de uma cilada, ou das conseqüências de um outro ataque dos portugueses, espalhou guerrilhas pelas estradas convergentes para o quartel que improvisou, mesmo na fazenda, e escreveu ao Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins, que ele supunha no Poti, solicitando reforços urgentes.

Não podiam vir e não vieram esses socorros, porque Sousa Martins continuava em S. Gonçalo e a Junta Comissária não fora ainda instalada.

Não os recebendo, porém, e nenhuma notícia chegando da presença do inimigo nas proximidades, mandou o Comandante um espião ao Estanhado e soube que Fidié levantara o acampamento.

Para onde? Não quiseram saber os soldados do Tenente Simplício, deixaram a fazenda e foram ocupar a povoação de que tomaram posse sem sombra de resistência.

O chefe português não quisera arriscar-se a permanecer por mais tempo fora de Caxias. Temera que os brasileiros, estimulados pelo triunfo conseguido, tentassem novo e mais decisivo recontro. Depois, a falta de carne se tornava cada vez maior e não havia meio de supri-la.

Preparara-se, portanto, para seguir e mandara, logo, uma vanguarda de perto de 300 praças que chegaram à vila sob o comando do Capitão de milícias Raimundo Ferreira da Silva. O restante da força, acompanhada pelo Sargento-mor, entrou em Caxias a 17 de abril e foi imediatamente acuartelar-se no morro das Tabocas, ⁽⁴⁾ pondo-o em estado de defesa.

Tive, porém, ocasião de escrever que os destinos de nossas armas iam sendo, agora, abençoados pelos constantes triunfos. Vimos o insucesso da expedição portuguesa batida e posta em debandada pelo Tenente Simplício, na fazenda S. Pedro. Outra vitória e esplêndida fora alcançada.

Os piauienses à margem do Parnaíba mal se submetiam, já, ao papel de testemunhas passivas dos acontecimentos que se estavam desenrolando. Impacientavam-se com a monotonia da existência passada fora do teatro da guerra, na expectativa de adversários que jamais apareciam, impalpáveis como sombras. Queriam a sua cota de sangue, para mais depressa auferir o ambicionado quinhão de glórias.

Receberam, nestas condições, com entusiasmo sincero, a permissão que mandou o Governo (12 de abril) ao Comandante da Manga — Matias de Sousa Rabelo, ao de Uruçuí, ⁽⁵⁾ — Francisco José de Sousa, e ao de Jerumenha — Capitão-mor João Gomes Caminha, para prestarem socorro a quem o pedisse do Maranhão com o fim de proclamar a Independência. E, sob o falso pretexto de que tinha sido solicitado, determinara, logo, o primeiro daqueles Comandantes a um troço de seus soldados que atravessassem o rio até ao arraial de S. José dos Matões, onde aclamariam o Imperador — o que eles fizeram, obtendo êxito absoluto.

Animados pela vitória, cogitaram, então, Matias de Sousa Rabelo, os Capitães Inácio Xavier da Câmara e José Dias de Matos e o Tenente José Dias Ferreira de empresa mais séria e mais arrojada. Sabiam que o Major Francisco Paula Ribeiro, Comandante de Pastos Bons, pretendia atacar a vila de Jerumenha e formaram o plano de correr ao seu encontro.

Era arriscado. Divulgara-se a notícia de que o Major Paula dispunha de forças numerosas, bem armadas, bem municadas e aguerridas. Convinha ser prudente e assim, informada, o entendeu a Junta, mandando ao Capitão-mor João Gomes Caminha que seguisse para a Manga e conferenciasse detidamente com aqueles oficiais, fazendo ver os inconvenientes e os riscos do plano, que, aliás, poderia ser realizado em breve, apenas chegassem os reforços de Parnaguá, Pernambuco e Bahia.

4) Em Caxias. Batizado por Gonçalves Dias como Morro do Alecrim.

5) Localidade piauiense próxima ao barranco do rio Parnaíba. Hoje cidade e município.

3) Proprietário da fazenda Boa Esperança, depois Livramento, finalmente cidade e município de José de Freitas.

NOVO RUMO DA LUTA

Sumário: — Situação do Maranhão. Deportação do Brigadeiro Palmeirim. Acontecimentos de 5 de abril. Situação de Caxias. Um documento inédito. Organização e instalação da Junta Comissária do Poti. Primeiros atos. O combate de S. José e as suas consequências. Planos de Fidié. Planos do Governo piauiense.

A influência dos sucessos do Piauí sobre o Maranhão era cada vez mais sensível. A Junta do Governo, incitada pelo **Conciliador**, era a primeira a provocar a exaltação dos ânimos pelo rigor das constantes medidas repressivas. Sonhavam-se conspirações escondidas no subsolo dos mais importantes pontos da Província. Traziam-se em vigilância as mais salientes figuras da capital. Mantinham-se todas as tropas de prontidão. E como os perigos se avolumavam com os avanços da causa da Independência, a Junta deixava sem resposta os ofícios de Fidié, receosa de ver em risco a segurança da cidade, desde que lhe mandasse os reforços pedidos.

Apesar das suas providências, contudo, as vizinhanças do Itapecuru-Mirim foram bem depressa devastadas pelos arruaceiros que, se não se aventuravam a um ataque sério às forças portuguesas, punham em alarma a inerme população. Temia-se, mesmo, que eles promovessem um levante geral na escravatura dos arredores.

A situação piorava, assim, e vendo a Junta o maior perigo na capital, resolveu tentar um recurso extremo. Deportaria todas as pessoas suspeitas. Afastaria os futuros chefes do movimento em favor do Império. E a causa dos portugueses ficaria, deste modo, amparada.

Cogitava, porém, de um pretexto e encontrou-o. Eis como se manifestou o Dr. Vieira da Silva:

“Receosos os portugueses, escreve ele, de que, dentro mesmo da capital os amigos da Independência não ousassem proclamá-la, apenas se lhes apresentasse ocasião propícia, com-

binaram entre si prevenir este acontecimento dando um golpe decisivo, em virtude do qual fossem deportadas, para fora da Província, algumas das principais pessoas reconhecidamente afeiçoadas ao Brasil, e que, pela sua importância e influência convinha, sob qualquer pretexto, arredar, ou inutilizar por suspeitas.

“O dia 5 de abril foi o escolhido para a realização deste plano. Pelas nove horas da noite, o Governador das Armas, Marechal Farias, foi avisado por parte do Major-Comandante da tropa expedicionária do Pará de que havia uma conspiração para deposição dos governos e proclamação da Independência, precedidas de prisões e morticínios. Esta suspeita lhe veio pela falta que notara de dois soldados de seu corpo, que necessariamente teriam sido escolhidos para instrumento da conspiração.

“O Governador das Armas, ou porque estivesse de boa-fé e não entrasse no trama, ou para melhor dissimular a sua cumplicidade, recebendo esta denúncia, não consentiu que se tocasse a rebate naquela ocasião e ordenou que, por intermédio dos Comandantes dos Corpos de 1.^a e 2.^a Linha, fossem avisados os soldados por oficiais inferiores.

“A Junta Provisória reuniu-se, imediatamente, e constituiu-se em sessão permanente que durou até às três horas da tarde do dia seguinte. Às nove e meia já o quartel estava em estado de defesa regular e os milicianos, talvez de antemão preparados para o golpe que se planeava, apresentaram-se armados e passaram logo a ocupar vários pontos da cidade. O corpo de cavalaria franca reforçou as rondas.

“Apesar das cautelas do Governador das Armas o alarma foi geral e ainda cidadãos que não tinham praça correram armados para o quartel e para o Palácio do Governo a apresentarem-se.

“Depois de mil conjecturas dos que ainda acreditavam de boa-fé na existência da conspiração, efetuou-se às duas horas da madrugada, pelas diligências a que o Governo mandou proceder, a prisão de um quitandeiro que se dizia iniciado no trama da conspiração e depositário de objetos que o comprovavam. Conduzido à presença dos governos reunidos, e interrogado perante o Ouvidor do Crime e Intendente de Polícia, que também havia sido convocado com os seus respectivos oficiais, o depoimento deste homem, comprado, ou ex-

torquido pelas ameaças, foi suficiente para que se julgasse provada a conspiração.

"A tropa, então, protestou não largar as armas sem que fossem presos os conspiradores e perturbadores do sossego público, e, em altas vozes, exigia do Governo as providências que as circunstâncias melindrosas da Província aconselhavam e pediam do seu patriotismo a adesão às Cortes. Entretanto, por mais que se procurasse obter outras provas que tornassem indubitável a existência da conspiração nada mais se pôde colher. De há muito, porém, que a prevenção dos partidistas da metrópole recaía sobre certas e determinadas pessoas, contra as quais se dirigiam todos esses manejos e que não podiam escapar a premeditada perseguição deixando de ser imoladas ao ódio e ao cinismo dos fatores de tais motins.

"Para consegui-lo, o Governo, aquiescendo aos desejos de seus partidistas, invadidas as salas de Palácio pelos milicianos, teve de ceder, senão à convicção pelo menos a uma pretendida coação.

"O Ouvidor do Crime expôs à tropa o resultado das investigações judiciais a que procedera, e, da parte da Junta Provisória, convidou os soldados de 1.^a e 2.^a Linha para que indicassem os nomes das pessoas contra as quais a segurança pública ameaçada exigia que se procedesse, como facciosas cabeças do partido oposto à sagrada causa da Constituição e à união do Brasil com Portugal. Os oficiais e os soldados então declararam que, pelo que tinham ouvido naquela noite ao preso José Gabriel do Amaral e à sua mulher Francisca Raimunda da Piedade, e dissera o Tenente-Coronel de Artilharia Ricardo José Coelho, assim como do que constava da denúncia dada por um soldado da tropa expedicionária do Pará ao seu Comandante, era manifesto, havia-se traçado uma revolução contra as autoridades constituídas e sistema adotado na Província, promovida pelo Inspetor-Geral das tropas, Manuel José Xavier Palmeirim, cuja prisão requisitavam já que a Junta não havia tomado a resolução de mandá-la efetuar, quando tinha tão cabal conhecimento destes fatos. Foram também indigitados como cúmplices desta revolução e projeto de assassinato dos membros do Governo e de vários outros cidadãos, segundo uma lista que se diz ter sido encontrada em casa do dito quitandeiro, o Comendador Honorato José Teixeira, os Brigadeiros Manuel Antônio Falcão e Paulo José da Silva Gama, o Cônego Constantino Gomes de Castro e Bernardo Pereira de Berredo."

A tropa continuou em atitude hostil e só depôs as armas quando viu passar preso o Brigadeiro Palmeirim e embarcar na galera **Fama** que devia conduzi-lo a Lisboa. As demais prisões fizeram-se no mesmo dia.

Se esta, porém, era a situação da capital, menos aflitiva não era a de Caxias. A força comandada pelo Coronel Manuel de Sousa Pinto de Magalhães mostrava-se predisposta em favor dos brasileiros e dera, disso, provas evidentes, no dia 31 de março, negando-se a marchar contra os independentes do arraial de S. José dos Matões.

Eis como um documento oficial narra os fatos:

"Constando nesta vila, diz para a Junta do Maranhão a Câmara de Caxias, que no lugar de S. José havia entrado numa facção e proclamado a Independência e obediência ao Príncipe Real e Senhor D. Pedro de Alcântara, reconhecendo-o por Imperador e obrigando para esse fim aos habitantes daquela povoação a assinarem, confiou esta Câmara de que tanto as autoridades policitivas como o Comandante da força armada, dessem todas as providências para que, rebatendo-se a mesma facção, se entrasse no conhecimento dos indivíduos que se haviam arrojado a um tal crime; foi essa a causa porque imediatamente não deu parte desta novidade, porque esperava que, acalmada e rebatida aquela arrogância, pudesse, então, com mais veracidade levar esta Câmara o resultado à presença de V. Exa. O contrário, porém, Excelentíssimo Senhor, aconteceu.

"Nomeando-se a expedição com parte da tropa de primeira e segunda linha, no dia 30 de março, comandada pelo Capitão Picaluga, ficou a sua saída para o dia 31: na tarde do dia 30 declara o Coronel Magalhães (que se achava atacado de uma ou mais dores) haver tencionado retirar-se para essa cidade por julgar que não podia ser tratado nesta vila, e tanto levou avante seu intento, que mandou prontificar o camarote da canoa de Lourenço de Castro Belfort: divulgada esta notícia, diversos soldados e quase todos os homens livres anteviam o triste resultado que podia ter uma tão repentina saída e por isso se dirigiram à sua casa para lhe ponderarem a necessidade de sua permanência, porém nada foi, por então, capaz de o despersuadir; na manhã do dia 31 passou a mandar conduzir sua mobília para a canoa; foi neste momento que a expedição nomeada passou a prontificar-se e, debaixo das armas e municiada com 50 cartuchos, dada a voz de marcha não obedeceu; levantando a voz alguns dos graneiros de primeira linha disseram que não marchavam: pri-

meiro, sem o Coronel; segundo, sem bandeiras; terceiro, sem que lhes pagassem o semestre; quarto, sem que se lhes adiantasse o soldo, além de outras requisições que de um e outro lado se faziam. Debalde o Capitão Picaluga, Comandante da expedição, insta, admoesta e forceja para que eles obedeçam (isto é, os da primeira linha, porque os da milícia que formavam a retaguarda estavam em observação do mau exemplo da tropa que se diz disciplinada); porém nada foi bastante para os fazer entrar nos seus deveres e, teimosos, se conservavam firmes em não marchar.

"Aparece o Major Comandante-Geral, José Demétrio de Abreu, e revestindo-se de coragem manda formar quadrado e, de dentro, lhes fala expressivamente, mostra-lhes o crime em que caíram, a mancha que deitaram no corpo da tropa e finalmente faz-lhes ver que o Coronel não pode os acompanhar, tanto porque a sua saúde lho não permitia, como porque, ainda que bom estivesse, deveria ficar no seu quartel com o maior número de tropa; que os semestres se lhes pagariam; que os soldos que fossem vencidos lhes seriam entregues; que se lhes perdoava o crime cometido contanto que marchassem. Porém quando ele Major se persuade ter conseguido o seu fim, um granadeiro lhe diz que pretende, também, falar. Ele repete que o soldado na forma só obedece, e não fala; porém, tudo é baldado e para não cansar a atenção de V. Exa. omitir-se-á o resto que interveio até o ponto do mesmo major conseguir que eles marchassem, vendo primeiramente o Coronel e despedindo-se dele. Com efeito, dirigem-se por companhias à sua casa. Ele lhes fala, ele os persuade e mesmo de cama lhes dá as mãos que alguns beijam e todos ficam persuadidos que marchariam e iriam preencher os seus deveres. Porém, qual foi o espanto, quando a poucos passos da casa eles param e novamente gritam que não marcham. Torna a instar e a persuadi-los o Capitão Picaluga e depois de algumas vaías que se entoaram começa a marcha, porém, ainda bem não tinham saído a embocadura da rua e debaixo desse mesmo arco triunfal que os habitantes haviam levantado quando entraram em sinal de regozijo por sua vinda, os soldados da frente e todos da primeira linha dão o exemplo, lançam as armas abaixo em descanso e gritam finalmente que não marcham. Nada os comove, nenhuma persuasão os seduz; outros soldados pela retaguarda da linha os dirigem para que não marchem e outros finalmente correm aos quartéis a pôr-se em armas e neste triste e lamentável estado o soldado, que

deve ser obediente e firme, tornou-se altivo e falto de coragem, visto que alguns chegaram a pronunciar que os queriam meter na boca dos tubarões (formais palavras) porque da outra banda eram muitos e eles poucos, e por isso baldou-se a expedição ficando proclamada a Independência na povoação de S. José, distrito desta vila, perdidas as despesas e o plano do Governador Fidié e os soldados retirando-se para os quartéis a viverem em ócio e cheios de satisfação por haverem levado ao fim seus perversos intentos.

"Esta Câmara deixa à consideração de V. Exa. qual seria o terror que se espalhou entre os habitantes, tendo visto de tão perto a anarquia e a insurreição de uma tropa que se dizia defensora e que se tornou rebelde, e o precipício em que todos foram expostos, porque seguramente se uma voz atrevida se levantasse no meio deste labirinto, tudo estava acabado e perdido; a morte não esteve mais propínqua sobre esta desgraçada vila e seus flagelados habitantes, alguns dos quais se retiraram nessa noite e outros no dia seguinte e como continuasse a mesma tropa com os seus atrevidos ditérios de marinheiros, puças, pés-rapados, (1) aparecendo pelas esquinas pasquins aterradores, foi que de todo se abateram os ânimos dos cidadãos, que inteiramente desconfiavam que a tropa estava mais propensa para a Independência do que para a defesa. Todos procuraram escapar-se e no dia 2 do corrente encaixotaram as suas fazendas e fizeram-nas embarcar, como hão de aparecer nessa cidade as canoas carregadas de volumes; outros arranjam-se para sair e seguramente a não ser o embargo a que se mandou proceder teria fugido muita gente, a qual vendo isso foi uma parte pernoitar fora de suas canoas, no mato e assim saiu muito povo e pior seria se não constasse que o Governador das Armas do Piauí tinha se passado para esta Província em distância de 15 léguas seguindo-se, portanto, no dia 4, pelas 3 horas da tarde, embarcasse o Coronel Magalhães com a sua expedição deixando nesta vila 60 soldados debaixo das ordens do Capitão Picaluga, para embarcar na primeira ocasião.

"Nesta crise não pode esta Câmara deixar de olhar para o desarranjo e precipício em que ficou toda esta vila, exposta a qualquer invasão de uma tentativa atrevida e por isso mandou uma deputação ao Ilmo. Governador das Armas do Piauí,

1) Marinheiros, puças, pés-rapados — designações pejorativas dadas aos portugueses no tempo das lutas da Independência.

João José da Cunha Fidié, para vir aquartelar-se nesta vila e salvá-la." (*)

A tropa e o seu comandante foram, logo depois, mandados para Lisboa, e a propósito desses acontecimentos dizia o Governo do Piauí ao Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins:

"Se o Coronel Magalhães desceu com a tropa embarcada foi sem dúvida com algum receio de que ela fizesse alguma desordem a favor da Independência; porém, se foi por terra e está abarracado fora da vila, não padece dúvida que é estratagemas, ou para nos pôr em descuido, ou facilitar a passarem para lá as nossas tropas, a fim de serem lá surpreendidas. Entrar, pois, na indagação de todos os movimentos de Caxias, é e deve ser um dos principais deveres de V. S. e, sem estar veridicamente informado, não é acertado qualquer passo que para ali der. Demais, é muito e muito arriscada qualquer tentativa por agora sobre Caxias; devemos esperar mais alguns dias, porque não deverão tardar os socorros que pedimos a Pilão Arcado ⁽²⁾ e os que nos ofereceu e está aprontando o Capitão-mor de Flores. ⁽³⁾ Não devemos só lançar as vistas para Caxias; devemos olhar, também, para Itapecuru, Maranhão e Brejo do Anapurus".

E terminava com a seguinte censura:

"Devemos, por ora, guarnecer, fortemente, os principais pontos do rio e impedir a todo custo a passagem de Fidié para esta Província. Pelo que coligimos do ofício de V. S. estamos persuadidos de que V. S. só sabe de Fidié pelo que diz a carta que nos remeteu, quando V. S. devia, ao certo, estar informado se ele está, ou não, na posição que tomou a'ém do rio".

Percebe-se, na censura que serve de fecho a esse documento oficial, o desapontamento do Governo vendo a ineficácia dos seus esforços em ação. O ofício é de 16 de abril; na véspera um outro tinha sido enviado, mais terminante, ao mesmo oficial, estranhando-se-lhe a permanência em S. Gonçalo, quando devia estar no Poti, à frente da Junta Comissária.

(*) Ofício de 5 de abril de 1823. — Vem no Livro n.º 2 de Registro de Offícios da Câmara de Caxias. Nota do autor.

2) Na Bahia.

3) Localidade maranhense. Hoje cidade e município de Timon.

E a indisciplina, o espírito de insubordinação sempre a alastrar-se. Os chefes dos presídios toleravam que, independente de qualquer solicitação, passassem seus homens o rio e se aventurassem em incursões de que chegavam queixas repetidas. Uma destas foi apresentada pelo Comandante de Pastos Bons, Major Francisco de Paula Ribeiro, que longe de pretender atacar Jerumenha, como se dissera, cogitava de ir engrossar as forças aquarteladas em Caxias.

Fora no correr dessas aventureiras partidas que se proclamara a Independência em S. José e que, levando à frente os Capitães Inácio Xavier da Câmara e José Dias de Matos, se havia, também, aclamado Imperador o Príncipe D. Pedro, na vila da Manga (22 de abril).

Mas, ainda que as armas brasileiras fossem arrastadas numa ascensão vitoriosa, o Governo não sofria o deslumbramento dos triunfos e enchia-se de temores pela notícia desses sucessos, agravada pela circunstância de quererem alguns chefes marchar contra Caxias.

A marcha, que se pretendia fazer, entrava, certamente, nos seus projetos. Tinha resolvido mandar as tropas de Pilão Arcado para as fronteiras de Pastos Bons e, apenas viesse o Exército Auxiliador do Ceará, reuni-lo às Forças do Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins para invadir o Maranhão simultaneamente pelo sul e pelo centro. Podia, porém, a precipitação dos fatos trazer perigosas e funestas consequências, uma vez que o Piauí não estava aparelhado para vencer a Província vizinha, se deixasse ela a posição defensiva e respondesse às nossas hostilidades com outras hostilidades.

As censuras do Governo ao Presidente da Junta do Poti, entretanto, tiveram a virtude de chamá-lo à consciência da missão que lhe fora confiada. Recebendo aquele ofício, seguiu para S. Gonçalo, donde partiu, depois de dois dias de demora, para o Poti. E ali chegando instalou, sem mais tardança, a Junta projetada, que ficou assim constituída (26 de abril): Presidente — **Raimundo de Sousa Martins**; Secretário — **Manuel Lopes Teixeira**; membros — **Luís Rodrigues Chaves**, **Francisco Manuel de Araújo Costa** e **Claro Pereira de Abreu Bacelar**.

Apenas constituída, foi um dos seus primeiros atos pôr o Governo ao corrente da condição precária das tropas — que reclamavam prês ⁽⁴⁾ vencidos, não eram satisfeitas e desertavam sem o mínimo respeito pelos chefes. Desde o Estanhado a Queimadas não havia sombra de disciplina. Quase todas as praças do contingente do Estanhado tinham vindo reunir-se ao grosso do exército, na expectativa de sorte mais promissora. Tinha ficado apenas 60 sob o comando de um capitão. O Tenente Simplicio fora para Campo Maior, levando 50 homens, chamado com urgência.

4) Vencimento diário de um soldado. Palavra francesa adaptada (prêt).

Sabedora, ainda, das tremendas desordens da vila, oficiou a Junta, na mesma data de sua instalação, ao Juiz de Fora José Marques Freire, determinando que abrisse devassa contra os criminosos e ao mesmo tempo censurando-o acremente e responsabilizando-o pelos fatos ocorridos.

E não ficaram nessas as providências. Ia faltando gado para o consumo: tratou de obtê-lo, ordenando ao Capitão-mor Antônio José Pereira Leite Castelo Branco que remetesse 500 bois pedidos aos fazendeiros; exigiu 100 de Francisco Gil Castelo Branco e 250 da Câmara de Campo Maior.

No mesmo dia em que eram tomadas essas providências, conseguiam os brasileiros brilhante triunfo sobre as armas portuguesas, no arraial de S. José dos Matões.

Sabendo que estavam ali, tinha Fidié, logo que chegara a Caxias, mandado batê-los por uma força numerosa da qual faziam parte 90 milicianos a cavalo. A força, no entanto, foi informada de que o número dos independentes era muito superior ao seu e, em vez de prosseguir, abarracou-se a algumas léguas de distância do arraial e solicitou reforços que lhe foram remetidos — 160 praças e uma peça de campanha. Estas deviam reunir-se à primeira força, para atravessarem a mata de Santa Luzia e atacarem a povoação.

Teve, porém, o chefe brasileiro, Tenente Roberto José de Moura, notícia do ataque projetado e tratou de prevenir-se mandando dois emissários aos comandantes dos presídios ⁽⁵⁾ do Parnaíba, um dos quais acedeu prontamente — o do Poti: enviou ele um reforço de 400 homens, sob o comando do Capitão João da Costa Alecrim, que seguiu a marcha forçada.

Apesar, contudo, da presteza que se pôs em enviar os socorros, se demoraram estes, e receoso o Tenente Roberto da temível vizinhança, resolveu atacar os portugueses antes que engrossassem as fileiras com o esperado contingente. E não retardou mais o encontro. Na madrugada do dia 29 (abril) surpreendeu-os e principiou o ataque.

Os soldados de Fidié, entretanto, valendo-se da vantajosa situação em que se encontravam, principiaram um fogo mortífero que, em poucos momentos, causou grandes perdas aos adversários. Estes batiam-se sem apego à vida, sem temor pela morte, com a estupenda coragem de que tantas provas deram nesses dias.

Seria, porém, loucura continuar a ação. As boas clavinhas do inimigo alcançavam, a distância, os nossos homens, que, mal se expunham, abandonando o refúgio do tronco das árvores, eram feridos.

Os portugueses atacavam de dentro da casa de João Francisco de Carvalho — convertida em fortaleza. Era preciso desalojá-los, por qualquer

5) Praça de guerra.

preço, ou abandonar o campo da luta. A situação ia-se tornando insustentável.

Que fazer?

O Comandante brasileiro era um desses heróis obscuros, como tantos houve, extraordinários pelo arrojo, grandes pela corajosa serenidade, fortes pela vontade dominadora. Não confiou a um soldado a execução do plano que concebera. Se alguém devia correr a uma morte quase certa, corresse ele, que o protegeriam, talvez, a audácia, a tranqüila confiança, a absoluta indiferença pelo perigo. Tinha imaginado incendiar a casa (de palha) onde se escondiam as tropas. E foi. E incendiou...

Surpreendidos pelo incêndio, abandonaram-na, então, precipitadamente, os portugueses, sendo alvejados quase todos à medida que iam aparecendo. E como chegasse, nessa ocasião, o reforço comandado pelo Capitão Alecrim, a derrota se completou com o pânico violento que tomou os soldados adversos.

Tamanha foi a impressão que causou esse desastre no ânimo dos representantes militares de Portugal, na Província, que o reforço mandado por Fidié, em vez de procurar a força primitiva, voltou para Caxias. Mais. O próprio Fidié se deixou influenciar e, convencido de que a vila seria bem depressa atacada, não mais cogitou de bater os independentes de S. José. Pelo contrário. Tratou, em exclusivo, de sustentar com valor a resistência (*).

Caxias tornava-se, de agora em diante, o ponto de convergência de todas as nossas forças. Não era mais a afirmação da Independência no Piauí o que se desejava: a luta abria-se em uma segunda fase, mais interessante, além das fronteiras da Província.

O que fora um erro da Junta — esse cordão de defesa estendido à margem do Parnaíba para fechar a porta à invasão de um perigo imaginário, ia ser um elemento de êxito para os novos planos. Aí estavam a flor das tropas, o melhor armamento, o grosso das munições. A passagem do rio era fácil pelo serviço das canoas, mais fácil porque não tínhamos pesado trem de guerra para conduzir.

Em pouco tempo, se tivessem ordem de marchar como ao depois tiveram, contra Caxias, poderiam determinar a proclamação da Independência em toda a Província, exclusão, apenas, de Carnaubeiras, de Alcântara, ⁽⁶⁾ Viana ⁽⁷⁾ e da capital. Aclamariam o Imperador em Pastos Bons, Brejo, Repartição, Itapecuru, sem alterar o rumo da marcha e sem perder tempo. E como a vida da Manga e o arraial de S. José tinham aderido, já, ao

(*) V. Livro n.º 2 de Registro de Ofícios da Câmara de Caxias, folha 33 e verso. — Nota do autor.

6) No Maranhão.

7) No Maranhão.

movimento, e Caxias não dava mostras de resistência a um cerco regular sustentado durante meses, a ação de Portugal ficaria reduzida a um trecho insignificante da Província, e sob a ameaça de novos ataques.

O ex-Governador das Armas portuguesas tinha razão, pois, em abandonar quaisquer vãos desejos de expulsar do território do Maranhão os soldados que se batiam pela Independência, e em voltar-se, em absoluto, para a defesa interna da vila. Não somente munições se perdera. Prejuízo maior eram os claros que se tinham aberto nas fileiras, porque, dos soldados, muitos se haviam passado para as forças brasileiras, muitos haviam perecido. Nem o número das praças era tão elevado, nem o valor das munições de guerra tão importantes, que comportassem essas perdas.

Fidié sabia que, depois dos acontecimentos ocorridos na Manga e em S. José dos Matões, a própria Junta governativa de Oeiras embalde procuraria tolher a continuação das incursões dos nossos e evitar que, arrastados pouco a pouco de triunfo em triunfo, chegassem até ao quartel das Tabocas e provocassem uma batalha decisiva. E, se marchariam, rompendo, embora, imposições de disciplina, mais prontos seriam na obediência ao Governo, caso determinasse o desejado cerco da vila.

Concentrar a força, portanto, fortificar-se e pedir reforços poderosos à Junta de São Luís, era o que devia fazer e fez, cedendo ao império das circunstâncias. Se os socorros viessem, e prontos, poderia, talvez, cogitar de uma sortida séria contra os piauienses, atacando-os no Maranhão, batendo-os e perseguindo-os além do Parnaíba. Poderia, mesmo, ir contra Oeiras e reconquistar a Província, trazendo-a, novamente, para a causa do Reino. Mas, se não viessem, ou se viessem tarde, estaria tudo perdido.

Foram estas as mesmas considerações que fez a Junta governativa piauiense. Determinar a ida pronta das forças e prefixar a sua junção em Caxias, antes, embora, da vinda do auxílio de Filgueiras, a fim de interromper as comunicações da vila com a capital, era o mais prudente. O cerco se completaria depois, quando chegassem as tropas cearenses.

E nesse rumo agiu o Governo.

RUMO DO MARANHÃO

Sumário: — Derrota do Alferes Pedro Paulo de Moraes Rego. Tomada da Repartição e da vila do Brejo. Para o Itapecuru-Mirim. Concentração de forças no Poti. A coluna do sul. Preparativos da Junta Comissária. Censura a Alecrim. Uma proclamação. Segue a vanguarda das forças. Instruções. Novas remessas de tropas.

Quando a Junta Comissária agia, providenciando para correr em socorro de S. José, recebeu a notícia de que as armas brasileiras tinham sofrido uma derrota. Comandava-as o Alferes Pedro Paulo de Moraes Rego e o revés se dera na Repartição.

Fora a 25 de abril. Aproveitando-se das trevas da noite, conseguira aquele oficial, na véspera, passar o rio com 160 soldados que se apoderaram do porto depois de uma fraca resistência. Os portugueses tiveram 9 homens e 3 mulheres mortos e entre os feridos apareceram o Comandante José Antônio Correia, dois de seus filhos (uma moça e um rapaz) e seu irmão José Maria Correia. Tomaram-lhes os nossos todo o armamento e 3 peças, muito sal e farinha, saquearam as casas do Comandante Correia e do Comandante-Geral do Brejo — Severino Alves de Carvalho e, apoderando-se das canoas que encontraram, reatravessaram o rio para a margem piauiense.

Chegara, no entanto, a notícia do fato ao Brejo e seguira para ali, imediatamente, uma força de 300 homens bem armados, sob o comando do Tenente Fernando Mendes de Almeida e do Alferes Vitoriano José de Kós. Não os esperaram, contudo, os brasileiros: fugiram para o sítio Cas-cavel, abandonando as canoas, algumas das quais ainda carregadas com o produto do saque.

Ainda que os portugueses não tentassem persegui-los, receara Moraes Rego pela sua segurança e pedira reforços ao Estanhado, donde fora ao Poti a informação desses fatos.

A Junta, sem demora, tomou todas as medidas para que seguissem os socorros. Oficiou ao Comandante de Piracuruca, Tenente-Coronel Manuel

Francisco de Melo, que os enviasse, — de homens e munições. Mais. Determinou ao Alferes Salvador Cardoso de Oliveira que recebesse do almoxarife duas arrobas de pólvora, quatro de chumbo e meia de balas, e, seguido de 8 soldados milicianos e 2 de linha, fosse ao Porto do Boqueirão onde se achava o Alferes Joaquim Carvalho de Almeida, reclamasse 100 peças e conduzisse tudo a Morais Rego, pondo-se às suas ordens.

Salvador recebeu a incumbência com entusiasmo e não somente 10 homens o acompanharam: acompanharam-no muitos, ao pedido instantâneo, dos quais teve-se de aceder. Somados os seus aos 100 da guarnição do Alferes Carvalho, subia a força a perto de 200 homens.

Reunido, porém, a Morais Rego, não quis este, absolutamente, que o oficial baiano ficasse às suas ordens. Entregou-lhe, antes, o comando e de tal modo instou para que o aceitasse que Salvador teve de submeter-se.

Enquanto isto, sabendo-se no Brejo da reunião daquelas tropas, mandava o Comandante Severino Alves de Carvalho uma pessoa de confiança ao chefe brasileiro para que lhe perscrutasse as intenções e descobrisse a importância real da força. O estratagema, todavia, não logrou efeito, porque Salvador recebeu o emissário fora do acampamento, longe da margem do rio e afirmou-lhe que apenas desejava a liberdade da pátria.

Mas urgia realizar o plano concebido de assaltar o Brejo. Os portugueses dispunham na vila de pessoal mais numeroso, mais aguerrido, mais bem armado que o nosso. Se o comandante Severino viesse a descobrir tal circunstância nada impediria que procurasse surpreendê-los e pô-los em fuga.

A fim de dar-lhe execução mandou por isso Salvador que o Alferes Joaquim Carvalho de Almeida fosse, na tarde de 15 de maio, bater um destacamento que estacionava nos arredores da vila. Era um recurso para desviar a atenção do chefe português. E o seu bom êxito foi completo, porque, apenas soube do ataque, mandou Severino toda a guarnição em auxílio dos atacados, ficando o quartel sem defesa.

Enquanto o Alferes Carvalho cumpria essa ordem, Morais Rego atravessava o Parnaíba e tomava conta da Repartição (*) sem disparar um tiro, porque o Tenente Francisco Gonçalves Meireles Júnior e seus soldados fizeram causa comum com os independentes.

O plano ia, deste modo, realizando-se com o melhor resultado e, graças aos Capitães Valério Alves de Sousa e Antônio de Caldas Ferreira o teve absoluto, porque, pela madrugada, Salvador, ciente já do que sucedia, veio à Repartição, marchou para a vila e a pôs debaixo de cerco.

Foi em vão que o Comandante Severino Alves de Carvalho mandou, pela manhã, tocar a rebate: seus soldados estavam ausentes, para que

(*) Povoação que serve de porto ao Brejo e dele distante cerca de 12 quilômetros. — Nota do autor.

pudessem aparecer e ele foi obrigado a capitular e a entregar a vila, conguindo, apenas, permissão para se retirar levando quem desejasse acompanhá-lo. No mesmo dia abandonava ele o Brejo e as nossas forças tomavam conta dos importantes apetrechos bélicos (6 peças e 150 granadeiras) acumulados naquela vila, que, até então, fora um dos baluartes militares mais importantes do Maranhão.

Até aqui, a sùmula da exposição que se encontra na obra do Dr. Vieira da Silva. (*) Não é a verdade histórica. Tenho presente a notícia deste feito mandada ao Tenente Simplício pelo Alferes Carvalho. Veja-se como se deu a tomada da vila:

“No dia 15, diz ele, ao amanhecer, tomaram os brasileiros os quatro caminhos que dão à vila — Marruás, (1) o do Maranhão, o de Caxias e o da Repartição. A sua trincheira, mesmo, serviu para suas tropas.

“Pela madrugada de 16, mandaram-se embaixadores de cada uma das estradas, de modo que, ao chegar o primeiro, encontrou a tropa da vila em forma e pronta a marchar contra o inimigo na estrada da Repartição, e na sua trincheira, por pensar que, somente por ali, seguiria ele. Os emissários chegaram sucessivamente. As forças recolheram-se à vila e os despacharam com uma proposta em 3 artigos:

1.º — Que suspendessem as hostilidades por 15 dias, enquanto comunicassem o sucedido à capital;

2.º — Concessão do mesmo prazo para se retirarem com os seus bens e armas;

3.º — Promessa de que não vinham proclamar a Independência na vila.

“Responderam os nossos chefes que se podiam retirar as pessoas que não aceitassem a proclamação e que, imediatamente, se fizesse a arrecadação de todo o armamento e das munições que se entregariam ao Sargento Joaquim José de Santana Bericocó. Não fosse feito isso, iriam os brasileiros atacar a vila.

“O Comandante Severino, sem demora, mandou chamar a Salvador e a Morais Rego e constituíram um Conselho Militar, acordando-se permitir a retirada de Severino e vários oficiais da tropa do Maranhão (60 homens) a qual toda se retirou com as suas armas. Fez-se, em seguida, a arrecadação — 6 a 8 peças, 200 granadeiras, munições, 800 a 900 homens, quase todos armados.”

(*) Op. cit. págs. 101 a 105. — Nota do autor.

1) Posteriormente se chamou João Pessoa. Hoje cidade e município de Porto.

Isto se deu a 16 de maio.

No dia seguinte oficiou o Alferes baiano à Junta Comissária dando-lhe conta da brilhante vitória — que ele considerava de influência decisiva nos destinos futuros da guerra. Por sua situação geográfica, era o Brejo um terrível pesadelo para as guarnições da Parnaíba, de Piracuruca, do Livramento e Estanhado. Estava poderosamente fornecido de tropas, víveres e munições. Sua segurança interna se mantinha perfeita. Nada impedia que as forças do Comandante Severino Carvalho tomassem o exemplo dos brasileiros e fizessem no Piauí as incursões que os nossos faziam no Maranhão.

Agora, porém, coisa alguma havia, mais, a fazer na vila e Salvador, não querendo demorar-se naquele ponto, deixou a Moraes Rego encarregado do comando-geral e seguiu, no dia 25, com 200 homens para o Itapecuru-Mirim, — que ele pensava em trazer para a comunhão do Império, cortando, por este meio, as comunicações de Caxias com a capital.

O Maranhão ficava, assim, invadido, desde agora, e simultaneamente pelo sul e pelo norte, sendo claro que o ponto de convergência das tropas era o reduto de Fidié.

Para completar o movimento, a Junta Comissária tratou de reunir no Poti as forças derramadas pelas guarnições mais próximas da margem do rio. Chamou, com este fim, o Capitão Manuel Carlos da Silva Saldanha, o Coronel João de Araújo Chaves e o Capitão José do Vale e determinou que o Major Francisco Xavier Torres seguisse para São Miguel — pequeno arraial, que ainda existe, a alguns quilômetros da sede da Junta.

Mas, enquanto a coluna do norte, comandada pelo Alferes Salvador Cardoso de Oliveira, se preparava para fazer a proclamação da Independência no Brejo, e a Junta Comissária se aprestava para seguir também contra a força do Morro das Tabocas, reunia-se o Capitão-mor João Gomes Caminha, na Manga, às tropas de Parnaguá (*) e às dos Capitães Francisco José de Sousa e Matias Rabelo, constituía a coluna do sul, tomava sua chefia e marchava (2 de maio) contra Pastos Bons. Conduzia 700 homens — força que seria considerável se todos eles estivessem armados e tivessem suficiente munição de guerra. A Junta governativa determinara a Caminha, positivamente, que tivesse toda a benevolência para os vencidos. Sob pretexto nenhum devia tomar parte na gestão dos negócios locais, recusando qualquer participação nos governos temporários que, por ventura, fizesse eleger. Logo que fosse aclamado o Imperador em Pastos Bons, devia

(*) Tinham chegado a Jerumenha a 29 de abril, vindas sob o comando do Juiz de Parnaguá, Capitão Tibúrcio José Borges. Ao todo, 148 unidades.

Não quisera o Capitão Tibúrcio submeter-se, a princípio, à autoridade do Capitão-mor João Gomes Caminha. Sentira-se desconsiderado. E esteve a ponto de voltar com os seus homens, desde que se lhe negara inteira autonomia. Ficou, atendendo às considerações que lhe fez o Governo em ofício de 2 de maio. (Nota do autor.)

Caminha seguir sem demora para S. José a juntar-se às tropas enviadas em auxílio dos independentes, a fim de correrem todos sobre Caxias.

A Junta Comissária pretendia marchar a 20 de maio.

Com esse intuito, e continuando a fazer a junção das tropas no Poti, chamou os contingentes que ainda se achavam nos portos de Santo Antônio e Queimados e como não dispunha de burros em número bastante, determinou ao Tenente Simplício José da Silva que trouxesse 130 de Campo Maior e com eles estivesse no Poti o mais tardar até o dia 12.

Mas, pretendendo seguir, não o quis fazer antes de obter informações exatas da Parnaíba, que, ficando longe da sede da Junta, escapara, sempre, à sua vigilância. Conhecia suficientemente a importância e a audácia do presídio de Carnaubeiras e não quisera ausentar-se sem ter a certeza de que a vila piauiense ficava defendida contra qualquer assalto.

Sabia que o Tenente-Coronel José Narciso Xavier Torres, conduzindo força da Granja servida por 3 peças de campanha, calibre 6 e 2, calibre 3, tinha ali entrado a 10 de abril e que a 30 desse mês regressara o Coronel Simplício Dias da Silva, com os seus companheiros de movimento e fuga, exceção única do Dr. João Cândido. Esses elementos seriam bastantes para garantir a defesa no caso pouco provável que o Comandante de Carnaubeiras quisesse tentar uma investida para se apoderar da vila e fazer valer as vantagens da nova situação. Não confiou, porém, nessas informações. Dirigiu-se ao Tenente-Coronel Xavier Torres e ao Major Bernardo Antônio Saraiva e, noticiando-lhes o projeto de ir sitiar Caxias, mandou que dissessem, com urgência e verdade, qual a situação da força e do armamento, se a vila estava em condições de resistência.

Não havia, ainda, mandado esse ofício, quando soube que o Capitão João da Costa Alecrim marchara de S. José para o Buriti Cortado, (?) e daí para o Sucuriú, a 10 léguas de Caxias, com a intenção evidente de dar combate a Fidié.

Alecrim era um espírito aventureiro e corajoso, afeito, já, às sensações violentas da guerra. Senhor de tropas crescidas e bem armadas; dominando pela inteligência os rudes companheiros; ambicioso; suficientemente ignorante das condições do Maranhão para tentar extremos de audácia na ânsia de ser o primeiro a entrar em Caxias, era necessário grande esforço para conter no impulso em que avançava contra o quartel do Morro das Tabocas. As peias da disciplina, essas não eram fortes para lhe tolher os arrancos do temperamento. E agora, na cegueira alucinadora dos triunfos, embriagava-se com o sonho de levar sozinho o desbarato às tropas de Fidié, poupando vidas, poupando sangue, poupando tempo, e abrindo a bandeira do Brasil sobre os destroços dos últimos redutos, não

2) Em São José dos Matões.

como um aviso de perseguições, mas como um sinal animador de misericórdia e de perdão para os vencidos.

Que lhe importava a exigüidade das forças? Uma providência benéfica velava sobre o destino da causa santa. Que lhe importavam as censuras da Junta do Poti? Censurava-o? Via em seu plano um risco enorme de homens, uma loucura sem vantagem para o bom êxito do movimento? Respondeu avançando um pouco mais, rumo da Pindoba.

Desta vez contudo, a Junta entendeu que devia ser mais enérgica. O desrespeito às suas ordens mais terminantes tornava-se triste anúncio para as futuras operações.

Depois, acompanhando a Alecrim estava o melhor de nossas forças. Perdê-las, vítimas do arrojo irrefletido de um chefe arrastado pela ambição, ou por um impulso doentio, era adiar para muito tarde o termo definitivo da guerra.

Impunha-se vigilante prudência. As circunstâncias indicavam, como razão precípua, estreita economia de vidas. Alecrim não devia arrastar a uma perda quase certa elementos de primeira ordem. E para que não os arrastasse, a Junta, sabedora de sua resolução, estranhou-lhe severamente a insólita pertinácia, despachando, na mesma noite em que a conheceu, um correio, portador de ordens terminantes para que não prosseguisse e regressasse imediatamente ao Sucuriú — pena de ficar responsável, diante do Imperador, por todas as conseqüências de sua insubordinação.

Dava-se isto a 6 de maio. No dia 7, sem aguardar a resposta do chefe cearense, mandava-lhe novo ofício, determinando que, em vez de seguir para o Sucuriú, viesse acampar no Buriti Cortado. Mostrava-lhe, nesse documento, a louca insensatez de sitiar Caxias dispondo apenas de tropas em número reduzido, como as suas.

“Com tão pouca força, terminava, não poderá V. S. guardar as estradas que, de Caxias, seguem para o Poti, Santo Antônio, Estanhado, Itapecuru (por terra), margens do Itapecuru — (para cima e para baixo) e deixar a força precisa em Tresidela.” (3)

Mandou-lhe, depois, a seguinte proclamação que devia ser distribuída:

“Brasileiros, beneméritos brasileiros. Nova ocasião se vos oferece de assinalar vosso patriotismo, de colher novos troféus sobre o nosso inimigo, mais temível por sua sedução intrigante do que por seu valor; ele ameaça as nossas fron-

3) Itapecuru-Mirim, freguesia, foi desanexada da freguesia de Rosário. Começava em Barriguda e ia até Cachoeira Grande, início da de Aldeias Altas (lado esquerdo) e da de Tresidela (lado direito).

teiras com as tropas que ora comanda e tem a seu favor na vila de Caxias. Lembrai que as armas brasileiras triunfaram, sempre, porque pelejam pela conservação da própria Independência. Se a defesa da pátria e de nosso amado Imperador e Perpétuo Defensor o Sr. D. Pedro de Alcântara vos tem estimulado para obrardes prodígios de valor, que se não deve esperar de vós quando crescem novos e urgentes motivos para empenhar os vossos esforços? Não se trata, só, de conservar um trono imperial que intenta derrubar a injustiça e a perfídia, não se trata só de salvar a pátria de um jugo de ferro: trata-se, também, de conservar a nossa santa religião, de livrar a mocidade brasileira de terrível sacrifício, de conservar a vida de tantos milhares de brasileiros, condenados à desgraça e à miséria, se a nossa pátria for subjugada.

“Quando, porém, são maiores do que nunca os motivos de desenvolver toda a nossa energia, também são maiores do que nunca os vossos recursos. Em nenhuma época o exército piauiense foi tão respeitável pelo seu número de homens. Ele é auxiliado pelas valorosas, intrépidas tropas pernambucanas, baienses e cearenses, que tantos exemplos nos têm dado de firmeza e bravura. Pouco se deve temer a sorte da guerra, quando se conhece a perícia dos belicosos que têm, repetidas vezes, humilhado o orgulho dos inimigos. Vós tendes visto os europeus que então habitavam naquelas províncias fugirem espavoridos na presença destes brasileiros que pelo seu heroísmo se mostram dignos da causa de que temos empreendido a defesa.

“Mas não bastam, para salvar a pátria, as fadigas militares: é igualmente necessário que todos, no lugar a que os destinou a Providência, desempenhem escrupulosamente seus deveres: os ministros da religião, ensinando aos povos as máximas da moral cristã e as obrigações dos cidadãos; os magistrados exercendo uma justiça imparcial e facilitando as operações das tropas com o seu zelo e exato cumprimento das ordens que se lhes dirigem; os pais de família ensinando a seu filhos e domésticos o amor da virtude e a fealdade do egoísmo. Todos, enfim, devem concorrer para estreitar os vínculos sociais que constituem a força e a energia da nação brasileira. Desta maneira vós, depois de imortalizardes vosso patriotismo, levareis os vossos nomes às mais afastadas regiões do Oriente. Não deixeis murchar os louros que os vossos irmãos brasileiros souberam colher pelo valor dos canhões,

pela constância nos perigos, pela fidelidade à religião, ao nosso Imperador e à pátria. A Independência nacional pede novos sacrifícios. Quem não escuta a voz dos seus superiores, querendo, antes, submeter-se aos caprichos de um déspota: aqueles que seguindo a sua condição não atendem aos deveres que lhes impõem o perigo comum e as ordens do governo, e desobedecem às providências ditadas pela segurança do Estado; os que promovem a desunião, espalhando um terror intempestivo, ou uma falsa confiança, estes, qualquer que seja a classe a que pertençam, são objeto de ódio e execração dos verdadeiros brasileiros. A lei vingará, severamente, seus crimes e os seus nomes serão repetidos com infâmia e abominação na mais remota posteridade!

"Brasileiros, esta Província do Piauí, se vos não moverdes, está em perigo de ser invadida pelos nossos inimigos. Evitai os laços de suas promessas insidiosas, de suas intrigas infames e grosseiras. Cuidai, desveladamente, no desempenho fácil de vossos deveres, na exata obediência às ordens das autoridades superiores. Uni-vos, brasileiros, uns aos outros; segui os passos que vos ditar esta Junta de Comissão que tanto trabalha a expor sua vida pela causa da religião, de nosso amado Imperador, da honra e da Independência nacional!

"Tudo se deve à pátria. E quanto é glorioso arriscar a fazenda, o sangue, a própria existência para salvá-la! O Brasil há de ser a sepultura de nossos inimigos. A fome, as epidemias, a discórdia e ódio à causa que servem diminuiram consideravelmente a força de suas tropas. Quaisquer que sejam as alternativas da guerra, o poder ou a fortuna de nossos inimigos nas suas carreiras militares, tenham união e constância, contrastemos, inalteravelmente, as suas intrigas com a nossa fidelidade, as suas armas com a nossa intrepidez, e a pátria será salva!"

Temeu, entanto, que, ainda agora, ficasse Alecrim surdo às admoestações e procurou garantir a resistência nas várias estradas que prendem Caxias ao Piauí. Mais. Não esqueceu outras providências para socorrer, de pronto, aquele oficial, na hipótese de, sem aguardar determinações, avançar e ser batido pelos portugueses. Decidiu, portanto, fazer seguir, sem mais demora, a vanguarda do futuro exército sitiante.

Mandou, para isto, que o Capitão Luís Rodrigues Chaves e o Tenente-Coronel Francisco Manuel de Araújo Costa partissem com a sua gente a engrossar as tropas de Alecrim e do Sargento-mor graduado Francisco Xavier Torres. Uma vez juntos, operariam em três divisões: a primeira,

formada pela tropa de linha, seria comandada por Luís Rodrigues Chaves; a segunda, composta pelos milicianos, ficaria sob o comando de Alecrim; a terceira, formada pela cavalaria, ficava entregue à direção de Araújo Costa: era a mais reduzida.

A fim de torná-la maior, ordenou a Junta ao Capitão Manuel Carlos da Silva Saldanha, em Santo Antônio, que deixasse 20 soldados munidos de clavina, e todos os armados a chuços sob o comando do Tenente José Vicente Pereira de Araújo e fosse procurar a Divisão de Araújo Costa, a cujas ordens se entregaria. Araújo Costa recebera ordem para seguir com urgência a fim de se constituírem, logo, as três divisões.

Tomando essas medidas, organizava a Junta um corpo numeroso que, orientado com segurança, seria um fator de primeira ordem na afirmação da Independência em ambas as províncias. Criando-o, não só ficava garantida a resistência nas estradas e removida a possibilidade de uma surpresa. Não só, se necessário fosse, poderiam ser levados reforços a Alecrim. Garantia-se, também, a marcha do resto das forças, que, hoje, avançariam desassombradamente, sem o temor de uma emboscada, sem as delongas e as canseiras de uma luta de guerrilhas.

Aquelas providências, no entanto, deviam ser completadas, tomando-se outras que trouxessem a unidade precisa de ação às operações do corpo recém-constituído. A experiência mandava que se lhes delimitasse a esfera dos poderes. Numerosas, como eram essas tropas, seriam mais depressa anarquizadas, pela mútua invasão das atribuições entre os chefes, não se tratasse de o evitar.

Que estes, não me cansarei de o repetir, se não harmonizavam, afastados como viviam por interesses opostos. Conheciam-se-lhes as divergências. Não se lhes ignoravam as antipatias. Deles, quase sempre, era que se alastrava a indisciplina até às fileiras anônimas dos soldados.

A Junta não podia, sem grave erro e futuras complicações, cometer ao seu arbítrio a direção dos atos posteriores. Para que agissem sem tropeços e embaraços, era preciso nada esquecer nas instruções que se iam enviar-lhes. E nada esqueceram, desde a proibição de se aproximarem de Caxias, até às condições em que os quartéis seriam feitos, respectivamente, nas estradas do Poti e de Santo Antônio. As instruções determinavam que do quartel de uma para outra Divisão a distância não devia ser maior de 4 léguas e alvitavam que se estabelecessem sentinelas avançadas a fim de impedir qualquer surpresa. As sentinelas deviam ser postas na vanguarda e na retaguarda. As Divisões fariam, logo, o reconhecimento do terreno, escolheriam os melhores trechos para se aboletar quando preciso, pois, em caso nenhum, deviam aceitar combate a descoberto.

A aproximação dos portugueses deveria a guarda disparar um tiro e fugir para o acampamento, que mandaria aviso às outras divisões solicitando socorros. Estes seriam, quando muito, da terça parte da gente, de modo que as estradas permanecessem defendidas.

Era a 8 de maio. No dia 10, teve-se conhecimento oficial de que, na véspera, uma das companhias da força do Capitão Saldanha se revoltara desobedecendo à voz de marchar para o Poti.

A Junta oficiou, prontamente, ao Comandante, oferecendo-lhe os auxílios de que necessitasse para restabelecer a disciplina e, receosa de que a insurreição se estendesse aos presídios da Conceição e Queimadas, ordenou que seguissem eles, também, para o Buriti Cortado — o que se efetuou a 12, à mesma hora em que Saldanha, ameaçado, ainda, pela tropa, tomava idêntico destino.

Nesse dia a Junta, ansiosa por saber o resultado das últimas providências, oficiou aos chefes das três divisões pedindo que lhe dissessem o cumprimento dado às suas ordens e exigindo informações sobre o número dos soldados, dos oficiais, do armamento e munições de que dispusessem.

A INDISCIPLINA

Sumário: — Insubordinação dos oficiais cearenses — Coronel João Araújo Chaves e Capitão José do Vale. Desrespeito às ordens da Junta Comissária. Ofício da mesma ao Coronel Araújo Chaves. Abandono das estradas e marcha das divisões para a Pindoba. Proclamação da Independência em Pastos Bons. Informação sobre o estado das forças da Parnaíba. Proclamação da Junta Comissária ao povo de Caxias e ao da capital. Derrota de Alecrim. Segue o resto das forças do Poti para Pindoba.

Enquanto, ativamente, tomava a Junta medidas tão complexas a fim de deixar a Província garantida contra um ataque dos portugueses, graves acontecimentos abalavam a ordem no presídio de Santo Antônio.

Estacionavam, ali, forças cearenses confiadas ao Coronel João de Araújo Chaves e ao Capitão José do Vale. Os habitantes do florescente porto não só serviam com entusiasmo à revolução, alistando-se para encher os claros das tropas nas deserções, mas concorriam para o seu custeio emprestando-lhes mantimentos, cavalgaduras e dinheiro. Nem se suspeitava deles nem podia recair sobre eles sombra de suspeita.

De pouco lhes servia, porém, semelhante dedicação. Ficavam sempre expostos. Sua vida, sua propriedade não escapavam ao sanhudo despotismo dos soldados. E, longe de trazê-los à disciplina, davam os chefes o exemplo das bárbaras depredações que iam ensanguentando e despoando terras dantes feracíssimas e prósperas.

Nenhum sentimento de piedade, nenhum respeito pela sorte do povo, tinham aqueles que o tratavam como a prisioneiros de uma batalha da véspera. E se uma voz se erguia protestando, a justiça sumária do momento condenava o rebelde, fazendo correr o sangue de mais uma vítima.

As tropas cearenses iam-se celebrizando pelo arrojo com que subiam a escalada vertiginosa dos crimes. Acompanhando-as, em sua passagem, perseguia-as um doloroso cortejo de violências, de ódios e maldições. Não traziam à população a confiante serenidade dos que se encontram sob a égide protetora da lei: traziam sobressaltos e temores, dúvidas e receios.

Tantas foram as representações mandadas à Junta do Poti, denunciando o feroz procedimento dos soldados de Santo Antônio, e tantas

vezes se sentiu ela desautorada pela indiferença absoluta com que eram recebidas as suas observações mais sensatas, que, afinal, resolvera agir mais energicamente e oficiara a Araújo Chaves censurando-lhe o proceder, determinando que contivesse os seus homens e aguardasse ordens.

Contê-los?

Não os contivera: afastara os derradeiros escrúpulos, fizera-se mais audacioso e, na ânsia de afirmar, por uma vez, que se não julgava submetido às determinações da Junta, nem lhe dera resposta, antes escrevera a Rodrigues Chaves, a Francisco Inácio Xavier e a Alexandre Nery Pereira Nereu, convidando-os para, reunidos, marcharem a bater o inimigo no Morro das Tabocas.

Eram esses os graves acontecimentos de que a Junta vinha de ter informação, quando tomava, ainda, medidas para assegurar a defesa da Província.

Não se enganou em presença de tamanha insubordinação. Viu, bem, que as tropas auxiliaadoras do Ceará rompiam, de uma vez, as peias da disciplina e que estaria em véspera de uma pavorosa conflagração, não contivesse prontamente os abusos.

O insólito convite daquele Comandante era um desafio; na ocasião, porém, não estava ela em condições de manter a sua autoridade pela deficiência das forças de que dispunha. Nesse dia, aquartelavam-se na vila, apenas, 445 praças, e destas nem cem tinham armas. As mais valentes e mais bem armadas tinham seguido, anteriormente, para os arredores de Caxias.

Com esse número insignificante era loucura tentar fazer-se respeitada pela força. Não havia, contudo, outro caminho a escolher e, assim, a Junta, ao mesmo tempo em que levava o fato ao conhecimento do Governo, dirigia ao chefe das tropas insubordinadas o seguinte ofício, enérgico e terminante. Dizia:

"Tendo esta Junta posto em prática para com V. S. os termos mais agradáveis e políticos, persuadida de que V. S. por esta forma cumprisse melhor o que convém ao bem da nossa santa causa do Brasil, tem encontrado em V. S. não só a falta de execução às ordens que se lhe tem encarregado, como também o pouco caso com que trata as autoridades constituídas; e, suposto fosse de nossa intenção meter no silêncio tão públicas e conhecidas faltas, contudo não nos é possível deixar de parte o horroroso acontecimento praticado por um seu inferior, ou soldado, que, atrevidamente, à vista de V. S. e das mais autoridades que ali se acham, espaldeara um europeu que tinha procurado as nossas tropas e abraçado o nosso sistema.

"A este inferior, ou soldado, que dizem ser da companhia do Capitão José do Vale, que vem debaixo da inspeção de V. S. determinamos que, à vista de todo o exército que ali se acha, se lhe mande dar cinqüenta espaldeiradas, advertindo-o que o castigo que ele merece é muito superior e que, por equidade, e por esta vez, somente, lhe é moderado.

"V. S. deve conter os soldados do seu comando em boa ordem e advirta-os que não devem prender, ou castigar alguma pessoa senão quando pelas autoridades lhes for determinado.

"V. S. veio ajudar-nos e não nos veio governar e portanto deve observar as ordens superiores e, entre estas, é muito preciso para a utilidade de nossa causa não consentir V. S. que os seus soldados com o mau modo de proceder transtornem a boa ordem em que se conservam as tropas que até agora temos sustentado tranqüilas, e se V. S. não olhar para isto com muita ponderação, desde já lhe certificamos que há de responder perante Sua Majestade Imperial e então conhecerá que este augusto senhor não é protetor de maldades e muito menos de insubordinados.

"Os coronéis e os comandantes dos regimentos terão o maior cuidado que neles haja a melhor ordem; que os oficiais se dêem as mãos reciprocamente, para o bem do serviço; que tudo se faça com prontidão e que não haja mais que um espírito naqueles corpos; que se observe uma subordinação perfeita e disciplina a mais exata. Devem olhar para os soldados como filhos, fazer-se amar deles tanto como respeitar-se; falar-lhes com humanidade e ter o maior desvelo em que se lhes dê o que lhes é devido; mandar tratar deles quando estão doentes, castigar com todo o rigor qualquer engano que se lhes faça e não perdoar a mínima relaxação na disciplina, e, finalmente, darão sempre bons exemplos aos seus subalternos. Eis aqui, V. S. deve obrar e não consentir em uma anarquia, da qual o resultado são funestos acontecimentos."

Mas, por maiores e mais sérias que fossem as apreensões que a conduta do Comandante do presídio de Santo Antônio fazia nascer, pouca importância tinham comparadas aos sucessos que perturbavam a boa ordem das três divisões criadas em 8 de maio.

Querendo a Junta evitar aos chefes cearenses o desgosto de uma preterição, embora justa, consentira na permanência do Capitão João da Costa Alecrim no comando de uma das divisões, apesar das constantes provas de indisciplina que havia dado até então. Queria arredá-lo da

direção de uma daquelas porções da vanguarda do exército. Não o arredou. Teve receio de agravar as dissensões que desuniam, já, as tropas auxiliadoras: conservou-o.

Não o fez, todavia, sem lhe manifestar profundo desagrado. Admoestou-o. Feriu-lhe o orgulho reduzindo às justas proporções atos que Alecrim, na eterna cegueira, considerava títulos de merecimento. Mostrou-lhe, claramente, o resultado possível da sua inobservância às ordens anteriores. E entendeu que a simples advertência seria bastante para lhe conter os ímpetos.

Longe disso. O temperamento irrequieto que ele sempre foi, manifestava-se em tudo e, mal se constituíram as divisões, abrasava-as com o ardor de um entusiasmo comunicativo e dominador. Por que esperariam, mais, forças e chefes? Fortes pelas armas, fortes pelo número, só a covardia — pregava ele — poderia prendê-los à vontade morosa e vacilante da Junta Comissária. Ordens para seguir?

Não eram autômatos. Pensavam, sentiam e queriam. Se os superiores, criminosamente, adiavam para um futuro inatingível a hora do triunfo, não podiam e não deviam ser solidários com esse procedimento que eternizava a luta, dando a Fidié probabilidades que, em outras circunstâncias, não teria. Por que esperar? Agiriam. Dariam essa lição e proveitosa aos membros da Junta. E, proclamada a Independência, destruídos os redutos de Caxias, preso o Sargento-mor português, trazido o Maranhão à causa do Império, seu desrespeito, em vez de crime, seria eterno padrão de glórias.

Alecrim, aliás, parecera, sempre, o que justamente era: um revoltado contra as determinações dos poderes constituídos da Província, e um homem de ação, valente e audacioso. Ao lado de Salvador Cardoso de Oliveira tinha sido dos mais pertinazes, mais afoitos e difíceis de bater na triste derrota do Jenipapo. Fugira como todos os outros diante da loucura de qualquer tentativa séria contra as armas portuguesas vitoriosas. Sua coragem, no entanto, não se esquecera e quando o Tenente Roberto José de Moura, tendo proclamado a Independência em São José dos Matões, se sentira ameaçado pelas tropas maranhenses, fora ele o escolhido para marchar com 400 homens em socorro dos brasileiros. Fora ele que, chegando inopinadamente, fizera inclinar-se para o partido da Independência a sorte das armas no combate de 29 de abril.

Em São José, após o desbarato das tropas inimigas, arrastado pela ambição, que, muitas vezes, durante a luta, o fascinou, convocara os oficiais e planejara um governo provisório que deixava não somente de ser subordinado ao do Piauí, mas governaria o Maranhão e acompanharia a sede das operações até que fosse instalado, definitivamente, em São Luís. Fora mais longe. Fizera uma conspiração contra a Junta do Poti. Escolheram-se candidatos e o Governo teria, talvez, sido instalado, não fora ter recusado o nome do ambicioso Capitão, quando tratara da eleição.

Não aceito, não parecera desgostar-se. Escondera o ressentimento. Comparecera às eleições. E, sabido o resultado, fingira uma indignação violenta, ameaçara os conspiradores e estivera, mesmo, para os prender como sediciosos.

Falho esse plano, não morreram as suas pretensões. Um plano mais arrojado tangeria-o para a frente. Deixara São José, seguira para o Buriti Cortado e fora, finalmente, para o Sucuruí, a 10 léguas de Caxias, onde encontrara o ofício da Junta criando as três divisões e nomeando-o Comandante da segunda.

Até aí subordinara, portanto, ao seu arbítrio, a autoridade da Junta, sem sombra de repressão ou providência que lhe tolhesse os impulsos. Nunca se sentira mais próximo do triunfo. A constituição das divisões era a possibilidade de realizar amadurecidos projetos. Convinha aproveitá-los.

E com engenho tamanho se houve que, contrariando as instruções recebidas, abandonaram Luís Rodrigues Chaves, ele e Francisco Manuel de Araújo Costa as estradas de Santo Antônio e do Poti e foram estabelecer quartéis na Pindoba, a 6 léguas de Caxias. Os caminhos ficavam, deste modo, abertos à passagem das tropas lusitanas, que, se o pretendessem, viriam contra esta província e sem grande esforço a tomariam, hoje que a flor das suas tropas invade o Maranhão.

Alecrim, contudo, não deixou a Junta Comissária na ignorância do que acontecera. Participou-lhe o que fizera, disse-lhe a intenção com que se avizinhavam ele e companheiros do inimigo. E terminou pedindo a remessa urgente de socorros.

Era a 19 de maio. Soube-se, também, no mesmo dia, que o Comandante de Jerumenha, Capitão-mor João Gomes Caminha, auxiliado poderosamente pelo Capitão José Dias de Matos, fizera a proclamação da Independência (12 de maio) em Pastos Bons.

Urgida, assim, pela gravidade desse acontecimento, reuniu-se a Junta. A situação era imperiosa e difícil. Determinar o regresso das forças? Seria arriscar-se a nova desautoração. Abandonar o quartel do Poti? Não o podia fazer na ocasião, porque o Tenente Simplicio não trouxera todas as cavalgaduras solicitadas e apenas conseguira umas setenta. O que as circunstâncias aconselhavam, nestas condições, era que se apressasse a reunião das tropas e se precipitasse o dia da partida. E foi essa a deliberação que, por mais prudente e mais simples, se acordou. Providências seriam tomadas a fim de se conseguir meios de transporte.

Marcou, então, o dia 30 de maio para a partida e determinou a Francisco Gil Castelo Branco que, sob nenhum pretexto, deixasse de mandar quarenta burros para o Poti, o mais tarde até o dia 25. A fim de apressar a concentração das forças nos arredores de Caxias, como se deliberara, oficiou a Moraes Rego, a Salvador e a João Gomes Caminha ordenando-lhes que, sem tardança, fossem ali assentar os seus quartéis.

Ao último, acusando o recebimento do ofício em que participara a proclamação da Independência em Pastos Bons, dizia-se de Oeiras:

"... Muito louvável será se tiver concluído a aclamação nessa vila de Pastos Bons com a melhor ordem e sossego; se o contrário, porém, tiver acontecido será muito e muito do desagrado deste Governo, que não será de forma alguma indulgente para com os seus súditos, que para qualquer desacato, ou alteração da ordem pública tiver concorrido, seja direta, ou indiretamente."

Na mesma ocasião mandava que a Câmara de Pastos Bons entregasse ao Capitão Francisco José de Sousa as quatro peças que se sabia abandonadas pelo ex-Comandante, Major Francisco de Paula Ribeiro, devendo acompanhá-las dos respectivos pertences e munições. E querendo prevenir a hipótese de perdê-las num encontro com os soldados de Fidié, determinava que fossem conduzidas para o porto de Santo Antônio, ou para os quartéis do Poti, nas canoas que solicitara a Vicente Gonçalves Guimarães.

As peças, não as entregou a Câmara, que ignorava o seu destino. O ex-Comandante, vendo-se perdido, levava-as para o campo, abrira um fosso profundo e as enterrara. Não obsteu isso, entretanto, que elas fossem parar às mãos dos brasileiros, pois se a Câmara não pôde satisfazer à determinação do Governo piauiense, nem por isto ficaram eles sem aqueles poderosos instrumentos de luta. Descobriu-as, casualmente, um soldado dos muitos que passavam dias e noites revolvendo os arredores da vila em procura de dinheiro enterrado. Descobriu-as e entregou-as a Caminha que, marchando a 22 de maio, rumo de Caxias, antes de receber a ordem da Junta de Oeiras, as levou, com a totalidade das forças — 418 praças — do seu comando.

Apesar das medidas tomadas, porém, a Junta Comissária que, até aí, não recebera as informações solicitadas da Parnaíba, ficava receosa pelos destinos da Independência na vila do extremo-norte.

O presídio de Carnaubeiras crescia em audácia e insolência. Era já digno de respeito pelo número dos seus soldados. Dizia-se bem provido de armas e munições. Tempestuava ameaçadoras violências para um futuro próximo. E muito prejudicaria a Província se realizasse uma incursão a quem do rio.

Conturbada por essas dúvidas, assentara a Junta remeter para aquele ponto parte das forças do Brejo e ia dar ordens para que seguissem, quando, afinal, recebeu as informações tão ansiosamente esperadas. A situação era outra, agora que estacionava na vila um batalhão de tropas cearenses. Os soldados de Carnaubeiras se retraíam. Fora-se a fanfarrona

petulância com que, uma vez por outra, ameaçavam os nossos de uma surpresa e de um massacre geral.

As notícias eram, assim, por demais satisfatórias. Podia a Junta voltar inteiramente a atenção para o projetado cerco de Caxias. Descansada, pois, quanto à sorte da Parnaíba, cogitou apenas de prosseguir nos aprestos para a marcha próxima. E querendo ir predispondo o espírito dos maranhenses em favor da causa imperial, escrevia a 22 de maio a seguinte proclamação:

Habitantes de Caxias e de toda a Província do Maranhão!

"A simples exposição que passo a mostrar-vos, bem, penso, será bastante para, de uma vez por todas, rasgar o denso e negro véu que sobre os olhos trazeis pendente. Representa-se, entre nós, o inimigo jurado da nossa pátria, esse monstro iníquo e abominável, que, inveterado do seu ódio, corre esta e essa Província para lhe suscitar inimigos: como um rebelde que arde enfurecido, desejoso de levar o fogo, o ferro, a miséria, a fome e todas as calamidades ao seio de nossas famílias. Cheio de quimeras persuasões e ilusórias promessas tem conseguido armar vossos braços contra vossa pátria, vossos pais, vossos filhos, vossos irmãos, só para sustentar o espírito dominador, alçar os férreos grilhões que esses malvados demagogos intitulados pais da pátria de que se compõe o nefando clube das cortes de Lisboa, vos intentavam lançar (?). Ele já foi expulso desta Província e, como tigre sequioso de sangue, se contenta em girar ao redor da presa, apressando o momento para a despedaçar.

"Tal é a conduta desse serpentário Fidié, que, tendo deixado esta Província na última desolação, e não contente, corre a essa para reduzi-la ao mesmo estado.

"Caxienses, donde vos conduz o letargo em que jazeis sepultados? Por ventura precisais de mais provas para correr às armas e, com elas na mão, reclamardes vosso direito, rechaçando e expelindo de entre vós esse mandão dos tiranos? Ignorais os acontecimentos do dia 13 de março em Campo Maior? Ignorais que ele foi batido e corrido da Província onde se intitulava Governador das Armas? Ignorais que as províncias coligadas têm entrado e estão entrando nesta e nessa Província? Será, por ventura, que todo o Brasil grita às armas para defender opiniões vãs?

"Não, por certo, amigos patriotas: é para reivindicar o direito da liberdade com que o supremo Autor de todas as coisas nos dotou. É tempo de correrdes a nós, que, com os

braços abertos vos esperamos; não vos deixeis iludir dessa serpente; não gosteis do pomo de suas capciosas linguagens, que para vos conter debaixo do seu partido ele tem executado todos os meios. Vossa prudência forma sua força e com ela quer levantar o cadafalso onde todos serão executados depois de sua vitória.

"Se vos aterra a desgraçada morte de alguns europeus no dia da batalha, acreditai que foi impulso popular e não obra das armas que coadjuvaram a causa santa da Independência. Se vos prendem alguns procedimentos contra o direito de propriedade, vede que seus autores e sectários, já em número de cem, gemem nas prisões e só se esperam os processos para pagarem com a vida as suas desenvolturas. Nós vos afiançamos, em nome de nosso amado Imperador, o senhor D. Pedro de Alcântara, o direito pessoal e de propriedade. Muitos de entre vós se acham nas nossas bandeiras e são estimados. Os europeus gozam sossego e só devem temer aqueles que forem inimigos do Brasil; contra estes é que voltamos as nossas armas. Os brasileiros beneméritos, por força, hão de conservar sempre fresca a chaga que os fazia desgraçados e vigiar constantemente sobre o momento de reclamar seus antigos direitos.

"Nós seremos vigilantes e firmes em fazer executar todos os meios pacíficos para que reine o público e particular sossego, pelo exemplo que nos derem de amor à nossa santa causa da Independência.

"Cidadãos de todas as classes, formemos o fecho de união que seremos dignos de louvores."

Esta proclamação não chegou a ser enviada, porque a vigilância da Junta foi violentamente atraída para um fato que esteve a ponto de comprometer, seriamente, a situação das forças do Poti,

Foi no mesmo dia em que se a elaborava.

Ia a Junta remetê-la aos Alferes Pedro Paulo de Moraes Rego e Salvador Cardoso de Oliveira a fim de que a distribuíssem e fizessem chegar às mãos dos caxienses, quando recebeu aviso de que se aproximava o Coronel João de Araújo com a sua tropa. E não decorria uma hora, já a força entrava na vila.

Estavam todos muito longe de a esperar. Julgava-se que estivesse em Santo Antônio, máis disciplinada depois dos termos rudes que tivera a Junta para aquele oficial, censurando-lhe o feroz procedimento dos soldados e responsabilizando-o pelas consequências da sua insubordinação.

Ignorava-se, mesmo, que tivesse o plano de vir alojar-se no Poti. Se viera, acompanhava-o alguma intenção criminosa que era preciso conhecer.

E a Junta não se iludia, pois, apenas se aquartelou a tropa, foi seu comandante entender-se com o Presidente Sousa Martins e declarou-lhe peremptoriamente que se não conformava, dali em diante, com a posição subordinada de até então e vinha exigir uma coparticipação mais imediata nos negócios da guerra.

Até aonde iria essa coparticipação? Como a entendia aquele coronel? Por que alteração pretendia fazer passar a Junta, de modo que pudesse admiti-lo, agora, depois de instalada?

O caso era de perigosa solução, especialmente pelas condições da Junta, — desfalcada das forças que mandara para o Maranhão. Nesse dia aquartelavam-se na vila 445 praças, das quais, entretanto, apenas 90 possuíam armas. E não havia confiar nelas. As mais fortes, as mais valentes, as experimentadas, essas estavam às ordens de Araújo Costa, Rodrigues Chaves e Alecrim, na Pindoba. Diminutas como eram, portanto, as suas forças, nem ao menos cogitou a Junta de punir a nova insubordinação do chefe cearense. Se o tentasse, correriam sério perigo a sua autoridade e a sua conservação naquele posto. Quis, no entanto, ganhar tempo até que, reunida à vanguarda do exército, lhe fosse possível apurar a responsabilidade daquele Coronel. Prometeu-lhe, assim, afetar ao Governo a sua pretensão e pediu-lhe a maior prudência e a mais absoluta confiança no interesse que poria em vê-lo satisfeito.

Desfazia o perigo? Afastava-o, somente. As tropas continuavam dentro da vila, agindo ao favor dos seus impulsos criminosos, ostentando a audácia de quem sabe que pode ditar condições, e abusa das circunstâncias. Não escondiam seu ódio pelos portugueses que aderiam à revolução e vinham engrossar as nossas fileiras. Faziam garbo do desprezo que lhes mereciam as tropas do Poti. E não seria de admirar que um atrito mais sério lançasse as suas forças uma contra a outra, pondo termo ao duelo de insultos que, durante o dia inteiro, após a chegada, perturbou a ordem no acampamento.

Que fazer, no entanto? A única providência que a Junta pôde tomar foi dirigir-se ao Capitão Domingos Álvares de Medeiros e aos Alferes Joaquim Carvalho de Almeida, Salvador Cardoso de Oliveira e Pedro Paulo de Moraes Rego, determinando-lhes que adiassem a partida projetada e remetessem para os quartéis do Poti as forças e respectivas munições encontradas na vila do Brejo. Sustando a partida das tropas daqueles chefes, queria a Junta poder contar com a possibilidade de socorros, que, de outro modo, não teria de onde esperar. Mas, nem por isso, era outra a sua melindrosa situação.

E o mais grave é que, enquanto os últimos acontecimentos abalavam, por esta forma, a segurança da Junta Comissária, um outro, de possíveis consequências mais sérias, ainda, enlutava os brasileiros no acampamento

da Pindoba. Alecrim não se podia manter na monótona quietude enervante das barracas, à espera de ocasiões para medir sua bravura com a dos portugueses. Tentara algumas correrias sem conseqüências de importância. E desesperado, finalmente, com a obstinação do inimigo em não querer um recontro sério, acabou por se deixar cair numa cilada.

Sabendo, assim, no dia 23 de maio, que um piquete de força brasileira estava em perigo no lugar Bonfim, ⁽¹⁾ a quatro quilômetros do quartel dos portugueses, correu em seu socorro com 400 praças, esquecendo-se de mandar aviso, ou propositadamente não dando aviso aos chefes das Divisões. Mal iniciada a luta, reconhecera, porém, a superioridade numérica dos portugueses e, sem atentar para a sorte dos companheiros, abandonara-os e fugira.

Ainda fizeram os nossos alguma resistência, mas sentindo-se perdidos, vendo-se sem chefe, notando os claros que a fuzilaria dos portugueses estava fazendo em suas tropas, e percebendo que, no correr da ação, iam eles recebendo novos e constantes reforços, debandaram, desordenadamente, deixando vinte e três prisioneiros, além dos mortos, e mais de quarenta armas. O inimigo teve apenas seis soldados mortos e morto, também, um oficial — dos que tinham vindo com a força remetida pelo governo do Pará. Não era real a notícia do cerco. Tinham-se servido os soldados de Fidié desse stratagem, cujo efeito seria nenhum, ou seria negativo, não fosse o temperamento arrebatado de Alecrim...

Foi tremendo o resultado sobre o ânimo dos brasileiros. E quando a notícia da derrota chegou aos quartéis do Poti, o insucesso assumira proporções de um revés pavoroso.

Os desafetos de Alecrim foram os primeiros a transmiti-la, exagerando-a, enegrecendo-a, mentindo, no intuito de agravarem a situação do irrefletido Comandante. Não foram 400 homens os arrastados temerariamente à aventureira empresa: tinham sido dois terços das tropas, fascinadas pela perspectiva do triunfo, cegas pelas ofuscações da glória que o chefe cearense abria diante dos soldados como um grande sol maravilhoso. Tinha-os sugestionado. Convencera-os da vitória e, levando a audácia às fronteiras da loucura, mandara, por intermédio do Alferes Pedro Martins, prevenir a Fidié de que o ia atacar, e desafiá-lo para vir aceitar batalha em campo raso, a fim de que medissem a coragem e a valentia.

Dizia-se mais, dizia-se muito. E, premida por circunstâncias tão sérias, de aparência tão negra, ignorando o valor dos prejuízos experimentados, resolveu a Junta partir sem mais demora. Apressou, com esse fim, os últimos preparativos, nomeou Comandante-Geral da Parnaíba o Coronel Simpício Dias da Silva; ordenou ao Comandante de Santo Antônio,

Tenente José Vicente Pereira de Araújo, que recebesse de Baltazar Mineu Gonçalves vinte arrobas de pólvora e lhas remetesse para onde quer que seguisse; nomeou Comandante do Poti o Capitão Luís da Rocha Pitta, deixando-lhe um tenente, um alferes e oitenta soldados, e, pela manhã de 29 de maio, atravessou o Parnaíba e marchou rumo da Pindoba.

O campo da luta ia circunscrever-se a Caxias.

1) Proximidades de Caxias.

DEMISSÃO DE ALECRIM

Sumário: — A Carnaubeiras. Termina o Coronel Simplício a construção de fortes e redutos do delta do Parnaíba. A Junta Comissária em Caxias. Demissão de Alecrim. Providências para impedir que as tropas de Fidié recebam gado de Campo Maior e do Brejo. Ofício da Junta do Governo sobre os motivos da demissão de Alecrim. Completa-se o cerco de Caxias. Encontro com um piquete de soldados lusos.

A Junta Comissária tivera nas informações prestadas pelo Coronel Simplício Dias da Silva a segurança de que, para o futuro, coisa alguma tinha a vila da Parnaíba a recear das tropas de Carnaubeiras, defendida, como ficava, pelo exército cearense.

Não era assim. A força do Capitão Felipe José das Neves ia-se tornando cada vez mais audaciosa. Crescia em arrojo e ameaças. E se não fizera, já, um ataque à vila, é porque não se julgava, ainda, suficientemente, numerosa.

É preciso assinalar que as violências cotidianas feitas contra os brasileiros, as injúrias atiradas sobre as nossas forças tinham, quase sempre, a autoria dos chefes. As fileiras, depois da capitulação do Brejo, não escondiam o desânimo. Eram arrastadas; não obedeciam a um sentimento próprio. Cediam à disciplina e à voz dos superiores: não tinham a espontaneidade de um impulso patriótico. Eram simples instrumentos, e instrumentos em que seria loucura confiar. E tão convencido desse fato andava o seu Comandante, que se dirigira ao Governo do Maranhão pedindo reforços, confessando os seus receios e exigindo a presença do brigadeiro **Infante D. Miguel** nas águas do Parnaíba.

Na vila, porém, ignoravam-se estas circunstâncias e estavam todos longe de suspeitar da sua existência. A povoação era o abanhesma do terror, um bojo infernal de perigos que se devia combater sem tréguas pois a sua permanência deixava em grande risco a situação dos brasileiros ao norte da Província. Era necessário destruí-lo e a notícia dos socorros que ali eram aguardados foi o sinal para a reação.

Deliberou-se, com efeito, tomar, imediatamente, a ofensiva e, a fim de se realizar o ataque, oficiou o Sargento-mor de Cavalaria, Bernardo Antônio Saraiva, ao Comandante do Brejo e ao Alferes Joaquim Carvalho de Almeida, expondo os seus temores e pedindo reforços. Dizia, então (24 de maio):

"Muita satisfação tenho tido, assim como toda esta vila, com a notícia da tomada do Brejo, no que Vossa Mercê tão briosamente entrou com os nossos camaradas e irmãos brasileiros, fazendo tão grande serviço à nossa santa causa, pelo que lhe envio muitos louvores.

"Como os inimigos que se encontram em Carnaubeiras fortificados ameaçam vir tomar esta vila, para o que pediram socorro de tropas e do brigue de guerra ao Maranhão, é muito necessário e do interesse do Brasil e de nossa santa causa ir já atacar e destruir aquele lugar, antes que recebam o reforço que esperam, pois do contrário, se conseguirem retomar esta vila, toda a nossa província correrá o risco de ser, novamente, atacada e sujeita ao partido contrário, pois ditos inimigos, tendo, como têm as barcas, podem, por mar, receber socorros, continuamente, de tropas e munições.

"Por tão fortes motivos, hoje oficio ao Sr. Alferes Pedro Paulo de Moura Rego para marchar, sem demora, com 250, ou 300 homens, os quais serão escolhidos — a metade entre os melhores do corpo que ele comanda, e Vossa Mercê suprirá do seu corpo a outra metade, todos armados de granadeiras, com a necessária pólvora e balas encartuchadas, a chegar a S. Paulo a 29 do corrente.

"Espero, portanto, do patriotismo de Vossa Mercê contribuir para esta expedição em nosso socorro, à falta do qual padecerá este importante ponto. Vossa Mercê deve ficar comandando essa vila do Brejo com a guarnição precisa e ter toda a cautela não o venham, de novo, atacar..."

Este ofício foi endereçado ao Comandante do Brejo; seu destinatário, porém, não podia prestar os socorros que lhe eram tão instantemente solicitados. A vila maranhense estava, por sua vez, ameaçada. Fora uma imprudência permitir que o ex-Comandante Severino Alves de Carvalho saísse, depois da proclamação, com os soldados que quiseram segui-lo — e tinham sido muitos. Imprudência maior fora permitir-se-lhes que levassem o seu armamento. Severino não podia abandonar e não abandonava o seu partido em tão precárias condições — tanto que deixou a força no sítio denominado Bandeira e embarcou para o Maranhão em procura de auxílios...

Mais do que a ameaça da vizinhança dessas tropas, se impunham, todavia, outros fatos. Poucos dias depois da capitulação do Brejo fora preso na Manga do Iguará, ⁽¹⁾ no momento em que regressava ao seio da família, o Capitão João Isidoro Bezerra que aderira ao movimento. Efetuara a prisão o Comandante Manuel José de Magalhães que fizera, logo, remeter o preso para a capital.

Viram os brasileiros, na ocorrência, um desafio e o aceitaram. Reuniram-se parentes e amigos do preso. Planearam uma vingança estrondosa. Armaram-se e, tendo à frente o negro João Ferreira do Couto, marcharam sobre a povoação, proclamaram a Independência, assassinaram a Magalhães e feriram gravemente seis ou sete pessoas.

Movido por esses tristes acontecimentos determinara o Comandante do Brejo que seguisse uma força de 60 praças a fim de manter a ordem na Manga. Mas, sentindo crescerem as ameaças em torno da vila, convocara um conselho de oficiais, dissera-lhes as suas apreensões, ficando acordado: mandar 300 homens sob o comando do Tenente Francisco Gonçalves Meireles guardar o caminho do Icatu, ⁽²⁾ e dispor nos arredores do Itapecuru-Mirim uma força de 200 soldados comandada pelo Alferes Salvador Cardoso de Oliveira. Ambas as tropas seguiram a 25 de maio. ⁽³⁾

Para cúmulo de todos esses vexames, soubera-se que o Alferes português João Manuel vinha, com 80 homens, subindo o rio Magu, com o intento de chegar até S. Bernardo. E esta denúncia chegara depois de desfalcada a guarnição com a saída dos dois contingentes para as estradas do Icatu e Itapecuru-Mirim. Viera no mesmo dia em que se recebeu o pedido de socorros endereçado pelo Sargento-mor Bernardo Saraiva.

Não se podia, portanto, satisfazê-lo em tão melindrosa situação. E não o satisfaz aquele Comandante. Dirigiu-se, apenas, ao Tenente Simplicio José da Silva expondo o seu estado e remetendo cópia do ofício recebido.

De nenhum desses fatos se soubera em Parnaíba. Contava-se com as forças pedidas. Não se cogitou da hipótese de serem negadas.

E como se tinham feito todos os preparativos para o ataque projetado e podia acontecer que, de um momento para outro, chegassem a Carnaubeiras os reforços pedidos, resolveram o Sargento-mor Bernardo Antônio Saraiva e o Coronel Simplicio Dias da Silva efetuá-lo sem mais delongas, apesar de não terem vindo as forças esperadas. Distribuíram, assim, munições às tropas; o Tenente-Coronel José Narciso Xavier Torres,

Comandante das do Ceará, fez-lhes uma proclamação recordando seu dever e acendendo-lhes o patriotismo; tomaram-se precauções para evitar uma surpresa e, pela manhã de 4 de junho, caíram sobre a povoação — onde não eram aguardados.

Carnaubeiras se acha situada próximo à embocadura do igarapé Jacarandá, nas imediações da baía de Mantible. Tinha uma guarnição de 300 homens e não de 30 como afirma César Marques ⁽⁴⁾ os quais além de defendidos por fortes trincheiras estavam poderosamente armados de peças de grosso calibre e granadeiras.

Era uma temeridade a empresa. Reagissem os portugueses e os nossos, batendo-se em campo descoberto, inferiores em número e em armas, fugiriam, ou seriam esmagados.

Não reagiram, por felicidade nossa. Andavam em franca dissidência com os chefes. Eram simpáticos ao Brasil. Não queriam bater-se contra a revolução. E sabedores de que se aproximavam os brasileiros, dirigiram-se tumultuariamente ao Capitão Felipe das Neves e ao Alferes Joaquim Mendes Vieira afirmando-lhes que estavam dispostos a se não bater: se pegassem em armas, seriam em favor dos contrários...

E não houve meio de trazê-los à obediência. Não desejando, porém, aqueles oficiais arriscar-se às possíveis consequências desse proceder, fugiram conduzindo as forças que quiseram, voluntariamente, acompanhá-los. Deste modo fizeram os independentes a entrada na povoação sem disparar um tiro. E uma vez senhores de Carnaubeiras ficaram, também, da Tutóia ⁽⁵⁾ e do Icatu, onde, no mesmo dia, aclamaram o Imperador. Tutóia, importante por sua situação nas vizinhanças da baía de seu nome, teve uma guarnição de 100 homens.

A vitória tinha as mais vantajosas consequências para as armas do Império. Afastava-se um perigo verdadeiro. Alargava-se o raio de ação dos brasileiros. Era possível, agora, firmar, definitivamente, a defesa da vila, e garanti-la contra a eventualidade de novos perigos. Esta defesa, de fato, se completou em breve, pois a 20 de junho comunicava o Coronel Simplicio, à Junta Comissária, ter concluído o forte principiado pelo Tenente-Coronel José Narciso Xavier Torres à margem do Igarapé, e construído redutos na barra da Amarração e na boca do igarapé Santa Cruz, em cada um dos quais dispusera 2 peças com as respectivas munições e destacamentos de cavalaria.

A notícia desses fatos foi encontrar a Junta nas vizinhanças de Caxias, na Pindoba. Chegara a 1.º de junho e se aboletara no quartel da 3.ª Divisão, mandado aumentar para esse fim pelo respectivo Comandante, Tenente-Coronel Francisco Manuel de Araújo Costa.

1) Povoação maranhense (Vargem Grande). Ponto estratégico. Aí se cruzavam as estradas de boiadas vindas de Itapecuru-Mirim e Caxias.

2) Na toz do Munim, separada de São Luís pela baía de São José.

3) Nota do Abdias Neves: "Há notável diferença entre o que escrevi e o que vem na obra, tantas vezes citada, do Dr. Vieira da Silva. Escrevo sobre documentos oficiais".

4) Nota de Abdias Neves: "César Marques. Dicionário Histórico. V. Carnaubeiras".

5) No litoral. Na boca do rio Parnaíba.

Bem avisado fora o presidente Sousa Martins apressando a reunião das tropas antes mesmo de, para isso, receber ordem do Governo temporário. Sabia a indisciplina que lavrava nas forças em ação. Sabia que, muitas vezes, descia dos chefes o triste e perigoso exemplo do desrespeito aos superiores. Viera movida pela iminência de um desastre total, que estivera perto de culminar o arrojo e as aventuras do exército.

Mas, sobre não ser do agrado das tropas a sua vinda, mais se exacerbaram estas porque, devendo-se-lhes soldos vencidos na importância de dois contos, mal se lhes pôde dar oitocentos mil réis.

Não quiseram esconder, por isto, e não calaram o desapontamento. Pretendiam completa remuneração: dava-se-lhes menos de metade. Ergueram-se murmúrios nas fileiras. Estiveram para desertar em bloco. E em bloco teriam abandonado o campo da luta, não fora o sonho ambicioso do saque de Caxias — “a chave dos sertões”, a localidade mais rica do interior da Província pelo florescimento do seu comércio.

Não contribuíra pouco para essa má vontade o Capitão Alecrim, que, ainda um dia antes de chegar a Junta, armara sua divisão e a mandara contra a de seu patrício, Capitão Luís Rodrigues Chaves. Alecrim augurava mal da presença de Sousa Martins na Pindoba. Era um freio para os seus estouvamentos. Era, talvez, a repressão da sua indisciplina anterior.

Não o aguardou, nestas condições, com o espírito calmo. Quis preparar elementos para resistir, se necessário fosse, e, para isto, criou uma atmosfera hostil às novas forças, a qual se manifestou desde os primeiros dias embaraçando-lhes a ação.

A Junta, aliás, viu logo onde se escondia o responsável por descobrir e não vacilou. Sete dias depois de sua chegada oficiava a Alecrim chamando-o à sua presença, a fim de dar contas de dinheiros que havia recebido de brasileiros para pagamento de seus soldados, e como, reiterando a ordem, não comparecesse, demitia-o do comando da 2.^a Divisão e mandava que, sem demora, fosse apresentar-se à Junta governativa, em Oeiras, onde responderia pelos atos praticados no exército.

O Capitão Inácio Gomes Correia, portador do ofício demissório, levou, também, a nomeação do Sargento-mor Francisco Inácio da Costa para Comandante daquela Divisão, em substituição de Alecrim. Determinava-se ao substituto que, imediatamente depois de ter ciência de sua nomeação, se empossasse, tomasse conta do armamento e dos apetrechos bélicos, e os tivesse em segurança.

Alecrim, entretanto, não se podia conformar com semelhante ato, que o mesmo seria conformar-se com a morte de todas as suas ambições. Custava-lhe desfazer-se do seu posto nas vizinhanças de Caxias. Era, para ele, doloroso despedir-se das audaciosas e impensadas aventuras a que tantas vezes se atirara e que condiziam tão bem com os impulsos do seu temperamento. Compreendendo, todavia, a necessidade

de não fazer pior a sua situação por mais um assomo de rebeldia, valeu-se do seu domínio sobre as tropas e insinuou-lhe que a sua demissão era uma injúria atirada sobre todos. E tão habilmente andou que, no dia seguinte ao da substituição, se dirigiam os soldados a Sousa Martins e declaravam-lhe positivamente que seriam solidários com o seu chefe e o acompanhariam a Oeiras caso não obtivessem a revogação do ato demissório.

Não quis, contudo, atendê-los o presidente da Junta. Negou a revogação. Censurou-os, com brandura, pela nova desobediência e, mandando que voltassem ao acampamento, encarregou o Tenente José Soares da Silveira de ir com os seus homens auxiliar o Sargento-mor Francisco Inácio da Costa na guerra das munições, armas e apetrechos da Divisão insubordinada.

Tomadas essas providências, afastado Alecrim, cuja presença, nas circunstâncias atuais, era um estorvo à boa marcha das operações e um perigo constante, pôde a Junta cuidar de medidas que, se não completavam o cerco de Caxias, impediam a comunicação dos sitiados com a sua metrópole e dificultavam o recebimento de gado para o consumo. Tivera-se denúncia de que os portugueses continuavam a abastecer-se de gado do Piauí, gado que atravessava o rio um pouco abaixo do Brejo, seguia pela estrada do Itapecuru-Mirim e daqui, subindo o Itapecuru, chegava a Caxias sem embaraço.

Impunha-se com urgência uma medida que obstasse a continuação desse fato. Uma vez impedido Fidié, dificilmente poderia manter a sua posição, ou se a mantivesse, sujeitava-se a grandes riscos e a constantes prejuízos, sempre que os seus soldados tivessem de sair para fazer a aquisição de mantimentos.

Não pareceu, entretanto, conveniente a Sousa Martins desfalar as três divisões do exército. Serviu-se, antes, da força que proclamara a Independência em Pastos Bons e que, consideravelmente acrescida, tinha-se-lhe apresentado sob o comando do Capitão-mor João Gomes Caminha e do Capitão Matias de Sousa. Determinou, portanto, que estivessem prontos para marchar e, com efeito, marcharam a 10 de junho para um sítio à margem do Itapecuru, quatro léguas distante de Caxias. A tropa que se compunha de mais de 400 praças levava ordem para se reunir ao Capitão Francisco Germano de Moraes que se achava no sítio denominado Terra Dura, distante de Caxias légua e meia, comandando um troço de 342 soldados. Uma vez aquartelados deviam apreender os comboios que ali fossem ter e impedir que, do Itapecuru, chegassem reforços a Fidié. Para este fim deviam espalhar guerrilhas pelas duas margens.

Enquanto seguia Gomes Caminha, preparava-se Sousa Martins para abandonar o quartel da 3.^a Divisão, a fim de ir ocupar uma posição mais vantajosa, deixando, ali, apenas um presidio de 250 praças. Aguardavam-

se forças de Pajeú de Flores ⁽⁶⁾ e Pilão Arcado a fim de se aumentar o contingente desse presídio.

Os de Fidié, os mais bem servidos, não tinham além de 50 soldados — durante o dia. Esse número aumentava à noite, porque dos habitantes da vila os que haviam ficado em obediência às ordens da Câmara, esses iam dormir no Morro das Tabocas, sob a proteção das armas portuguesas e, então, era possível reforçar os presídios. Em Caxias restava menos de um terço da antiga população.

Permanecia ainda, porém, a Junta no quartel da 3.^a Divisão, quando partiu Alecrim a apresentar-se ao Governo temporário, levando o seguinte ofício:

“A tática, a prática, o valor, a prudência, qualidades que, indispensavelmente, devem existir em todo aquele indivíduo que se propuser a comandar uma tropa, que se acha à frente de inimigo destro, astuto e corajoso, fogem e desaparecem do alcance do Capitão João da Costa Alecrim, que, até agora, tem comandado a 2.^a Divisão deste exército, o que se diviso apenas ele se encaminhou para esta Província com 400 soldados em socorro do brasileiro Tenente Roberto José de Moura, e desde então entusiasmado, ou vaidoso pelo lugar que ocupava, jamais deixou de pôr em execução todos os atentados, as mais das vezes calcando aos pés as ordens que esta Junta lhe tem dirigido, outrora requisitando em nome de Sua Majestade Imperial aos oficiais e cidadãos deste termo a instalação de um Governo temporário para derribar esta Junta criada por ordem de V. Exa. e, finalmente, precipitando-se e entregando ao inimigo, no dia 23 do próximo passado mês de maio, o número de quatrocentos e muitos a quinhentos soldados, e, até, propondo-se a combater, no dia 30, toda a tropa da 1.^a Divisão comandada pelo Sargento-mor Luís Rodrigues Chaves...”

A Junta estendia-se, ainda, justificando a demissão do oficial cearense, dando minúcias sobre o combate de 23, circunstanciando as insubordinações, expondo os motivos e os prováveis escopos das mesmas.

E Alecrim, contra quem se traçava essa estúpida peça de acusação, teve ainda um derradeiro arrojo da audácia insolente e pediu para ser, ele mesmo, o portador e o próprio a apresentá-la. Contava encontrar em Ociras o Exército Auxiliador do Ceará, em cujas fileiras, certamente, seria bem acolhido, sob a proteção valiosa dos dois chefes seus patrícios.

6) Em Pernambuco.

Poderia, talvez, mesmo, converter o que era um libelo de graves acusações numa prova oficial de patriotismo e de bravura. E arrastado e rendido por essa idéia animadora, vendo-se em vésperas de regressar mais forte e mais amparado, partiu a 11 de junho para a longínqua metrópole da Província transparnaibana, enquanto no exército, restabelecida mais ou menos a disciplina, se tomavam as últimas providências para completar o cerco da vila.

As estradas de Santo Antônio, do Estanhado e do Poti achavam-se, já, guarnecidas. O Capitão-mor João Gomes Caminha guarnecera a do Itapecuru-Mirim. A Junta determinou, então, ao Coronel João de Araújo Chaves que tivesse muito em vista não mais permitir o trânsito pelo ponto que lhe fora confiado, e ordenou ao Capitão Manuel Carlos da Silva Saldanha que se fosse postar no Rosário ⁽⁷⁾ e distribuisse toda a sua tropa em presídios, de modo que cortasse quaisquer comunicações com os portugueses — por esse lado. Não se esqueceram outras medidas complementares. Fez-se distribuir pólvora em abundância pelas diferentes guarnições. E como havia muita falta de balas, não havia chumbo e o próprio ferro ia escasseando, determinou o ex-Presidente da Junta, — arvorado, agora, em Comandante-Geral das forças brasileiras — que se procurassem, pelas roças, enxadas e foices de que se improvisariam os desejados projéteis.

A falta de balas não devia ser e não foi obstáculo sério para a corajosa valentia de um povo que, até aí, marchara por um terreno ingrato, sem um abrigo, sob o aguilhão feroz da sede e da fome, sem armas, sem chefes, sem disciplina, vencido algumas vezes, abatido nunca, arrastado pela maravilhosa visão de um sol de esperanças — aberto ao longe, nos horizontes da pátria livre, como para marcar a manhã de uma nova era. Se não havia balas, se o chumbo desaparecera perdido nos constantes recontros, era necessário supri-lo. E era tal a confiança de Sousa Martins na coragem de suas forças, que, alvitando aquele expediente, mandou, ainda, ao Sargento-mor Domingos Francisco de Carvalho que se fosse postar no sítio S. Felipe e tratou, imediatamente, de mudar-se — o que realizou indo aquartelar-se no Puraquê. ⁽⁸⁾

Era preciso, no entanto, contentar a tropa cuja má vontade ia sendo, agora, um embaraço ao desdobramento do largo plano em execução. A simples esperança do saque próximo não lhe era mais suficiente. Queria outra recompensa mais positiva e menos remota. E como o Governo temporário, para quem recorrera, nem dera resposta à solicitação, foi o primeiro ato de Sousa Martins, no novo quartel, exigir do Coronel Francisco Dias Carneiro, de D. Antônia Gonçalves Chaves, de Felipe Álvares de

7) Chamada Freguesia-de-Baixo, na foz do Itapecuru.

8) No Maranhão.

Almeida e de Joaquim Antônio dos Santos, um conto de réis por empréstimo.

Uma exigência desta natureza naquela época anormal, não era fato que se discutisse. Não foi discutida nem se recusaram os coletados. O empréstimo foi prontamente coberto. E assim se houveram os meios para o pagamento integral dos **prês** devidos à força: pagou-os Sousa Martins e pôde tomar as últimas providências para fechar o cerco da vila, como o fechou a 19 de junho.

Mal se completava o cerco espalhava-se e corria com insistência o boato de que as tropas brasileiras tinham sido totalmente derrotadas no Itapecuru-Mirim e que, animados pelo triunfo, vinham os portugueses em auxílio dos sitiados do Morro das Tabocas.

Sabia-se que o Itapecuru-Mirim estava poderosamente guarnecido. Uma vez vencidos os independentes, afastado, deste modo, todo perigo, era muito natural que as forças do Reino viessem sobre Caxias para bater os sitiados.

Viessem, e os brasileiros, metidos entre dois fogos, dificilmente sustentariam a sua posição.

A notícia ecoou, por isto, como um augúrio de desgraça iminente e em breve, vestida em versões as mais desencontradas, alarmava todos os presídios. Mandou, em consequência, a Junta que o Tenente-Coronel Francisco Manuel de Araújo Costa fosse com a sua tropa incorporar-se à do Capitão Francisco Germano de Moraes, que, por estar distante, ficava mais exposto. Ordenou, ainda, e para evitar surpresas, ou enganos, que os soldados brasileiros trouxessem, para se distinguir dos de Fidié, um cinto de palha de buriti e, no chapéu, um ramo verde.

Apesar de todas as medidas, porém, continuava Fidié a abastecer-se de gado nos arredores da vila. Impunha-se tornar o cerco uma realidade. Cogitou Sousa Martins de meios para isso. Organizou novo plano na distribuição das forças e espalhou-as da seguinte forma: os Capitães Francisco Germano de Moraes e Roberto José de Moura ficaram no sítio denominado Remanso; o Capitão-mor João Gomes Caminha foi para a margem ímproba do rio Itapecuru, confronto ao Remanso; o Sargento-mor Domingos Francisco de Carvalho e o Tenente Vicente Pereira da Silva foram para o sítio chamado Vereda; os Capitães Joaquim Nunes de Magalhães e Manuel Carlos da Silva Saldanha ficaram em frente à barra do Riacho Fundo; o Coronel João de Araújo Chaves, os Capitães José da Costa Nunes e Manuel Ribeiro Granja ficaram na barra do Riacho Fundo; o Sargento-mor Luís Rodrigues Chaves, Comandante da 1.^a Divisão, ficou em Bonfim. Chegou, também, a mandar transferir o quartel do Puraquê, onde estava, para os Altos, lugarejo sem importância a 15 quilômetros de Caxias. Mas esta ordem foi reconsiderada, antes da execução.

Sortiria êxito completo este plano? Trazia grandes vantagens, êxito completo não teria, pois, se dificultava, ainda não impedia que os portu-

gueses se abastecessem de gado nas vizinhanças. As tropas, na primitiva disposição, ficavam distantes, de modo que, entre os presídios, havia roças e gados que, por alguns meses, garantiam a subsistência dos sitiados.

Aproximando-as, não somente se dava, em parte, remédio a esse inconveniente: tornava-se mais fácil e mais pronto o socorro mútuo das diversas guarnições. Estas seriam, além do mais, em número menor porque, aproximando-se da vila, iam-se reunindo as estradas e desde que elas se reduziam em número, ficavam reduzidos os pontos por vigiar.

E uma prova das dificuldades por vencer, de agora em diante, sempre que tivessem de abastecer-se de gado, tiveram-na, logo depois, os portugueses.

Vendo a nova distribuição das forças e apertar-se o cerco, tentara Fidié uma sortida. Não ignorava que vinham em marcha novas tropas a fim de reforçar os brasileiros e não podia duvidar de que, quanto mais numerosas, mais precária seria a sua posição. Escolhera, por isto, um contingente bem armado e bem montado e mandara-o, como das outras vezes, dar uma busca nos arredores. Conseguira ele passar despercebido, valendo-se da escuridão da noite de 27 de junho. O regresso, contudo, teve de ser feito durante o dia e, sendo percebido, foi atacado e desbaratado, tendo que fugir e abandonar as presas, perdendo dez soldados. Os nossos tiveram, apenas, um morto, e o triunfo seria estrondoso não tivera fugido o Capitão Reinaldo apenas começava a refrega.

CAPITULAÇÃO DO ITAPECURU-MIRIM

Sumário: — Condições do Maranhão. Suspeitas do Governo. Demissão do Comandante-Geral do Itapecuru-Mirim. Nomeação do Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos. Novas nomeações. Ordens e contra-ordens. Rumo do Itapecuru-Mirim. Determina-se que siga um reforço de 400 praças em auxílio de Fidié. O Conselho de 4 de junho. Cerco do Itapecuru-Mirim. (1)

Eram cada vez mais precárias as condições do Maranhão. A Junta governativa, desnorteada pelas freqüentes notícias da marcha triunfadora dos independentes na Província, e mal aconselhada pelo **Conciliador**, ia acumulando atos sobre atos, nem sempre coerentes, algumas vezes antagônicos. Agia segundo as últimas informações. Esquecia as providências já tomadas, na ânsia de novas medidas que anulavam as primeiras — não raramente.

É assim que, ignorando, ainda, a capitulação do Brejo, se voltava com todo o interesse para o Itapecuru-Mirim, e ao Comandante-Geral daquela ribeira, Coronel Antônio de Sales Nunes Belford, cercava de absoluto prestígio. Aprovava que tivesse recusado o reforço pedido pela Câmara de Caxias. Encarregava-o de abrir rigorosa sindicância sobre fatos de que se julgavam autores o Comandante Parcial de Coroatá, (2) Tenente de Cavalaria Fernando Antônio Carneiro, e o Comandante Parcial de Cantanhede, (3) capitão José Antônio Martins.

Nem chegara, entretanto, o Coronel Sales Belford a receber tais incumbências, já se achava demitido do comando-geral da ribeira e substituído pelo Tenente-Coronel de 2.ª Linha José Félix Pereira de Burgos. Motivara a demissão a denúncia de que ele tramava contra o partido do Reino. Dizia-se que se pusera, abertamente, ao lado dos brasileiros. E, assim, para melhor garantir a causa portuguesa, fizera o Governo seguir

um contingente de 100 praças, levando seis barris de pólvora e seis mil balas de mosquete.

Sua atenção foi, porém, e quando menos o podia esperar, atraída para outros pontos da província, onde triunfava a revolução. Chegara a São Luís o ex-Comandante do Brejo, Capitão Severino Alves de Carvalho. Comunicara a capitulação da importante vila. Expusera previsões de uma marcha contra o Igará e contra o Itapecuru-Mirim. Denunciara a deserção dos lusitanos para as fileiras contrárias. Dissera, enfim, com as verdadeiras cores, qual a situação da província.

A surpresa era por demais forte para que se tomasse uma providência segura e definitiva, capaz de julgar a crise e deter a expansão do partido da Independência. Delineou-se, contudo, um plano de ação tendente a restaurar o domínio português no Brejo e a defender de possíveis ataques a vila do Itapecuru-Mirim.

Não se cogitava de Caxias, talvez pela persuasão de que até o Morro das Tabocas jamais chegaria a audácia aventureira das forças do Brasil. Ignoravam-se quais as suas condições. Era de supor que estivesse garantida sob a valiosa proteção das armas de Fidié.

O plano consistia em reunir-se toda a Tropa de Linha da capital, sob o comando do Tenente-Coronel Ricardo José Coelho, à força que saíra do Brejo e se encontrava no Icatu. Outros contingentes, vindos do Itapecuru-Mirim e do Mearim, (4) engrossariam as fileiras dessas tropas, que marchariam, então, a libertar o Brejo, deixariam, neste ponto, um destacamento numeroso e iriam, depois, montar quartéis no Itapecuru-Mirim.

Bem depressa, porém, foi abandonado o plano de restabelecer no Brejo o domínio português. As ordens mandadas ao Tenente-Coronel Ricardo José Coelho não chegaram a ter princípio de execução. Pelo contrário. Sendo dia a dia mais alarmantes as notícias que chegavam de Caxias e do Itapecuru, principiou o Governo a inquietar-se novamente pela sua situação e voltou a concentrar seus esforços na defesa da última das vilas. Caxias continuaria em abandono, entregue ao patriotismo do ex-Governador das Armas piauienses. Foi para o Itapecuru que se voltou a sua atenção. E, assim, expediu ordens ao Tenente-Coronel Coelho para que, acompanhado do Capitão de Polícia Antônio José de Carvalho seguisse em socorro desta vila, comandando 300 praças de primeira linha, um parque de artilharia (quatro peças calibre 4 e 5) além de outros contingentes que se lhe reuniram durante a viagem. Uma vez chegado ao destino, assumiria Coelho o comando geral da ribeira e mandaria um reforço de 400 homens a Fidié.

Entretanto, "ou fosse pelas notícias que chegavam do interior, escreve o Dr. Vieira da Silva, ou porque reconhecesse que a situação da

1) Nota de Abdias Neves: "Na falta de outros elementos, tive de recorrer, muitas vezes, à obra citada do Dr. Vieira da Silva, quando tracei este capítulo".

2) Povoação maranhense, na época.

3) Povoação maranhense, na época.

4) Nome de rio maranhense. Ribeira de fazendas de algodão e de arroz.

Província cada dia se tornava mais melindrosa, deliberou-se convocar um conselho na casa da residência do Marechal Faria, para o qual foram também convidados o Desembargador André Gonçalves de Sousa, Antônio Marques da Costa Soares, Dr. Patrício José de Almeida e Silva, Cônegos Francisco da Madre de Deus, Francisco Zuzarte Mendes Barreto ⁽⁵⁾, Dr. Francisco Gonçalves Martins e Antônio José do Carmo.

"Esta reunião teve lugar no dia 4 de junho, às 6 horas da tarde. Ignoramos, ao certo, o objeto da conferência e o seu resultado; parece, porém, que se combinou sustentar até a última extremidade a causa portuguesa e providenciar sobre a defesa da cidade e da ilha, o que, poucos dias depois, se pôs em prática mandando-se levantar fortificações em cujo serviço foram empregados os calçetas.

"Não podendo por outros meios fazer sentir o resto dessa autoridade que via escapar-lhe das mãos como uma sombra, a Junta mandava proceder a novas prisões, destinando o navio **São Pedro Aguiá** para presiganga e nele fez recolher os presos que se achavam no forte de Santo Antônio da Barra e a bordo do brigue de guerra.

"Entre estes figuravam Tomás Cardoso de Oliveira e João Reis Curado, que chegando dia 31 de maio do Itapecuru-Mirim, foram presos por suspeitos de serem emissários dos independentes. Quarenta e quatro presos que se achavam na cadeia e cujos crimes eram políticos, foram também recolhidos à presiganga, onde, sem distinção, recebiam um tratamento bárbaro, chegando a dar-se-lhes para beberem água salgada!"

Enquanto o Governo reduzia sua política na capital a uma série de injustificáveis violências, reunia-se no Itapecuru a Câmara para oficiar à Junta opondo-se à ordem de remeter 400 praças em socorro de Fidié. A Câmara, influenciada pelos habitantes da vila e da ribeira, que viam com o maior terror a situação de Caxias e a aproximação das tropas de Salvador, fora constringida a adotar essa resolução, muito embora contrariasse, assim, os planos do governo.

Este se não iludia, sentindo perdida a causa de Portugal na Província. Não havia, mais, forças que pudesse retirar da capital. O melhor de suas tropas, o dispensável de suas munições de guerra, fora tudo para o Itapecuru-Mirim. Todo o seu interesse repartia-se, agora, entre aquela vila e a capital. O Brejo, este ficava definitivamente perdido. Caxias que se

5) Nota de Abdias Neves: "Zuzarte não era cônego: era formado em Direito. Exercia o lugar de Ouvidor-Geral, em Oeiras, ao estalar a revolução no Piauí".

sus'entasse como pudesse. Que se havia de tentar em seu favor, quando o Itapecuru-Mirim, talvez, se não mantivesse e a própria capital podia estar em véspera de ceder, também, à marcha avassaladora do partido da separação?

Esse estado agravou-se, de repente, ainda mais, pela precipitação dos sucessos do Itapecuru.

No dia 10 de junho, às 2 horas da tarde, soube-se na vila que se aproximavam tropas dos independentes. O Tenente-Coronel Coelho, sabendo isso, organizou, sem demora, um piquete de cavalaria, ao mando do Alferes José Joaquim de Castro Launé e determinou que fosse reconhecer o que se passava, levando ordens para se não empenhar em luta, e fugir ao primeiro ataque.

Não pôde ser assim. O piquete caiu, imprudentemente, em uma emboscada e regressou com algumas baixas, sem trazer qualquer informação. Foi o bastante, contudo, para estabelecer o alarma entre os portugueses, que, depois de guarnecer a rampa do desembarque e as estradas que iam ter à vila, mandaram toda a sua cavalaria ao encontro dos brasileiros.

Estes estavam, apenas, a quinhentas braças dos quartéis lusitanos e, sem correr, aguardaram corajosamente o inimigo, rompendo contra ele, quando se aproximou, um fogo cerrado, que o conteve, por instantes, indeciso.

Dessa indecisão se aproveitaram os nossos para fazer mais renhido o ataque, e os portugueses principiavam, já, a voltar, tumultuariamente, para o recinto da vila, quando lhes foi mandado um reforço de pedestres tirados da Tropa de 1.^a Linha.

A ação prolongava-se. Cinco horas havia que estava travada a peleja quando as tropas lusitanas deram princípio a recuar, perseguidas de perto pelos independentes que tiveram de abandonar a perseguição ao atingirem as primeiras ruas, por lhes escassearem as munições.

Não lhes convindo acampar em terreno nas vizinhanças do inimigo, seguiu toda a força para o sítio denominado Jacu, distante légua e meia da vila, ignorando, ao certo, o número de suas perdas, que, ao depois, se apurou ter sido de menos de trinta praças.

Temeu-se, todavia, no acampamento português que a retirada dos brasileiros fosse um ardil de guerra. Esperou-se que voltassem, à calada propícia da noite, para surpreender a vila. E coisa alguma esqueceu o Tenente-Coronel Ricardo Coelho a fim de estabelecer, por toda parte, a maior vigilância e favorecer a pronta reunião das tropas ao primeiro sinal.

Para isto, mandou acender grandes fogueiras no largo da matriz, em vários pontos das ruas principais, na margem do rio, nas estradas; dobrou

as sentinelas; dispôs guardas avançadas no caminho do Jacu; ⁽⁶⁾ e ele próprio fez a patrulha do acampamento até pela manhã.

Nada ocorreu. Passou-se a noite sem que o inimigo se apresentasse e o mesmo sucedeu com o dia que alvorava.

Salvador abandonara o propósito de vencer a vila pelas armas. Nem dispunha de forças que pudessem fazer frente, com vantagem, aos portugueses, nem as suas parcas munições admitiam o plano de um novo combate que se estendesse durante horas. Convocara, em conselho, os Alferes Segisnando José de Magalhães e Joaquim Carvalho de Almeida e o crioulo João Ferreira do Couto, expusera os inconvenientes de um outro ataque, e, depois de ouvir a todos, assentara pôr a vila debaixo de cerco, fracionando as tropas em guerrilhas pelas estradas.

Aprovou-se o projeto. Organizou-se a distribuição das forças e enquanto Salvador e Carvalho se instalavam no Guanaré ⁽⁷⁾ — lugarejo sem importância, pouco acima da vila, ficavam o Alferes Segisnando no Jacu, João Ferreira do Couto, no Porto da Gabarra, ⁽⁸⁾ e um destacamento no sítio Barrigudas ⁽⁹⁾ — uma légua abaixo, à margem do rio.

Todos os caminhos ficavam, deste modo, fechados para os portugueses que, apenas conheceram o plano, mandaram forte contingente, bem armado e municiado, em duas barcas, a desalojar os brasileiros. E os desalojou, porque, sobre serem magnificantes, em número, não dispunham de munições ⁽¹⁰⁾. Na pequena escaramuça, toda vantajosa para os portugueses, perdemos dois soldados mortos e um que ficou prisioneiro.

Mas de pouco serviu o triunfo: o cerco foi sustentado e, nove dias depois, apesar de diminuídas as rações, havia mantimentos apenas para um dia. Tentar uma sortida? Perigoso e de resultado incerto. Bater os brasileiros em seus vários alojamentos? Mais perigoso ainda.

Reunidos os oficiais em conselho para deliberar, resolveram abandonar, com todas as tropas, o Itapecuru, e ir aquartelar-se no Rosário. Mandariam, antes, um emissário a Salvador a fim de afirmar-lhe que, se dentro de cinco horas não se afastasse da vila, ser-lhe-ia dada batalha campal, sem a menor clemência para os vencidos. E assim fizeram.

— Não sairemos, — respondeu simplesmente Salvador.

E não se retiraram nem houve necessidade disto. Receberam denúncia do que deliberara o Conselho. Souberam que nesse mesmo dia, à

6) Localidade a seis quilômetros de Itapecuru-Mirim.

7) Via de acesso a Itapecuru-Mirim.

8) Via de acesso a Itapecuru-Mirim.

9) Via de acesso a Itapecuru-Mirim.

10) Nota de Abdias Neves: "O Dr. Vieira da Silva não faz menção deste incidente. Encontrei-o, entretanto, em documentos que estou compulsando, e um dos quais transcreverei".

noite, embarcariam os portugueses com o seu trem de guerra. E organizando, às pressas, um troço de soldados escolhidos entre os mais valentes, mandaram-no esconder na margem do rio, em frente ao porto de embarque.

Tinham, apenas, sido tomadas essas medidas, quando se apresentou no Guanaré o Tenente-Coronel José Félix de Burgos, levando a sua Companhia formada de 120 praças, e se reuniu ao chefe brasileiro ⁽¹¹⁾.

A situação se transformava. Os primitivos temores cediam, agora, à certeza do triunfo. E como o Tenente-Coronel Burgos deu mais circunstanciadas informações sobre o que estava sucedendo na vila, resolveu Salvador obstar, por qualquer modo, o embarque das tropas.

Aumentou, para esse fim, o destacamento que fizera postar na margem do Itapecuru. Deu ordem a todas as forças para que se aproximassem da vila, onde deviam entrar pela manhã do dia seguinte — 21 de junho. Distribuiu grande parte das munições restantes pelas tropas. E aguardou, ansiosamente, a madrugada para se pôr em ação.

No Itapecuru, decidido o embarque, tomaram-se todas as precauções para realizar às 11 horas da noite. Esta, por sua profunda escuridão, parecia favorecer a fuga planeada.

Mal se principiou, entretanto, a conduzir o pesado trem de guerra, romperam os independentes, do outro lado do rio, um fogo vivíssimo. Os lusitanos serviam-se de archotes para alumiar o transporte da bagagem: ofereciam, deste modo, alvo aos tiros dos brasileiros, que, ocultos nas trevas, não podiam ser alvejados. Era um espetáculo dantesco. Acumulava-se o fumo condensando as sombras da noite. De instante a instante um clarão rápido, uma nódoa de fogo na treva, um estampido e a queda de um corpo que ia, rolando, afundar-se nas águas do rio...

A persistência em efetuar o embarque era loucura. Depois, não era mais segredo a passagem do Tenente-Coronel Burgos para o partido dos brasileiros. A causa estava perdida. E cedendo, nesta colisão, ao império das circunstâncias, mandou o Tenente-Coronel Coelho suspender o transporte do material e recolheu-se ao quartel à espera que amanhecesse para decidir o que lhe restava fazer.

Manhã cedo, ainda, apresentaram-se Salvador e Burgos no alojamento e regularam a capitulação. O chefe português abandonava todo o seu trem e munições de guerra. Não conduziria a tropa de primeira linha — que erguera vivas à Independência na ocasião em que entraram no quartel os dois emissários. Esta aderiu à revolução e vinha engrossar as fileiras separatistas ⁽¹²⁾. Levaria, somente, alguns oficiais que haviam mostrado

11) Nota de Abdias Neves: "Isto discorda, em absoluto, do que escreve o Dr. Vieira da Silva. O que avanço porém, se apóia em documento que, ao diante, publicarei".

12) Nota de Abdias Neves: "Ainda aqui estou em desacordo com o Dr. Vieira da Silva".

desejos de acompanhá-lo: Capitães Antônio José de Carvalho, Severino Alves de Carvalho, Antônio Pereira, João José Alves de Sousa, Wenceslau Bernardino Freire, Tenente Antônio Carneiro Alves Júnior, Ricardo Marques Vidigal, Fernando Mendes de Almeida, Joaquim de Sousa Ribeiro — Ajudante Antônio Joaquim Diniz, Alferes José Domingues, José Joaquim de Castro Launé, Diogo Sarmento da Maia, Manuel José Rodrigues Pançadilha, José de Oliveira Guimarães, Domingos da Costa Lima, 9 cadetes, 2 sargentos, 3 furriéis, um cabo, um anspeçada e 10 soldados de cavalaria franca (13).

Tomando conta da praça, pondo em boa guarda as munições — que encontraram em grande abundância, serviram-se logo os brasileiros da Tropa de Linha para destacar um forte contingente no Porto da Gabarra a fim de evitar a exportação do gado para São Luís.

Parece que, mesmo aí, as tropas se não comportavam com a necessária disciplina, porque, apenas dois dias depois de ocupada a vila, foram em canoas e barcas para a capital quase todos os portugueses e o mesmo tiveram algumas famílias brasileiras.

Eis sobre esses sucessos um documento até hoje não publicado. É um ofício do Alferes Joaquim Carvalho de Almeida ao Tenente Simplicio José da Silva:

“Tenho a honra de participar a V. S. que no dia 10 do corrente teve a nossa tropa um grande combate com os habitantes desta vila. Houve, logo, um encontro arredado da vila cerca de 500 braças, pouco mais ou menos, e os nossos fizeram recuar os inimigos até dentro da vila, que foram obrigados os nossos a darem costas por lhes faltarem munições, recolhendo-se para o lugar denominado Jacu, distante da vila légua e meia e principiando a dita batalha pelas duas horas da tarde, finalizaram quase às 7 horas da noite.

“Houve sua mortandade de parte a parte, porém, não sabemos o cômputo de ambos, porque os inimigos puseram logo guardas nos corpos e nessa mesma noite desertou muita gente nossa. Esse o motivo por que, dirigidamente, se não sabe o prejuízo que houve.

“Reunida de novo a nossa gente mandou-se estacionar um destacamento no lugar Barrigudas, distante uma légua, pouco mais ou menos.

“Os inimigos desceram pelo rio com duas barcas bem apetrechadas e 200 soldados de linha, por terra, atacaram a nossa gente e morreram dois, aprisionaram um e a mais tropa

13) Nota de Abdias Neves: “Dr. Vieira da Silva, op. cit.”

correu por se verem sem munição e todos vieram reunir-se no abarracamento, onde se achava toda a mais tropa e recebemos embaixada que nos retirássemos para fora senão que nos vinham arrasar; e quando foi ao amanhecer do dia 20 saiu da vila o Tenente-Coronel José Félix de Burgos, com a sua Companhia de 120 soldados, bem armados, e reuniu-se a nós e atacamos a vila; porém, os habitantes logo que viram as nossas determinações pediram paz e capitulação com o pretexto seguinte: entregando armamentos, artilharia, munições, apetrechos de guerra e campo, o que tudo foi com muita abundância, e o melhor que havia no Maranhão, pois se avaliam todos os petrechos de guerra em mais de um milhão e meio de custo, em suma uma qualquer praça não estaria mais bem fortificada, pois que o mesmo Maranhão, em um ofício que dirigiu à dita vila, confessava que ela estava mais bem fortificada que aquela cidade.

“Hoje expedimos 200 homens para guarnecer a freguesia, para que não suba socorro nenhum do Maranhão pelo rio acima, e ficamos aprontando outra guarnição para expedirmos para o Porto da Gabarra e impedir o embarque dos gados.

“Os 400 soldados de linha que se achavam guarnecendo esta vila não quiseram mais embarcar para o Maranhão e reuniram-se a nós muito satisfeitos.

“Os marinheiros desta vila, quase todos, hoje, embarcaram-se para o Maranhão e muitas famílias fizeram o mesmo. É o que tenho a informar.

“P. S. Da Batalha que houve no dia 10 saíram 20 e tantos feridos; destes já têm morrido alguns e outros já estão escapos”.

Peça importante, a que se acaba de ler, escrita no próprio teatro dos acontecimentos, e logo depois que se tinham eles realizado, destrói muitas das afirmativas da **História da Independência da Província do Maranhão**. Esclarece amplamente os fatos que tiveram como epílogo a capitulação do Itapecuru-Mirim, — entregue, desde esse dia, à conflagração, não das tropas cearenses e piauienses, como afirma o Dr. Vieira da Silva, mas da própria força do Tenente-Coronel Burgos, que ali ficou arvorado em Comandante-Geral, ao depois com as honras de chefe do Governo Civil e Militar.

O CEARENSE

Sumário — A situação em Oeiras. Novas forças. Manuel de Sousa Martins vai ao encontro de Filgueiras. Ordens para Campo Maior. Solicitação à Câmara de Pastos Bons. As forças do Ceará. Resolve-se que o Brigadeiro Souza Martins acompanhe o Exército Auxiliador. O cearense. Subscrição.

Enquanto esses acontecimentos aceleravam na Província do Oeste o triunfo próximo de nossa emancipação política, a seca e a guerra passavam sobre o Piauí em um consórcio íntimo, abatendo fortunas, destruindo gados, desertando povoações. Apesar dos esforços de alguns comandantes, não se conseguira restabelecer a ordem, e os ataques à propriedade corriam parelha com os homicídios. Quem pudera, emigrara, fugira à sanha dos ladrões e à fúria dos assassinos. Ninguém se aventurava pelos caminhos desertos, temerosos das ameaças que, sobre os mesmos, pairavam. Não apareciam nas feiras os gêneros de mais absoluta necessidade. A farinha que, ainda hoje substitui o pão, entre nós, valia o seu peso em ouro. O gado, quase imprestável pela excessiva magreza, principiava, por sua vez, a faltar.

A vinda freqüente de auxílios aumentava, ainda mais, as dificuldades da situação pelas exigências dos chefes. As tropas chegavam sem armas e sem munições. Apenas aqui, entretanto, exigiam animais para o transporte dos oficiais, apetrechos bélicos, dinheiro, ordens para que tudo lhes fosse fornecido pelos fazendeiros em sua passagem. E sempre manifestando-se mal satisfeitos, pagavam-se elas da forçada parcimônia do Governo cometendo toda sorte de violências contra as populações inermes que se lhes deparavam, de longe em longe, abatidas pela miséria.

Nessas ocasiões, fazia o Governo temporário verdadeiras derramas, cobrando, sob a fórmula suave e enganadora de um pedido por empréstimo, sem prazo, um imposto onerosíssimo, cada vez de mais penosa realização. Tomava-se dinheiro sob as mais belas promessas de grandes juros, garantindo-se o pagamento para quando, ultimada a guerra, se levasse ao Imperador a conta de tudo. A munificência imperial seria, com certeza, bas-

tante larga para cobrir todos aqueles imensos sacrifícios. Tomavam-se cavalos sob os mesmos protestos ilusórios. Despovoavam-se fazendas inteiras, ameaçando-se, e empregando-se a força, sempre que uma simples promessa não era garantia suficiente.

A última derrama, em animais, que se fez, foi para as tropas de Pajeú de Flores e Pilão Arcado. Não quiseram abandonar Oeiras antes de se lhes dar cavalgadas. Demoraram-se muitos dias, até que se lhes fez o fornecimento de 160 cavalos, obtidos, penosamente, depois de sérias dificuldades.

E se estava, ainda, sob os efeitos dessa exigência, quando o Governo teve notícia oficial da aproximação do exército pacificador do Ceará. Com essa comunicação veio o esperado pedido de meios de transporte.

Era impossível encontrá-los nas proporções solicitadas. Alguns, poucos, se poderiam, ainda, obter, vencendo grandes embaraços. Tantos, os pedidos, tinham esgotado esta Província. Onde havê-los, agora?

Mas, desejoso o Governo de cercar a sua recusa das mais frisan- tes demonstrações de apreço, reuniu-se, a 9 de junho, e deliberou mandar o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins ao encontro do exército, a fim de saudá-lo em nome do Piauí. Acompanharia a Filgueiras e a Tristão. Faria compreender quanto esta Província se considerava honrada em receber a visita de hóspedes tão distintos. Procuraria apagar a má impressão que, por ventura, ficasse nos chefes cearenses, em se vendo desatendidos.

Feito isto, confiante na habilidade com que se desempenharia da incumbência o seu representante, endereçou a Junta o seguinte ofício ao chefe da expedição, José Pereira Filgueiras, justificando-se:

“...Acha-se, já, a Província esgotada de cavalgadas com o movimento de tropas, que há sete para oito meses sofre; a nenhuma abundância de farinha, que desde o ano passado experimenta, tem crescido com a necessária concorrência dessas mesmas tropas.

“Creiam Vs. Exas. que Campo Maior, onde superabundava o cavalgar, vê-se, hoje, em estado de não poder concorrer com esse artigo, havendo fazendas em que mal para semente ficaram algumas cavalgadas.

“Valença padece o mesmo, tanto que houve fazendas donde se retiraram, por vezes, sessenta e setenta cavalgadas e sendo há pouco necessário remeter quinhentos bois para o exército que está além do rio, os vaqueiros de algumas fazendas não puderam campear.

“O povo tem concorrido com animais; estes, porém, tão magros, que não prestam para a viagem...”

Levando instruções e esse ofício, viajou Sousa Martins no dia 10 de junho. Contava encontrar os cearenses nos arredores de Oeiras.

Enganou-se. Três dias andou ele por um terreno ingrato, vencendo serras, aturando um sol de fogo. A seca atingira o seu período de maior intensidade. As árvores das extensas chapadas abriam os ramos nus, ressequidos e negros, como se por ali passara um incêndio nas vésperas. Nem um fio d'água refrescando a terra escura. Nem uma sombra. Nem uma nota verde, rompendo a triste monotonia daquela extraordinária e esmagadora desolação!

A vida como que se apagara, para sempre, no silêncio daquelas regiões. Um canto de pássaro não alegrava tamanha tristeza. Um grito de animal não irrompia daquele imenso deserto. Até os murmúrios, que enchem as florestas umbrosas lembrando rumores longínquos de praias, e denunciavam as fortes palpitações do coração da natureza, eternamente viva em toda parte, tinham-se extinguido com a queda das folhas e a morte dos ramos.

Devia Filgueiras, portanto, receber com desvanecimento o representante do Governo. Era alguém que podia falar-lhe do termo da jornada, alguém que lhe daria esperanças de encontrar, além daquelas terras mortas, o despertar, o movimento, o regresso à vida. O encontro, foi, por isto, dos amistosos.

Três dias, ainda, as mesmas estradas percorridas, o mesmo silêncio, a mesma desolação e o exército entrava em Oeiras (16 de junho) sem despertar grande curiosidade, tão afeito vivia, já, o povo, ao desfilar cotidiano de tropas. Vieram dois mil soldados, muitos armados de péssimas clavinas de caça, muitos desarmados, quase todos em míseras condições pela viagem a pé. Traziam três peças de campanha, pequeno calibre.

Tão maltratados vinham que, a fim de se refazerem das marchas, procederem a consertos no armamento, repararem correames, e receberem soldos atrasados, aboletaram-se em Oeiras. Tinham saído do Ceará a 3 de março e obedeciam ao comando do Governador das Armas daquela Província, Capitão-mor José Pereira Filgueiras, e do 1.º Vogal do Governo, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar.

E é fácil compreender quanto mais penosa ficou, sendo a vida na capital piauiense esgotada de recursos os mais imprescindíveis, como se achava. A carestia dos gêneros de primeira necessidade subiu vertiginosamente. O povo percorria faminto as ruas da cidade, porque toda a farinha que sobrara, até então, em celeiros particulares, foi adquirida para o consumo do exército.

E não ignoravam isto os cearenses. Não era, contudo, razão para que se apressassem em partir. Menos que a necessidade de reparos em seus apetrechos, o que os prendia era o desejo de haver, logo, o soldo vencido. Mas a Junta, que tomara providências para satisfazer esse compromisso, não obtivera a importância solicitada e a força ia-se eternizando ali, sem muita pressa de experimentar o seu valor.

Perto de quinze dias decorreram. A 27 de junho, afinal, pôde-se dar ao Comandante-Chefe a quantia de que se confessava credor (26:000\$).

(1) e, no mesmo dia, marcava ele a partida para 1.º de julho, ficando desde logo constituída uma Junta da Delegação Expedicionária, da qual faziam parte, como delegados do Piauí, o Brigadeiro Sousa Martins e seu irmão Joaquim de Sousa Martins, Comandante das Armas piauienses.

Quem havia de esperá-lo? A notícia de tal deliberação foi mal recebida pelas tropas. Estas não apresentavam sombra de disciplina, ou aparência de um corpo militarizado. Nem sempre se submetiam ao cumprimento das ordens dos superiores. Discutiam-nas. Murmuravam. Insurgiam-se, por qualquer pretexto dispostas à rebelião, estimuladas a isso pela certeza de obter o que por outro modo lhes seria negado.

Essas forças tinham sido constituídas às pressas, na ânsia que tomara os cearenses de correrem a aventura nesta Província, uma vez que a proclamação da Independência no Ceará pouco servira à sua ambição de glória e riquezas.

Note-se. A Província de além-Ibiapaba foi, sempre, como ainda o é, hoje, cavalheiresca e heróica. Seus filhos têm um pendor irrefreável para a existência nômade, corrida entre as dificuldades do presente e as incertezas pavorosas do amanhã. Não se fixam. Sofrem a fascinação das viagens, a ânsia de novo sol, de novas terras, de novas e estranhas paisagens. Há uma voz muito íntima que os chama, constantemente, para diante: emigram para o Piauí e cedo se aborrecem e o Piauí os não satisfaz e voltam para emigrar de novo para o Amazonas e, se o Amazonas os não mata, voltam à terra do seu berço para emigrar, ainda uma vez, para o Rio e São Paulo, para o sul da África, para a China, para as minas da Califórnia. (2)

Não é o flagelo das secas que os tange: é a própria conformação geográfica de seu **habitat**. (3)

Comprimidas entre a cordilheira da Ibiapaba e o oceano, as terras acusam, ali, uma inclinação notável que precipita a corrente dos rios e, em grande parte, dificulta a infiltração das águas. E como a esta não é, também, favorável a constituição geológica do terreno, todo de natureza vulcânica, é mínimo o coeficiente da umidade armazenada, mínimo, portanto, o coeficiente da evaporação, mínimo o coeficiente das chuvas.

Contidos, assim, dentro da formidável prisão das montanhas, por um lado, do mar, pelo outro, tudo lhes indica o rumo do oceano. Mais fácil que procurar a subsistência galgando serras, é construir uma jangada e ir pedir à pesca abundante das costas o alimento que as terras, infecundadas e inimigas, lhes negaram.

O oceano dia e noite franqueado, com o encanto másculo dos seus tremendos perigos e a atração das suas riquezas ignoradas, é o velho

1) Vinte e seis contos de réis.

2) Um dos cinquenta Estados dos Estados Unidos da América do Norte.

3) Latinismo. Pronúncia: **hábitat**.

companheiro que se aprendeu a amar desde os anos da meninice, quando, sem idade, ainda, para as longas canseiras das travessias, se aguarda o regresso de pais e de irmãos, e se cuida de secar as jangadas, trazendo-as para a areia faiscante das praias. O mar é a estrada eternamente aberta, nos bons dias de felicidade e nos maus dias de experimentação — quando caem as chuvas e quando se morre de sede. É um campo fecundo para todas as atividades — onde se não delimitam posses, nem se chocam ambições.

E por isto, o cearense que ainda não emigrou e reside no litoral passa a maior parte da existência sobre seis troncos de árvores, presos, arrastados até os horizontes longínquos por uma vela, que, às vezes, é uma palma verde dos múrmuros coqueiros das suas extensas praias. Se a terra que os viu nascer é ingrata, se a fome os aguilha, procuram recursos na pesca. Se os aguilha a ânsia de fazer fortuna, tomam, ainda, rumo do mar e se lançam para a Amazônia, onde refulge, com esplendores de meio-dia, o sol dos seus sonhos de grandeza. O que não podem fazer, e não fazem, é seguir a direção da Serra Grande, cortada a prumo, quase inacessível, preferindo-a à facilidade que encontram rumo do mar.

As lições da História, aliás, estão aí, para ensinar que o mesmo fenómeno se deu com os fenícios: apertados em uma faixa estreita de terra, comprimidos entre montanhas e o mar, fizeram-se navegantes cedendo ao impulso da sua evolução. É a história de Portugal nos dias do seu florescimento. É a história moderna dos ingleses, insulados, encontrando, por todos os lados, diante da força expansiva do seu progresso, as fronteiras do oceano, e fazendo-se navegadores, tornando-se a primeira potência colonial, para não interromper a marcha ascendente da sua civilização.

Depois, é necessário não ver, somente, o aspecto físico do solo, as secas, as dificuldades da subsistência, quando se observa e se estuda, mesmo a vôo de pássaro, a tendência migradora dos cearenses. É preciso levar em linha de conta a influência que sobre eles exercem a alimentação, o clima, as capacidades étnicas.

Estes três poderosos fatores, cuja apreciação não tentarei neste livro, por inoportuna e para me não estender, fizeram daquele povo um espírito sonhador, um temperamento ardoroso, uma organização vibrátil, uma imaginação rica. Esta a razão por que ele é mais sentimental que volitivo. Esta, ainda, a razão, por que enquanto se sucedem na quase totalidade dos Estados, mais ou menos em relativa conexão, diferentes fases históricas, o Ceará só tardiamente rompe o período dos seus tempos heróicos e, ainda hoje, os habitantes das zonas centrais apresentam casos curiosos de sobrevivência.

Que estranhar, portanto, do seu pendor irresistível para as viagens, para os lances emocionais, para as revoluções? Dias depois de se proclamar a Independência em S. Paulo, aderiu ele ao movimento, sem opo-

sição. Aderiu, logo depois, à revolução de 1824. ⁽⁴⁾ Lançou-se, em seguida, (1831-1832), nessa tentativa louca e ambiciosa que terminou tragicamente com a morte de Pinto Madeira. ⁽⁵⁾ Onde foi que se fez, primeiro, a libertação dos escravos? ⁽⁶⁾

Com essas tendências, era natural que procurasse, como procurou, no Piauí, as emoções fortes por que ansiava seu espírito aventureiro. E, para aqui, veio em multidão. Inúmeras as forças que desceram a Ibiapaba. Muitas, desde a do Capitão Luís Rodrigues Chaves, até a do Capitão-mor dos Aracatis, ⁽⁷⁾ José Pereira Filgueiras. Todos os dias chegavam, substituíam-se, engrossavam as existentes, desertavam.

Que a existência dos quartéis, na Província, sobre fazer-lhes pesado o serviço pelas exigências da disciplina, os matava de tédio, mantendo-os afastados, longe do teatro dos acontecimentos.

Apesar disso os corpos estavam, diariamente, organizando-se no Ceará, e Filgueiras pudera, em pouco mais de um mês, organizar o seu exército auxiliar. E tão prontamente agiu que, determinando-lhe D. Pedro I pela carta imperial de 16 de abril de 1823 “que reunisse a maior força possível, tanto de tropa de primeira linha e milícias, como de cidadãos armados, para de acordo e inteligência com o Coronel de Milícias da Parnaíba, Simplicio Dias da Silva, a quem se expedira igual carta, marchar a libertar a escravizada Província do Maranhão” — essa determinação foi encontrá-lo em Oeiras, nas vésperas de partir com o exército para se reunir às forças do cerco de Caxias.

Mas, assim organizadas às pressas, apanhadas na onda humana que refluía da revolução, essas tropas não podiam ter a precisa homogeneidade nem estar militarizadas pela rigorosa subordinação da disciplina. Todas as que chegavam eram, antes que motivo de ordem, motivo de insubordinação. As de Filgueiras tinham o mesmo vício de origem para que formassem um caso a-parte pelo respeito devido aos superiores.

E não formavam. Como as primeiras, submetiam-se, antes, ao arrastamento da aventura que lhes acenava de longe com o saque das vilas maranhenses, que à voz de mando dos oficiais. Estes, não há negar, teriam sido abandonados em Oeiras, se Caxias, com os atraentes esplendores das suas riquezas e a fascinação da sua prosperidade, não fosse uma soberba promessa de lucros estupendos.

O primeiro impulso de reação contra a viagem cedeu, assim, diante das novas esperanças que se acendiam além, dentro das linhas do cerco. Fácil foi manter, por isto, os soldados em ordem e entrar em prepara-

4) Rebelião pernambucana, conhecida como Confederação do Equador.

5) Chefe da rebelião cearense para restituir o poder a D. Pedro I, que havia abdicado do Trono

6) O Ceará proclamou a libertação dos escravos antes da Lei Áurea.

7) No Ceará. Nome indígena.

tivos para a marcha que se devia romper na madrugada de 4 de julho, e não do dia 1.º, como se tinha, anteriormente, resolvido.

Nesse ínterim a Junta não ficava inativa. A assistência das últimas forças na capital, esgotando por uma vez seus recursos, foi causa para providências que amparassem, de futuro, a ação das tropas em Caxias.

Até ali não se cogitara de prestar-lhes qualquer socorro de mantimentos e dinheiro, deixando-se o obtê-los ao cuidado único dos chefes. Sentiu-se a má política de semelhante proceder. O Governo devia estar, e não estava, preparado para toda sorte de emergências.

Cogitou, portanto, de sanar essa falta. Nada havia que esperar de Oeiras? Dirigiu-se à Câmara de Pastos Bons e solicitou-lhe, com urgência, auxílio de farinha e gado. Oficiou ao Capitão José Francisco de Macedo, Comandante de Crateús, e determinou que abrisse subscrições entre os habitantes da ribeira e lhe enviasse a importância obtida. Dirigiu ordem igual ao Coronel José da Cunha Lustosa (Parnaguá), ao Sargento-mor Luís Duarte de Faria (Gurguéia, termo da vila de Jerumenha); ao Capitão Antônio Pereira da Silva (Ribeira da Itaueira, termo da vila de Jerumenha); ao Capitão-mor Antônio José Leite Pereira de Castelo Branco (Valença); ao Capitão Vicente da Rocha Araújo (Marvão); ao Alferes José Martins de Sousa (1.ª Divisão da Ribeira do Itaim); ao Alferes Gonçalo José Ribeiro (2.ª Divisão da mesma Ribeira); ao Tenente Alexandre Bartolomeu de Carvalho (3.ª Divisão da mesma); ao Tenente Inácio de Lóiola Mendes Vieira (4.ª Divisão da mesma); ao Alferes Manuel Rodrigues da Silva (Riachão); ao Capitão Arnaldo José de Carvalho (Canindé); ao Tenente Joaquim Antônio de Moraes (Ribeira das Guaribas); ao coronel Simpício Dias da Silva (Parnaíba); ao Tenente-Coronel Francisco Félix Narciso Castelo Branco, ao Capitão de Granadeiros Simpício José da Silva e ao Tenente Antônio Lopes Castelo Branco e Silva (Campo Maior).

O PIAUIENSE

Sumário: — Partem as forças cearenses. Oficia o Governo temporário à Junta da Comissão Militar em Caxias. Deserção das forças da Parnaíba. Providências para refazer a guarnição desta vila. Partida do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins e de seu irmão Coronel Joaquim de Sousa Martins. Um emissário. Reorganização do plano dos batalhões. O piauiense.

As últimas disposições para a marcha das tropas ao mando do Capitão-mor José Pereira Filgueiras e do 1.º Vogal Tristão Gonçalves Pereira de Alencar foram tomadas a 3 de julho. Deveriam partir no dia seguinte e, de fato, ao amanhecer do dia 4 reencetava-se a marcha, sem muita ordem, é certo, mas num impulso alvissareiro, no entusiasmo de quem corre ao saque rendoso de uma vila opulenta, rendida à discricção. Tinham os dois chefes a quase certeza de encontrar Caxias em poder dos independentes e esperavam chegar apenas para ditar condições e partilhar as glórias da capitulação.

Não seguiram, com eles, Sousa Martins e seu irmão. Não puderam, ou não quiseram acompanhar o grosso das tropas. Encaminhado como estava o Governo no rumo de novas providências, que melhor garantissem o bom êxito das operações, hoje que o fim da luta se avizinhava pelo esgotamento dos recursos de Fidié, e, ao que se julgava, pela intervenção próxima do Exército Auxiliador, a presença do Presidente do Governo temporário era imprescindível em Oeiras, ainda por algum tempo. Ficaram, portanto, os dois irmãos, dispondo tudo, aliás, para seguirem com urgência.

Na ocasião, limitou-se a Junta a oficial a Raimundo de Sousa Martins, até pouco an'es chefe da Junta Comissária, atualmente Comandante-Geral das forças sitiadas, noticiando-lhe a partida do exército cearense, e o próximo destino do Presidente da Junta e do Governador das Armas do Piauí.

Não se esqueceu, nestas circunstâncias, de recordar as medidas que deviam ser tomadas para a acomodação das tropas. Determinou-lhe que

providenciasse sobre a distribuição de alojamentos, arranjasse tendas de ferro e ferro para o conserto de obras. Anunciou, para breve, a remessa de pólvora, farinha e dinheiro. Recomendou a continuação da máxima vigilância sobre os portugueses. E terminou lembrando a conveniência da absoluta solidariedade que devia reinar entre piauienses e cearenses, ligando-os, tornando sua ação harmônica e bem dirigida.

Mas não teve lazer para se quedar à espera dos frutos que poderiam dar todas essas providências. Sua atenção foi chamada para a situação interna da Província. Uma ameaça caía sobre o Norte: os soldados da guarnição da Parnaíba, sem uma causa, tinham desertado em bloco, deixando aquela vila quase ao abandono.

Receou-se que o Governo maranhense, informado, fizesse navegar para ali o brigue-de-guerra "D. Miguel". Sem grande esforço ele se apoderaria da Parnaíba, agora soberbo ponto estratégico pela conclusão do forte e dos redutos.

Não se podiam procrastinar rigorosas medidas e estas foram procrastinadas. No mesmo dia em que o Governo recebia aquela comunicação (8 de julho) despachava um portador ao Tenente-Coronel Francisco Félix Narciso Castelo Branco, que assumira o comando das forças de Campo Maior e determinava-lhe que fizesse marchar para a Parnaíba toda a "guarnição armada de armas de fogo", remetendo, outrossim, todas as granadeiras de que dispusesse. Não só. Devia continuar a remeter novos contingentes, até perfazer o número de 200 soldados.

"A mínima demora, afirmava ele, em reforçar a guarnição da dita vila, pode ser fatal a esta Província, pela razão de que os nossos inimigos têm muito em vista aquele ponto e por conseguinte não perderão ocasião de o atacar, e por isso deve ter suficientes forças para impedir as tentativas dos malvados que, se o chegam a ganhar, corre grande risco toda a Província."

Na mesma data dirigia-se ao Coronel Simplicio Dias da Silva, dando-lhe poderes ilimitados para, sem hesitação, e por qualquer preço, garantir a ordem pública. Afiançava-lhe que deixava de seguir algum dos seus membros em seu auxílio, porque o Piauí não dispunha de tropas, desviadas como tinham sido para o Maranhão.

A fim de guarnecerem Campo Maior, ordenou a Junta ao Capitão Vicente da Rocha Araújo que remetesse 20 homens bem armados e de absoluta confiança. E como não parecesse, ainda, suficiente esta série de medidas, e a situação da Parnaíba continuasse a ser objeto de graves apreensões, determinou a Junta, cinco dias depois daquelas ordens (13 de julho), ao oficial cearense Tenente-Coronel Manuel Francisco de Melo

que abandonasse S. Bernardo com o exército trazido de Piracuruca e seguisse a aquartelar-se sob as ordens do Coronel Simplicio.

Estas providências foram todas comunicadas ao Comandante da Parnaíba, ao qual, depois de longa informação sobre o estado da Província, confessava a Junta não estranhar a fuga do reforço que ali estava, pois que o mesmo fato se dera em Oeiras — onde as deserções tinham subido a oitenta. O Coronel Simplicio ficava com poderes para chamar os presídios espalhados à margem direita do Parnaíba e prometia-se-lhe mandar, brevemente, cem granadeiras, das que se esperavam da Bahia.

Não era o bastante? Não o entendeu a Junta. A proximidade de Caraubearas, cuja capitulação a Junta desconhecia, era motivo para novos temores. A Parnaíba, sem guarnição, era a porta aberta à entrada do inimigo. E nenhum poder humano lhe conteria a marcha. Que fazer? Onde encontrar outros recursos?

Já não havia para quem recorrer. Havia, apenas, as tropas do cerco de Caxias. Destas se poderia, talvez, mandar um reforço.

Para o obter, precipitou-se a partida do Brigadeiro Sousa Martins e de seu irmão. Sem se deterem, mais, pois, à espera do resultado que dariam as diligências feitas, partiram eles pela manhã de 14 de julho, deixando o Governo constituído do modo seguinte: Presidente, Inácio Francisco de Araújo Costa; Secretário, Manuel Pinheiro de Miranda Osório; membros — Miguel José Ferreira e Honorato José de Moraes Rego.

Logo no outro dia (15 de julho), regressou a Oeiras o Capitão Domingos Vieira de Sá que fora à Bahia secundando o Alferes José de Sousa Coelho de Faria (1), enviado em procura de reforços.

Bem recebidos os nossos emissários, tinham alcançado importante auxílio de armas — 200 granadeiras — e oficiais e já se encaminhavam para o Piauí quando Labatut foi preso por seu próprio exército.

Substituído pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva, não quis este abrir mão de recursos que julgava imprescindíveis para bater o Brigadeiro Luís Inácio Madeira de Melo. (2) Chamou, então, novamente os oficiais às suas fileiras e determinou que fossem recolhidas as armas concedidas por seu antecessor.

Esta resolução foi comunicada aos emissários, quando se encontravam, já, em Cachoeira (3).

Desobedecer a essa deliberação que, no momento, se considerou desastrosíssima para os interesses piauienses? Arrecaaram-se disso os re-

1) Observação de Abdias Neves: "Era sargento do Batalhão de 1.^a Linha ao se proclamar a Independência. Promovido a 29 de março de 1823, foi, imediatamente, mandado à Bahia em procura de socorros". Em página anterior, Abdias alude ao episódio.

2) Comandante português na Bahia.

3) Observação de Abdias Neves: "Importante cidade próxima dos limites do Piauí. É banhada pelo Paraguaçu e tem grande movimento comercial."

presentantes do Governo temporário. Cumpriram-na. E regressaram a esta Província trazendo, apenas, algumas pederneiras e balas, de modo que mais se acenderam os temores da Junta diante do fracasso daquela comissão.

Novas medidas impunham-se agora. A Província podia, de um momento para outro, ser atacada pela porta que ficava aberta do lado do mar. Muitos eram os pontos a guarnecer. E, apesar de não faltarem combatentes, porque o povo afluía em multidão para o serviço das armas, não se podia ter confiança em tais forças, experimentadas desgraçadamente no recontro de 13 de março.

Assim, a Junta ainda que não tivesse atribuições para tanto, cogitou de reformar o plano dos batalhões (15 de julho) criando novos corpos que ficaram organizados do seguinte modo: Estado-Maior — um tenente-coronel, um major, um ajudante, um quartel-mestre, um secretário, um porta-bandeira, um tambor-mor e dois pífanos; unidades: quatro companhias cada corpo, com o número total de 493 soldados. Isto quanto aos dois batalhões criados de infantaria de milícia.

Os batalhões de caçadores ficaram compostos do Estado-Maior — tenente-coronel comandante, major, ajudante, quartel-mestre, secretário, porta-bandeira, corneta-mor, além de quatro companhias, cada uma sob as ordens de um capitão, um tenente, dois alferes, um primeiro-sargento, dois segundos, um furriel, 8 cabos, 8 anspeçadas, um corneta e 96 praças. Ao todo 491 unidades.

A propósito dizia ela meses depois (22 de dezembro), prestando informações ao Ministro João Vieira de Carvalho:

“Era toda a força da Província composta de um batalhão de primeira linha, que, sobre estar incompleto, a maior parte dele acompanhara a Fidié; 5 regimentos de milícias — três dos quais de cavalaria; 2 de infantaria e 4 companhias de pedestres.

“Muitos eram os postos a guarnecer, pouca a tropa e poucos os oficiais. Foi, por isso, necessário chamar-se para o serviço a mesma gente sem praça, que, concorrendo em grande número, se tornava inútil sem chefes e oficiais que a comandassem e disciplinassem.

“O Governo via que as circunstâncias instavam e apertavam que ela fosse alistada e reduzida a corpos para que não acontecesse o mesmo que aconteceu na batalha de Campo Maior, onde uma multidão de povo em massa, sem nenhuma regularidade e chefe a quem respeitasse, fez perder com a má ordem o precioso momento de decidir ali a questão, o que pôs a Província numa fatal convulsão; mas, por outro lado, refletia que carecia de autoridade. Via que, em tão arriscada

crise, o prévio concurso de S. M. traria tardo remédio. Mas não se atrevia a tomar sobre isso uma deliberação que só tocava ao Poder Soberano, qual era a de reformar os corpos existentes e criar os novos de que se havia mister.

“Quando, porém, nesta colisão se propunha a representar ao mesmo Augusto Senhor e esperar a Sua Imperial decisão, eis que novas urgências ocorrem a prol da causa da Independência e do Império. A Província do Maranhão toda em oposição e em armas obriga a tomar medidas mais enérgicas.

“Então se viu a Junta do Governo forçada a romper hesitações e a adotar como indispensável a providência de dar às milícias existentes uma nova forma (4), mais conveniente e acomodada às circunstâncias e de criar logo outras, como e quanto permitisse a população da Província.

“Em consequência dividiu em batalhões o primeiro e segundo regimentos da infantaria de milícia existente e, diminuindo quatro companhias no primeiro e segundo de cavalaria milicianas, os reduziu a oito, cada um, como já era o terceiro da mesma linha e arma. E, das oito companhias diminuídas aos regimentos de cavalaria, com aquelas duas de infantaria e mais gente sem praça, criou oito batalhões de infantaria e caçadores milicianos.

“Também reduziu a batalhões as quatro companhias de pedestres e criou mais um batalhão de Henriques, sendo este composto de homens pretos libertos, aumentando-se assim a força milicianas da Província, que foi, é, e será, sempre, o seu único e mais firme apoio e defesa. E não perdendo, entretanto, de vista o batalhão de primeira linha, mandou ao mesmo tempo alistar para ele, nomeando logo e mandando meter em exercício alguns alferes, porque tendo escapado de ir para a Parnaíba com Fidié alguns destacamentos estacionados em diferentes lugares da Província e que reunidos ao que havia ficado nesta cidade montavam a 200 praças, não havia um só oficial de primeira linha para os dirigir, por terem, apenas, ficado dois — um capitão velho, doente, e um alferes, que se declararam contra a Independência.

“Para a segunda linha fez igual nomeação de comandantes e mais oficiais superiores, a quem mandou, também, dar, logo, exercício, segundo a urgência. E não foram tirados da primeira linha os sargentos-mores por falta de oficiais dela,

4) Observação de Abdias Neves: “Até então a força estava em pé de regimentos, derramada por largas e consideráveis distâncias.”

em razão de acompanharem eles a Fidié, e é por isso que se lançou mão daqueles capitães milicianos mais hábeis e mais aptos para desempenhar os postos e que tinham aferido à nossa causa, deixando de se pedirem à Corte, como insinua o Decreto de 5 de março de 1823, por ser recebido já depois de estarem nomeados os ditos majores."

Não só. Levou mais longe, ainda, os poderes que se avocara. Entendeu punir e puniu o Coronel José Antônio da Cunha Rabelo, que, tendo sido deixado por Fidié em Campo Maior, não quisera aceitar a revolução e fugira levando munições e armas para a Província do Oeste. Não o aproveitou: reformou-o no mesmo posto, sob o pretexto de que era contrário ao partido do Império.

Neste ínterim, não era menos agitada a situação de Caxias. O cerco se mantinha com alguma dificuldade, em consequência de não poderem as forças, mesmo depois das medidas tomadas, estabelecer uma vigilância rigorosa nas múltiplas veredas que divergiam dos arredores da vila. Escasseavam além disso as munições. Corria atrasado o pagamento dos prês. E se se podia manter alguma disciplina é porque os piauienses constituíam a quase totalidade das tropas, e não tinham, como não têm, o temperamento ardoroso e irrequieto que é a feição característica do cearense.

O piauiense é um tipo essencialmente firme nas convicções, constante nos hábitos, moderado nos impulsos. Não é reformador, nem sofre arrebatamentos. É um reflexo do meio.

O Piauí, com efeito, nada oferece de notável em seu aspecto físico: as terras, baixas, correm sem um relevo orográfico de importância. Não mostram nem variações bruscas de paisagem, nem alternativas frequentes de matas e várzeas: quase sem interrupção se estendem as chapadas, monótonas na sua uniformidade, eternamente as mesmas, com uma vegetação raquítica, aberta e inconstante, que se estende até onde o olhar se cansa e tudo se confunde num cinto escuro que aperta o horizonte.

As vezes, algumas léguas de várzeas, mais tristes e monótonas, ainda, na repetição sem fim dos carnaubais.

De matas, só existe uma ligeira faixa que acompanha a bacia do Parnaíba e de alguns dos seus afluentes e se bifurca perto da foz do Longá, avançando rumo de Itamarati ⁽⁵⁾ em ângulo agudo.

Os rios, quase todos, largos e pouco profundos, de ribanceiras fortemente inclinadas, não são próprios a impressionar, secos como vivem de verão, espalhados pelos campos, como andam de inverno. Não têm gran-

des cachoeiras, importantes quedas d'água que venham despertar fortes emoções.

Tudo aqui é uniforme.

Depois, os nossos primeiros dias foram marcados pelo estabelecimento das primeiras fazendas de gado. Procuravam campos de criar os nossos descobridores e para garantir a criação expulsaram a raça guerreira que aqui vivia gozando a abundância dos frutos, da caça, do peixe, ignorada e feliz, quando toda a zona litoral da Colônia era devastada pelas incursões dos brancos.

Casamento com os naturais, se houve, foi em escala insignificante. Não se mostravam eles, aliás, francos e hospitaleiros. Receberam, pelo contrário, os novos povoadores como inimigos, que se anunciavam perseguindo-os a ferro e fogo, matando-os, acendendo para lhes guiar a marcha aventureira grandes **queimas** devastadoras.

Com a nova raça, surge, deste modo, a criação. Ampliava-se a zona pastoril da Colônia. Rasgavam-se novos e mais dilatados horizontes à exploração. Plantavam-se os primeiros marcos da cultura ocidental, fixando-se, rudimentarmente, os primeiros magotes de gado em fazendas improvisadas às pressas.

E tão férteis eram os campos, que a notícia de sua feracidade ecoou fora, na Bahia e em Pernambuco, e vinte e seis anos depois da descoberta (1700) ⁽⁶⁾ 100 léguas de terras estavam já cedidas em sesmarias, escassamente povoadas e cobertas de fazendas.

Não havia mister grande esforço para as estabelecer: a casa — grosseiramente construída — os currais, um cercado. E só. Habitua-se o gado à nova situação e deixava-se ele entregue aos carinhos e aos ódios da natureza. Tudo lhe era, então, aliás, favorável, e ele, sem carecer da intervenção do vaqueiro, crescia e multiplicava-se, não esquecido, mas abandonado à proteção das forças naturais.

O criador — o fazendeiro — para auferir todo o resultado de sua simples empresa, tinha, apenas, que cruzar os braços e ceder à fatalidade das circunstâncias. Não era preciso a sua intervenção. Nenhum esforço se lhe exigia. E como por toda parte abundavam frutas, sobrava a caça, e serpeavam os rios piscosos, a luta pela vida não tinha grandes exigências e o homem, amolentado pelo calor, perdia, pouco a pouco, os traços de seu caráter de origem. De irrequieto, corajoso, aventureiro e esforçado, fizeram-no o calor, a facilidade dos meios de subsistência e a vida monótona das fazendas um temperamento morno, um caráter passivo, um tipo indolente.

Montesquieu ⁽⁷⁾ já dizia que o calor definha o corpo e entorpece a vontade: é certo. Ele entorpeceu a vontade do nosso sertanejo, fê-lo fraco

6) Referência às primeiras incursões no Piauí, que datam de 1674.

7) Grande escritor francês, autor de "O Espírito das Leis".

5) Atual cidade e município de Pedro II (Piauí).

no querer, e tardo no agir. E como as suas necessidades eram prontamente satisfeitas, desde que encontrava ao alcance da mão o gado, as trutas, a caça e a pesca de que se alimentava e se alimenta; como se vestia e se veste de algodão grosseiro (tecido em rústicos aparelhos de madeira) e do couro curtido dos veados; como de nada mais necessitava, foi recuando cada vez mais o horizonte das ambições e perdendo o espírito de iniciativa. A necessidade é que faz a função, esta faz o órgão. Não tinham os nossos matutos necessidade de trabalhar: ficaram indolentes. Não tinham que se fazer empreendedores, uma vez que tudo obtinham sem esforço: perderam a iniciativa. A concorrência na luta pela vida era insignificante; não tinham que disputar ferozmente a sua cota: tornaram-se passivos.

Sobrasse menos a facilidade dos meios de alimentação; tivessem que ir em socorro da terra para obter as féculas e as frutas; tivessem que auxiliar a natureza para servir à criação; numa palavra, fosse mais estreita a concorrência, mais forte a seleção e os que resistissem e vencessem seriam arrancados à moleza das sestras entorpecedoras e vibrariam na atividade fecunda e triunfadora dos seus avós.

Mas, ao lado do calor, ao lado da excessiva facilidade da alimentação, veio colocar-se a indústria pastoril. Coisa alguma pudera servir melhor à sua indolência, nas condições especialíssimas em que a criação se realizava. O gado, uma vez solto, não precisava de cuidados. Passava todo o verão embrenhado nas catingas e o vaqueiro só o procurava no inverno para trazer os monjolos, **amansá-los e assinalá-los**.

Quando vinham as primeiras chuvas, principiava a reunião das vacarias. Enchiam-se os currais, os pátios, as imediações com o mugido melancólico das mesmas: ainda mais triste e entorpecedora era, então, a vida nas fazendas.

O boi é um animal triste. Seu olhar condensa sombras de infinitas amarguras e de supremas fadigas. De todo ele se evolva a tristeza do seu tremendo destino, todo ele verga ao peso de um cansaço de séculos. E, por isto, seguindo-o, ainda, sempre, uma nota dolente que se comunica à terra e ao homem.

O vaqueiro participa dessa tristeza. É uma melopéia extravagante e dolorosa o canto com que ele guia as reses nas longas caminhadas, canto que o gado escuta e de que se embriaga, cedendo ao seu poder, deixando-se arrastar sob a sugestão daquela música selvagem, impressionante e enternecedora — mesmo para os que estão habituados a ouvi-la.

A tristeza fez dele um contemplativo, matou-lhe os últimos impulsos da iniciativa.

Foi assim que o sertanejo se tornou conservador: vivendo, sempre, a mesma vida de indolência, sem necessidade de reformar os processos da criação, mantendo os mesmos hábitos — transmitidos pela herança e pouco a pouco fixados.

O espírito de rotina adquirido por esta forma impediu que ele se tornasse um reformador. A passividade moderou-lhe os impulsos, reprimiu-lhe os arrebatamentos. E, assim, hoje, como há duzentos anos, é um tipo rotineiro e pacífico, incapaz da tentativa de uma reforma, ou da audácia de uma reação. Mantém-se católico, porque o catolicismo foi a religião de seus pais. Veste-se de couro curtido (é claro que eu não trato do habitante das cidades). Lavra a terra com o machado e a foice de 1700. Acende as queimas que acendiam os primitivos povoadores.

A criação? Esta se faz como sempre se fez. O fazendeiro entrega-se todo à divindade protetora das terras. Convenceu-se de que o fogo é um ótimo instrumento de cultura e aproveita-o incendiando as pastagens, na convicção de que mais abundantes vão ser quando caírem as chuvas. Nada tenta em favor da sua fortuna: quando o inverno é copioso a **parição** se perde quase toda nos **atoleiros** e nos baixios alagados; quando o inverno é insuficiente, ou o ano é de seca, perde-se a **parição** e parte do gado crescido. Não lhe parece que possa fazer alguma coisa. Anda sempre a exclamar:

“Se não tivermos chuvas este ano **batemos os paus da porteira**” (8). Não a têm. Não chove e o prejuízo é imenso.

No ano seguinte o inverno é abundante e ele não cogita de conservar as águas fazendo barragens, ou açudes. Logo depois vêm as secas e repetem-se os prejuízos. Torna a levar as mãos à cabeça, queixa-se, faz **preces**, mas não age. A natureza que o favoreça. Não compreende que seja necessário intervir.

O estudo do fenômeno das secas, a observação da periodicidade de certas pragas, o esforço para evitar a propagação das epizootias, nada, isso ele não faz. Acredita que há uma Providência: esta que intervenha. Ele não. Fica rotineiro e passivo, inabalável nas convicções e hábitos, moderado nas tendências, bom de alma e simples de espírito.

Como teriam, então, os piauienses, a audácia de romper a disciplina no cerco de Caxias, pela razão única de se lhes dever prós atrasados?

8) A respeito desta expressão, Abdias Neves observou: “Os currais ficam desertos.”

EM TORNO DE CAXIAS

Sumário: — Modificação no cerco da vila. Agradecimento a Burgos. Ofício à Câmara. Ofício a Burgos determinando-lhe que abandone o projeto de atacar São Luís. Um sacrilégio. Mudança de quartéis. Informação a Filgueiras. Combate do Atoleiro. ⁽¹⁾ Reúne-se Filgueiras às forças da ex-Junta Comissária.

Era aquela a triste situação das tropas do cerco: precária pela carência de pólvora e balas, de possíveis complicações pelo atraso no pagamento dos prés. Pior ainda parecia pelos atos de insubordinação que os chefes cearenses praticavam uma vez por outra.

A demissão de Alecrim e o seu afastamento do teatro da luta, por algum tempo bastara para reprimir os impulsos de indisciplina das forças do Ceará. Agora novas tentativas contra a ordem iam aparecendo, de novo, e Sousa Martins, arvorado em Comandante-Chefe, podia, apenas, contê-las.

É assim que a 1.º de julho era levado ao seu conhecimento que Luís Rodrigues Chaves e Joaquim Nunes Magalhães iam tentar um assalto a Caxias. Cansava-os a demora na decisão da guerra. Procrastinava-a o ex-Presidente da Junta do Poti? Fariam o ataque por sua conta. Não o participariam às outras forças. Penetrariam as tropas na vila, ao favor das trevas da noite, e sem qualquer resistência, — pois dos habitantes os que não se haviam retirado em obediência à proibição da Câmara, esses iam pernoitar no quartel das Tabocas, sob a proteção das armas de Fidié. Uma vez ali, se entrincheirariam e destacariam os soldados do Sargento-mor Luís Rodrigues Chaves para ir ao encontro dos portugueses, que, já então, estariam, certamente, avisados.

O plano era audacioso. Podia, sem dúvida, modificar vantajosamente as condições da luta; mal sucedido, porém, acarretaria incalculáveis per-

1) Arroial.

das às armas do Brasil. Era mais prudente, nestas condições, obstar a sua execução. E, certo disso, não se limitou Sousa Martins a oficiar àqueles Comandantes sobre as desvantagens e inconvenientes da projetada expedição: convocou-os para um conselho, expôs-lhes as suas apreensões e conseguiu, afinal, que o ataque fosse adiado para momento mais oportuno, quando seria tentado, não aventurando parte mas todas as tropas reunidas.

Receoso de que, apesar de semelhante deliberação, prosseguissem os dois oficiais na execução do seu plano, tomou providências para, sendo preciso, prestar-lhes pronto socorro. Neste fim, apertou mais o cerco aproximando os vários presídios: determinou que o Coronel João de Araújo Chaves seguisse para a Passagem Funda, o Capitão-mor João Gomes para o Ouro e o capitão Germano de Moraes para o Correntinho.

Socorro insignificante seria este, porque a falta de munições não permitia suportar um combate demorado. Precisavam conseguir pólvora e balas para ficar a salvo de qualquer surpresa. E como a esse tempo já se tinha conhecimento oficial da capitulação do Itapecuru-Mirim, apressou-se Sousa Martins a dirigir-se ao Tenente-Coronel José Félix de Burgos agradecendo-lhe o auxílio prestado aos Capitães Domingos Alves de Sousa, Alferes Pedro Paulo de Moraes Rego, Salvador Cardoso de Oliveira e Joaquim Carvalho de Almeida. Não tanto para lhe agradecer a coparticipação e o esforço se lhe dirigiu o chefe piauiense. O ofício era um expediente para o predispor bem em favor da Junta Expedicionária. Vira Sousa Martins que era possível obter parte das munições encontradas pelos brasileiros. Decidira mandar um emissário com este empenho a Burgos, e era de boa política estivesse ele sabedor das boas intenções e dos sentimentos de gratidão do exército sitiante.

E, com efeito, escolhido para a delicada incumbência o Capitão João Saraiva, partiu ele a entender-se com aquele oficial, sendo, na mesma ocasião, portador de instruções reservadas que o chefe das forças entendeu mandar a Salvador e a Joaquim Carvalho de Almeida.

Feito isso, enquanto aguardava o resultado, quis tentar alguma coisa pelos meios suasórios junto à Câmara e o Comandante de Caxias, Tenente-Coronel Luís Manuel de Mesquita. Escreveu dois longos ofícios que deviam ser entregues, respectivamente, a este oficial e àquela corporação.

Quem os levaria, porém? Era uma dificuldade séria. Os lusitanos, sentindo-se perdidos, não toleravam qualquer proposta. Os mensageiros eram tratados a chibata. Ainda pouco tempo antes, Fidié espancara um correio que lhe fora enviado. Teria a Câmara procedimento igual? Tentou-se. Em vez de chamar-se um oficial, foi um miliciano o incumbido da tarefa.

Eis os termos do ofício à Câmara:

“Esperança esta Junta da Comissão Militar nos profícuos efeitos da verdade pura com que falam Vs. Ss. se conduz por via desta a comuni-

car-lhes os seus sentimentos e julga desta forma dar um passo político que merecerá do público toda a aceitação e sem dúvida de Vs. Ss. a quem pertence promover e sustentar o bem geral.

"Senhores, a Província do Piauí, que sempre amou o liberal sistema da Independência, por ser a fonte de sua prosperidade, pôs em prática e fez patentes os seus sentimentos geralmente abraçados pelos povos dela no dia 24 de janeiro do corrente ano.

"Ela não foi a primeira que rompeu numa revolução tão heróica o que tanto lastima e lastimará eternamente; outras lhe abriram a estrada e lhe mostraram o trilho por onde devia ir buscar a sua felicidade. Ensinaram-lhe e apontaram-lhe os meios de sacudir o pesado jugo das Cortes de Portugal, isto é, a escravidão européia.

"Todas as mais de que se compõe o rico e vastíssimo Império brasileiro, a exceção desta e da do Pará, haviam já jurado a separação do Brasil com Portugal, a sua Independência, aclamando para seu amado Imperador e Perpétuo Defensor Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro I, quando ela, seguindo os seus passos, triunfou da inveja daqueles monstros que a escravizavam, calcando a pés o seu direito e a sua sorte e conseguiu, ajudada dos seus caros irmãos cearenses, sacudir para fora do seu seio o bárbaro opressor da sua condição: esse que depois de ter semeado a intriga, e discórdia, a desavença e a luta entre pais com filhos e irmãos, conduzindo-os a lavar suas mãos no sangue de suas próprias veias, deixou os habitantes daquela pobre Província obrigados pelo temor das armas e veio plantar a mesma discórdia no pacífico recinto dessa vila.

"O providente Governo que, felizmente, sustenta com uma mão a causa geral do Brasil e com a outra o direito particular da Província, nos enviou às fronteiras dela para obstar qualquer atentado daquele tirano até então Governador das Armas da mesma e repelir seus passos caso ele intentasse dirigi-los àquela capital, como de fato se provou no dia 13 de março em Campo Maior.

"A intenção daquele mesmo Governo foi, primeiramente, defender a esta como amiga que sempre foi; entretanto, divisando nos povos desta o mesmo entusiasmo, suspiravam os daquela pelo momento em que lhes fosse pedido o socorro a fim de a fazer igualmente entre as mais províncias, como possuída do mesmo patriotismo.

"Foi, então, quando teve esta Junta a satisfação de ser convidada pelos habitantes desta Província para passar a este lado, onde com o maior aplauso e agasalho foi reconhecida e fez passar para ele todas as forças, continuando aqueles honradíssimos cearenses a acompanhar-nos na tarefa em que ela se acha empenhada em sitio dessa desgraçada vila, em cujo contorno se acha um grossíssimo exército imperial de mais de quatro mil combatentes.

"Agora que as circunstâncias permitem falar a Vs. Ss. com franqueza, ela lhes faz ver que essa vila está estreitamente bloqueada e cortado todo o comércio daí.

"Que o ânimo deste exército não é, como dizem, o de assolar e devastar esta Província, mas sim resgatá-la e salvá-la do seu abominado sistema constitucional europeu. Que esta é a mesma vontade de nosso sábio Imperador, o Augusto Senhor D. Pedro I e não roubar a um só indivíduo o seu direito pessoal e menos obrigar os lusitanos a admitir pela influência das armas o sistema que temos abraçado, contanto que estes se retirem para Portugal, no caso de não aderir. Que aqueles que aderirem à causa do Brasil serão recebidos pelos brasileiros como irmãos. Que uma vez que estes mesmos sentimentos, nossos e de todo o Brasil, sejam os desses habitantes, devem abandonar a cizania fidielina, (2) rasgar a venda que trazem ante os olhos, abater as armas e procurarem nossas bandeiras. Que no caso de adotarem a proposição que oferece esta Junta a Vs. Ss., por humanidade respondam-lhe, aliás façam retirar para fora da vila todas as famílias, crianças e inválidos pela sua avançada idade, para que não pereçam à fome, à necessidade e à miséria, infalível resultado do atual assédio em que se acham. Que a não obrem de semelhante maneira responderão ao Imperador, a Deus e ao mundo inteiro por todos os horrores de uma crua guerra em cujo caso se não respeita nem se escusa todo o gênero de vingança. É tanto da mente desta Junta conservar o sagrado respeito da humanidade e poupar o sangue cristão, que ousa convidar a Vs. Ss. e a todos esses habitantes, para que, de uma vez, hajam de desterrar a cegueira em que se acham engolfados e proporem a entrar na ordem de brasileiros dignos deste título. E para que possam conhecer com tempo o abismo em que se vão precipitando oferece a Vs. Ss. os impressos inclusos e a cópia desse ofício vindo de Itapecuru.

"A má política que praticou o Sargento-mor João José da Cunha Fidié com um correio portador de um ofício que lhe dirigiu o Capitão Germano de Moraes, e com quantos nessa vila chega a pilhar deste exército, procedimento todo diferente do nosso, faz que esta Junta não se resolva a confiar de uma tal sorte a um oficial dela e dirija a Vs. Ss. este por um soldado; contudo, por qualquer mau procedimento que em Vs. Ss. encontre ele, a vingança está preparada. Deus guarde a Vs. Ss. muitos anos.

"Quartel em Campanha, 3 de julho de 1823".

Este ofício ficou sem resposta.

Mas bem recebido foi pelos chefes das tropas do Itapecuru-Mirim, nomeadamente o Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos. Pronto foi este em prestar o socorro pedido. E de não pequena importância o man-

2) Adjetivo tirado de Fidié.

dou, porque a vila estava fartamente municuada, e se punha o maior interesse em apressar a capitulação de Caxias.

Mais difícil se tornou, em breve, deste modo, a situação dos portugueses. Sousa Martins, que aproximara os contingentes, pôde fornecer-lhes munições bastantes para repelirem os ligeiros assaltos que, uma vez por outra, faziam os soldados de Fidié. E o cerco principiou a pesar, terrivelmente, sobre os sitiados. Nem mais um comboio entrou na vila.

No dia 11 de julho, soldados que fugiram do quartel das Tabocas e se passaram para as fileiras dos independentes anunciaram que as tropas de Fidié, desde três dias, só tinham de ração uma quarta de carne e esta obtida dos bois de carro.

Era, ao que parecia, o termo próximo da luta. Mas, uma outra notícia veio, então, por um momento, perturbar as esperanças dos brasileiros. Soube-se que o Tenente-Coronel Burgos se preparava para sair do Itapecuru-Mirim e marchar contra São Luís.

Era a eterna ambição calcando a disciplina. A ânsia de vencer, de chegar primeiro, se corresse, embora, o risco de grandes sacrifícios. Que valiam as poderosas condições de defesa da capital? São Luís havia de render-se, como se rendera o Itapecuru — pela traição de um dos seus defensores.

Não o entendeu, assim, porém, o Comandante-Chefe das forças. O abandono da praça deixá-la-ia entregue à rapina, à desordem, talvez ao restabelecimento do domínio português. Quis ele desviar esses perigos e mandou um outro emissário a Burgos mostrando-lhe a inconsideração de um semelhante passo e descrevendo-lhe o estado a que reduzira Fidié:

"O Sargento-mor se prepara para fugir — dizia ele. Tome todas as providências para prendê-lo se o encontrar. O maior cuidado deve ser posto na estrada do Icatu, ⁽³⁾ que, é bem provável, seja a escolhida por estar menos guardada."

Não se soubera, ainda, o modo por que esse emissário fora recebido, e o que resolvera Burgos diante das considerações feitas, e já era praticada uma nova insubordinação, esta pelas tropas trazidas pelo Capitão-mor Joaquim Nunes de Magalhães ⁽⁴⁾. Estavam aquarteladas na povoação da Tresidela — que havia caído em seu poder graças ao concurso do vigário da freguesia, Padre Joaquim José de Lacerda. Coisa alguma lhes faltava, ainda que, chamado a Caxias, tivesse o Padre sido preso como perjuro e faccioso. Mais. A família daquele sacerdote não fugira e se confiara à proteção dos brasileiros.

3) Icatu: na foz do Munim, separada da ilha de São Luís pela baía de São José.

4) Anotação de Abdias Neves: "Tinham vindo de Pajeú de Flores."

De nada valeu isso. Na noite de 13 de julho os soldados abandonaram o quartel e saíram armados para a rua, gritando, ameaçando de morte os **marinheiros**, batendo-lhes às portas. Assaltaram uma quitanda, retiraram todo o vinho que encontraram, foram, depois, à casa do sacristão, obrigaram-no a abrir a igreja de N. S. de Nazaré, trouxeram algumas prostitutas e entregaram-se à mais desenfreada orgia até alta noite.

Já pela manhã saíram meio embriagados para a rua e deram saque em diversas casas — sendo uma das primeiras a do vigário Lacerda. Nada respeitaram. Levaram todos os objetos de que conheciam a utilidade, quebraram os que não puderam conduzir, insultaram a velha mãe do Padre, não violentaram as irmãs do mesmo porque elas se haviam escondido, na véspera, ao começarem as desordens.

O roubo subiu a algumas dezenas de contos de réis; só o praticado na residência do vigário se elevou a seis contos.

Que fazer-se? O fato requeria um exame severo. Mas, em vão tentou Sousa Martins conhecer seus autores para os punir exemplarmente. Embalde oficiou a Magalhães determinando que lhe remetesse, com urgência, os indiciados. Estes ficaram, sempre, desconhecidos; nem ao menos os objetos roubados puderam ser restituídos aos primitivos possuidores.

Por mais, entretanto, que o fato escandalizasse a Sousa Martins, não pôde ele perder tempo sindicando sobre os criminosos procurados. Sentindo-se perdidos, empregavam, agora, os portugueses os últimos esforços para romper o cerco. Todos os dias tentavam sortidas que terminavam por mais uma vitória dos brasileiros.

Para estas sortidas, teve o Comandante-Chefe de voltar a atenção. Havia diversos pontos fracos que, até aí, tinham escapado às tentativas dos soldados de Fidié. De um momento para outro podiam ser atacados, com prejuízos consideráveis para os sitiados. Era urgente reforçá-los, ou dispor o quartel central em posição de onde estivessem, sempre, debaixo de vigilância a fim de se lhes prestar socorro em caso de necessidade.

Para isto foi mudado o quartel, deslocando-se o do Puraquê para o Bonfim.

E não somente por este motivo — aliás o mais poderoso. Chegara o ofício em que a Junta do Governo temporário participava a próxima chegada de Filgueiras e recomendava que se preparassem acomodações para as numerosas forças do seu comando.

Coincidindo com a notícia dos acontecimentos da Tresidela, recebera, também, Sousa Martins, a da aproximação do Exército Auxiliador. Não pôde, por isto, demorar-se nas investigações que o caso exigia, mesmo porque os sitiados viriam, talvez, a saber da proximidade das novas forças e não deixariam de tentar um esforço supremo antes que, reunidas todas as tropas, se tornasse inútil qualquer tentativa.

Uma vez instalado no Bonfim, tratou, sem demora, de mandar um correio ao encontro do Exército. Oficiando a Filgueiras, dizia:

"... Concluindo este vantajoso passo (a adesão do Itapecuru-Mirim) seguiram adiante e tomaram o Porto do Gabarra e para os campos do Mearim mandaram socorro a favor daqueles habitantes que também são possuídos dos mesmos sentimentos.

"Entretanto, tendo-se desta maneira interceptado ao longe todos os socorros que poderiam favorecer o inimigo, restava sitiá-lo estreitamente esta vila em que existem Fidié e seus alucinados sectários, cujo número dizem ser de oitocentos, sobre o que tem esta Junta despendido as melhores providências que lhe ocorrem, conseguindo que para eles não entrem absolutamente munições de boca há mais de vinte dias e padecem uma total falta de carne.

"Todas as guardas avançadas e guerrilhas deste Exército, destacadas por diferentes pontos, estão à vista da vila em distância de duzentas braças, pouco mais ou menos.

"As fontes já estão privadas ao inimigo e só fazem uso das águas das cisternas.

"A vila está debaixo da artilharia que Fidié conserva no Morro das Tabocas, em cuja circunferência, dizem, tem fabricado várias trincheiras e valas, e, por isto, se faz, perigosa a entrada nela.

"Diariamente há combates com as guerrilhas dos diferentes pontos por acometimento do inimigo; porém este tem perdido muitos soldados e da parte deste Exército somente dois, e alguns que têm saído feridos não estão perigosos.

"Não há muita munição e se Vs. Exas. trazem abundância bom será que adiantando alguma porção a façam vir. Esta Junta fica a pouco mais de meia légua de distância da vila, até que Vs. Exas. cheguem."

Vê-se que os brasileiros conheciam, precisamente, a terrível situação a que haviam chegado as tropas de Fidié. Sem víveres, sem água em abundância, com o inimigo à vista, não havia meio de resistir por muito tempo. Caira sobre elas a maior desolação. Os habitantes da vila tinham-se passado para o Morro das Tabocas. A Câmara que enfeixara nas mãos de Fidié todos os poderes, principiava a arrequear-se pelas conseqüências da luta. Nas circunstâncias do momento, jamais poderia a vitória pertencer às armas portuguesas. Não era uma loucura do Sargento-mor o sacrifício a que arrastava seus companheiros e toda uma população?

E os acontecimentos precipitavam-se. A 16 de julho um matuto que conseguira romper o cerco e chegar até aos sitiados, levou-lhes a notícia da aproximação dos cearenses. Seis mil. E muito bem armados. E munições em abundância.

Como resistir mais? Era o caso de uma tentativa suprema. Ou vencer, ou entregar-se à discreção.

Fidié opinou pela tentativa. Era um ato de louco o que ia praticar lançando-se à frente dos seus homens contra a barreira humana que os assediava. Mas a sua honra de militar, que ele entendia em jogo, tinha

exigências extraordinárias. Não ficava satisfeito tendo resistido até então, ficando de pé empunhando a bandeira de sua pátria quando tudo caía em derredor, arrastado pela força triunfadora da causa da Independência. Cairia, também, com os últimos, quando nem mais um palmo de terra pertencesse a Portugal.

O Morro das Tabocas ainda aí estava com as peças assestadas contra a vila, impotente sob o cinto de aço que lhe apertava o cimo, rebrilhando ao sol relâmpagos de ameaças. Era tempo de arrancá-lo à inércia e fazê-lo tróvejar a morte por todas as suas bocas de fogo. E não só. Algumas centenas de companheiros fiéis, dispostos, como ele, a sucumbir com a sua causa, o rodeavam...

Pareceu-lhe que poderia conseguir alguma coisa. E tentou o impossível. Mandou abrir o fogo contra os sitiados e, por dois dias (17 e 18), avançou grandes contingentes contra os brasileiros, atacando-os nos pontos menos guarnecidos. Os ataques se dirigiam, especialmente, à povoação do Atoleiro.

No dia 19, afinal, pela manhã, determinou o Comandante-Chefe ao Coronel João de Araújo Chaves, ao Capitão-mor João Gomes Caminha, ao Capitão-mor Joaquim Nunes de Magalhães e ao Sargento-mor Domingos Francisco de Carvalho que se a povoação fosse, de novo, atacada, perseguissem os portugueses e, se necessário fosse, penetrassem em Caxias.

Foi. Um outro ataque, e este definitivo, foi feito. Os cearenses se avizinhavam. Não se passaria o dia sem que chegassem, talvez. E os últimos combates, vantajosos, todos, aos independentes, haviam, quase, esgotado as munições de guerra dos portugueses. Um derradeiro esforço, o esforço dos desesperados. E o fez Fidié. Reuniu 400 homens, moveu a artilharia e, às 11 horas da manhã, iniciava, em pessoa, o ataque.

Todas as medidas tinham sido tomadas, porém, para se ir em socorro do Atoleiro e, assim, apenas a ação principiava, iam novos reforços engrossar as tropas de Araújo Chaves, Caminha e Magalhães.

A refrega durou 5 horas. Cada português foi um herói, cada companhia uma legião de bravos.

Tinham varrido o temor da morte. Procuravam-na, mesmo, na ânsia de cair com o reduto onde, por dois meses, se tinham encerrado com os seus sofrimentos e com a esperança de que Portugal viria em seu auxílio para os levar à desforra. Mas a morte os poupava, e quando às 6 horas da tarde se retiraram em boa ordem conduzindo os feridos ⁽⁵⁾, ficaram somente nove cadáveres no campo da batalha.

Tamanha valentia tinham demonstrado, tanto custara o triunfo aos nossos ⁽⁶⁾, que estes desobedeceram à voz de comando e os não perse-

5) Anotação de Abdias Neves: "Soube-se, ao depois, que se elevavam a 63."

6) Anotação de Abdias Neves: "Os brasileiros tiveram apenas 4 mortos e 3 feridos."

guiram, receosos das consequências de um combate travado dentro da vila.

O próprio Sousa Martins mostrava-se apreensivo. Quase todas as suas munições tinham sido gastas.

Felizmente, estava o Exército Auxiliador nas vizinhanças.

Para o receber, mandou Sousa Martins (dia 20) o Capitão José Manuel Lopes que devia representá-lo e desculpá-lo de não comparecer pessoalmente. Temendo, depois, que os portugueses voltassem seus ataques contra o sítio Olaria, que estava ao desamparo, determinou ao Coronel João de Araújo Chaves que para ali fosse, pena de graves transtornos.

E foram as últimas providências que tomou. No dia 21 chegou Filgueiras, para, sem disparar um tiro, assistir à capitulação heróica de Caxias.

ÚLTIMOS DIAS DO CERCO

Sumário: — Ofício de Filgueiras à Câmara e a Fidié. Resposta da Câmara. Condições dos sitiados. Proposta de acordo. Parlamentário à Junta. Novo ofício à Câmara. Conselho em Caxias. Nova proposta. Uma deputação. Um conselho militar. Novos artigos de convenção. Emissários à Junta. Acordo definitivo.

Uma vez instalados os cearenses no quartel do Bonfim, ficou a Junta Comissária, que tomou o nome de Junta da Delegação Expedicionária, composta dos seguintes membros: Capitão-mor José Pereira Filgueiras, Presidente; Luís Pedro de Melo e César, Secretário; Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, Coronel Joaquim de Sousa Martins e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar.

Ainda não estavam definitivamente instalados e já Filgueiras, em data de 23 de julho, dirigia o seguinte ofício ao chefe português:

"A muita filantropia de que abunda o meu coração me conduz à presença de V. S. a fazer-lhe ver que chegou a ocasião de V. S. preencher o art. 3.º do Regulamento (?) convencendo-se de que não está abarracado em uma tróia muralhada e fornecida.

"Com denodo tem V. S. sustentado a sua errônea opinião, mais filha da intriga do que do dever, e como essa comigo não deva ter lugar e o tempo dos prestígios esteja passado, poucos dias pode V. S. ser o flagelo dessa porção de brasileiros, em cujo país, infelizmente, pisou.

"A sua reincidência já não é coragem, parece mera toleima que lhe granjeará eterno ódio dos habitantes de ambos os mundos, e quando V. S., para afeiar nossas ações, afastando-se das veredas trilhadas por militares probos, apelida de facciosos e piratas uma porção de povos que zelavam dos seus direitos, procura destruir este foco de insídias como ma-

nancial das divergências, tem feito o maior dos insultos à nação brasileira que, toda, à exceção do Pará e a capital do Maranhão, tem aderido à Independência; e concedida a hipótese de que seja um atentado e um erro, como dizem os lusitanos, já deixa de o ser quando a opinião se generaliza.

"Não lhe falo como amigo porque o não posso ser de um opressor de minha pátria, porém, como humano e sensível às desgraças de meus semelhantes. V. S. não teve ordem positiva do Congresso a quem idola, nem de Sua Majestade Fidelíssima para fazer guerra aos brasileiros, ou defender a vila de Caxias, como está, sustentando criminosas preocupações; e por isso (caso fisicamente impossível), se V. S. puder conservar-se nesse posto por algum tempo à custa de muitas vidas, nunca mereceria senão o título de lobo sedento do sangue humano e não intrépido guerreiro.

"As cartas inclusas são demonstrativas do estado em que se acha a capital desta Província e saiba V. S. que Itapecuru, Tutóia, S. Bernardo, Icatu, Caraubearas, Viana, e mais povoações têm aclamado o nosso Imperador e recebido a Independência.

"À vista disto, o que espera V. S. neste apuro das circunstâncias? Bem longe de temer a essa pequena força que V. S. tem à sua disposição, eu lhes falo com a singeleza do meu costume e sem valer-me das hiperbólicas e impolíticas facções de que V. S. lança mão para abafar os naturais impulsos desses iludidos entes que o seguem, afirmo que V. S. não há de ser mais do que o experimentado Luís do Rego e o maquiavélico Madeira que acaba de voar, e aos que V. S. tanto deseja matar. Entre em si e advirta que está em nova posição e circunstâncias, que ignora até os movimentos da Europa e que, garantindo os loucos caprichos de alguns atrabiliários patrícos que o cercam, está dando passos agigantados contra si e eles, que possuídos de pânicos terrores pensam que vinte e tantas peças montadas no Morro das Tabocas, sem gente para as manobrar, são capazes de os fazer invencíveis.

"É preciso olhar para as coisas por todos os lados. O Brasil jamais retrogradará o heróico passo que tem dado e por isso convém que V. S., persuadido de que eu não conheço o medo e de que lhe falo com conhecimento de causa, deixe de sacrificar a tantas vítimas inocentes.

"V. S. tem defesa na Respeitável Presença de S. M. e deve preferir o pequeno incômodo de ir ali responder a um conselho, à perda de tantos entes que podem ser profícuos.

"Eu não tenho prevenção com V. S., hei de recebê-lo e tratá-lo como a um meu semelhante. Se ontem sua força, encaminhada a um ponto fraco, pôde tirar alguma vantagem, hoje, e amanhã, quando todos estiverem guarnecidos, serão infrutíferas as suas diligências e os pequenos choques que tem havido com a pouca tropa que aqui se acha sitiando, assaz tem provado a coragem dos cearenses.

"Todas as províncias independentes do Brasil conservam europeus empregados e respeitam os pacíficos e pode V. S. certificar aos que o procedimento da plebe desenfreada têm incutido algum terror, que a minha tropa é de homens católicos, tem subordinação e que eu sei respeitar os direitos individuais e de propriedade. Enfim V. S. bem sabe como pode ganhar uma tábua para salvar-se e não espere ter a sorte do teimoso Madeira, porque se a sua tropa tem alguma disciplina não deixa de ser brasileira e as continuadas deserções o devem convencer do seu constrangimento. A política tem lugar em todas as circunstâncias e a diferença de opinião não me faz duvidar de que V. S. deixará de dizer-me alguma coisa sobre o que tenho expendido."

Fidié não era homem que se deixasse atemorizar facilmente. Tinha resolvido bater-se até queimar o último tiro: nem ao menos deu resposta ao ofício palavroso do chefe cearense. Aguardou seus soldados indiferente e tranqüilo, certo de que os portugueses saberiam defender, palmo a palmo, aquele miserável resto do domínio esplêndido de outrora, glorificando a alma da pátria, envolvendo-a no nimbo do seu heróico sacrifício.

Negava-lhe uma resposta? Filgueiras não o esperava. Ficou irritadíssimo. O silêncio do Sargento-mor doeu-lhe como uma injúria. Esperou ainda, até o dia 25. Não lhe respondendo Fidié, dirigiu-se a Junta da Delegação, terminantemente, à Câmara, avisando-a de que não estava mais disposta a admitir delongas, e, assim, ou a vila proclamava a Independência, ou ela se não responsabilizava pelo que ia suceder e os habitantes que se prevenissem "contra o furor de uns poucos de milheiros de homens e de todo o Brasil, finalmente."

Este ofício foi entregue à destinatária na tarde do dia 25 e não pôde sua matéria entrar em discussão pela ausência de alguns membros. Não querendo, contudo, a Câmara retardar a resposta que se lhe exigia, reuniu-se a 27 em conselho, com os membros que compareceram, e oficiou à Junta nos seguintes termos:

"As multiplicadas autoridades que hão proposto a conciliação a esta vila têm por algum modo obstado as respostas

que se deviam dar, por isso mesmo que não podia ao certo atinar o resultado de uma para com as outras; hoje, porém, que uma Junta superior nos apresenta, parece que esta deverá reger a todas as outras e por isto esta Câmara que deseja ser coerente espera que se aclare este objeto para que então, com conhecimento de causa se possam chamar a conselho os povos desta vila e eles deliberarem a sua sorte como é estilo e costume em tais casos; por isso mesmo que esta Câmara jamais tem ambicionado o ver derramar o sangue de povos irmãos que devem fazer a felicidade do país. Para esse fim espera esta Câmara que se mande sustar os fogos em todos os postos avançados, cuja requisição se vai igualmente fazer ao Comandante deste distrito, para que não aconteça como no dia e momento da entrada do parlamentar que se nos dirigiu, em que se atirou da outra banda da Tresidela sobre os escravos de alguns proprietários, o que, bem longe de concorrer para a ultimação do arranjo que se premedita, faz de algum modo persuadir o contrário."

Era desesperadora a situação interna da vila. Só o patriotismo, violentamente excitado pelas circunstâncias dessa luta, poderia sustentar o ânimo dos que resistiam, não, esperando vencer, mas aguardando a hora de se deixar matar.

Nesse dia, os víveres estavam perto de esgotar-se. Nem água nem comida. Diminuíra-se de metade a ração, já ínfima, das tropas. Daria quando muito, o que restava, para três dias ainda.

Apesar disso Fidié opinava pela continuação da resistência. E como não quis mais a Câmara ceder à sua pertinácia, ele se demitiu e passou o comando das forças ao Tenente-Coronel Luís Manuel de Mesquita.

Na esperança, porém, de que fracassasse qualquer acordo, aproveitou-se ele do armistício pedido pela Câmara e concedido pela Junta da Delegação Expedicionária, para mandar alguns soldados às roças da Olaria fornecer-se de farinha, encher de água os depósitos, reunir lenha, consertar e aumentar os redutos do Morro.

Isto mostrava, claramente, a idéia de continuar a luta, ousando as últimas resistências.

O Comandante-Geral, Tenente-Coronel Luís Manuel de Mesquita, não desejava, todavia, que o cerco perdurasse. Não era patriotismo, era loucura e ingloria, sem vantagens para ninguém. Tudo se fizera, nos limites do possível. Os sitiados tinham dado provas do maior heroísmo, e era tempo de ceder à fatalidade dos acontecimentos.

Resolveu, nestas condições, mandar no dia 28 um parlamentar à Junta a fim de que, nomeados emissários de uma parte e de outra, se convencionassem os artigos da capitulação.

Mas, em vez de aquiescer e nomear emissários, vendo a Junta nessa proposta um recurso para protelar, por alguns dias, mais, a decisão da campanha, oficiou à Câmara dizendo que mais bem informada do estado de coação a que se achavam reduzidos os habitantes de Caxias e alguns dos vereadores, se resolvia a adiantar alguma coisa relativamente ao ofício anterior.

E acrescentava:

"Supúnhamos que essa Câmara tivesse ingerência nos negócios públicos, como é costume; porém, agora que conhecemos que ela está sendo o órgão do Major Fidié, fique certa de que não estamos no caso de fazer negociações contra os decretos do nosso Adorado Imperador em menoscabo da Independência e interesse da nação brasileira, por quem protestamos à face de Deus e do mundo derramar a última gota de sangue e o nosso dito ofício e os pequenos choques que tem havido já os deverão ter convencido da nossa firmeza de caráter, da resignação com que sustentamos o juramento da Independência ou Morte. Fidié, abusando da boa-fé inseparável dos brasileiros probos, obteve (sem figurar no negócio) este armistício que permitimos para poder fornecer-se de alguma farinha das rocinhas da Olaria, lenha, água e aumentar redutos para poder sustentar a sua louca porfia por mais alguns dias e essa Câmara concorreu diretamente para tal fraude. Não há quem ignore (ainda os dissidentes) as vantagens que resultam ao Brasil de sua Independência e da exclusão desses Naires, esses Bachais, esses Neros, esses Tarquínios, esses lobos sedentos de sangue, da fazenda e da honra dos sinceros, generosos e inespertos brasileiros e se essa Câmara flutua, hesita e balbucia, é porque quer, ou porque a natureza aberrou na constituição física e moral dos caxienses. Nós poderemos sustentar os tempos que forem necessários, o punhado de bisonhos desarmados com que fazemos o fraco sítio dessa vila; Fidié não deixará também de poder fornecer do necessário ao seu grosso, aguerrido e bem armado exército até quando lhe parecer que deve defender o artilhado Morro das Tabocas ou sair a encontrar as numerosas falanges que espera de Portugal; e das quais já tem ouvido, por vezes, os instrumentos marciais e salvas de alegria, para imediatamente rechaçar esta corja de facciosos. A justiça da nossa causa é tão visível que o mesmo Fidié alucinado a tem conhecido pelo desamparo dos seus iludidos sequazes, e como tenhamos esgotado os meios de moderação para que a prudência (filha

da filantropia) não pareça covardia, vamos hoje mesmo pôr em ação a nossa gente (por outro modo, os nossos piratas, como aí são chamados) e suspender o armistício pelo abuso que se tem feito da nossa singeleza e cada qual cuide de defender-se que a Providência mostrará quem tem razão, na conclusão do negócio."

Não havia mais que protelar. Caxias, ou capitulava, obtendo talvez algumas concessões, ou seria arrasada sob a fúria da soldadesca infrene que a trazia em estreito assédio.

Decidiu-se o Comandante-Geral pela primeira hipótese, e, a fim de impedir o ataque iminente, dirigiu um parlamentar a Filgueiras dizendo que ia convocar, sem demora, um conselho civil e militar para resolver definitivamente sobre a entrega da vila. Pediu o adiamento das hostilidades e, sendo satisfeito, convocou o conselho em que tomaram parte: Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel, servindo de Secretário — era Capitão e comandava a Cavalaria; Luís Manuel de Mesquita, Comandante-Geral; Francisco Salazar Moscoso, Major Comandante interino dos Corpos de Milícia; Major Comandante Inácio Antônio da Silva; Major Higino Xavier Lopes; Silvério Lopes, Major Comandante interino do 2.º Regimento; Manuel Pimenta de Sampaio, Capitão Comandante da 1.ª Linha do Piauí; Capitão Salvador Bernardo Malafaia; Roberto Vieira Passos, Capitão Comandante; Miguel Ferreira de Gouveia Pimentel, Capitão; Jerônimo José do Rego, Capitão; Benedito José de Sousa Brito, Capitão; Félix Antônio da Rosa, Ajudante; Alexandre José Gonçalves da Veiga, Ajudante; Ricardo José R. de Azevedo, Ajudante; Tenente Aleixo Vieira de Sá; Alferes Manuel José da Silva; Tenente Domingos José Correia; Alferes Francisco Fernandes de Macedo; Alferes Joaquim Vicente Mendes dos Reis; Alferes José de Bastos e Silva; Alferes Luís José Demétrio; Alferes da linha do Maranhão Manuel da Fonseca Soares; Alferes Francisco Marcelino Teixeira; 2.º Tenente de Artilharia José Machado das Necessidades; Alferes Demétrio Antônio Soares; Alferes Antônio Gonçalves Carvalhais; Alferes João Rodrigues da Silveira; Alferes José Henriques de Castro; e Tenente Cipriano Vieira de Sá.

Uma vez reunidos, assumiu a presidência do Conselho o Comandante-Geral, Tenente-Coronel Luís Manuel de Mesquita, leu o ofício da Junta da Delegação Expedicionária, e descreveu, francamente, a situação. Entendia que esta era insustentável agora que, sobre não haver mais munições, a ração de víveres ia ser reduzida e, talvez, eliminada. A seu ver devia-se capitular, pois que a persistência seria uma loucura.

O Conselho, que conhecia a justeza das alegações e as condições verdadeiras da praça, resolveu, prontamente, aceitar a indicação.

Não podiam, porém, entregar-se ao inimigo sem firmar certas bases. Procurou-se amparar o interesse dos sitiados e eis os artigos de convenção votados a fim de serem submetidos à aprovação da Junta:

"Artigos de convenção dirigidos a Exma. Junta da Delegação Expedicionária do Ceará e Piauí:

1.º — Todos os oficiais e soldados de 1.ª e 2.ª linha, que compõem a guarnição permanente desta vila, poderão sair armados desta fortaleza com bandeiras largas, caixa batida e mecha acesa em direitura à cidade do Maranhão e o corpo da Tropa Expedicionária do Pará à sua capital, levando todos os bens e famílias que lhes pertencerem, todas as munições, petrechos de guerra e artilharia, fazendo a sua viagem por terra ou pelo rio, como lhes parecer, para o que se lhes concederão todas as canoas e cavalgadas e meios suficientes sem que sejam incomodados na sua viagem por força alguma da Independência, cujo Governo estacionado no distrito desta vila, dará um corpo de tropa, segundo o estilo, para acompanhar até fora das suas linhas, dividido em três partes, uma fará a vanguarda, outra marchará no centro e a 3.ª na retaguarda.

2.º — Sairá a guarnição (uma vez que a sua viagem seja por terra) fazendo a frente a metade da cavalaria, as bagagens marcharão no centro, e a infantaria fará a retaguarda, seguida do restante da cavalaria e artilharia. Os principais oficiais sairão em último lugar.

3.º — Pelo mesmo modo poderão sair todos os habitantes que quiserem acompanhar a tropa, tanto naturais, como europeus, empregados públicos ou não empregados, ficando os bens que eles deixarem em poder de suas famílias, procuradores, ou pessoas a quem mais bem lhes convier. Aqueles, porém, que tiverem suas famílias e bens fora deste distrito e Província, se marcará o prazo necessário, ficando salvo o direito de instituírem procuradores para a disposição dos mesmos bens.

4.º — Todos os que ficarem não serão ofendidos em suas pessoas e bens e nem perseguidos por quaisquer opiniões políticas que até hoje hajam manifestado, soltando-se todos aqueles que se acharem presos por esta causa.

5.º — Todos os prisioneiros serão restituídos imediatamente de parte a parte a exceção dos que estiverem em maior distância, dentro ou fora da Província, com os quais se entenderá este mesmo artigo para serem soltos.

6.º — Os doentes do hospital, ou fora dele, que não puderem acompanhar as tropas, serão tratados com toda humanidade e regularão para eles as condições da presente convenção.

7.º — Conceder-se-ão 8 dias para os arranjos necessários da viagem, suspensas neste espaço todas as hostilidades, fornecendo-se todos os mantimentos necessários, não só durante a estada, senão também para a viagem.

8.º — Dentro da vila só deverá entrar a guarnição necessária para ocupar as guardas, depois que sair das linhas do sítio a tropa ora estacionada, ficando o resto da força imperial acampada nos subúrbios da mesma vila. O Governo, Estado-Maior do Exército e oficiais da mesma guarnição são os únicos compreendidos a fazerem também a sua entrada, para darem as providências a evitar o saque, disúrbio, ou qualquer desordem que se pretenda intentar sobre os habitantes e suas propriedades.

9.º — Serão entregues todas as propriedades, de qualquer natureza que sejam, a seus respectivos donos, que delas se acharem desapossados sem legítimos títulos.

10.º — Para a inteira observância dos artigos propostos, se darão mutuamente reféns, sendo 3 pessoas civis ou militares das mais qualificadas, as quais chegadas aos limites das linhas serão trocadas.

Forte do Morro das Tabocas, 30 de julho de 1823. Luís Manuel de Mesquita, Tenente-Coronel e Comandante Geral."

Votados esses artigos que se julgavam os mais próprios a defender o direito dos sitiados contra qualquer violência, nomeou-se uma deputação composta do Major Francisco Salazar Moscoso, Capitães Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel e José Colaço Brandão e à mesma foram apresentados os artigos a fim de serem submetidos à consideração da Junta.

Apresentando-se a deputação mandou Filgueiras, sem demora, convocar a officialidade que se pudesse dispensar nos vários pontos do sítio e, presentes o General Comandante-Chefe do Exército Auxiliador do Ceará, Pernambuco e Piauí, os vogais da Junta — Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, Coronel Joaquim de Sousa Martins e Tenente-Coronel Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, Major Luís Pedro de Melo e César — servindo de Secretário, e outros oficiais, passou-se, imediatamente, a deliberar sobre a convenção, cujos artigos foram lidos pelo Secretário.

O Major Salazar, Presidente da deputação, tomou a palavra em seguida à leitura feita e pediu que se mandasse fornecer munição de boca à tropa inimiga, até que, regulada, tivesse lugar a capitulação.

Ouvidos todos a respeito, decidiu-se, por unanimidade, que tendo vindo de tão longe o Exército Auxiliador com o fim de rechaçar as forças de Fidié e fazer aclamar Imperador a D. Pedro, seria vergonhoso e até covardia aceitar a capitulação como a desejava e impunha o Comandante da vila. Os artigos foram considerados vantajosos, apenas, para os portugueses, que muito longe estavam de poder ditar condições nas suas melindrosas circunstâncias. Ditá-las competia aos brasileiros, senhores como estavam do triunfo.

Acordou-se, portanto, que a convenção única, possível, era a que estabeleceram nos artigos seguintes (1):

1.º — Que o Major Fidié e esse resto de tropa que iludida ainda o seguia e se achava dentro do sítio, na guarnição do Morro das Tabocas e mais presidios, deveria depor as armas e as bandeiras e ir ocupar o campo de S. José, debaixo de guardas.

2.º — Que o Exército independente se apossaria do Morro das Tabocas e vila de Caxias, com todos os petrechos de guerra, munições e artilharia.

3.º — Que os inimigos se entregariam à discreção dos vencedores, preservando-os a Junta da Delegação de ataques e insultos e segurando-lhes o direito de propriedade com as mais bem ajustadas medidas e providências.

4.º — Que a tropa dissidente da causa brasílica seria conservada no lugar onde a Junta determinasse, até que Sua Majestade Imperial, a quem se daria imediatamente circunstanciada participação, houvesse por bem perdoar-lhe o crime que tinha cometido.

5.º — Que os proprietários da vila de Caxias e termo que não tivessem prestado donativo à causa pátria, seriam obrigados a uma contribuição para pagamento do Exército que a sua toleima, o seu criminoso aferro às Cortes de Portugal e os procedimentos hostis do pérfido Fidié chamaram àquele lugar.

6.º — Que a Junta da Delegação Expedicionária não seria responsável pelos bens desencaminhados dos proprietários da Província e somente, a dar providências, tomar enérgicas medidas e anuir requisições tendentes à segurança de propriedade e à reivindicação dela.

1) Observação de Abdias Neves: "Estes artigos estão inscritos no Livro n.º 1 de Registro de Avulsos, folhas 150 e seguinte (Arquivo da Secretaria do Governo, Piauí)."

7.º — Que a Junta residiria na vila de Caxias o tempo que fosse necessário para tomar medidas para constranger a vila de Alcântara e a capital, que ainda reincidiam no erro, a proclamar a Independência ou até que fosse possível instalar-se um Governo temporário que se encarregasse dessa tarefa e que segurasse o direito individual e de propriedade.

8.º — Que nenhuns socorros de mantimentos se deviam prestar aos inimigos sitiados, porque isso seria concorrer diretamente para sua reincidência e dar-lhe azo a tramar, visto que os evadidos eram bem acolhidos e nada lhes faltava.

9.º — Que se marcasse ao Comandante de Caxias seis horas para se deliberar a anuir ou não aos artigos oferecidos e que terminado o prazo não fossem admissíveis mais negociações ou meios paliativos e tratasse cada um de defender-se, não se evitando mais hostilidades e toda qualidade de agressão permitida na guerra."

De como assim se havia acordado lavrou o Secretário do Conselho uma ata de cujas assinaturas vejo que tomaram parte no mesmo: Luís Pedro de Melo e César, Secretário; Jose Pereira Filgueiras, General do Exército Auxiliador e Presidente; Manuel de Sousa Martins, Joaquim de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, Luís Pedro de Melo e César (Secretário), Manuel Inácio Filgueiras, Major Ajudante-de-Ordens, Padre Pedro Antunes Alves Rodovalho, Capelão-mor do Exército; José Vitoriano Maciel, Coronel de Cavalaria; João de Araújo Chaves, Coronel de Cavalaria; Raimundo de Sousa Martins, Tenente-Coronel de Cavalaria; João Gomes Caminha, Capitão-mor; Joaquim Nunes de Magalhães, Capitão-mor; José Ferreira de Azevedo e Silva, Tenente-Coronel; João da Costa Alecrim, Tenente-Coronel de Cavalaria; Benedito José Barbosa, Tenente-Coronel; Luís Rodrigues Chaves, Major; Francisco Manuel de Araújo Costa, Major; Francisco Ferreira de Sousa, Major de Cavalaria; Francisco Inácio da Costa, Sargento-mor e Comandante da Polícia; Domingos Francisco de Carvalho, Sargento-mor Comandante; Miguel José de Queirós Lima, Sargento-mor da Brigada de Cavalaria; Francisco Carlos da Silva Saldanha, Sargento-mor da Cavalaria do Icó; Manuel Bezerra de Araújo Melo, Sargento-mor de Cavalaria; José Leão da Cunha Pereira, Sargento-mor de Cavalaria; Romão José Batista, Sargento-mor Comandante de Cavalaria; Miguel Francisco de Queirós Lima, Sargento-mor de Cavalaria; José Correia Campelo, Sargento-mor Comandante do Batalhão Leal à Independência; João Nepomuceno da Silva Cangussu, Sargento-mor de 1.ª Linha; Manuel Clementino de Sousa Martins, Major da

Cavalaria do Piauí; Tibúrcio José de Borges, Sargento-mor de Cavalaria; José Manuel Lopes de Oliveira, Capitão Comandante; Militão Plácido da França Antunes, Capitão; Francisco Germano de Moraes, Capitão de Cavalaria; Pedro Nunes de Magalhães, Capitão e Comandante; Manuel Carlos da Silva Saldanha, Capitão e Comandante-Chefe; Matias de Sousa Rabelo, Tenente-Coronel; Alexandre Nery Pereira, Capitão e Comandante do Regimento Montado em Sobral; Manuel de Barros Marinho, Capitão de infantaria; João Ferreira da Mota, Capitão de Cavalaria; Francisco José da Silva Guariba, Capitão Comandante; Antônio Roberto Borges da Fonseca Comati, Capitão de 1.ª Linha; João Paulo Dias Carneiro, Capitão; Antônio Vieira do Lago Cavalcante de Albuquerque, Capitão de 1.ª Linha; Vitoriano Correia Vieira, Capitão de Cavalaria; Francisco Lopes de Sousa, Capitão e Comandante; Zacarias Fernandes dos Reis, Capitão; José da Costa Bandeira, Capitão de Milícia; João Franklin de Lima, Capitão de Caçadores; José Cavalcante de Albuquerque, Tenente de 1.ª Linha; Roberto José de Moura, Tenente; Manuel Muniz dos Santos Rego, Tenente; João Fernandes de Moraes, Secretário do 1.º Regimento de Caxias; Manuel Lopes Teixeira, Secretário; José Vicente Honório, Tenente; Antônio de Sousa Mendes, Tenente; Gonçalo Soares Pajeú, Ajudante; Félix Fernandes de Barros, Ajudante; José Maria de Melo, Ajudante; José Bernardo Bezerra de Menezes, Ajudante; João Francisco Vasques, Tenente Quartel-Mestre, Manuel Soares da Silva, Alferes Comandante de 1.ª Linha; Fernando Luís Ferreira, 2.ª Tenente de Artilharia; José Tavares de Oliveira, Alferes de 1.ª Linha; Antônio José da Silva e Sousa, Alferes de Cavalaria; Francisco Antônio de Matos, Alferes; Hermenegildo da Costa Nunes, Alferes; Joaquim Ferreira da Silva, Alferes; Agostinho Antônio, Alferes; Reinaldo de Araújo Bezerra, Capitão Comandante; Manuel Joaquim Sucupira, Alferes Comandante da 1.ª Companhia; Francisco Pereira Façanha, Alferes de Cavalaria; Manuel Rodrigues de Melo Uchoa, Alferes de 1.ª Linha; Manuel Gonçalves Ruas, Secretário do 2.º Regimento; Antônio Joaquim Garcia, Alferes; Antônio Francisco de Ávila Gato Preto, Tenente de 1.ª Linha; Francisco Carlos de Resende, Tenente Quartel-Mestre; Antônio Leite da Silva, Alferes de Caçadores."

Apenas recebidos os artigos compreendeu o Comandante-Geral da vila a urgência com que se impunha uma decisão pronta, e convocou outro conselho.

O prazo era por demais insignificante para que se pudesse tomar uma deliberação mais discutida. Na premência das circunstâncias, contudo, não havia que protelar. Declarou Mesquita, nestas condições, instalado o conselho com as poucas pessoas que compareceram. Deu-lhes a conhecer as exigências das forças sitiadas. E, ainda que se não tivesse podido consultar o povo, ficou resolvido mandar-se, novamente, o Major Francisco Salazar Moscoso e o Capitão Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel à presença da Junta, a fim de regularem, por uma vez, a capitulação. Para isto lançou Mesquita o **aprovamos** nos artigos, exprimindo, entretanto, o pesar de que o pequeno prazo de 6 horas, concedido, não lhe permitisse convocar o povo para melhor resolver.

Tudo foi regulado, então, de acordo. Filgueiras, senhor da situação, não quis, no momento, parecer desumano. Satisfez o que se lhe pedia e, no dia 31 de julho, a vila capitulava, vencida pela fome, pela sede, pela impotência de suas armas contra as tropas sitiadas, mas sempre heróica na defesa das suas convicções. Havia três dias que Lorde Cochrane proclamara a Independência em São Luís. E deste modo foi trazida a Província do Maranhão à comunhão do Império.

DEPOIS DA CAPITULAÇÃO

Sumário: — Entra o exército em Caxias. O Morro do Alecrim. ⁽¹⁾ Providências para acomodação das tropas. As prisões. Eleição de vereadores. A aclamação. A cobrança das contribuições de guerra. Um ofício de Lorde Cochrane. Resposta. Conselho militar. A comissão nomeada para obter víveres se demite. Ofício à Corte.

Ainda que tivesse ficado resolvida e negociada a capitulação em 31 de julho, o Exército Auxiliador só tomou conta da vila a 1.º de agosto.

Feito o sinal convencionado, as tropas de Fidié depuseram as armas e tendo à frente, como em seus dias de triunfo, o chefe que lhes emprestara tanto heroísmo, desceram para o campo de S. José e formaram entregando-se aos vencedores.

Era um punhado de heróis. Os martírios daquela resistência, sustentada nos últimos dias sem uma esperança, lhes vinham gravados na palidez do rosto. Mesmo ali, porém, apresentavam-se como quem sabe que triunfou, inabaláveis e invencíveis no amor supremo da pátria que os esquecera. Acompanhava-os o Comandante-Geral, Tenente-Coronel Luís Manuel de Mesquita.

Não foram presos, na ocasião; deu-se-lhes a vila por menagem até deliberação posterior e mandou-se ocupar o quartel do Morro das Tabocas pelas forças do Capitão João da Costa Alecrim ⁽²⁾.

E foi só.

No dia 2, convindo providenciar sobre a acomodação das forças e decretar medidas assecuratórias do respeito à propriedade, reuniu-se a Junta da Delegação no Paço da Câmara, onde se aboletara, e acordou mandar

1) O mesmo Morro das Tabocas.

2) Observação de Abdias Neves: "Alecrim fora chamado por Filgueiras e comandava uma das divisões do Exército Auxiliador. Sua estada no antigo quartel de Fidié não foi esquecida: o Morro das Tabocas, desde então, ficou sendo chamado Morro do Alecrim".

distribuir as tropas em quartéis separados, conforme as províncias, devendo responder pelas mesmas os respectivos Comandantes, até que se deliberasse se regressariam, ou se seriam mandadas sitiá-las a vila de Alcântara e a capital — os dois únicos pontos que se supunham fiéis à metrópole portuguesa. Resolveu mais a Junta fazer uma proclamação ao povo, afiançando-lhe todo o rigor no cumprimento das leis, prometendo-lhe toda a garantia para a sua vida e bens.

Não se devendo demorar a aclamação ficou assentado que seria feita na manhã seguinte. Para isto oficiou à Câmara e ao pároco determinando-se-lhes que convocassem o povo para esse ato solene. E deliberados esses pontos, acordou-se ainda: mandar prender as pessoas mais infensas à proclamação, nomear outro comandante para a vila, e entregar a vigilância dos prisioneiros ao Comandante das tropas do Pará, Sargento-mor Inácio Antônio.

Reunidos, no dia seguinte, no Paço da Câmara, "clero, nobreza" e o povo que se pôde avisar em 24 horas para o ato da aclamação do Imperador e para se jurar a Independência, o vigário e alguns cidadãos requereram que, a bem da tranqüilidade pública, se elegeisse nova câmara e fosse ela investida do cargo antes da projetada solenidade.

Deferido pela Junta esse requerimento, foi adiada a aclamação para o dia 7 de agosto e marcada a eleição para o dia 6, considerando-se dissolvida a Câmara existente e escolhendo-se o Juiz de Fora para Presidente da eleição.

Obtendo, então, a palavra, alegou Bento Francisco Xavier Zensck o estado de penúria de Caxias e requereu que fosse nomeada uma comissão que tivesse a seu cargo abastecer de víveres o mercado.

Parecendo aproveitável a idéia, foram logo designados para constituir a comissão: Presidente, o Capitão Zacarias Fernandes dos Reis; Secretário, Francisco Henrique Wilkins; Alferes Hermenegildo da Costa Nunes.

Resolveu-se, também, que à vista da situação difícil de Caxias se retiraria parte das tropas depois de 7 de agosto, ficando, apenas, oito mil homens, até se saber o modo por que a capital recebera os últimos acontecimentos.

Tomaram parte nessa reunião: José Pereira Filgueiras, Manuel de Sousa Martins, Joaquim de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, Luís Pedro de Melo e César (S.), Luís Manuel Soares, Bento Francisco Xavier Zensck, Joaquim Alves Costa, Henrique José Novais, Pedro Torres Viana, José Colário Brandão, vigário Joaquim José de Lacerda, João Forjo Brabo, Cândido Pereira de Lemos — vigário de Parnaguá, — Padre José Marques Simões da Silva Feijó, Joaquim Ferreira França, Clemente José da Costa, José Nunes Soeiro, João Fernandes de Moraes, Francisco Joaquim de Carvalho, Roberto José de Moura, Severino de Oliveira Costa, Pedro Francisco Muniz, Joaquim Inácio da Silva Rios, Severino Dias Car-

neiro, Raimundo José de Moura, Félix Gualberto Castelo Branco, Nunes Guedes Alcanforado, Raimundo Teodoro Freire, Francisco Henrique Wilkins, João Paulo Dias Carneiro, Manuel José Viana, Joaquim da Silva Santiago, Manuel Teixeira Barreto, Vitoriano Gomes Forjo, José Henrique de Castro.

Dissolvida a reunião mandou Filgueiras prender, conforme se acordara na véspera, as pessoas que se tinham oposto mais à capitulação, sendo presos: Tenente-Coronel Luís Manuel de Mesquita, Sargento-mor João José da Cunha Fidié, Capitão Miguel Ferreira de Gouveia Pimentel, Capitão Antônio Bernardes de Oliveira Pimentel, Capitão Jerônimo José do Rego, Tenente Quartel-Mestre Feliciano Estêvão da Costa, Tenente Egídio da Costa Alvarenga, Ajudante Alexandre José Gonçalves da Veiga, Ajudante Félix Antônio da Rosa, Padres Jerônimo José Pereira e Serafim Alves da Costa, Frei João de Jesus Maria, bacharel Henriques José de Novais, advogado Antônio José de Mesquita, Alferes Joaquim Alves da Costa e advogado Luís de Campos Botelho de Miranda.

Nenhum se opôs à prisão. E como a vila estava, em absoluto, entregue às tropas, o povo, se continuava a olhar com simpatia a causa dos portugueses, não se aventurou a qualquer manifestação.

A ordem seria inalterável, portanto, se as tropas não dessem o espetáculo da antiga insubordinação e dos instintos perversos anteriormente atraídos. O que as continha um pouco era a cobrança próxima das contribuições de guerra a que se haviam obrigado os habitantes.

A eleição da nova câmara correu, por isto, sem interesse. Realizou-se, como fora marcada, no dia 6, elegendo-se: João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa, — Presidente; Francisco Henrique Wilkins, Clemente José da Costa, João Fernandes de Moraes e Raimundo Joaquim Mousinho.

Logo no dia 7, conforme fora requerido, realizou-se, também, o ato da proclamação da independência e da aclamação de D. Pedro I, Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor do Brasil (*).

(*) Eis o auto do juramento:

"Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e três, segundo da Independência e do Império. Aos sete dias do mês de agosto do dito ano, na igreja matriz de Caxias das Aldeias Altas do Maranhão, aonde se achavam reunidos a câmara, clero, nobreza e povo dela convocados pela Exa. Junta da Delegação Expedicionária do Ceará, e Piauí, abaixo assinada, por ofícios e editais públicos; aí pelo Exo. Sr. Presidente da mesma, e Comandante-em-Chefe do Exército, José Pereira Filgueiras, foi dito que, em cumprimento dos Decretos e Ordens de S. M. Imperial e Defensor Perpétuo do Brasil, aclamado por unânime vontade no dia 12 de outubro (?) do ano passado deviam todas as autoridades civis, militares, eclesiásticas, subalternas, e povo, prestar juramento de observar, manter, guardar e defender a Independência do Brasil como verdadeiro meio de segurança da integridade do Império do mesmo, veneração, respeito, e obediência a S. M. Imperial e Constitucional o Senhor Dom Pedro Primeiro, e à sua Augusta Dinastia; e que esperava que todos os que se achavam presentes à porfia dessem o dito juramento perante o Reverendo Pároco delegado, o Padre José Marques Simões da Silva Feijó, firmando-o com a mão em um dos Livros dos Santos Evangelhos e

E agora, jurada a Independência e aclamado o Imperador, tratou-se de fazer cumprir o art. 5 da capitulação.

Para isto, e não querendo provocar reclamações, nem proceder com vexame para os contribuintes, nomeou a Junta uma comissão de três membros, que deviam ser probos e inteligentes, para cobrar as cotas sempre de acordo com as posses de cada um.

Foi uma terrível calamidade. Instintos auricidas, até então sopitados, irromperam furiosamente perturbando a marcha da cobrança, transformando-a num roubo a mão armada, sob a proteção da lei e dos poderes públicos.

De nada valeu nomear-se uma comissão. Esta providência foi iludida porque, apenas apresentou a Junta da Delegação a lista dos contribuintes, passaram os interessados a fazer-se cobradores, arvorando-se em árbitros do valor dos bens, cotando-os por um preço ínfimo. Para isto contavam, incondicionalmente, com o apoio do comissário pagador e dos vogais cearenses da Junta.

Era claro, porém, que esse modo arbitrário e violento de arrecadar a contribuição não era o mais próprio para se perfazer a soma importante de que as forças se diziam credoras.

Recorreram a outro expediente. Puseram em hasta pública as casinhas do Morro das Tabocas, venderam as sacas de algodão das trincheiras e apuraram 3:898\$900. Mais. Recebendo de um escravo a denúncia de que estavam enterrados alguns caixões de dinheiro no quintal da viúva de Custódio Manuel Lima, D. Nazária Moreira Lima, fizeram retirá-los encontrando 5:590\$000.

os ausentes consecutivamente corressem a prestá-lo perante a Câmara desta vila e para constar lavrei o presente auto, em que assinaram: E eu, João Forjo Brabo, escrivão da Câmara o escrevi. — José Pereira Filgueiras, Presidente — Manuel de Sousa Martins — Joaquim de Sousa Martins — Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. — Luís Pedro de Melo e César, Secretário. — O Padre, Pedro Antunes Alves Rodovalho. — João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa. — Francisco Henrique Wilkins. — Clemente José da Costa. — Francisco das Chagas Pereira de Brito. — Francisco Joaquim de Carvalho.

Juramos aos Santos Evangelhos veneração e respeito à Religião Católica Apostólica Romana, obediência ao Senhor Dom Pedro Primeiro, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, à sua Augusta Dinastia, e à Assembléia Constituinte e Legislativa do Brasil, sustentar a integridade, e defender a Independência do mesmo à custa da própria vida. — João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa, Juiz de Fora interino, Presidente. — Francisco Henrique Wilkins, Vereador. — Clemente José da Costa, Vereador. — Francisco das Chagas Pereira de Brito, Vereador. — Francisco Joaquim de Carvalho. — João Forjo Brabo, Escrivão da Câmara. — O vigário, Joaquim José de Lacerda. — O Padre, José Marques Simões da Silva Feijó. — O Padre, Raimundo d'Almeida Sampaio. — O Padre, Antônio Diniz de Souza Maciel. — Cândido Pereira de Lemos, vigário de Parnaíba. — O Padre, Luís da Gama de Mendonça. — O Padre, Manuel José da Costa. — O Padre, Antônio Henriques da Fonseca. — O Padre, José Bernardo. — O Padre, Pedro Antônio Torrado. — José Pinheiro de Oliveira.

Seguem-se mais de quinhentas assinaturas.

(V. app. à op. cit. do Dr. Vieira da Silva, pág. 12).

Que era isto, porém, quando se cobravam centenas de contos?

A comissão conseguiu a importância de 98:681\$934, que, reunida àquelas quantias, se elevou a mais de cem contos.

Não foi soma bastante. E como se recebesse, nesse ínterim, participação de entrada de Lorde Cochrane em São Luís e da adesão desta cidade ao partido da Independência, tratou-se, logo, de obter, dali, novas contribuições.

Com este fim reuniu-se a Junta e, tomando conhecimento da participação, deliberou mandar três emissários, àquele Almirante, expondo a gravidade da situação e requerendo prontas medidas para a retirada das tropas. Os emissários seguiram a 14 de agosto e eram: o Secretário da Junta — Major Luís Pedro de Melo e César, o Capitão José Manuel Lopes de Oliveira, e o Procurador da Câmara da vila, Antônio Joaquim de Carvalho (3).

Missão de maior relevância que a de conseguir o pagamento das tropas lhes foi confiada: a de proporem diante da Junta as providências que se faziam mister para evitar que a anarquia empolgasse a Província. Neste sentido apresentava a Delegação os artigos que se seguem, afirmando que, se assim procedia, era porque as circunstâncias lhe tinham emprestado as atribuições de um Governo temporário.

Entendia (*):

“1.º — que não tendo sido possível reunirem-se na vila do Itapecuru-Mirim, ou na capital, os povos para a eleição do Governo, julgava da maior urgência que se tomassem medidas para que, em concorrência, se lhe desse essa regalia de eleger os seus representantes, como era de costume inveterado, mesmo para evitar desgostos, queixumes, até alguma convulsão;

“2.º — que, quanto antes, o Governo devia proporcionar os meios da segurança individual e de propriedade aos habitantes do centro da Província, obstando com as mais bem ajustadas providências as freqüentes depredações, mortes e insultos que diferentes quadrilhas praticavam;

“3.º — que julgava a propósito uma guarnição de tropas suficientes na assolada vila de Caxias para garantir a sua tran-

3) Observação de Abdias Neves: “Não Francisco Joaquim de Carvalho, como se lê no Dr. Vieira da Silva.”

(*) Esses artigos vêm a fols. 158 e segs. do Liv. n.º 1 de Reg. e Avulsos — Arquivo da Secretaria do Governo do Piauí. — Nota do autor.

qüillidade e a das vizinhas povoações e evitar-se alguma consequência entre os dois partidos chocados;

"4.º — que entendia de sumo interesse ao bem-estar da Província, a organização de batalhões de milícias e caçadores em todas as vilas e povoações notáveis da Província, tanto para se promover a disciplina militar, como influir a mocidade e compensar as fadigas dos beneméritos que mais se distinguiram nos trabalhos marciais;

"5.º — que considerava indispensável a deposição dos europeus empregados em todas as repartições civis, militares e eclesiásticas, tanto para minorar a execração popular que essa porção de homens aferrados aos interesses de Portugal havia granjeado, como para tranqüilizar os ânimos dos brasileiros que confiavam em seus patrícios;

"6.º — que parecia da maior justiça que a Junta mandasse processar a todos os indivíduos que haviam pegado em armas contra os defensores da Independência do Brasil, não lhes valendo a anistia de 18 de setembro do ano anterior, porque a vontade de Sua Majestade Imperial fora perdoar crimes de opiniões e não de fatos, como do mesmo decreto claramente se depreende;

"7.º — que em consequência do art. 2.º da capitulação feita com os dissidentes da vila de Caxias, deviam ficar à disposição dos vencedores não só os prisioneiros, como os petrechos, munições e artilharia existentes naquela vila, e Morro das Tabocas, considerando-se as sacas de algodão que serviram para redutos e haviam sido abandonadas pelos dissidentes e as casinholas construídas no dito Morro como petrechos que deviam ser aplicados para o pagamento das tropas;

"8.º — que os capitalistas e proprietários da capital, uniformes em sentimentos e co-réus com os de Caxias, deviam contribuir igualmente para o pagamento das tropas que a sua pertinácia e o seu indiscreto aferro haviam chamado à Província; e que S. Exas. deviam tomar em consideração o negócio que fazia o objeto deste artigo, atenta à ruína que ia causando à Província a paralisação de tão considerável número de tropas num canto dela."

Chegando a S. Luís, foram os emissários à presença do Governo Provisório, eleito anteriormente no dia 7. Expuseram ao que iam. Apresentaram a indicação da Junta. E, ouvidos com atenção, conseguiram a cota de cem contos de réis, como auxílio, para o pagamento das forças.

Era um triunfo. Obtiveram outros, vendo aceitas algumas das indicações de que tinham sido portadores: o Governo convinha nas desvantagens de permanecerem os portugueses à frente dos serviços públicos, cedia os prisioneiros à Junta, entendendo, contudo, que a artilharia deveria ficar em Caxias.

Não havendo em cofre os cem contos de réis subscritos, concordaram os emissários em receber aquela quantia em fazendas, remetendo-se, não a importância primitiva, mas 94:923\$297. As fazendas foram encaixotadas e entregues ao Capitão José Manuel Lopes de Oliveira — que teve ordem de desembarcar no Itapecuru-Mirim e, dali em diante, seguir por terra.

Reunida esta importância à arrecadada, subia a coleta a 204:182\$799, que, entretanto, não chegou, ainda, para pagar todos os prés vencidos! E não parecia que tivessem fim as exigências das tropas. Quanto mais subia a importância angariada, tanto mais crescia o **quantum** do débito.

Fale o brigadeiro Manuel de Sousa Martins (*):

"... Mas, ainda era preciso demorar-se em Caxias em consequência da citada requisição de Lorde Cochrane e para preencher-se o 4.º artigo do pacto capitular relativo à contribuição a que se haviam obrigado seus habitantes. Tomam-se, para isso, medidas as mais ajustadas, mas é forçoso dizê-lo, a sua execução é muitas vezes iludida por alguns daqueles mesmos que as deviam fiscalizar: a boa-fé e singeleza de um dos vogais e membros da Delegação é surpreendida pela astúcia e prepotência de outros; a mais sórdida avareza rebucando-se com a capa do sossego e bem público pesquisa e adota outras que devem redundar em interesses particulares e julga-se ter satisfeito a justiça com vãs e aparentes formalidades. É este o resultado de tudo que vai seguir-se.

"Para tornar efetiva aquela contribuição de ordem da mesma Junta Expedicionária nomeou a Câmara da vila uma comissão composta de três cidadãos que deviam ser probos e inteligentes, encarregada de assinar proporcionalmente às posses de cada um dos contribuintes e arrecadar as quantias em que fossem multados.

"Esta medida ajustada foi em parte iludida, porque apenas apresentada à Junta Expedicionária a lista nominal dos coletados, não obstante o termos nós reclamado que devia o seu resultado em dinheiro e bens ser recolhido em um depósito para dali serem, regularmente, pagas as tropas à vista

(*) Ofício para o Secretário da Justiça — 9 de dezembro de 1823. — Nota do autor.

dos **prets** e recibos dos respectivos oficiais, passaram, logo, os mesmos interessados, munidos de bilhetes que lhes distribuía o comissário pagador (que era cearense) e com apoio de alguns vogais da Delegação, a fazerem-se cobradores e árbitros do valor dos bens que ofereciam os coletados, com manifestação de violação dos sagrados direitos individuais e de propriedade.

“À vista de tão violenta e arbitrária maneira de arrecadar a imposta contribuição, que, com o produto das arrematadas casinhas do Morro e sacas de algodão que nele serviam de reduto e mais 5:590\$ achados pelas tropas enterrados, os quais tomados como por empréstimo para pagamento das mesmas foram carregados sobre a Fazenda Nacional para serem pagos a quem pertencessem, subiu a 108:305\$840, não era possível que chegasse para pagamento das tropas cearenses, em cujas relações e **prets** aparecem número de praças não existentes, patentes fantásticas e falsificados vencimentos, bem como se vê com os **prets** de Jerônimo de Abreu Lima, que aparece feito sargento-mor cobrando soldo avultado de quatro contos e tantos mil réis para os **prets** de seu corpo que devendo ser de Henriques não havia um só soldado.

“Foi, portanto, preciso, à vista de cálculos aproximados, quando deviam ser exatos, que a capital do Maranhão se debitasse em 94:000\$000, que, por não haver numerário, foram mandados em fazendas, as quais, sendo distribuídas com a mesma irregularidade, não foram bastantes para uma gratificação ao que parecia não ter limites; de maneira que com dificuldade pudemos preencher os 44:260\$350 em que importaram os vencimentos dos soldados das tropas piauienses compostas de 1842 praças, cujas relações, **prets** e recibos remetemos para o Maranhão.

“E sendo o total de todas as parcelas aplicadas ao pagamento do exército de 203:229\$130, tirada a mencionada quantia para as tropas piauienses, 20:000\$ para as do Maranhão constantes de 1.200 praças — que não foram, todas, pagas, e 25:000\$000 para as de Pernambuco que constavam de quinhetas e tantas, foram distribuídos mais de 113:000\$000 com as da Província do Ceará, que, na realidade pouco excedendo a duas mil praças e tendo na sua maior parte dois meses de menos de seus vencimentos, ainda se não deram por satisfeitas, cobrando forragens, cavalgaduras, pão e etapa, quando estes três artigos lhe foram subministrados pelos habitantes tanto desta Província, como daquela do Maranhão, além de

26:000\$000, em moeda, que receberam pelo Tesouro desta Província, na passagem que fizeram para Caxias.”

Outros fatos vieram, no entanto, perturbar, ainda mais, a ordem na vila e tão graves que, a fim de evitar um choque entre as forças piauienses e cearenses reunidas, e as pernambucanas, convocou a Junta um conselho militar que se devia reunir dentro de três horas (25 de agosto). Tratava-se de castigar exemplarmente a indivíduos que, desrespeitando as bases da capitulação, cometiam toda sorte de violências contra os portugueses — desde o assassinato e o roubo, ao espancamento brutal. Erã agentes desses crimes oficiais e soldados da tropa do Capitão-mor Joaquim Nunes de Magalhães e tão execrands foram que os oficiais do Piauí e os do Ceará se julgaram ofendidos em sua honra militar.

Reunidos, com efeito, Manuel Rodrigues de Moura César, José Pereira Filgueiras, Manuel de Sousa Martins, Joaquim de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, — servindo de Secretário, Luís Rodrigues Chaves, — Tenente-Coronel Comandante da Brigada de 1.^a Linha; José Vitorino Maciel, — Coronel Comandante; Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins; José Ferreira de Azevedo e Silva — Tenente-Coronel da 1.^a Brigada de Milícias; Tenente-Coronel Benedito José Barbosa; Miguel José de Queirós Lima, Comandante e Sargento-mor de Brigada; João Nepomuceno da Silva Canguçu, — Sargento-mor Comandante do 1.^o Batalhão de Linha; Francisco Xavier Torres Junior, — Sargento-mor Graduado e Comandante do 2.^o Batalhão Expedicionário; Tibúrcio José de Borges, Major e Comandante; Antônio Roberto Borges da Fonseca Comati, Capitão de 1.^a Linha; Manuel Bezerra de Araújo Melo, Sargento-mor de Cavalaria; Vitoriano Rodrigues Pires, Capitão; João Ferreira da Mota, Capitão; Alexandre Nery Pereira Nereu, Capitão; Joaquim Antônio de Moraes Baunilha, Tenente de Milícias; Raimundo de Oliveira Falcão, Capitão; Antônio Francisco de Ávila Gato Preto, Tenente por comissão; Gonçalo Soares Pajeú, Ajudante; José Laignier Frazão, Tenente; Félix Fernandes de Barros, Ajudante; João Francisco Vasques, Tenente; Pedro Miguel Lamenha, Capitão; Antônio da Silva Coutinho, Tenente; Tomás José Pereira, Alferes; Bernardo de Castro Freire, Alferes; João Pais de Castro Alves, Félix José de Vallães, Alferes Porta-Bandeira do batalhão leal à Independência; José da Costa Bandeira, Capitão e Comandante; e Alferes Bernardino de S. e Abreu, propôs o Presidente que dessem parecer sobre as terminantes e adequadas medidas a tomar para que fossem punidos os transgressores da lei.

Deliberou-se, então, que os votos fossem por escrito e, tomados, foram todos unânimes em que se abrisse um conselho de investigação e se fizesse prender, imediatamente, o Capitão-mor Pedro Nunes de Magalhães, o Alferes Antônio Mendes e os Sargentos Francisco Simões e José da Costa.

Como ainda não parecesse suficiente, ficou assentado que o policiamento da vila fosse feito por tropa de linha e milícia, sob a direção de um oficial de linha.

A permanência das tropas em Caxias tornava-se, porém, insustentável. Não somente tropelias criminosas a abalavam: a fome trazia as forças num círculo de sofrimentos. Os víveres tinham desaparecido do mercado, a carne principiaria a faltar em breve, também.

Tão difícil se tornava obtê-los, que a comissão nomeada para angariar alimentos acabou por apresentar a sua demissão (27 de agosto) depois de prodígios de esforços para o bom desempenho da sua espinhosa tarefa.

Esse ato envolvia, porém, grave ameaça para as forças, que, desconhecendo os recursos da localidade, lutariam com embaraços mais sérios para se manter. A aceitar-se o pedido, impunha-se a retirada urgente do exército e isto mesmo se declarou. Conveio-se, afinal, entretanto, em que a comissão, longe de demitir-se, lançasse um empréstimo e aumentasse o número dos seus membros de modo que tornasse menos penosa a sua missão.

A DEVASSA

Sumário: — Reenviam-se as tropas do Coronel Joaquim Nunes de Magalhães. Pedido de cavalgaduras ao Comandante Geral. Uma proclamação. O empréstimo. Ameaças de motim. A devassa. Resolve-se a Junta da Delegação a abandonar Caxias. Os presos.

Toda a boa vontade da comissão encarregada de obter alimentos para o exército pouco valia, agora que estavam esgotados os derradeiros recursos da vila. Tratou-se de diminuir o número das tropas e, prevalecendo-se dos últimos fatos ocorridos, reenviou a Junta, antes de qualquer outra, a força do Capitão-mor Joaquim Nunes de Magalhães, relaxando, assim, a prisão deste chefe. Fez mais. Cogitou de sua própria retirada e, para isto, pediu duzentos cavalos ao Comandante-Geral da vila, Antônio Francisco de Sá.

Onde havia ele, porém, de consegui-los, se, valendo-se das circunstâncias da guerra, tinham-se os brasileiros apoderado de todos quantos encontraram em Caxias e nos arredores? Respondeu, portanto, a Filgueiras, alegando as suas dificuldades e pedindo-lhe que fizesse entregar aos respectivos donos os animais ainda em poder das tropas, a fim de lhe ser possível satisfazer aquela requisição inesperada.

Não estava nos hábitos do Presidente da Junta o tolerar insinuações, máxime quando envolviam, como essa, forte censura aos desmandos dos seus subordinados. Não replicou ao Comandante. Deu resposta mais positiva convocando o povo para uma reunião em casa do Juiz de Fora, João Ribeiro de Vasconcelos.

As pessoas que compareceram — era a 5 de setembro — fez a Junta a seguinte proclamação:

“Honrados e bendignos cidadãos de Caxias, compatriotas e amigos:

“Não é somente em tempo convulsivo de opressão que aos grandes gênios se torna indispensável o desenvolvimento

de seus sentimentos patrióticos: uma ação meritória exercitada quando o liberalismo e a moderada magistratura têm afiançado os inauferíveis direitos individuais e de propriedade é tanto mais digna de louvor do que as extorquidas pela força das concessões políticas que sempre arrastam após de si séries de irremediáveis violências.

"Não é, senhores, o mero capricho, nem inconsideradas pretensões que hoje motivam esta reunião de homens bons. Esta Junta da Delegação Expedicionária assazmente proba e adesa ao sistema pátrio, jamais pode ter em vista outra coisa que não seja a salvação pública e bem-estar de qualquer das províncias de que se compõe o vasto Império brasílico.

"Baseada, pois, nestes sólidos princípios, ela tem por norte a razão e a justiça e seria bem para lamentar que se acobertasse com o sagrado manto da causa pátria para assim iludir a seus concidadãos: uma mui circunstanciada e adequada convenção é o importantíssimo objeto de que ela vai tratar, no momento mesmo em que sua sensibilidade sufoca seu coração.

"O caso é notório; ninguém que ignore o deplorável estado em que ainda se acham parte das briosas tropas auxiliadoras a esta Província e igualmente outros corpos aqui estabelecidos, a quem o acaso, ou a opinião política, tem reduzido ao mais desgraçado estado de abatimento e nudez (?), que cercados da roedora fome e no desembolso dos seus vencimentos parecem tocar o último termo de suas desgraças. Digam o corpo paraense e seus adidos, falem os corajosos soldados do exército independente e o confesse, mesmo, o respeitável público desta vila.

"No meio, pois, desta penúria e desolação, nenhum outro meio resta para salvar da indigência a esta não pequena porção de homens livres, que não seja aquele de lançar mão de um empréstimo sobre a fazenda pública para com este numerário salvar-se a vida a tantas vítimas que, já cansadas de memdigar a piedade sempre incerta, vacilam na incerteza de sua sorte.

"Eis, pois, compatriotas caxienses, o verdadeiro fim para que esta Junta, hoje, convocou a vossa reunião e não duvida que a vossa generosidade e amor patriótico se desenvolvam, feliz, se merecendo a vossa atenção, conseguir por meio deste pequeno trabalho o necessário remédio a males que se acham tão iminentes. Esta Junta tem muito em vista a contribuição que há pouco foi distribuída entre os habitantes desta vila; mas, acaso estarão esgotadas as fontes da vossa beneficência?..."

Estavam. Todas as fortunas tinham sofrido um abalo profundo com a guerra: dificilmente poderiam resistir à gana desenfreada da soldadesca. E não tinham resistido.

Para cúmulo, a cobrança da contribuição exigida do povo cercara-se de tamanho arbítrio que se principiou a reear não se pudesse, nunca, pagar a soma exigida. E a aplicação do auxílio importante mandado pela capital firmou, definitivamente, a opinião dos que percebiam naquelas exigências a execução de um plano torpe de exploração.

Tanto bastou para que se negasse qualquer quantia. Não fora pequena a cota de cada um. Os prejuízos tinham sido quase totais. As transações se haviam interrompido: alegaram isto os portugueses e se recusaram.

Recusaram-se? Era, agora, o Tenente-Coronel Luís Rodrigues Chaves quem lhes respondia, espalhando uma proclamação em que afirmava não ser responsável pelo que fizessem seus soldados dali em diante.

Que ameaça maior poderia correr sobre Caxias? Se, dentro da sua flexível disciplina, eram as tropas motivo constante de perturbações da ordem, que deixariam de ousar encontrando estímulos na indiferença ou nos aplausos dos chefes? E aquela proclamação não era, por si mesma, um incitamento para todos os crimes?

Era urgente mais um sacrifício que, por algum tempo, adormecesse a ambição dos vencedores. Não se devia entregar a vila à fúria bárbara das forças. Devia-se lançar novo empréstimo e foi este lançado (5 de setembro), com o seguinte resultado:

Ajudante João Antônio Marques	20\$000
Capitão Antônio Bernardo Malafaia	30\$000
José Marques da Silva	25\$000
Manuel Vieira	20\$000
Manuel da Silva Ribeiro	12\$000
Francisco José F. Basto	25\$000
Joaquim da Silva Pereira Ramos	12\$800
Antônio Joaquim V. Carvalho Lima	6\$400
Antônio Manuel de Siqueira	6\$400
Joaquim Pereira Lima	4\$000
Antônio Manuel Soares	4\$000
Felipe Tiago Borges	30\$000
Domingos José Correia	12\$800
Francisco Henriques Wilkins	40\$000
Manuel José Monteiro	20\$000
José Henrique de Castro	50\$000
Domingos Simões	30\$000
Vitoriano Gomes Feijó	10\$000
Total	358\$400

A simples leitura desse resultado é suficiente para que se veja o grau de penúria a que o cerco e, depois, a capitulação, tinham reduzido a mais próspera das vilas maranhenses. Mais auxílios, certamente, não seriam dados se a lei garantisse os direitos individuais. Não seriam negados, porém, se existissem, quando se sentia pairar sobre a cabeça uma sentença de extermínio. A audácia da recusa podia valer uma condenação à morte. Tudo ia sendo desrespeitado. A proclamação recente era o anúncio da véspera das mais temíveis afrontas.

A Câmara sem olhar, entretanto, para o resultado do empréstimo, dirigiu-se, no dia 6, à Junta da Delegação e requereu que se recolhessem a um armazém, confiado ao Comandante-Geral da vila, o armamento público e o particular dos maranhenses, bem como as suas munições. Não deixou, nesse documento, de aludir às ameaças da proclamação de Rodrigues Chaves, não encobrendo os receios de que elas se realizassem. Apelou, contudo, para o patriotismo dos chefes, lembrando-lhes que isto seria macular a glória dos seus feitos e implantar a anarquia onde se prometera levar toda a segurança da execução rigorosa das leis.

E, assim, alvorou o primeiro aniversário da emancipação de nossa existência política: entre a ameaçadora opressão das tropas em Caxias, entre profundos abalos da ordem no Piauí.

E não fora esgotado o cálice dos sofrimentos. Novas amarguras estavam destinadas aos filhos da pátria antiga. De pouco lhes valera o carinho com que o moço Imperador os amparara baixando o Decreto de 18 de setembro de 1822. O fato do seu nascimento em terras de além-mar ia ser motivo para serem levados à prisão.

Interpretando a Junta, com efeito, esse Decreto de um modo capcioso, entendendo que ele se referia, apenas, a opiniões e não a fatos, determinou ao Juiz de Fora da vila, João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa, que abrisse uma devassa a fim de apurar a responsabilidade dos portugueses que haviam pegado em armas contra a Independência.

Excesso de zelo? Temor de que os sobreviventes do partido extinto aguardassem a saída do exército para voltar à sujeição de Portugal submetendo a vila, talvez a Província, mesmo? Ou, enveredando pelo caminho de novas violências, planeavam-se outras e mais clamorosas extorsões?

Inclino-me pela última das hipóteses. Não era de recear uma contra-revolução. As forças da Província estavam exaustas. Não teriam os portugueses onde haver os recursos preciosos para a renovação da luta, máxime quando os próprios indivíduos tinham descaído para a fase de relaxamento que sucede, sempre, à contenção nervosa dos períodos históricos intensos e agitados.

Um povo não faz duas revoluções sem que entre elas medeie largo período de repouso. Sucede com aquele o que sucede com os indivíduos: depois da exaltação febril vem a prostração. Ele tem, também, os seus

dias de febre que, se podem conduzi-lo a estados delirantes inconfundíveis, estacam-lhe, por outro lado, as energias nervosas.

Não podiam, assim, os portugueses do Maranhão cogitar de restabelecer o antigo regime. E não cogitavam. E o sabiam os membros da Junta. A devassa era uma nova extorsão que se preparava sob uma máscara de legalidade.

Quem o diz é o brigadeiro Sousa Martins (1):

"Não era possível, escreve ele, que a Junta Expedicionária, composta de membros divergentes em opinião e conduta, obrasse de acordo, como em tão melindrosa crise exigia a causa pública, senão à custa de extraordinários sacrifícios da parte daqueles sobre quem pesava a maioria de votos. Assim foi que a mesma Junta interpretando o Decreto de 18 de setembro de 1822 como favorável, unicamente, a opiniões, não a fatos, mandou processar e, em consequência do processo, — sem pronúncia, prender os indivíduos nela compreendidos, como opostos pelos seus feitos à causa do Brasil e os quais se acham presos nesta cidade, 24 com o Major Fidié, ficando 2 gravissimamente enfermos e outros lá deixados por arbitrio dos vogais cearenses, por meios e causas que ignoramos, vindo a ser, por consequência, aquele processo mais uma porta para novas extorsões e tortuosas manobras, que, por modéstia, calamos, mas que o público não desconhece."

Podia o Juiz de Fora, João Ribeiro, opor-se à abertura da devassa que lhe era requerida? Nem o tentou. Abriu-a. E de acordo com o depoimento das testemunhas que foram chamadas a depor, atendendo à conformidade das suspeitas, e na falta de provas mais convencedoras, fez passar mandado de prisão contra Júlio da Silva Cardoso, Ajudante João Antônio Marques, Capitão Antônio Bernardo Malafaia, Francisco da Cunha Ramalho, Francisco José Fernandes Bastos, José Pinto Ferreira Viana, Pedro Torres Viana e Augusto José Marques. Além desses foram presos o vigário da Tresidela (2), o Major Antônio Silvério Lopes e o Capitão Antônio Manuel (3) e Antônio Joaquim Alves de Carvalho Lima (4). Muitas sus-

1) Observação de Abdias Neves: "Participação ao Ministro da Justiça, datada de 9-12-1823."

2) Abdias Neves, anota que o vigário se evadiu da prisão.

3) Esclarece Abdias Neves: "Sob o pretexto de doença grave ficaram esses dois oficiais em Caxias quando a Junta se retirou."

4) "Esta prisão foi relaxada, arbitrariamente, pelo Capitão-mor José Pereira Figueiras" (Abdias Neves).

peitas, e veementes, recaíam sobre outras pessoas; estas, porém, já se achavam debaixo de ferros, desde o princípio de agosto.

Pareceria que, agora, nada mais devia reter a Junta da Delegação e o seu formidável exército em Caxias. A vila capitulara. Elegera-se nova câmara. Fizera-se a aclamação do Imperador. Alteração da ordem a que havia era motivada pelas tropas. E quase dois meses tinham decorrido depois da entrada dos sitiados. Nada exigia, mais, a sua presença, que sobre ser desnecessária, era causa de flagelo público pela falta de víveres.

Aparentou, com efeito, tratar de retirar-se. Designou o Capitão de Milícias Raimundo Joaquim Mousinho para comandar a força que ficava guarnecendo a vila e nomeou uma comissão composta do Comandante recém-designado, do Tenente Manuel Martins dos Santos Rego, do Tenente-Coronel Luís Rodrigues Chaves e do Capitão Manuel Pimentel de Sampaio para revistar as armas na arrecadação e proceder à partilha das mesmas.

Contra o que seria de esperar, contudo, não regressou. Prendia-a plano mais largo: queria proceder à eleição dos membros da nova Junta governativa do Maranhão.

Neste sentido encarregara, anteriormente, o Tenente-Coronel Luís de Melo e César de entender-se com o Governo temporário ao seguirem os emissários de 14 de agosto.

Desobrigara-se Melo e César sem se fazer atendido. O Governo oficiou, é certo, para Caxias (25 e 28 de agosto); nem de leve, porém, aludiu a este assunto.

E como perdurasse o mesmo silêncio e entendesse Filgueiras que, por força da carta imperial de 16 de abril, estava obrigado a assistir a essa eleição, dirigiu-se, de novo, à Junta, dizendo que, competindo-lhe libertar a Província, sem reações, se sentia, entretanto, em vésperas de uma revolução.

Veja-se o trecho final desse interessante documento:

“Recomendando-me evitasse reações, e vendo eu principiada uma convulsão, não devo indiferentar-me aos clamores de um povo que procura melhorar suas circunstâncias, tanto mais achando-me autorizado, e sendo positivamente mandado ocorrer a semelhantes males. Bem vêem V. Exas. que eu não tenho paixão particular por um ou outro indivíduo desta Província, que por isso me deixe levar de algum capricho: somente a tranqüilidade geral faz o objeto dos meus cuidados, interessando o bem-estar desta, assim como de todas as mais do Brasil, minha cara Pátria, e devendo ultimar a honrosa tarefa, que me foi cometida, não posso dar uma exata, e veri-

dica conta a Sua Majestade Imperial, sem que V. Exas. dêem imediatamente que este receberem os necessários passos para satisfazerem à máxima parte desta Província desgostosa, aflita, e repugnante em reconhecer a um Governo feito por uma fração de oitenta homens, e cuja eleição recaiu somente numa família: embora meia-dúzia de adutores, que nada interessam no bem público, procurem persuadir a V. Exas. que podem afetar este negócio à Sua Majestade Imperial; V. Exas. bem sabem que a vontade do povo é lei temporária, e que nosso Augusto Imperador tem dado as mais decididas provas de querer satisfazer aos seus súditos, quando pugnam por uma causa tão justa, como os maranhenses, que pretendem gozar da única regalia de escolherem seus governadores: não duvido que eles se reelejam em alguns de V. Exas. por serem todos muito dignos de semelhantes empregos, porém nas atuais circunstâncias convém não hesitar porque a demora de tropas nesta Província é sumamente prejudicial, e eu não posso, nem devo regressar para a minha, sem deixá-la do modo que Sua Majestade Imperial me recomenda. O povo está ilustrado, é zeloso de seus direitos, e por isso não há quem se atreva iludi-lo, nem o posso satisfazer com ficções, por mais que eu me tenha proposto a moderá-lo, afiançando a conduta de V. Exas., e que passam a dispor a eleição de novo governo à sua satisfação, ele jamais acredita, uma vez que não vê postas em prática essas medidas. Não é da minha intenção constranger a V. Exas., e somente fazer-lhes ver o estado desta Província ao centro, e o que me tem representado os povos por si, e seus legítimos órgãos, para com a resposta de V. Exas. me saber deliberar.”

Aguardou a resposta que se demorou pouco.

Eis o que dizia:

“Trata de responder este Governo ao ofício que V. Exa. lhe dirigiu em 26 de setembro próximo passado em qualidade de Presidente da Exa. Junta da Delegação Expedicionária do Ceará e Piauí, e como encarregado por Sua Majestade Imperial de libertar a Província do Maranhão do jugo infame que a oprimia. O ofício de V. Exa. é subsequente aos que este Governo dirigiu à sobredita Junta Expedicionária nas datas de 25 e 28 de agosto e 12 de setembro do corrente ano, dos quais estava em conhecimento, e por isso confessando nós a V. Exa. a verdade, devemos significar-lhe que a sua frase

deixou-nos não pouco duvidosos de o termos por obra de V. Exa. A Junta atual do Governo do Maranhão, filha legítima e primogênita da proclamação da Independência, e do Império do Brasil nesta Província, impelida de sentimentos de gratidão, e escrupulosa em manter com as autoridades a maior civilidade, de tal sorte se correspondeu, e congratulou com V. Exa. e mais membros da Junta Expedicionária nos sobre-ditos ofícios, que a sua categoria lhe vedava, e pareceu mais falar então com atenção ao espírito de simples cidadãos agra-decidos e irmãos, do que com consideração e etiquetas de um Governo; e como poderá parecer agora insensível obser-vando que o ofício de V. Exa. é um epílogo de invectivas, para as quais não foi certamente autorizado por Sua Majestade Imperial! Porém, quando este Governo vê que V. Exa. no seu dito ofício fala da palavra **Provisório** como absoluta contrapo-sição do vocábulo **Temporário**, consola-se na idéia de que as expressões atacantes e nada respeitosas de V. Exa. serão vocá-bulos que em algum léxico particular conciliam ânimos e atenções. V. Exa. foi autorizado para libertar a Província do Maranhão, mas ele há muito goza da sua liberdade na função do sistema político do Brasil, e consequentemente ela e o seu Governo estão na razão de não reconhecerem, e nem consen-tirem que V. Exa. os encare neste anterior e infeliz estado: o Maranhão é uma Província livre e bem assim o seu Governo; a reação nem existe, e nem se receia, que haja; portanto, essa faculdade de Sua Majestade Imperial dada a V. Exa. sobre o Maranhão já findou, e é preciso por isso entender-se com este Governo em quaisquer objetos com expressões auxiliaadoras e fraternais; e nem os que algum dia leram prin-cípios de Retórica dirão que a arte reconhece por meio sua-sório a exprobração, ainda de particular.

"Este Governo pasma, como V. Exa. se julga tanto ao fato da vontade dos povos desta Província, e da sua impa-ciência a respeito da conservação do mesmo Governo, e que tenha documentos tão legítimos que o fizessem entrar a inge-rir-se tão executivamente em objetos fora da sua competência, quando este Governo nunca declarou ao público a sua perma-nência, e devia por isso esperar apenas que V. Exa. em casos tais o consultasse amigavelmente, e tanto mais que ao Secre-tário da Exa. Junta Expedicionária se lhe havia insinuado a criação do novo Governo, insinuação esta que o Procurador da Câmara de Caxias presenciou, estando juntamente em sessão do Governo com o dito Secretário.

"Deixando, porém, o verdadeiro critério e sanção da conduta de V. Exa. e da nossa, para conhecimento e reso-lução de Sua Majestade Imperial a quem vamos sem demora participá-la, cumpre-me dizer-lhe unicamente que para atalhar a mais leve causa de se pretextarem novos males nesta Pro-víncia, limitamos a nossa resposta com asseverar-lhe de que antes da recepção do ofício de V. Exa. já se tinham expedido as ordens precisas a todos as câmaras, inclusive a de Caxias, para a eleição de deputados às Cortes, e membros do novo Governo da Província, para governá-la enquanto Sua Majes-tade Imperial não mandar o contrário; e que apesar disto, ainda não abjuramos a palavra **Provisória**, que enquanto a nós tem, teve, e terá sempre o maior parentesco com o vocábulo **Temporário**.

"Se V. Exa. pelo desabrimento com que ex-abrupto nos falou desta matéria, não renunciasse o conhecimento de mo-tivos públicos e plausíveis na presumida mira que parece temos tido a este respeito, nós o não omitiríamos agora como omitimos, para que se não tome por covardia aquilo que seria muito natural, quando se guardem relações fraternais; mas não hesite V. Exa. de que a Sua Majestade Imperial exporemos os que realmente são da maior transcendência para persuadir das nossas fiéis e retas intenções.

"Se V. Exa. de futuro continuar com a mesma energia a satisfazer províncias aflitas, desgostosas e repugnantes por quererem encontrar as decisões do seu Governo, e não ser iludidas dos vãos da arbitrariedade popular, cedo terá, se não tiver já, sobejas ocasiões de se demitir embora ex-tempora-riamente, e apesar de toda a preponderância do seu mérito, a fim de agradar aos que dirigir e governar, por isso que a plebe na opinião de Platão, mata e deseja logo ressuscitar."

Este documento tem a data de 4 de outubro e, por seus termos positivos e enérgicos, é possível avaliar o desapontamento com que Fil-gueiras replicava, ainda, em 18 do mesmo mês:

"Tenho presente o ofício de V. Exas. de 4 do corrente cujas expressões me convencem de que a verdade ainda desa-grada, e ofende a homens que se chamam livres, a ponto de transcenderem os limites da moderação prescritos a todo o que se considera probó. Gostarei infinito que o meu ofício

de 26 do próximo passado mês de setembro apareça em qualquer parte do mundo acompanhado da muito discreta e conceituosa resposta de V. Exas., na qual inculcando grandes ataques, que lhes fiz com o meu dito ofício, não os classificam, porque de certo não lhes convém que o público conheça que os desejos de executar as respeitáveis ordens de Sua Majestade Imperial, prevenindo reações nesta Província, me moveram a ser tão franco, como desejarei que todos os homens sejam comigo, demonstrando-me verdades tais as que levei ao conhecimento de V. Exas., e que V. Exas. muito de propósito, e em menoscabo de seus honrosos empregos desprezaram; e a maneira de coimbrienses trataram somente de chincalhar expressões a que deram o sentido que lhes pareceu: como as que lhes fiz ver:

"Que tomando V. Exas. em consideração as indicações feitas pelo Secretário desta Junta o Tenente-Coronel Luís Pedro de Melo César, na qualidade de emissário, omitiram a primeira que tendia sobre o objeto mais essencial, qual o da eleição de um governo popular, atenta a geral indisposição contra esse, que dizem feito por oitenta homens em Itapecuru-Mirim, e que devendo denominar-se temporário tem arrogado título de provisório, a cujos sinônimos dando os povos diferentes interpretações exasperam com a persuasão de ficar estável, e eles privados da regalia de elegerem os seus representantes.

"Ora digam-se, por obséquio, Srs. Governadores do Maranhão, como entenderam neste preâmbulo que eu considero a palavra Provisório, como absoluta contraposição do vocábulo Temporário, chamando-lhes sinônimos, para meterem a ridículo com léxicos particulares, e outras graçolas bem impróprias de homens sisudos? Que conhecimento têm V. Exas. de mim para me suporem um autômato, incapaz de exprimir os meus sentimentos? Esperava merecer de V. Exas. diferente conceito, e mais algum respeito, quando não como um cidadão brasileiro, velho, que veio coadjuvar aos seus patrícios maranhenses contra os inimigos que os oprimiam, ao menos como Enviado, Delegado (ou como quiserem entender), de Sua Majestade Imperial. É verdade, eu o confesso, que ataquei a essa Exa. Junta mostrando-lhe o clamor dos povos pelos defeitos de sua eleição, que muito breve serão provados na Respeitável Presença de Sua Majestade Imperial, para onde V. Exas. também devem remeter os documentos

que puderem forjar contra mim, certos de que ele está convencido que os vencedores sempre adquiriram mais êmulos do que amigos, que eu sou amante da boa ordem, sou independente por natureza, e que zelava os seus direitos quando V. Exas. atacavam a Sua Sagrada Pessoa com opróbrios, e finalmente que eu sou amigo da minha pátria, e que só os inimigos dela, ambiciosos de sinistras representações, me poderão caluniar. O mesmo Augusto Senhor me mandou libertar esta Província, e evitar reações: e que epíteto dão V. Exas. ao caso do dia 15 do próximo passado setembro, em que noventa europeus pegaram em armas conduzidos pelo ex-Governador Burgos contra os brasileiros que pugnavam pela sua deposição, como suspeitos pela liga com os acérrimos contra a causa, para me dizerem que a Província está em paz, gozando há muito da sua liberdade, e que por conseguinte tem expirado a minha comissão? Infeliz Maranhão se o benemérito Rodrigo Salgado não se pusesse à frente dos seus negócios políticos! Figura V. Exas. atacada a sua dignidade para poderem insultar-me? Admiro esquecerem-se de argüirem-me de republicano, que é o estribilho da época contra qualquer que com mais franqueza declara os seus sentimentos. Alardeiam-se de liberais, e ofendem-se quando lhes falam com liberdade, querendo reprimir os naturais impulsos dos brasileiros que procuram reassumir os seus direitos! Dou, sim, a minha comissão por finda, e desde já responsabilizo a V. Exas. para com Sua Majestade Imperial e a Nação por qualquer reação que apareça nesta Província, e por suas consequências, e passo a dar-lhe conta do estado em que a deixo por não querer ingerir-me em questões de brasileiros com brasileiros, na esperança de que o Governador atual, digno assaz de tal emprego, pela sua prudência e perspicácia, faça conter os excessos dos que abusam da liberdade, e de tudo para arranjos particulares, e cômodos dos seus validos."

Chegadas as relações entre Filgueiras e o Governo Provisório a este ponto, era insustentável a permanência na vila. O Capitão-mor e Comandante-Chefe não podia agasalhar, mais, a ambição de eleger seu substituto. Estavam eliminados todos os meios pacíficos. Uma revolução, somente, poderia dar novos diretores à administração da Província: Filgueiras não se julgava com forças e ânimo para a promover. E como dia a dia se tornava mais difícil a situação das tropas, flageladas pela fome, abatidas por moléstias de caráter epidêmico, principiou a Junta a cogitar, seriamente, do regresso.

Ainda seis dias se demorou, contudo, em Caxias. No dia 24 de outubro, afinal, sendo absoluta a falta dos gêneros de primeira necessidade, se reuniu ela, pela última vez, em sessão, e resolveu partir nesse mesmo dia, declarando-se dissolvida. Acordou-se que os presos ⁽⁵⁾ seriam levados para Oeiras.

E nesta mesma tarde abandonava, para sempre, o quartel das Tabocas.

O REGRESSO DAS TROPAS

Sumário: — No Piauí. As tropas retirantes. Execução da portaria de 22 de julho. Ofício às forças de Pernambuco. Os oficiais da Bahia. Os prisioneiros. Ofício ao Comandante de Campo Maior. Regresso dos membros da Junta. Desinteligência dos membros da ex-Junta da Delegação. Forças em Campo Maior. Planos de ataque a Oeiras. Conferências. Ofício ao Coronel Simplício. É designado o Capitão Antônio de Sousa Mendes para acompanhar Fidié à Bahia. Partida do ex-Governador das Armas. Na Bahia. No Rio de Janeiro. Últimas palavras.

Novas e mais cruéis experimentações iam caindo, agora, sobre o Piauí com o regresso das tropas que haviam obrigado a capitulação de Caxias. Não tinham, mais, sombra de disciplina. Não eram forças militarizadas, eram quadrilhas de salteadores que passavam devastando o que sobrava na desolação miserável das fazendas. Parecia que o pesado tributo que estavam pagando os piauienses não teria fim.

Era urgente, no entanto, normalizar a situação da Província, o que, aliás, só seria possível quando as forças auxiliares se fossem embora. Todas as de Piracuruca, Campo Maior, Livramento, Poti, ou estavam no Maranhão, ou iam regressando. Havia, unicamente, a de Parnaíba, que viera por último, sob o comando do Tenente-Coronel José Narciso Xavier Torres ⁽¹⁾: mandou a Junta que o Coronel Simplício Dias da Silva a fizesse regressar, adiantando-lhe um mês de soldo e facilitando-lhe tudo para a viagem. Fez mais o Governo: oficiou àquele Tenente-Coronel narrando-lhe o que vinha de se dar em Caxias, expôs-lhe, com franqueza, as nossas condições e teceu-lhe grandes elogios pelos serviços verdadeiros prestados à causa do Império.

Sabendo, em seguida, que se aproximava de Oeiras a força do Capitão-mor Joaquim Nunes de Magalhães, mandada retirar de Caxias em consequência dos sucessos de 25 de agosto, dirigiu ao Tenente Inácio de Loliola Mendes Vieira o seguinte ofício.

5) Observação de Abdias Neves: "Entraram 24 presos em Oeiras. Fidié foi internado no quartel do Corpo de 1.ª Linha.

"Remetidos para a capital do Maranhão a 23-2-1825, em virtude da portaria imperial de 10-4-1824, foram postos em liberdade em vista de sentença da Relação, dada em 24-3-1825, sentença que considerou nula a devassa aberta em Caxias, por incompetência do Juiz de Fora. Este não devia ser eleito, devia ser nomeado pelo Imperador. Na falta do serventuário, devia ter servido o vereador mais velho."

1) Abdias Neves observa que esse oficial "trouxera forças da Granja".

"Tendo de passar por toda esta semana nesta cidade a tropa do Pajeú de Flores, este Governo, com justo receio de que essa gente aqui não queira fazer-nos participantes do que praticaram em Caxias, ordena a Vossa Mercê que faça avisar a todos os soldados, assim de milícia como de ordenanças, para que marchem para esta praça a fim de se poder reprimir qualquer tentativa dos maus, advertindo a Vossa Mercê que se esforce a virem munidos de armas de fogo, pois cá experimentamos grande falta delas, sem as quais nada se pode fazer.

"Recomendamos a Vossa Mercê que não é necessário publicar esta medida aos soldados a fim de não causar estrondo; assevere, somente, aos avisados que a sua assistência aqui será de pouca duração."

Vê-se que terror inspirava a tropa de Magalhães. Não se sabia até aonde levaria o arrojo da audácia criminosa; seus antecedentes, contudo, ofereciam margem a todas as suspeitas e a Junta, impotente para garantir os direitos dos seus governados, queria, ao menos, evitar qualquer violência contra as autoridades da metrópole.

Cumprindo a ordem recebida veio, por isso, aquartelar-se em Oeiras o Tenente Inácio Loiola: embalde, porém, se esperou a tropa de Pajeú de Flores. Magalhães, ou perdera, de todo, a autoridade sobre a força para a reconduzir e desarmar, ou não tinha pressa em sair do Piauí.

Passou-se todo o mês de setembro na expectativa de que se ausentasse. Outras forças tinham regressado e se despedido, deixando-nos a dolorosa recordação de sua passagem: Somente o grosso do exército continuava em Caxias. E Magalhães nem ao menos mostrava desejos de se pôr em marcha.

Urgida por circunstância tão séria, teve a Junta, nestas condições, de intervir pedindo-lhe que partisse a bem da ordem pública. Era a 1.º de outubro.

Chegando, nesse ínterim, a Portaria sob n.º 3 da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, baixada em 22 de julho, oficiou ao Coronel Simplicio e aos Comandantes de todas as vilas remetendo-lhes cópia da mesma e mandou que dessem liberdade às pessoas que se achassem em custódia, como suspeitas de infensas ao partido da separação. Exigiu, apenas, que se fizesse uma relação escrita de todas a fim de ser enviada ao Imperador.

Tomando-se, todavia, providências para fazer sair as tropas auxiliares, estando já despedida a do Tenente-Coronel José Narciso Xavier Torres, sucedia que os oficiais de Pernambuco, chegados a 1.º de agosto, continuavam na Parnaíba sem que se lhes desse qualquer destino. Desaparecera, porém, a necessidade que se tivera dos mesmos. Todos os esforços tendiam para

o restabelecimento da paz. A anistia de 22 de julho viera em socorro dos últimos implicados. Devia-se mandar recolher esses oficiais ao seu corpo e a Junta o mandou.

Para que isso se realizasse, determinou ao Comandante da Parnaíba (15 de outubro) que obtivesse e fornecesse as cavalgadas indispensáveis para o transporte dos mesmos, e das praças de sua comitiva, até Fortaleza, devendo-se, ali, pedir o fornecimento de outras, em substituição, desde que as do Piauí, por seu estado de magreza, não chegassem a Pernambuco. Mandou também que fossem acompanhados de um oficial inferior de Cavalaria, levando o dinheiro necessário para ir comprando, nos pousos, mantimentos para a força.

Na mesma ocasião dirigiu-se aos oficiais coletivamente comunicando-lhes as ordens transmitidas ao Coronel Simplicio e determinando-lhes que recebessem daquele Comandante um mês de soldo adiantado, e outro mês, também adiantado, de comedorias, à razão de 400 réis diários — para os chefes — e 200 réis, para os inferiores e praças...

Foi por esse tempo que chegaram a Oeiras os socorros pedidos para a Bahia. Vieram os seguintes oficiais: Tenente Bernardino José Cardoso, Ajudante Francisco Antônio de Mesquita, 1.º Tenente Graduado de Artilharia Gregório dos Santos Nogueira, Alferes João da Silva Guimarães, Alferes Raimundo Henriques da Silva, Francisco Joaquim Fernandes e Quartel-Mestre Manuel Pereira de Sousa.

Vinham outros em viagem — o Capitão Graduado José Locatelli Dória, o 2.º Tenente João Vítor da Silva Lobo e o Alferes Basílio Marques da Silva, acompanhando 400 armas, muitos apetrechos de guerra e 9 caixões de remédio: tinham navegado por mar até ao Piauí e subiam o Parnaíba em barcas.

Chegavam, entanto, em péssima ocasião. Os recursos da Província estavam esgotados. As exigências da guerra tinham desaparecido. Todos os esforços tendiam para a normalização da ordem. De que podiam servir diante da nova orientação dos acontecimentos?

A Junta ia dispersando os patriotas reunidos após o desastre dos brasileiros nas margens do Jenipapo. O inverno se anunciava e, do mesmo modo que as primeiras chuvas faziam espontar nas matas ressequidas e negras a folhagem e a floração dos ramos, abriam na alma do povo a aurora das esperanças e o arrastaram para os labores da terra.

Não se despediram, no entanto, os recém-vindos. Para se tomar qualquer resolução, aguardou-se o regresso dos membros da Junta anunciado pelos prisioneiros (2), que chegaram a 5 de novembro.

2) Observação de Abdias Neves: "Dos presos tinham ficado em Caxias: o vigário da Tresidela — evadido da prisão; o Major Antônio Silvério Lopes e os Capitães Antônio Bernardo Malafaia e Antônio Manuel — que ficaram doentes — e Antônio Alves de Carvalho Lima — solto arbitrariamente pelo Capitão-mor José Pereira Filgueiras."

Eram 24, inclusive o ex-Governador das Armas do Piauí.

Este foi internado no quartel do Corpo de 1.^a Linha, os outros ficaram soltos na cidade, até que se resolvesse sobre a sua sorte...

Somente a Fidié tratou a Junta de garantir meios de subsistência, determinando que à vista da alta dos cereais, fosse suprido com a diária de 960 réis, quantia que aumentou para 1 600 réis, atendendo a uma representação que se lhe fez (6 de novembro). Os demais prisioneiros se manteriam à sua custa.

Continuavam, porém, as tropelias das forças que se retiravam. Campo Maior, sobretudo, era a vila mais flagelada, sendo, como era, ponto obrigatório de passagem das tropas que procuravam a Serra Grande.

Veja-se o que diz a Junta ao Comandante desta vila em ofício de 6 de novembro:

"Recebeu esta Junta do Governo o ofício de V.S. de 28 do mês próximo findo, participando o procedimento de 6 soldados do Ceará que apareceram nessa vila onde esfaquearam a Francisco José de Anchieta por causa dos cavalos que, ou iam roubando, ou pegaram de seu moto próprio.

"Toda esta Província geme e chora pelas muitas deservolturas e insubordinação das tropas auxiliaadoras, de forma que as estradas estão despovoadas, com grande dissabor desta Junta, que não tem cessado de requerer dos respectivos chefes as precisas providências para evitar a continuação de tantas maldades, insultos e latrocínios; mas, tudo há sido baldado. V.S. o que devera ter feito, logo que viu que as tropas em sua passagem por essa vila não se comportavam como deveram, era reunir e ter na vila um pequeno destacamento, para que, ao menos na sua presença, não fosse atropelado o sossego dos povos.

"Logo que se recolha o Batalhão de Linha e esteja posto em ordem, será enviado o destacamento que pede — o que não pode ser com brevidade. No entanto, recorra V.S. a outras providências."

Poucos dias depois chegavam a Oeiras os membros da antiga Junta da Delegação Expedicionária — Manuel de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e Luís Pedro de Melo e César. O ex-Presidente José Pereira Filgueiras tinha seguido diretamente. O próprio Secretário Melo e César e o Vogal Tristão, se tinham vindo, eram trazidos pela esperança de receber, dos cofres piauienses 3:000\$000 e conduzir para o Ceará os prisioneiros.

A Delegação andara nos últimos tempos em constante desacordo. Os vogais do Piauí não prestavam apoio às irregularidades cometidas pela junta (*). E a desinteligência crescera e culminara quando Sousa Martins declarara, terminantemente, a Filgueiras, que os presos não seguiriam para o Ceará.

O General-Chefe do Exército Auxiliador não entendera, porém, que uma pretensão de tal natureza pudesse ser resolvida de modo tão simples, terminante e peremptório. O Exército carecia dos prisioneiros para realce de seus triunfos. E não parecia razoável a preponderância que o Piauí se avocava na resolução final dos negócios da guerra.

Dera Filgueiras, portanto, ordens reservadas a Tristão e a Melo e César, encarregara a Luís Rodrigues Chaves do comando de todas as forças, insinuara-lhe como devia proceder e partira confiado em que as suas determinações teriam completo desempenho.

Não iam tendo, contudo. Os dois chefes permaneciam em Oeiras tendo adquirido, apenas, a certeza de que as suas pretensões só poderiam ser realizadas pela intervenção de processos violentos. E, aliás, esta hipótese fora prevista porque as forças tinham estacionado em Campo Maior aguardando ordens.

Soube-se isto mesmo na capital a 20 de novembro, propalando-se, logo depois, que as tropas já vinham em marcha...

Foi um dia agitado. Reunida em sessão, oficiou a Junta, imediatamente, ao Capitão-mor Claro Luís Pereira de Abreu Bacelar, ao Comandante de Campo Maior, Tenente-Coronel Francisco Félix Narciso Castelo Branco, e a Rodrigues Chaves. Ao primeiro determinava que dispusesse espias pelas estradas de Valença e da Tapera e enviasse um portador a Campo Maior a fim de obter informações precisas do que se dava. Ao Tenente-Coronel Francisco Félix Narciso Castelo Branco ordenava que, informando circunstaciadamente sobre os projetos do Comandante cearense, despachasse um positivo "que, tomando cavalos de fazenda em fazenda, correndo a toda brida" deveria chegar a Oeiras dentro de quatro dias.

Foi o seguinte o ofício enviado a Luís Rodrigues Chaves:

"Consta a esta Junta do Governo que V.S. se acha detido com a Tropa de Linha de seu comando na vila de Campo Maior, com destino de vir para esta cidade. E porque é de sumo peso a esta Província que a dita Tropa para se retirar à sua Província faça tal digressão, quando dessa mesma vila pode mais fácil e comodamente ganhá-la, ordena esta Junta do Governo a V.S. que daí mesmo se dirija ao Ceará, não vindo de

(*) Ver Livro n.º 2 de Registro de Offícios da Câmara de Caxias. — Nota do autor.

forma alguma a esta cidade, embora tenha para isso positivas ordens dos Srs. Delegados de suas províncias, as quais não podem prevalecer nesta Província sem consentimento desta Junta do Governo, que não pode anuir a essas ordens, quando as haja.

"Caso V.S. já esteja de marcha em direitura a esta cidade deve, desde logo que este lhe for entregue, sustar o seu destino e encaminhar-se diretamente à sua Província, não insistindo com o pretexto do cumprimento de ordens, ou qualquer outro, porque jamais consentirá esta Junta do Governo que a sua tropa entre nesta cidade, o que V.S. mui seriamente deverá assim ficar entendido, ficando responsável para com a Nação e o Imperador pelas conseqüências que se seguirem, caso V.S. não respeite, como deve, as ordens desta Junta do Governo, visto estar dentro dos limites da Província e não dever nela reconhecer outra maior autoridade que a mesma Junta."

Foi encarregado de levar este ofício e entregá-lo, em mão própria do destinatário, o Tenente José Mendes Vieira.

No dia seguinte (21 de novembro) não tendo chegado outras informações, oficiou a Junta a Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e a Luís Pedro de Melo e César, pedindo-lhe uma conferência.

Compareceu, porém, apenas, o último, e coisa alguma adiantou. O primeiro desculpou-se comunicando ao Governo que deixava de comparecer por motivo de moléstia.

Não satisfeita, todavia, com esse resultado, oficiou a Junta novamente, àqueles dois chefes, reiterando o pedido. E desta vez, afinal (22 de novembro), se realizou a conferência.

Uma vez reunidos, forçado pelos termos precisos em que o Brigadeiro Sousa Martins colocou o assunto da reunião, não pôde Tristão esconder a sua parte nos sucessos que ocorriam. Disse, com a meia franqueza costumada, que Rodrigues Chaves obedecia às suas ordens: o exército viria acampar em Oeiras, não trazia, porém, intenções hostis: vinha, apenas, amparar as pretensões cearenses...

Era o cúmulo. De arrojo maior não tinham dado mostras, até então, chefes do Ceará. Toda a segurança da Província e, mais do que a desta, a segurança do Governo, toda ficava dependendo do afastamento dessas forças. Aceitar a luta seria desastroso para os piauienses. Tratou-se, assim, antes, de temporizar: prometeu a Junta resolver em breve, e a contento de todos, as pretensões dos agentes de Filgueiras e pediu a Tristão que retirasse as determinações mandadas a Rodrigues Chaves.

E neste pé ficou a situação. Nada se resolvera, definitivamente.

No dia 25, entretanto, solicitou Tristão uma outra conferência e afirmou que estava disposto a determinar às forças, em Campo Maior, que seguissem rumo da Serra Grande, uma vez que se lhe pagasse 3:000\$ — devidos ainda ao Exército Auxiliador.

Era mais uma exigência. Não havia outro meio, todavia, de terminar o perigoso incidente. Aceitou-se. Despachou-se um positivo a Rodrigues Chaves com o ofício de revogação das ordens e tratou-se de levantar um empréstimo para a efetivação do pagamento, pois que, a 1.º de dezembro, quando se devia efetuá-lo, não havia em cofre mais de 1.920 réis.

E era sob o peso desta crise que oficiava a Junta (5 de dezembro) ao Comandante da Parnaíba:

"...V.S. não pode ajuizar, ao longe, que calamidade, que destroços e irreparáveis males têm por aqui causado as tropas que se retiram de Caxias. As fazendas estão de todo destruídas, o cavalar, este foi conduzido quase todo. Desgraçada fica a nossa Província. Uma só providência enérgica, vimos da parte dos seus chefes, ou, aliás, não são respeitados.

"O clamor dos povos toca sensivelmente nossos corações. Eles queixam-se do seu Governo por falta de providências para segurança de seus bens: os auxiliadores taxam-nos de ingratos quando se lhes apresenta a desolação da Província, e, assim, não é possível saber como possamos satisfazer os nossos deveres.

"Roubaram-nos grande parte do nosso armamento e ainda tem a Província de pagar uma avultada soma de despesas feitas com as diferentes expedições de tropas que mandaram, algumas delas inúteis, e a conta que acaba de se nos apresentar é de 19:356\$068, afora as que ficaram de remeter.

"As tropas que vieram com o Sr. Filgueiras receberam 26:000\$000 e diz Tristão que ainda se lhes deve Rs. 3:000\$000; finalmente, não haverá no Piauí com que se pague a despesa feita pelo Ceará. Os seus soldos em Caxias montaram a cem contos e diz que ainda com mais 30:000\$000 não se lhe pagava.

"... o cofre de Oeiras tinha no dia 1.º do corrente 1.920 réis."

Mas, se era imensa a penúria do Tesouro, não era menor a miséria dos particulares. Obteve-se, contudo, a soma exigida pelos representantes

do Exército Auxiliador, foram os três contos entregues a Tristão e dias depois partiam, ele e Melo César, de regresso para o Ceará.

Passou-se o mês de dezembro, sem que outros fatos viessem alterar a ordem. O sucesso de mais relevância desse mês foi a proposta apresentada ao Ministro João Vieira de Carvalho para a promoção dos oficiais que se tinham distinguido, mais, na guerra (*). E não se esqueceu ninguém. Foram contemplados brasileiros e portugueses, justificando-se o motivo da promoção...

(*) Eis a proposta:

Para coronel do Regimento de Cavalaria de Milícia, n.º 1, o Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins; para tenente-coronel, o Tenente-Coronel Agregado Raimundo de Sousa Martins; — comandou como chefe as tropas do sítio de Caxias; para sargento-mor, pela reforma de Tomás de Aquino Osório, o Capitão Manuel Clementino de Sousa Martins — com valor salvou uma divisão de 400 homens no ataque do Bonfim; para capitão (reforma) Francisco de Sousa Mendes; para sargento-mor do Regimento de Cavalaria de Milícia, n.º 2, de Parnaíba, Bernardo Antônio Saraiva — comandando um esquadrão de seu regimento, destacado em Oeiras, coadjuvou a proclamação da Independência a 24 de janeiro; para sargento-mor (reforma por contar mais de 44 anos de serviço) Capitão Alexandre da Costa Portela; para sargento-mor (vago desde 1815, quando foi criado), do Regimento de Cavalaria de Milícia n.º 3, de Parnaguá, Tibúrcio José Borges — foi o único oficial desse Regimento que marchou voluntariamente para a guerra; deixou o cargo de Juiz Ordinário, que exercia; para tenente-coronel do Batalhão de Infantaria de Milícia n.º 1, ao sul de Oeiras, o Capitão Inácio Francisco de Araújo Costa — foi um dos que promoveram a proclamação de 24 de janeiro; para sargento-mor o Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa; para tenente-coronel do Batalhão de Milícia n.º 2 (novamente criado em Campo Maior) o Capitão Luís Mariz Castelo Branco; para tenente-coronel, o Capitão Antônio José Henriques — foi Comandante do presídio do Estanhado e prestou grandes serviços; para sargento-mor, Manuel Lopes Teixeira; para tenente-coronel Comandante do Batalhão de Caçadores (novamente criado ao poente de Oeiras) Manuel Pinheiro de Miranda Osório — era o oficial de Estado no dia em que se proclamou a Independência e contribuiu para a tomada das guardas do quartel; para sargento-mor, o Capitão José Inácio Madeira de Jesus; para tenente-coronel do Batalhão de Caçadores e Milícia n.º 2, de Valença, Félix Pereira da Silva; para sargento-mor, Claro Luís Pereira de Abreu Bacelar; para sargento-mor (agregado) Vasco Pereira de Abreu Bacelar — com risco iminente de vida abandonou Fidié logo após a batalha de Jenipopo e procurou as tropas do Brasil; para tenente-coronel Comandante do Batalhão de Caçadores de Milícia n.º 3 (novamente criado em Jerumenha) Tomé Mendes Vieira; para sargento-mor Vicente Pereira da Silva; para tenente-coronel Comandante do Batalhão de Caçadores de Milícia n.º 4 (novamente criado em Marvão) Miguel José Ferreira — um dos promotores do movimento de 24 de janeiro; para sargento-mor, Vitoriano Rodrigues Pires; para tenente-coronel Comandante do Batalhão de Milícia n.º 5 (novamente criado em Campo Maior) Simplicio José da Silva — distinguiu-se no combate de S. Pedro; para sargento-mor João Rebelo Cardoso — esteve na batalha de 13 de março; para tenente-coronel Comandante do Batalhão de Caçadores de Milícia n.º 6 (novamente criado em Parnaíba) Domingos Dias da Silva Henriques — construiu um forte na Parnaíba empregando operários seus, depois da retirada de Fidié; para sargento-mor José Francisco de Miranda Osório — esteve na batalha de 13 de março; para tenente-coronel Comandante do Batalhão de Pedestres de Milícia de Oeiras, Romano José Vieira de Sá; para sargento-mor Joaquim de Santana Valadão; para tenente-coronel do Batalhão de Henriques distritado em Oeiras, Benedito José Barbosa.

Esta proposta é de 22 de dezembro.

Nota do autor.

Todas as energias da Província renasciam. Principiara o inverno. Os campos estavam novamente verdes e a alegria da terra se refletia na alma do povo. Não a alegrava: levantava-a, dando-lhe forças para recomeçar a luta pela vida...

Em janeiro recebia o Tenente-Coronel Antônio José Henriques, na margem esquerda do rio, em frente ao Estanhado, as peças e munições que Fidié conduzia de Parnaíba:

- 3 peças calibre 9
- 3 ditas calibre 6
- 6 lanadas, e soquetes, calibre 6
- 8 ditas e ditas calibre 5
- 2 carretas
- 10 tirantes usados
- 11 bolsas de sola
- 31 caixotes com metralha e balas.

Ainda em janeiro recebia, também, a Câmara da Parnaíba a prata e alfaías da matriz, levadas para S. Luís pelo Capitão-Tenente Francisco de Salema Freire Garção. Não vieram, então, nem vieram, depois, o cofre dos órfãos, os papéis e livros da Câmara.

E principiou o mês de fevereiro.

Fidié continuava detido no quartel de 1.ª Linha: os demais prisioneiros tinham a cidade por menagem e aguardavam, pacientemente, a decisão de sua sorte.

O Sargento-mor português, esse devendo responder a conselho de guerra, quando fosse repatriado, ia coligindo documentos para a defesa.

No dia 11, afinal, tinha ele aviso de sua remessa próxima e logo no dia 17 era nomeado o Major José Locatteli Dória para o acompanhar ao Rio de Janeiro. O Capitão Antônio de Sousa Mendes faria parte da escolta, seguindo-a até à Bahia.

Parece que Fidié se arreceava desse longo percurso através dos sertões, entregue, sozinho, à generosidade e aos maus impulsos dos seus detentores. Continuavam muito vivas as impressões da guerra. Vibravam os mesmos sentimentos da véspera, alimeritando ódios e pedindo vinganças. Não estavam, ainda, seguras as estradas: o trajeto seria feito, nessas condições, portanto, sob a ameaça de imensos perigos, maiores para o último representante dos soldados do Reino.

Tentou, por isso, ganhar tempo. Requereu a prorrogação da viagem por alguns dias, a fim de conseguir documentos de que precisava para sua defesa: negou-lha a junta. Requereu, então, que se lavrasse um protesto responsabilizando o Governo por sua vida, perdas e danos: foi desatendido porque se entendeu que isto visava, unicamente, a protelar a partida. E,

assim, nada obsteu a que, às 6 horas da manhã de 22 de fevereiro, seguisse escoltado para a Bahia, epilogando sua ligeira passagem por esta Província, o Governador das Armas de um ano antes, o herói futuro das lendas e tradições piauienses.

Mais de um mês durou a travessia. Contra o que se esperava, entretanto, nada aconteceu. E a 9 de abril era o prisioneiro internado no Forte do Mar, na Bahia, para sair dele a 5 de maio e ser, dezessete dias depois, recolhido à Fortaleza de Villegaignon.

Foi o último traço da guerra. A paz abriu, de novo, as asas protetoras e amigas sobre esta Província. A terra se reanimara, toda verde e perfumada na vegetação e na floração dos campos. Os rumores das florestas atraíam, agora, as palpitações do coração da natureza que parecera morta. Por toda parte a vida, as esperanças, as alegrias do inverno. Só o piauiense continuaria, moroso e triste, a marcha para a realização longínqua de sua finalidade histórica.

